



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NO CAMPO
EDUCACIONAL SERGIPANO (1968-1978)**

NAYARA ALVES DE OLIVEIRA

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NO CAMPO
EDUCACIONAL SERGIPANO (1968-1978)**

NAYARA ALVES DE OLIVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, Linha de Pesquisa: “Historia, Sociedade e Pensamento Educacional”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48i Oliveira, Nayara Alves de
A inserção de acadêmicos e licenciados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe no campo educacional sergipano (1968-1978) / Nayara Alves de Oliveira ; orientadora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. – São Cristóvão, 2017.
261 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Educação – Sergipe - História. 2. Política educacional. 3. Professores de ensino de primeiro grau - Formação - Sergipe. 4. Pedagogos. I. Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de, orient. II. Título.

CDU 37(813.7)(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



NAYARA ALVES DE OLIVEIRA

“A INSERÇÃO DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE NO CAMPO
EDUCACIONAL SERGIPANO (1950-1978)”

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Federal de Sergipe e aprovada pela Banca
Examinadora.

Aprovada em: 15.03.2017

Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Marizete Lucini
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Maria Neide Sobral
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.^a Dr.^a Milena Cristina Aragão Ribeiro de Souza
Universidade Estácio de Sá/FASE

Prof.^a Dr.^a Silvana Santana Costa
Universidade Tiradentes/UNIT

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017

AGRADECIMENTOS

A Deus por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

Aos meus pais não só este trabalho, mais tudo o que tenho de melhor, pois são nas minhas melhores qualidades que vejo a presença constante dos valores que me ensinaram durante toda a vida. Mãe e Pai, eu amo muito vocês, sou grata por quem sou e por tudo o que me tornei. Sou grata pelas minhas conquistas e pela oportunidade que me deram para que eu buscasse o conhecimento como forma de conquistar meus sonhos e de me tornar uma verdadeira cidadã.

Ao meu companheiro Jeová, peço desculpas pelos sucessivos rompantes diante das dificuldades. Agradeço sua calma, seu carinho, seu amor e sua dedicação. Obrigada por sempre acreditar em mim, pelo orgulho com que fala de meus feitos e por nunca podar minha incessante participação em várias atividades sociais, negligenciando, muitas vezes, minha presença em sua vida.

A professora Anamaria, mais...muito mais, do que uma simples orientadora. Obrigada por existir na minha vida.... Infelizmente, não existe palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer a você com justiça e com o devido merecimento. Sua ajuda e seu apoio foram decisivos no momento de desânimo e desistência. Jamais irei esquecer sua paciência, zelo, dedicação e preocupação.

Ao professor Jorge Carvalho do Nascimento, obrigada por oportunizar os primeiros passos na pesquisa em História da Educação. Nunca me sentirei merecedora do grande privilégio de estar ao seu lado.

Ao meu irmão Makey, minha cunhada Ana Paula e sobrinho Mateus pelo carinho, preocupação e atenção que sempre tiveram comigo, sempre me apoiando em todos os momentos, enfim por todos os conselhos e pela confiança em mim depositada meu imenso agradecimento.

As minhas irmãs de coração: Ligia Menezes, Mary Lourdes Santana, Ana Carla Menezes, Elma, Nirlen, Samara, Dijane, Taiana, Joice, Marta, Aline, Elizângela e Pâmela, pelos momentos felizes e por ajudar a me livrar do stress tão comum entre os doutorandos.

A banca de qualificação, representada pelos professores Maria Neide Sobral, Marizete Lucine, Solyane Silveira Lima, Maria José Dantas e Jorge Carvalho do Nascimento. Obrigada pelas sugestões destinadas ao aprimoramento do trabalho e pela participação no desenvolvimento deste estudo.

Agradeço a todos os professores que participaram da minha formação acadêmica no Departamento de Educação da UFS, em especial aos que impulsionaram em mim a paixão pela docência: Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Wilma Pôrto de Prior, Maria José Nascimento Soares, Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus, Liana de Melo Torres e Dilma Maria Andrade. Vocês estarão para sempre cultivados na minha memória.

Todos os entrevistados foram magnânimos em sua ajuda para esta pesquisa. Agradeço profundamente pela disponibilidade e atenção dedicada ao meu estudo e as minhas constantes visitas (telefonemas, mensagens no whatsapp e e-mails) em busca de informações.

Aos amigos da turma de doutorado PPGED-UFS/2013. Obrigada pela companhia durante esses quatros anos, em especial: Ana Márcia Barbosa dos Santos e Elaine Maria Santos.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares da Universidade Federal de Sergipe. Em especial a: Josineide Siqueira, Maria Carolina Barcelos, Maria do Socorro Lima, France Robertson Pereira da Silva, Claudileuza, Márcia Terezinha Jerônimo, Renilfran Cardoso de Souza , Miriam Ferreira de Matos, Joaquim Tavares, Marluce de Souza Lopes Santos e Milena Cristina Aragão Ribeiro de Souza.

A todos os familiares residentes em “Itabaiana City”, que mesmo longe estavam sempre presentes e na torcida para que tudo ocorresse da melhor maneira...amo vocês.

A todos, que de forma direta e indireta contribuíram para a realização desta pesquisa, minha profunda gratidão.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo central analisar como ocorreu na prática a inserção e a atuação dos alunos e licenciados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1978) no campo educacional sergipano. Nesse sentido, também pretende-se compreender o processo de criação, funcionamento e legitimação desse subcampo acadêmico no âmbito local e sua contribuição para a formação de docentes e especialistas em Educação. Para tal, foi realizada uma pesquisa histórica por meio das análises bibliográfica e documental, ambas ancoradas nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História, mais precisamente da nova corrente historiográfica denominada História Cultural. Além disso, o estudo foi direcionado pelas concepções de campo, capital e *habitus*, de Pierre Bourdieu, e memória de Le Goff e Pollak. De acordo com a pesquisa, podemos constatar que dentre os cursos autorizados para o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), a partir de 1951, estava o de Pedagogia. No entanto, esse curso só passou a funcionar em 1968, após a criação da Universidade Federal de Sergipe (em 1967) e a certeza da incorporação da FAFI à nova unidade de ensino superior. A concretização no funcionamento do curso foi uma determinação do Governo Civil Militar para a criação da UFS, o qual exigia o desmembramento da FAFI e a implantação do Instituto de Letras, de Filosofia e Ciências Humanas e a Faculdade de Educação. Após sua implantação, o curso permaneceu durante as décadas de 60 e 70 do século XX sendo a graduação mais procurada na área de formação do magistério da Universidade Federal de Sergipe. Um dos motivos para essa demanda estava associada a reformulação nacional do curso, em 1969, a qual ampliou o campo de atuação dos pedagogos mediante a criação das habilitações em Supervisão, Administração, Orientação e Inspeção Escolar. Nesse processo, docentes e especialistas, atuaram em funções estratégicas do campo educacional sergipano, contribuindo com a modernização e expansão do ensino. Assim, partimos da tese de que, apesar do curso ter sido instalado mediante recomendações do Governo Civil Militar, e dominar interpretações que o reduzem aos interesses de controle social/ideológico desse Governo, não podemos omitir e nem silenciar as contribuições de seus alunos e diplomados na implantação de políticas educacionais que visavam à melhoria e ampliação do ensino.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Licenciados. História da Educação. Sergipe. Trajetórias docentes.

ABSTRACT

The major purpose of this dissertation is to analyse the insertion and practice of students and graduates on Pedagogy of the Universidade Federal de Sergipe (1968-1978) in the educational field in Sergipe. Another goal is to comprehend the opening of this academic field and its functioning and legitimation in the local sphere, and its contribution to the formation of teachers and Education specialists. For which it was done a historical research based on bibliographic and documental analyses, both on the framework of the New History theoretical and methodological premises, more precisely of the new historiographic school named Cultural History. Besides, the study was oriented by the concept of field, capital and habitus, on Bourdieu's account, and the concept of memory on Le Goff's and Pollak's account. According to the research, it is possible to conclude that the graduation on Pedagogy was among the courses authorized to be offered by the Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI), from 1951. However, the course had only been given to the public on 1968 after the inauguration of the Universidade Federal de Sergipe in 1967. The graduation course was opened by a determination of the civil-military government in order to inaugurate the Universidade Federal de Sergipe which required the FAFI's fragmentation and the implementation of the Institute of Languages, Philosophy and Human Sciences and the Faculty of Education. After its implementation it was the most popular graduation course during the decades of 1960 and 1970 on the field of Education in the Universidade Federal de Sergipe. One of the reasons for it is associated to the national reformulation in 1969, which included the broadening of the field of expertise for educators by creating the habilitations: coordination, administration, supervision, and school inspection. Educators and specialists had worked in strategic functions of the educational field in this process, contributing to the modernization and expansion of teaching. In this sense, it is not possible to omit or deny the students' and graduates' contributions in the implementation of educational policies on the improvement of teaching, despite the fact that the course was implemented after an imposition of the civil-military government, and of the dominant interpretation of social and ideologic control as the main interest of the government.

Key words: Pedagogy degree. Graduates. History of Education. Sergipe. Teaching trajectories

RÉSUMÉ

Cette thèse vise principalement à analyser la façon dont a eu lieu l'intégration et la performance des étudiants et diplômés du cours de pédagogie de l'Université Fédérale de Sergipe (1968-1978) dans le domaine de l'éducation en Sergipe. En ce sens, elle vise également à comprendre le processus de création, le fonctionnement et la légitimité de cette sous-zone académique au niveau local et leur contribution à la formation des enseignants et des experts en matière d'Education. Pour ça, on a été réalisée une recherche historique à travers de l'analyse bibliographique et documentaire, à la fois ancrés dans les hypothèses théoriques et méthodologiques de la Nouvelle Histoire, en particulier le nouveau courant historiographique appelé Histoire Culturelle. En outre, l'étude a été dirigée par le domaine des idées, des capitaux et *habitus* de Pierre Bourdieu, et la mémoire de Le Goff et Pollak. Selon la recherche, nous pouvons voir que des cours autorisés pour le fonctionnement de la Faculté Catholique de Philosophie de Sergipe (FAFI), à partir de 1951, était la Pédagogie. Cependant, ce cours a commencé à fonctionner en 1968, après la création de l'Université Fédérale de Sergipe (en 1967) et la certitude de l'intégration de la FAFI à la plus jeune institution de l'enseignement supérieur. Le fonctionnement du cours était une décision du gouvernement militaire civile pour la création de l'UFS, qui exigeait le démembrement de la FAFI et l'impantation de l' Institut des Lettres, de Philosophie et des Sciences Humaines et de la Faculté d'Éducation. Après sa mise en œuvre, le cours est resté pendant les années 60 et 70 du XXe siècle le cours le plus populaire dans la formation de l'Université Fédérale de Sergipe. Une des raisons de cette demande a été associée à la reforme nationale du cours en 1969, qui a élargi le champ de travaille des pédagogues par l'établissant les qualifications dans la Supervision, l'Administration, d'Orientation et d'Inspection Scolaire. Dans ce processus, les enseignants et les experts, ont travaillé dans des rôles stratégiques du domaine de l'éducation en Sergipe, contribuant à la modernisation et à l'expansion de l'éducation. Donc, nous partons de l'idée que, même si le cours a été installé par une imposition du gouvernement militaire civile et ces règles des interprétations qui réduisent les intérêts de contrôle social / idéologique de ce gouvernement, nous ne pouvons pas omettre et ni taire pas les contributions de leurs élèves et diplômés dans la mise en œuvre des politiques éducatives visant à l'amélioration et à l'expansion de l'éducation.

Mots-clés: Cours de Pédagogie. Diplômés. Histoire de l'Éducation. Sergipe. Trajectoires pédagogiques.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Padre Luciano José Cabral Duarte.....	33
Figura 02 – Autorização para funcionamento dos cursos da FAFI (1951).....	36
Figura 03 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes, década de 40 do século XX.....	38
Figura 04 – Chamada para defesa de Tese na FAFI (1961).....	43
Figura 05 – Reconhecimento dos cursos da FAFI (1954).....	44
Figura 06 – Solicitação de inspeção para a FAFI (1954).....	46
Figura 07 – Solenidade de incorporação das faculdades isoladas à Fundação Universidade Federal de Sergipe (1968).....	49
Figura 08 – Solenidade de instalação da UFS (1968).....	50
Figura 09 – Sessão de encerramento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.....	57
Figura 10 – Nomeação da primeira diretora da FACED/UFS (1968).....	60
Figura 11 – Nomeação de Dom Luciano Duarte para o CFE (1968).....	65
Figura 12 – Banca examinadora do curso de Pedagogia da FAFI (1968).....	74
Figura 13 – Edital do Concurso de Habilitação da FAFI (1968).....	76
Figura 14 – Atestado de sanidade mental para o ingresso na FAFI (1968).....	77
Figura 15 – Exames vestibulares da UFS (1969).....	82
Figura 16 – Estádio Estadual Lourival Baptista - Vestibular da UFS (1970).....	87
Figura 17 – Vestibular unificado da UFS (1971).....	91
Figura 18 – A divisão de cursos por grupamento no vestibular da UFS (1973).....	94
Figura 19 – Vestibular da UFS realizado no Estádio Lourival Baptista.....	96
Figura 20 – A quebra de sigilo de provas do vestibular (1974).....	98
Figura 21 – Charge sobre fraudes no vestibular (1976).....	99
Figura 22 – O inimigo no Vestibular da UFS - o fiscal (1977).....	103

Figura 23 – Guia de instrução para o vestibular da UFS (1978).....	104
Figura 24 – Medalha de participação no Projeto Rondon (1970).....	117
Figura 25 – Certificado do 1º Simpósio Estadual do Projeto Rondon/Sergipe (1970).....	118
Figura 26 – Embarque de estudantes da UFS para a cidade de Tabatinga/Amazonas (1972).....	122
Figura 27 – Campanha do Exército Brasileiro em Tabatinga/Amazonas (1972).....	123
Figura 28 – Portaria de louvor a integrante do Projeto Rondon (1973).....	125
Figura 29 – Organograma do CECAC-UFS (1976).....	128
Figura 30 – Resumo de atividades dos estágios do CECAC/UFS (1976).....	131
Figura 31 – Certificado de docência no curso promovido pelo CECAC/UFS (1972).....	132
Figura 32 – Estagiários do curso de Pedagogia/UFS na equipe do CECAC (1976).....	133
Figura 33 – Símbolo do CECAC/UFS.....	134
Figura 34 – Contratação de professores para a Cruzada ABC.....	144
Figura 35 – Contrato firmado entre SEC/SE e Cruzada ABC (1968).....	147
Figura 36 –Convênio entre SEC/SE, prefeituras e MOBRAL (1970).....	149
Figura 37 – Acidente automobilístico dos integrantes do MOBRAL (1971).....	151
Figura 38 – Fascículo do Projeto Minerva/curso supletivo de 1º grau (1971).....	155
Figura 39 – Treinamento de alunos do curso de Pedagogia para atuar no Projeto Minerva (1970)...	157
Figura 40 – Comunicado da Inspeção Seccional de Sergipe (1969).....	165
Figura 41 – Carteira de Registro de Professor (1973).....	172
Figura 42 – Divulgação do curso de Estudos Adicionais (1972).....	175
Figura 43 – Certificado do curso de Estudos Adicionais (1972).....	176
Figura 44 – Notícia sobre a falta de pessoal qualificado para a implantação da reforma do ensino..	178
Figura 45 – Posse de novo diretor no Colégio Castelo Branco (1970).....	184
Figura 46 – Concurso para supervisores (1969).....	186
Figura 47 – Divulgação de cursos para professores da SEC-SE (1969).....	190

Figura 48 – Recrutamento de professores para o Ginásio Polivalente (1971).....	198
Figura 49 – Preparação de pessoal para o Ginásio Polivalente de Sergipe (1972).....	199
Figura 50 – Contrato para o cargo de orientador educacional do CODAP/UFS (1972).....	201
Figura 51 – Implantação do serviço de assistência ao educando na SEC/SE (1974).....	203

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APLB – Associação de Professores Licenciados do Brasil – Seção Sergipe
CADES – campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário
CCCH – Comissão Central do Concurso de Habilitação
CEP – Conselho de Ensino e Pesquisa
CECAC- Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária
CFE - Conselho Federal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRUTAC – Coordenação Urbana de Treinamento e Ação Comunitária
Cf. - Conforme
CODAP - Colégio de Aplicação
CONEP – Conselho de Ensino e Pesquisa
CONSU - Conselho Universitário
CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CURBITAC – Coordenação Urbana de Treinamento e Ação Comunitária
DAA – Departamento de Administração Acadêmica
DAU – Departamento de Assuntos Educacionais
DEAPE – Departamento de Apoio Didático Pedagógico
DEC – Departamento de Educação e Cultura
DED – Departamento de Educação
EUS – Estatuto da Universidade de Sergipe
ENERGIPE - Empresa Energética de Sergipe
FAB – Força Aérea Brasileira
FACED – Faculdade de Educação
FCFS – Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
FAFI – Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe
FECL – Faculdade de Educação, Ciências e Letras
FNFCL – Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras
FUFS - Fundação Universidade Federal de Sergipe
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
HEM – Habilitação Específica do Magistério
IDLD - Instituto Dom Luciano Duarte
IERB – Instituto de Educação Rui Barbosa

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPES – Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB – Movimento Educacional Brasileiro
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MINTER – Ministério do Interior
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIPIMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra
SEC – Secretaria Estadual de Educação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	15
2 – O SURGIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM SERGIPE.....	29
2.1 – A CRIAÇÃO NA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA.....	29
2.2 – A INCORPORAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE....	51
3 – O INGRESSO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1968-1978).....	72
3.1 - A OPÇÃO PELO CURSO E O PROCESSO SELETIVO.....	72
4 – O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS DO CURSO DE PEDAGOGIA (1968-1978).....	108
4.1 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A ATUAÇÃO DOS ALUNOS PARA ALÉM DOS LIMITES CURRICULARES	108
4.2 - A PRESENÇA DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS EM PEDAGOGIA NA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	136
4.3 - O EXERCÍCIO DOCENTE DOS LICENCIADOS: PROFESSORES DO CURSO NORMAL E DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO (HEM).....	160
4.4 - A DEDICAÇÃO ÀS HABILITAÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR, ORIENTADOR, ADMINISTRADOR E INSPETOR ESCOLAR.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
APÊNDICES	234
APÊNDICE A – DADOS DOS ENTREVISTADOS.....	235
APÊNDICE B – APROVADOS NO VESTIBULAR PARA O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFS (1968-1978).....	238

APÊNDICE C – NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO VESTIBULAR PARA O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFS E O NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS (1968-1978).....	261
--	------------

1 - INTRODUÇÃO

Ao iniciar o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 2004, fui contagiada pelo sentimento de alegria e entusiasmo, primeiro por ingressar numa instituição pública de nível superior; segundo, pelo perfil profissional assegurado aos licenciados dessa graduação. Tornar-me professora da pré-escola e das primeiras séries do ensino fundamental era algo que me seduzia e despertava uma intensa expectativa de contribuições ao campo educacional.

Nos primeiros períodos passei a vivenciar duras críticas ao curso, especialmente relacionadas ao seu processo histórico de indefinição da identidade e à crença de sua adesão ao Regime Militar (1964-1985). Diante das obras e autores que eram utilizados para abordar essas interpretações, fui convencida de que essa versão era algo que de fato explicava uma parcela das críticas¹.

Ao ser convidada pelo professor Jorge Carvalho do Nascimento para participar do seu projeto de pesquisa financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ainda durante a graduação, escolhi estudar a história do curso de Pedagogia no Brasil e em Sergipe no período da Ditadura Militar. A intenção era mostrar essa relação de controle associada ao perfil profissional dos seus licenciados e como aquele grupo monolítico de militares determinou a disposição local.

Nessa pesquisa, a formação dos pedagogos licenciados pela UFS, nas habilitações de Magistério, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Administração Escolar, estava associada ao papel burocratizado do Governo e às suas ações de vigilância e punição exercidas sobre os professores, alunos, funcionários e pais. A base para sustentar tal interpretação era fundamentada, especialmente, nos aspectos legais, elaborados de forma autoritária e voltados aos interesses de controle dos militares, e nas obras que sustentavam essa versão. Assim, os cinco meses que foram dedicados a essa pesquisa limitaram-se a aquela análise.

Durante o mestrado (2009-2011), decidi estudar a história da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971), pois acreditava que já havia finalizado minha pesquisa com relação ao curso de Pedagogia no Brasil e em Sergipe. Além disso, como esse curso estava inserido na Faculdade de Educação, considerei que tal conhecimento me ajudaria a compreender a história da instituição.

¹ Dentre as obras utilizadas para justificar essa interpretação estavam as de Paro (2001), Silva (2003) e Pimenta (1995).

No entanto, durante o mestrado, passei a analisar o período que abrangia os anos de 1964 a 1985, a partir de uma nova denominação de “Regime Civil Militar”, por entender que o grupo que o legitimava não era formado somente por militares². Esta nova compreensão permitiu representar a trama e as disputas do campo educacional sergipano, especificamente no processo de criação da Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa para a dissertação proporcionou questionamentos acerca do curso e a certeza de que não havia finalizado o estudo do PIBIC, pois surgiu a hipótese de que o descrédito e as críticas ao curso de Pedagogia³ poderiam estar associados às interpretações construídas, especialmente, a partir da década de 80 do século XX⁴, as quais destacavam um possível “fracasso” da graduação e a causa de todas as mazelas do ensino ao projeto educacional do Governo Militar.

Além disso, poderia haver outras razões para a criação de um projeto de curso com aquela disposição, instituindo os perfis profissionais do professor, orientador, supervisor, administrador e inspetor escolar. Nesse sentido, a interpretação construída durante a pesquisa do PIBIC não atendia mais aos meus questionamentos, pois precisava analisar até que ponto o perfil profissional do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1978) havia se estruturado “apenas” para atender aos anseios de controle e autoritarismo da Ditadura Militar.

A partir dessa questão central, outras interrogações foram sendo formuladas: Será que o projeto nacional do curso implantado em 1969 seria uma ruptura com o que vinha sendo planejado antes do Golpe? Não havia a necessidade de profissionais especializados no campo educacional para atender ao projeto político desenvolvimentista e modernizador⁵ do Governo? Como se materializou a atuação dos professores e especialistas em Educação no campo educacional sergipano? Quais as contribuições dos egressos do curso de Pedagogia da UFS para o cenário educacional local?

² De acordo com Motta (2014) e Reis (2014), o Governo Civil Militar compreendeu uma ampla aliança entre grupos civis e militares. Segundo eles, era uma aliança heterogênea e contraditória, representada por diferenças tanto sociais quanto ideológicas: “Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart” (MOTTA, 2014, p. 8).

³ Especialmente ao modelo de curso implantado com o parecer do CFE nº. 252/69, o qual cria as habilitações em Supervisão Escolar, Administração Escolar, Inspeção Escolar e Orientação Educacional.

⁴ Referencial bibliográfico emergente após a década de 80 do século XX, fundamentado nas teorias crítico-reprodutivistas.

⁵ De acordo com Motta (2014) o projeto desenvolvimentista-modernizador do Governo Civil Militar se concentrava na perspectiva econômica, social e administrativa, com vistas ao crescimento, aceleração da industrialização e a melhoria da máquina pública. Para a implantação desse plano, o setor educacional tornou-se área prioritária do Governo. Nesse sentido, escolas e universidades transformaram-se no *locus* de formação de mão de obra qualificada de técnicos e dirigentes.

Assim, durante o curso de Doutorado, passei a realizar uma nova investigação, com o objetivo de analisar como ocorreram na prática, a inserção e a atuação dos acadêmicos e licenciados do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-1978) no campo educacional sergipano⁶.

A proposta deste estudo não é ignorar a repressão do período e os interesses camuflados que moviam as medidas governamentais, mas sim apresentar uma proposta de análise das sutilezas do Regime. É importante que se entenda que as medidas educacionais aqui discutidas não foram o produto direto e descuidado do projeto desenvolvimentista e modernizador almejado somente pelas autoridades militares. Antes, devem ser entendidas como resposta da esfera educacional às demandas de diferentes grupos, que, de uma maneira geral, ansiavam por melhores oportunidades de emprego e formação.

Assim, defendo a Tese de que apesar do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe ter sido instalado durante o Governo Civil Militar (1964-1985), e predominar interpretações que o reduzem aos interesses de controle social/ideológico desse Governo, não podemos omitir e nem silenciar as contribuições de seus acadêmicos e licenciados na implantação de políticas educacionais que visavam à melhoria e ampliação do ensino durante o período de 1968 a 1978.

Entretanto, com a intenção de compreender de forma mais aprofundada o surgimento desse subcampo acadêmico e posicionar melhor o leitor diante do objeto de estudo, foi necessário recuar no tempo, para contextualizar com mais precisão a temática da pesquisa. Esta breve ampliação do marco temporal, permitiu uma investigação sobre a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe⁷, instituição responsável pela formação docente em nível superior no Estado, de 1951 até 1968, quando foi incorporada à Universidade Federal de Sergipe e fragmentada em três novas unidades: Faculdade de

⁶ Ao ingressar no PPGED/UFS, havia elaborado um projeto de doutorado com o objetivo de analisar as divergências e disputas entre o projeto do curso de Pedagogia definido pelo Conselho Federal de Educação, e o projeto implantado na Universidade Federal de Sergipe. Ao analisar a falta de autonomia da congregação para elaborar um projeto local diferenciado, e diante das sugestões dos professores da banca, do Exame de Qualificação, um novo direcionamento foi dado ao projeto de Tese.

⁷ Até 1968, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe ou FAFI, como passou a ser conhecida, era uma instituição de ensino superior privada que funcionava de maneira isolada e autônoma. Nessa faculdade funcionaram os cursos de Geografia e História (1951), Filosofia (1951), Matemática (1951), Letras Neolatinas (1952), Letras Anglo Germânicas (1953), Didática (1954) e Pedagogia (1968). Após 1968, a FAFI foi inserida à Universidade Federal de Sergipe e desmembrada em três novas unidades: Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Letras, Artes e Comunicação. Nesse contexto, os cursos em funcionamento da FAFI foram transferidos para as novas unidades.

Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Letras, Artes e Comunicação.

Essa iniciativa era a condição estabelecida para a implantação da Universidade Federal de Sergipe, respeitando as reivindicações da Reforma Universitária publicada em novembro de 1968:

Art. 8º Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se às universidades ou congregar-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, constituindo, neste último caso, federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento. (BRASIL, 1968, p. 2).

Com a incorporação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FAFI) à Universidade Federal de Sergipe, e com o desmembramento dessa Faculdade em outras três unidades, dentre elas a Faculdade de Educação, fez-se necessária a transferência do então curso de Pedagogia da FAFI para a nova Faculdade de Educação da UFS. Após 10 anos de funcionamento (1968-1978), a Faculdade de Educação foi transformada em Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, e a graduação em Pedagogia foi inserida nessa nova unidade acadêmica.

Para o desenvolvimento do estudo foram formuladas algumas etapas, a partir dos objetivos específicos: analisar o processo de criação e implantação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe; verificar os aspectos legais que definiram o perfil profissional do curso; conhecer a motivação dos ex-alunos pela área da Pedagogia e o processo de seleção para o ingresso nesse subcampo acadêmico; relatar memórias de ex-alunos e ex-professores do curso, sobre o processo de inserção no campo educacional sergipano; e destacar, a partir das memórias de ex-alunos, a atuação profissional no âmbito das políticas educacionais em Sergipe.

Nesse sentido, para atingir os objetivos da tese, iniciou-se uma pesquisa histórica por meio da análise bibliográfica e documental, ambas ancoradas nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História⁸, mais precisamente da corrente historiográfica denominada História Cultural.

⁸ Segundo Burke (1992), essa corrente historiográfica surgiu na década de 1970, correspondendo à terceira geração da chamada Escola dos Annales. Esse movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: à política pensada além das instituições e à história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes

O historiador inglês Burke (2005) abordou uma extensa discussão sobre esse referencial teórico-metodológico em sua obra publicada em 2004⁹. Nela, o autor analisa o surgimento da História Cultural, seus problemas, suas relações com a antropologia, seus principais teóricos, os procedimentos de pesquisa e conceitos fundamentais. Em sua concepção:

A necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. (BURKE, 2005, p. 77).

Outro entendimento adotado nesta tese é a explicação apresentada por Chartier (1990, p. 16-17), que esclarece, de forma objetiva, que a História Cultural “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Dessa forma, Chartier (1990), distanciando-se de modelos explicativos reducionistas e deterministas, esboça um novo projeto historiográfico em que a cultura é concebida como significações que os homens atribuem à sua realidade, às suas práticas e a si mesmos. Para ele, a História da Cultura, tal como era praticada no passado, era uma história elitizada, tanto nos sujeitos como nos objetos estudados. A noção de “cultura” que perpassava era demasiado restrita, a qual os avanços da reflexão antropológica vieram desautorizar.

Os historiadores Chartier (1990) e Burke (2005) alertam-nos que a História Cultural, assim definida, possibilitou novos objetos e domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social, buscando uma nova legitimidade científica, e tendo como substrato as aquisições intelectuais que fortaleceram o domínio institucional do passado.

No Brasil, esse referencial teórico e metodológico vem conquistando pesquisadores e expandindo sua área de atuação, sobretudo no subcampo científico da História da Educação. Sobre a produção da historiografia educacional brasileira, Vidal & Faria Filho (2005) informam que:

datas para as pessoas e acontecimentos comuns; à necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; à história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período.

⁹ No Brasil essa obra foi publicada em 2005.

No âmbito dos estudos históricos, a influência mais reconhecida refere-se à chamada nova história cultural francesa. Às vezes difusa no corpo dos textos analisados pelos balanços realizados, outras vezes explícita apenas na bibliografia e, em muitos outros casos, aparecendo no diálogo substantivo desenvolvido em trabalhos de cunho mais historiográfico. [...] as tendências verificadas no conjunto dos resumos indicam a crescente consolidação de um campo disciplinar que se desenvolve no interior do campo pedagógico, mas que nitidamente inscreve-se no âmbito da chamada História Cultural. (VIDAL & FARIA FILHO, 2005, p. 124).

Diante desse panorama teórico, o objeto de estudo deste trabalho foi analisado com base nos conceitos elaborados por Bourdieu (1983, 1990, 2004, 2007), como campo, *habitus* e capital, além da concepção de memória desenvolvida por Le Goff (2003) e Pollak (1992).

Na definição de campo¹⁰, Bourdieu (1983a, p. 89) explica que são "[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições dos agentes nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)". Para ele, campo compreende um universo social particular constituído de agentes ocupando posições específicas dependentes do volume e da estrutura do capital eficiente dentro do campo considerado.

O campo consiste no espaço onde ocorrem as relações sociais entre os agentes. Cada campo é dinâmico e obedece a regras próprias, definidas pelas disputas e consensos ocorridos em seu próprio espaço, onde todos os pares têm interesse em ter sucesso diante das relações estabelecidas com os outros; representa um espaço simbólico, com leis próprias.

Essa concepção traz subsídios para entender as disputas, resistências, consensos e as relações de poder no processo de implantação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (agência formadora), a inserção de seus acadêmicos e egressos no campo educacional sergipano, a constituição do perfil profissional do pedagogo e a formulação das políticas educacionais do período de 1968-1978.

Para Bourdieu (2007), o funcionamento de um campo é consolidado devido à existência de capitais, os quais configuram os objetos de disputa, e de um *habitus*, que define traços legitimados no campo. O *habitus* seria um princípio de um conhecimento

¹⁰ Em cada campo específico existe um conjunto de interesses fundamentais compartilhados que garantem sua existência e funcionamento. Neste estudo foram utilizadas as concepções dos seguintes campos: social, religioso, político, acadêmico e educacional.

sem consciência, de uma intencionalidade sem intenção, podendo ser transferido e adquirido de maneira explícita ou implícita, através da aprendizagem.

Dessa forma, *habitus* deve ser entendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento com uma matriz de percepções, apreciações e ações e torna possível a realização de tarefas insignificantes diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados. (BOURDIEU, 2007, p. XLI).

Esse entendimento permite observar como o *habitus* adquirido pelos acadêmicos e egressos de Pedagogia da UFS vai implicar na sua escolha pelo curso, nas condições para o reconhecimento dos pares no campo educacional (traços distintivos) e nas estratégias para inserir-se no campo educacional sergipano.

O ingresso no curso concedia a permissão para atuar no campo educacional, mais especificamente no subcampo do ensino e das funções especializadas da Pedagogia. A aquisição de títulos (certificados de monitoria, cursos de extensão) e o conhecimento a respeito das diretrizes do ensino vão resultar no volume de capital acumulado, permitindo o ingresso dos licenciados no campo acadêmico, mediante a docência no curso de Pedagogia da UFS.

O capital é o responsável pelas disputas e consensos dentro de um campo¹¹. Consistem em instrumentos de acumulação, que, de posse dos indivíduos, inseridos em um determinado campo, passam a servir como objetos de diferenciação entre os sujeitos. Entre os diferentes tipos de capital, destacam-se: o cultural, econômico, social e simbólico.

Para Bourdieu (1983a), alguns mecanismos e estratégias são utilizados pelos agentes em sua constante busca por diferenciação, distinção, visibilidade ou legitimidade dentro do campo. Diante dessa concepção, ele ressalta que

[...] acumular capital é fazer um 'nome', um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum. (BOURDIEU, 1983a, p. 132).

¹¹ As posições (dominante-dominado) que os agentes ocupam em determinado campo dependem da estrutura e do volume de capital específico que eles acumulam. Em qualquer campo, é necessária a existência de objetos de disputa e pessoas que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo, os objetos de disputa, e estejam dispostas a disputar o jogo (BOURDIEU, 2007).

Neste estudo, também foi incorporado o conceito de memória de Le Goff (2003) e Pollak (1992), para colaborar com a análise acerca da inserção dos acadêmicos e egressos do curso de Pedagogia da UFS no campo educacional sergipano e a respeito das práticas profissionais que foram realizadas por eles no interior desse campo, destacando a implantação de políticas educacionais e o discurso de controle no período da Ditadura Civil Militar.

Para definir o conceito, Le Goff (2003) desenvolveu uma contextualização, utilizando obras históricas e de outras áreas do conhecimento para a observação das respectivas e singulares noções de memória. Para o autor, a memória “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 419).

Segundo Le Goff (2003), a partir dos anos 50 do século XX, psicólogos e psicanalistas passaram a destacar as manipulações da memória individual de acordo com os interesses sociais, a afetividade, a inibição e a censura.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 422).

Pollak (1992, p. 4-5) acentua a seletividade de toda memória, bem como seu processo de negociação para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais:

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento - mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 4-5).

O autor acrescenta que a memória não se resume exclusivamente à vida de uma pessoa, pois é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. (POLLAK, 1992, p. 4).

No tocante à seleção da historiografia analisada neste trabalho, enfatizamos a apreciação de obras que tratam da história do curso de Pedagogia no Brasil e em Sergipe. A razão dessa escolha foi compreender a trajetória do curso no âmbito nacional, os aspectos legais que delinearão o currículo e o perfil profissional dos egressos, as discussões em volta das reformulações e a atuação dos movimentos docentes que surgiram a partir de 1978.

Na produção sergipana foi localizado o livro intitulado *História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-2008)*¹², elaborado por professores do curso de Pedagogia da UFS para comemorar os 40 anos da graduação. A obra foi constituída a partir de um conjunto de artigos que aborda a história do curso, enfatizando a formação e as reformulações ocorridas até 2006, com a aprovação das Diretrizes Nacionais Curriculares. Dentre os assuntos abordados, também se destacam as produções acadêmicas realizadas por ex-alunos e professores do curso.

Ao analisar a bibliografia nacional, foram enfatizadas três obras que abordam a trajetória histórica desse curso no Brasil. A primeira foi o estudo de Silva (2003), intitulado *Curso de Pedagogia no Brasil – história e identidade*, que analisa a história do curso de Pedagogia no Brasil e as discussões a respeito de sua identidade, no período de 1939-1998. Para isso, ela utilizou como fontes as diretrizes normativas instituídas pelo governo federal e as que foram sustadas antes de sua implantação.

A autora narra a trajetória dessa graduação com o objetivo de esclarecer alguns problemas relativos à identidade e ao perfil profissional do pedagogo, elegendo a estrutura curricular como foco de análise. Além disso, abordou as propostas e as disputas

¹² Essa obra foi organizada pelas professoras Anamaria G. Bueno de Freitas e Maria Neide Sobral. Os artigos que compõem o livro são dos seguintes autores: Maria Neide Sobral, Silvana Aparecida Bretas, Judite Oliveira Aragão, Sônia Meire Santos Azevedo Jesus, Maria Cristina Martins, Maria José Nascimento Soares, Lianna de Melo Torres e Miguel André Berger. Cf. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; SOBRAL, Maria Neide (Orgs.). **História e memória: o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2009.

produzidas no interior do Conselho Federal de Educação e dos movimentos docentes visando às reformulações. Para ela, durante o período de 1938 a 1998 a identidade do curso apresentou características distintas, mas não excludentes.

O segundo texto foi produzido por Cruz (2011), com o título *O Curso de Pedagogia no Brasil na visão de pedagogos primordiais*. Este estudo focaliza a história do Curso de Pedagogia no Brasil a partir da visão de um grupo de 17 pedagogos considerados primordiais. Segundo ela, primordiais no sentido amplo de terem tomado parte como alunos no período inicial do curso nas décadas de 40, 50 e 60 do século XX e de se manterem atuantes e influentes desde então, destacando-se pela longa e expressiva trajetória como formadores e pesquisadores em educação¹³.

A investigação buscou levantar, junto aos participantes, algumas características do início do Curso de Pedagogia no Brasil e as mutações por eles vivenciadas. A partir dessa análise, a autora verificou qual a visão predominante acerca da pedagogia, enquanto domínio do conhecimento e processo de formação docente.

Cruz (2011) conclui que, devido às mutações experimentadas pelo curso, a densidade teórica perdeu força, sem que se tivesse consolidado uma outra força capaz de contribuir para o processo de afirmação de um conhecimento específico da pedagogia e, conseqüentemente, para uma maior visibilidade da sua posição no campo acadêmico.

O último trabalho em destaque é o texto de Saviani (2008), *A Pedagogia no Brasil: História e Teoria*, que, mesmo divergindo do referencial teórico e metodológico adotado nesta Tese, contribui de certa forma para entender o processo histórico do curso.

Nessa obra, o autor situa a pedagogia em duas perspectivas: histórica e teórica. Na primeira parte, dedicada ao aspecto histórico, o foco centra-se na constituição do espaço acadêmico da pedagogia no Brasil. A segunda parte situa a pedagogia como teoria da educação no âmbito das principais concepções educativas.

Com relação à história do curso, o autor aborda o surgimento do subcampo acadêmico da Pedagogia no Brasil, a partir dos cursos de formação docente superior instalados na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal, na década de 30, do século XX. Além disso, enfatiza as diretrizes legais responsáveis pela implantação da graduação (Decreto nº. 1.190/39) e pelas reformulações ocorridas até 2006, com a aprovação das Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia.

¹³ Dentre os entrevistados, estavam: Leonor Maria Tanuri, Bernardete Angelina Gatti, Carmem Silvia Bissoli da Silva, Ilma Passos Alencastro Veiga, Jorge Nagle, Maria Amélia Santoro Franco, Selma Garrido Pimenta e Vera Maria Candau.

Além dessa seleção na historiografia educacional, a análise bibliográfica deste estudo compreendeu o levantamento e apreciação de produções¹⁴ que abordam a história do ensino superior no Brasil e em Sergipe, as políticas educacionais do Governo Civil Militar (1964-1985) e a atuação do Conselho Federal de Educação (1962-1978).

A análise documental foi desenvolvida por meio da observação crítica das fontes¹⁵ relacionadas ao objeto de estudo e ao marco temporal desta tese. Essas fontes compreendem os seguintes documentos: ofícios, portarias, artigos, grade curricular, decretos, leis, convites de formatura, diplomas, correspondências, entrevistas, cadernetas, regulamentos, resoluções, pareceres, cartas, registro de matrícula, avaliações, regimentos, editais de vestibulares, fotografias, livros, atas, ementas, jornais, programas de ensino, relatórios e diários.

Na disposição das fontes, a imprensa teve um papel fundamental para compreender a circulação de informações acerca do funcionamento do campo educacional e acadêmico, a inserção dos alunos e licenciados de Pedagogia/UFS nesses campos e a atuação na implantação de políticas educacionais. Nesse sentido, foram utilizados os jornais em circulação no Estado de Sergipe durante o marco temporal¹⁶, e as revistas “A Documenta” e a “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”¹⁷.

A revista “A Documenta” era uma produção oficial do Conselho Federal de Educação que abordava documentos informativos e as disposições normativas elaboradas por integrantes do Conselho. Além disso, era um espaço destinado à publicação de artigos referentes às reformas educacionais do ensino no Brasil. Já a “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, de produção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, apresentava artigos de vários intelectuais da área da educação sobre inúmeras temáticas.

No que se refere aos estudos com esses objetos de análise, Nóvoa (1997) afirma que:

¹⁴ Essas produções abrangem: monografias, dissertações, teses, livros, artigos de revistas e de publicações científicas.

¹⁵ Le Goff (2003) mostrou que a construção de nosso objeto de estudo é subjetiva e depende das fontes; estas, por sua vez, também são uma construção humana intencional e, portanto, uma montagem.

¹⁶ Jornal “A Cruzada” (1950-1970), “Diário de Aracaju” (1968-1978) e “Gazeta de Sergipe” (1968-1978).

¹⁷ Os jornais foram pesquisados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e as revistas foram localizadas no setor de periódicos da Biblioteca Central da UFS.

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifesta, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (NÓVOA, 1997, p. 31).

A documentação foi pesquisada nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas/UFS, Arquivo do Conselho Diretor/UFS, Arquivo do Conselho Universitário/UFS, Arquivo do Conselho de Ensino e Pesquisa/UFS, Biblioteca Pública Epifânio Dória, Instituto Dom Luciano Duarte, Arquivo e Biblioteca Central da UFS, Arquivo do Conselho Estadual de Educação, Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, acervos particulares, Arquivo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica/UFS, Arquivo do Departamento de Educação/UFS e nas home pages do Ministério da Educação, do Senado Federal e da Universidade Federal de Sergipe¹⁸.

Nesse sentido, Nunes e Carvalho (1993) tratam sobre a importância da coleta de fontes e do seu manuseio de forma crítica para a produção do conhecimento histórico. Segundo as autoras:

Não fazemos bons trabalhos na área sem respeitar a empiria contra a qual lutamos; e todos já deparamos com a dificuldade de recolher fontes impressas e arquivísticas, geralmente lacunares, parcelares e residuais. Apesar dessas dificuldades, é justamente no manuseio crítico das fontes que o pedagogo ganha a distância necessária para olhar de uma nova maneira a pedagogia, tornando-se, pela sua prática e pelo seu projeto, um historiador. (NUNES & CARVALHO, 1993, p. 23).

Assim, concluímos que o documento é o ponto de partida para se conhecer um fato histórico. Entretanto, é necessário enfatizar que a história não é produzida somente por meio de documentos escritos. Como adverte Le Goff (2003, p. 530): “Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido

¹⁸ Na home page do Senado e do Ministério da Educação foi pesquisada a legislação federal, relacionada ao ensino superior. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/> e <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Na home page da UFS foram analisadas todas as resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa (CONEP) e do Conselho Universitário (CONSU) aprovadas entre os anos de 1968 a 1978. Disponível em: <http://posgrap.ufs.br/scar/>.

pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira”.

Diante dessa perspectiva, também utilizamos o procedimento metodológico da História Oral, com o intuito de desenvolver análises e interpretações acerca da escolha pelo subcampo da Pedagogia e das atividades profissionais que eram desenvolvidas por ex-alunos e licenciados¹⁹, além de responder a questionamentos lançados pelos documentos escritos. De acordo com Meihy e Holanda (2007), as pesquisas que adotam esse método se respaldam num conjunto de procedimentos iniciados a partir da elaboração de um projeto e no envolvimento de atores sociais.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY & HOLANDA, 2007, p. 15).

A entrevista²⁰ é incorporada pela história oral como processo dialógico e como instrumento que objetiva compreender representações do vivido pela via da documentação oral, ou seja, da linguagem verbalizada dos atores participantes. Sendo assim, a documentação oral, quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro, torna-se fonte oral (MEIHY & HOLANDA, 2007).

Quanto à organização estrutural, esta Tese encontra-se dividida em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na introdução é apresentado o objeto de estudo, a periodização, a questão central, as finalidades da investigação, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, as fontes, os locais de pesquisa e as categorias de análise.

Na segunda seção, foi analisado o surgimento do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, enfatizando o processo de criação, reconhecimento, funcionamento e legitimação desse subcampo acadêmico no espaço do ensino superior. Além disso, foi desenvolvida uma discussão sobre a exigência do Governo Civil Militar

¹⁹ As entrevistas foram realizadas com ex-professores e ex-alunos que estavam vinculados ao curso de Pedagogia da UFS, no período de 1968-1978. O quadro com o nome de todos eles e informações acerca do ano de ingresso e conclusão do curso está disponível no apêndice A.

²⁰ Neste estudo, as entrevistas foram semiestruturadas e obedeceram a um roteiro previamente elaborado, que serviu como guia para direcionar a conversa.

na implantação da Faculdade de Educação e, conseqüentemente, do curso de Pedagogia para a criação da UFS.

A terceira seção aborda os motivos que determinaram a escolha dos candidatos pelo subcampo acadêmico da Pedagogia, o processo de ingresso na graduação, a demanda por matrícula e o crescimento no número de vagas do curso.

Na quarta seção, foi analisada a inserção de acadêmicos e licenciados do curso de Pedagogia/UFS no campo educacional sergipano e a participação desses agentes na implantação de políticas educacionais, que visavam atender ao projeto modernizador e desenvolvimentista do Governo Civil Militar.

No último texto, apresentamos as considerações finais acerca da Tese e a sugestão para outros estudos.

2.0 – O SURGIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM SERGIPE

2.1 – A CRIAÇÃO NA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA

A preocupação com a formação de professores no Brasil foi um dos eixos das discussões sobre o projeto de universidade nos anos de 1920 e 1930, tendo os primeiros cursos para docentes em nível superior surgido no bojo das diferentes propostas emergentes na década de 1930²¹.

Em Sergipe, as primeiras apreciações sobre o tema ocorreram na década de 1940 após a criação e legitimação das Faculdades de Filosofia²², no Brasil, como espaços de formação de professores em nível superior²³. As reivindicações acerca dessas unidades de ensino eram frequentes em matérias jornalísticas sobre educação, como podemos observar no noticiário da época:

Mais do que qualquer outra, Sergipe precisa quanto antes de uma Faculdade de Filosofia [...] O magistério secundário, como o primário, estão cheios de professores pouco mais que semi-alfabetizados. Muitos deles não têm sequer o curso secundário completo e já se instituíam professores, garbosamente, exibindo títulos e diplomas com lastro em atestados graciosos, fornecidos por diretores de estabelecimentos pouco amantes dos seus deveres. Outros fugiram a exames de suficiência²⁴, apesar de inscritos, dissertando de um simplismo teste de capacidade intelectual e didática, e se arvoram agora, em mestres, líderes de movimentos educacionais. Trazem seus títulos e eiva de graciosidade e do favoritismo político. Dessa mesma graciosidade e desse mesmo favoritismo que são a desgraça maior do ensino em Sergipe, a recrutar professores dentro dos quadros partidários dominantes [...]. (SERGIPE - JORNAL, 29/03/1949).

²¹ Durante as décadas de 1920 e 1930 um amplo movimento com membros de diversas entidades educacionais e científicas (Politécnica do Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Educação, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura e da imprensa, através do jornal “O Estado de São Paulo”) buscou analisar e propor modelos de universidade para o Brasil, incluindo sugestões relativas à preparação do magistério. Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova também destacou a importância da formação docente em nível superior.

²² A criação dos núcleos de ensino superior foi vista como ampla oportunidade para a participação da intelectualidade católica na formação das elites dirigentes e a expansão de sua área de influência. Diante disso, os católicos hegemonizaram a formação superior do professor em Faculdades de Filosofia, pois na concepção desse grupo essas instituições representavam por natureza um campo católico (SCHAWATZMAN et al, 2000).

²³ As Faculdades de Filosofia não tinham somente o objetivo de formar professores em nível superior, mas essa característica destacou-se em relação às demais, o que provocou severas críticas à instituição na década de 1960 (SUCUPIRA, 1969).

²⁴ Os exames de suficiência eram destinados aos professores secundaristas que não possuíam diplomas universitários e gostariam de lecionar onde não houvesse docentes formados pelas Faculdades de Filosofia. O processo avaliativo consistia em provas escrita e didática (BRASIL, 1946).

Até esse período a formação de professores era realizada especialmente no curso Normal de nível secundário²⁵, ministrado no Instituto de Educação Rui Barbosa²⁶. Esta instituição, localizada em Aracaju, formava professores para atuar no ensino primário da capital e em diferentes municípios do Estado²⁷. De acordo com o estudo de Freitas (2003), a trajetória profissional das ex-normalistas estava relacionada ao capital social e político de suas famílias:

[...] São três as possibilidades principais de ingresso no magistério, em Aracaju, no período analisado: a ida para o interior, iniciando a carreira em escolas de primeira entrância; a espera de uma vaga na capital (enquanto aguardavam esta possibilidade, as ex-normalistas realizavam cursos e/ou trabalhos em outras atividades); ou a nomeação como presente na formatura [...] Todas as ex-normalistas, apesar das diferentes trajetórias vivenciadas no ingresso profissional, buscaram ascender na carreira e deixar o trabalho como professoras primárias através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e graduação. (FREITAS, 2003, p. 214).

Na década de 1940, algumas transformações foram nítidas no sistema educacional sergipano. Essas alterações se tornaram claras mais precisamente a partir de 1947, com a posse do novo governador do Estado, José Rollemberg Leite (1947- 1951), como afirma Araújo:

A instrução pública mereceu, nesta administração, todo o amparo e atenção carinhosa do governo do estado. Estava certo o governador José Rollemberg Leite de que é nas escolas que se preparam as inteligências e as energias cívicas dos povos [...]. Todos os esforços, portanto, foram empregados para desenvolver o sistema educacional do estado em relação aos ensinos primário, secundário, comercial e superior. (ARAÚJO, 1966, p. 207).

Dessa forma, o crescimento no número de escolas e vagas nos ensinos primário, secundário e técnico (modalidades agrícola, industrial, normal e comercial) tornou-se

²⁵ Nesse período o ensino secundário compreendia o curso ginásial, composto por quatro séries, e um segundo ciclo, subdividido em curso clássico e curso científico, ambos com três séries (BRASIL, 1942).

²⁶ De acordo com as obras de Freitas (2003) e Brito (2001), podemos verificar que outros cursos Normal foram ministrados em diferentes escolas sergipanas, desde o final do século XIX e início do século XX, a exemplo do Atheneu Sergipense (Aracaju), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância), Nossa Senhora das Graças (Propriá), Imaculada Conceição (Capela) e a Escola Nossa Senhora de Lourdes (Aracaju). Entretanto, verificamos que a Escola Normal Rui Barbosa (1923-1945), posteriormente denominada de Instituto Pedagógico Rui Barbosa (1945-1947) e Instituto de Educação Rui Barbosa (1947 – 2013) foi a instituição que apresentou o maior período em funcionamento, sem interrupções.

²⁷ De acordo com Brito (2001) a formação do magistério sergipano, durante a década de 1940, não estava restrita apenas ao curso Normal, pois outros cursos de aperfeiçoamento e especialização docente eram promovidos, sobretudo, em convênio com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

evidente nessa administração²⁸. Na época, a expansão escolar ocorria tanto na capital como no interior, e a população conquistava novas oportunidades de estudos.

No entanto, a qualidade do ensino não conseguia acompanhar esse crescimento quantitativo, pois muitos professores não apresentavam a formação pedagógica necessária para desenvolver a docência²⁹. Além disso, o número de professores diplomados no curso Normal não conseguia suprir as necessidades das escolas primárias, o que consequentemente favorecia o ingresso de professores leigos nessas instituições. Sobre esse insuficiente campo de formação docente em Sergipe, Nunes Mendonça³⁰ esclarece que:

O número de professores leigos, incapazes, semi-analfabetos e desinteressados é alarmante. E grande parte dos diplomados não dispõe das habilidades específicas, indispensáveis ao magistério, em virtude de formação incompleta e inadequada, e da falta de um sistema de aperfeiçoamento profissional, próprio para corrigir as deficiências de preparação [...]. O número de leigos atinge a cifra de 968, ou seja, em termos percentuais, 67,3%, o que representa índice bem alto de improvisação. (NUNES MENDONÇA, 1958, p. 159).

Desse modo, tornou-se indispensável a criação de uma faculdade que formasse professores para atuar no magistério sergipano com o intuito de atender ao crescimento no número de escolas primárias e secundárias, já que até 1950 não havia nenhum curso superior com essa finalidade, conforme podemos verificar no registro do periódico a seguir:

Uma Faculdade de Filosofia preencheria essa lacuna, preparando professores para todas essas escolas. Que adianta abrir ginásios, instalar escolas normais, ampliar os nossos estabelecimentos de ensino, se, na verdade, apesar dos grandes mestres de que dispomos não temos professores em número suficiente e com capacidade didática e intelectual para o desempenho de todas as tarefas que hão de ser distribuídas? Lancemos, pois a base de uma Faculdade de Filosofia, e tenhamos a coragem de realizá-la, com desprendimento e estoicismo para o desenvolvimento e para o renome do ensino em terras de Tobias Barreto e de Fausto Cardoso. (SERGIPE - JORNAL, 29/03/1950).

²⁸ Segundo Nunes Mendonça (1958), no ano de 1943 existiam 635 escolas de diferentes modalidades distribuídas em todo o Estado, sendo que 150 estavam sob administração municipal, 361 pertenciam ao poder estadual e 124 eram particulares. Em 1948 o número de escolas subiu para 747, compreendendo 188 da rede municipal, 424 da rede estadual, 134 particulares e 1 de administração federal.

²⁹ Essa conclusão foi possível após a análise de severas críticas sobre a qualidade do ensino e a formação de professores divulgadas na imprensa sergipana.

³⁰ No momento da pesquisa, que resultou no livro *A educação em Sergipe*, publicado em 1958, Nunes Mendonça atuava como professor de Pedagogia no 1º ano do curso de formação de professores primários do Instituto de Educação Rui Barbosa.

Nesse período, a Faculdade de Filosofia representava a instituição oficial de nível superior destinada à formação do magistério dos ensinos secundário e Normal, no país. Dentre suas atribuições, acumulava a responsabilidade pelo funcionamento dos cursos de bacharelado e licenciatura em Letras Neo-latinas, Letras Anglo-germânicas, Letras Clássicas, Química, Física, Matemática, História Natural, Filosofia, História e Geografia, Pedagogia, Ciências Sociais e Didática (BRASIL, 1939).

Com o objetivo de criar tal instituição em Sergipe, um importante acordo foi firmado entre o Estado e a Igreja Católica respectivamente, na figura do governador, José Rollemberg Leite (1947-1951), e o bispo da Diocese de Aracaju, Dom Fernando Gomes (1949-1957).

Nesse acordo, realizado mais precisamente em 1950, o Governo Estadual garantiu um subsídio anual de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00)³¹ e o auxílio financeiro na compra do terreno e na construção do prédio da unidade. Já a Diocese se responsabilizaria pelo processo de criação e funcionamento da instituição, que seria chamada de Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe ou carinhosamente de FAFI³².

Diante dessa iniciativa, a Faculdade foi fundada em 12 de julho de 1950 pela Diocese de Aracaju e passou a ser administrada pela Entidade Mantenedora Sociedade Sergipana de Cultura³³, instituição responsável por manter e dirigir as faculdades de caráter cultural e social, as quais futuramente integrariam a Universidade Católica de Sergipe. Entretanto, a implantação e o funcionamento dos cursos ainda não haviam sido autorizados pelo Governo Federal:

Todos sabem que está em vésperas de funcionar uma Faculdade de Filosofia em Sergipe, criada e mantida sob a égide da Igreja. Entretanto, é possível que muita gente não tenha compreendido o alcance deste fato, que valeu grandes sacrifícios. (A CRUZADA, 19/11/1950).

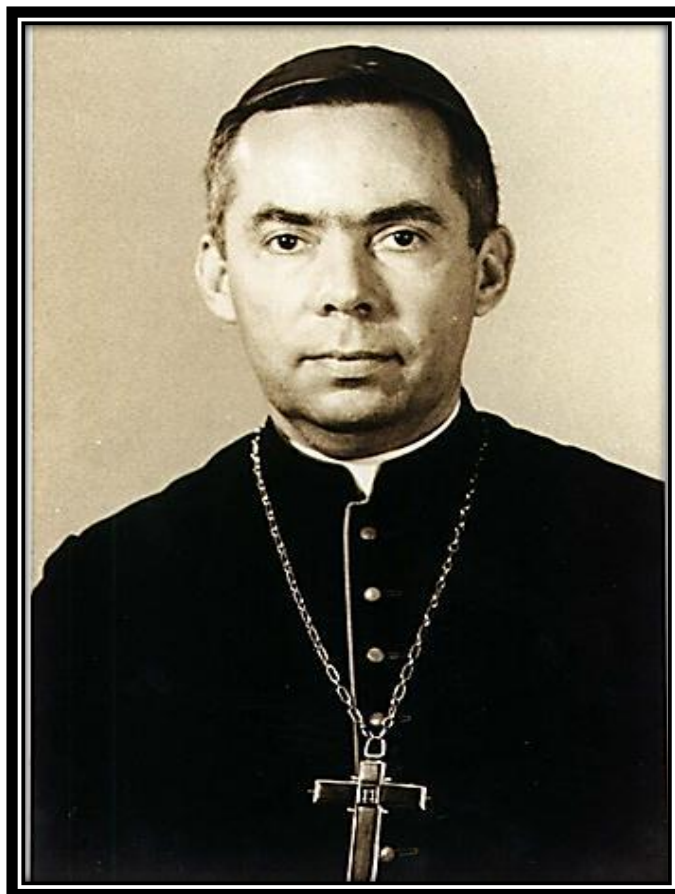
³¹ A subvenção foi instituída pelo Decreto nº 221, de 15 de junho de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe em 17 de junho de 1950. No ano de 1959, o presidente da Sociedade Sergipana de Cultura, Dom José Vicente Távora, e o diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Monsenhor Luciano Duarte, solicitaram ao então governador Luiz Garcia o aumento da subvenção estadual para Cr\$ 500.000,00. Em 1963, o mesmo governador aumentou a subvenção estadual para Cr\$ 1.200.000,00.

³² É importante salientar que durante a trajetória histórica da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, outros recursos financeiros foram disponibilizados pelos governos federal, estadual e municipal.

³³ A Entidade Mantenedora Sociedade Sergipana de Cultura era responsável pelo funcionamento e administração financeira da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Foi criada em 20 de setembro de 1950 por D. Fernando Gomes, segundo bispo de Aracaju, o qual alegou tratar-se “[...] de uma corporação civil, de fins não econômicos, mas culturais e sociais, cujo objetivo é instruir, manter e dirigir as Faculdades e Institutos de caráter cultural e social que poderão, mais tarde, integrar a futura Universidade Católica de Sergipe” (SOCIEDADE SERGIPANA DE CULTURA, 1950, s/p).

Logo, a responsabilidade da Igreja em tal acordo foi direcionada ao Padre Luciano José Cabral Duarte³⁴. Este, ao receber a notícia de que seria o responsável pela implantação da unidade de ensino, viajou até Recife para conhecer a Faculdade Católica de Filosofia de Pernambuco³⁵.

Figura 01 - Padre Luciano José Cabral Duarte



Acervo: Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD).

Após analisar as estruturas acadêmica e administrativa da Faculdade de Pernambuco, o Padre Luciano Duarte elaborou o projeto exigido pelo Governo Federal para conceder a autorização do funcionamento dos cursos da Faculdade Católica de

³⁴ O Padre Luciano José Cabral Duarte nasceu em 1925, na cidade de Aracaju, e ordenou-se sacerdote em 1948, conciliando durante muitos anos a sua vida eclesiástica com o magistério superior. Atualmente é Arcebispo Emérito de Aracaju. A referência ao sacerdote, no decorrer do texto, será de acordo com sua posição na hierarquia de sua congregação religiosa: padre (1948-1958), monsenhor (1958-1966), bispo (1966-1970) e arcebispo (1971-1998). Sua biografia completa pode ser consultada na obra de Morais (2008).

³⁵ Para elaborar o projeto da faculdade sergipana, Padre Luciano Duarte entrou em contato com o também padre sergipano Francisco Tavares de Bragança, que acumulava o cargo de professor e diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Pernambuco. Essa instituição havia sido criada em 1943 pelos padres jesuítas.

Filosofia de Sergipe, e o encaminhou à Diretoria do Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura (MEC), então a cargo do Dr. Jurandi Lodi, que o conduziu aos membros do Conselho Nacional de Educação (CNE)³⁶ para ser avaliado.

O projeto deveria atender uma sequência de solicitações recomendadas pelo Conselho Nacional de Educação: 1- Relatório mostrando as reais possibilidades do Estado e a necessidade de uma Faculdade de Filosofia; 2 - Demonstração da capacidade financeira para o custeio do curso; 3 - Entidade caracterizada como uma fundação, apresentando os recursos fundamentais para garantia das instalações e funcionamento regular dos cursos; 4 - Possibilidade do corpo docente com títulos suficientes para ser aprovado (LUDOVICO, 2011).

Ao receber e analisar tal documento, o Conselho Nacional de Educação enviou a Sergipe um inspetor federal do ensino superior para elaborar um relatório com informações registradas “*in loco*” da Faculdade e verificar a possibilidade de tal instalação. A visita oficial do inspetor ocorreu em outubro de 1950, com o objetivo de realizar a vistoria da instituição e elaborar o relatório com o seu parecer³⁷.

De acordo com o jornal “A Cruzada”³⁸, os cursos pleiteados no projeto enviado ao Ministério da Educação e Cultura para a licença de funcionamento, ainda em 1951, eram³⁹:

(Como se sabe esperamos autorização para seis cursos: Filosofia, Línguas neo-latinas, Línguas anglo-germânicas, Geografia e História, Matemática e Pedagogia). Os interessados poderão procurar o referido programa com o secretário da Faculdade, Pe. Luciano Duarte, ou na Cúria Diocesana. (A CRUZADA, 26/11/1950).

O curioso é que, mesmo sem a certeza da autorização por parte do Conselho Nacional de Educação para o funcionamento da Faculdade, foi divulgado na imprensa

³⁶ O Conselho Nacional da Educação foi criado pelo Decreto-Lei nº. 19.850, de 1931, com a finalidade de ser o órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assuntos relativos ao ensino. Em 1961, com a Lei nº. 4.024, passou a ser denominado de Conselho Federal de Educação (CFE).

³⁷ O inspetor federal indicado para vistoriar a Faculdade Católica de Filosofia, foi o Dr. Hermilo Guerreiro. O inspetor federal da Universidade da Bahia já havia sido o verificador credenciado pelo MEC no processo de instalação da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe (A CRUZADA, 29/10/1950).

³⁸ O Jornal “A Cruzada” foi criado em 1918 pela Igreja Católica com o intuito de propagar o discurso católico sobre a sociedade sergipana. Publicado até fins da década de 1960, teve duas fases: a primeira vai de 1918-1926 e a segunda de 1935-1970. Outras informações, consultar Sales (2005).

³⁹ Não foram encontrados registros que expliquem a preferência do Padre Luciano Duarte pelos cursos pleiteados no projeto enviado ao MEC. Supõe-se que a escolha pelo curso de Pedagogia estava relacionada à formação de professores para atuar nas disciplinas do curso Normal, pois o Regimento da FAFI apresentou como finalidade da instituição “[...] preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal” (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, s/d, s/p.).

sergipana, em dezembro de 1950, um curso pré-vestibular gratuito aos interessados em pleitear uma vaga nos cursos da FAFI. Além disso, o programa para o exame vestibular já estava disponível e a data do exame marcada para fevereiro de 1951. De acordo com o noticiário do jornal A Cruzada:

No intuito de ajudar os candidatos ao exame vestibular da nossa Faculdade de Filosofia, exame que será na segunda quinzena de fevereiro, surgiu à idéia de organizar-se um pequeno curso pré-vestibular, abrangendo aquelas matérias em que os examinados iriam encontrar maiores dificuldades em, sozinhos, prepararem o programa do exame. É verdade que uma portaria do exmo. Sr. Ministro da Educação proíbe, sob pena de nulidade, que sejam examinadores aqueles professores que tenham lecionado aos alunos que se submetem ao vestibular. (A CRUZADA, 31/12/1950).

A hipótese é de que o Bispo Dom Fernando Gomes e o Padre Luciano Duarte exerciam autoridade sobre alguns membros do Ministério da Educação e Cultura. Dessa forma, entendemos que o volume de capital que ambos tinham no campo religioso conseguiam transcender para os campos acadêmico e político.

Para Bourdieu (1999) cada campo, operando dentro de sua autonomia relativa e obedecendo a sua lógica específica, os agentes, posicionados de acordo com seu volume e composição de capitais, interagem como jogadores em um mercado, enfrentando-se para conservar e acumular as formas de capital que permitem o reconhecimento dos pares e a dominação do campo.

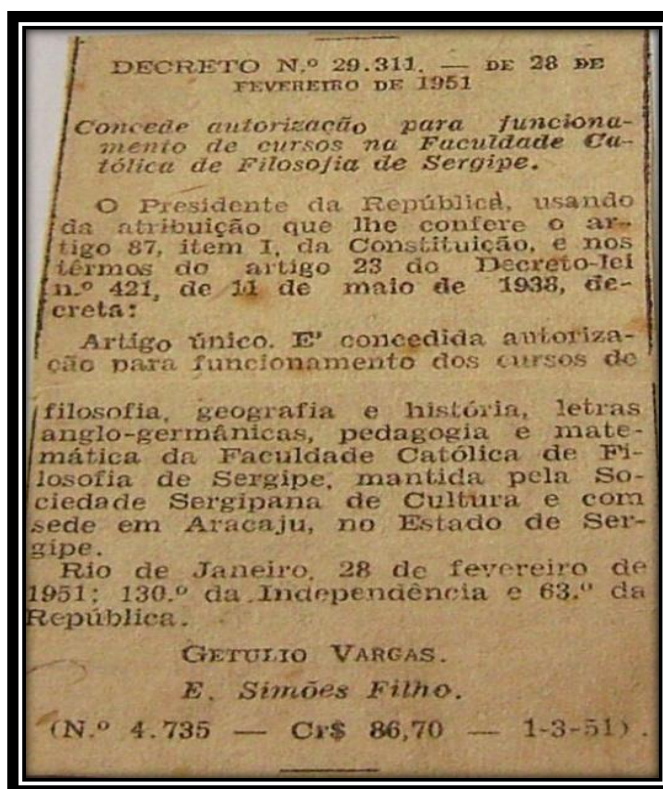
Diante disso, foi com muita confiança que entre os meses de novembro de 1950 e fevereiro de 1951 os sergipanos aguardavam a publicação no Diário Oficial da União do Decreto Presidencial que autorizava oficialmente a instalação da FAFI⁴⁰:

Aguardamos para breve a palavra final e definitiva do Ministério de Educação, concedendo, segundo esperamos, a autorização oficial para o funcionamento da nossa vitoriosa Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. (A CRUZADA, 26/11/1950).

O esperado decreto do Governo Federal nº. 29.311 foi finalmente publicado no Diário Oficial da União no dia 2 de março de 1951 e datava de 28 de fevereiro desse mesmo ano:

⁴⁰ De acordo com o Decreto-Lei nº. 421/38, para que um curso superior pudesse funcionar no país era necessária a autorização prévia do Governo Federal. O pedido de autorização era dirigido ao ministro da Educação e Saúde, que, ouvido o Conselho Nacional de Educação, o submeteria à decisão do Presidente da República.

Figura 02 - Autorização para funcionamento dos cursos da FAFI (1951)



Fonte: Decreto nº. 29.311, de 28/02/1951

Acervo: Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD).

O documento, assinado pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação e Saúde Pública Ernesto Simões Filho, autorizava a abertura de cinco cursos: Geografia e História, Pedagogia, Filosofia, Letras Anglo Germânicas e Matemática. Inicialmente só funcionaram as graduações em Geografia e História⁴¹, Filosofia e Matemática⁴², sendo que anos depois começaram a atuar os cursos de Letras Anglo Germânicas (1953) e Pedagogia (1968).

Diante do decreto, também podemos visualizar que não foi concedida a autorização para o funcionamento do curso de Letras Neo-latinas⁴³, pleiteado no plano de funcionamento da Faculdade. Esse curso era um dos mais procurados pelos candidatos:

⁴¹ O curso de Geografia e História constituía uma única disciplina até o ano de 1963. No ano seguinte os cursos de Geografia e História ganharam autonomia assegurada em novo Regimento Interno da FAFI. Sobre o curso de Geografia e História, consultar Oliveira (2008).

⁴² Mais informações a respeito do curso de Matemática da FAFI, consultar Oliveira (2009).

⁴³ A autorização para o funcionamento do curso de Letras Neo-latinas foi concedida pelo Governo Federal em abril de 1952. Nesse mesmo ano, realizou-se a seleção para o ingresso de alunos e iniciaram as atividades do curso.

Está sendo relativamente grande o número de pessoas interessadas em cursar a Faculdade de Filosofia, no próximo ano, e que tem procurado o secretário da mesma a cata de informações. [...] Candidatos para todos os seis cursos já se apresentaram, notadamente para neo-latinas e Geografia e História. (A CRUZADA, 26/11/1950).

Destaca-se que apesar da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe apresentar como objetivo principal, a formação de professores, não foi solicitada no projeto de criação a abertura do curso de Didática⁴⁴.

Tal curso era o responsável pela formação de todos os licenciados nas Faculdades de Filosofia, ou seja, mais precisamente dos professores de diferentes áreas do conhecimento. Provavelmente, o autor do projeto “Padre Luciano Duarte” entendeu que não seria necessária a abertura de Didática até 1954, pois a formatura da primeira turma de bacharéis da Faculdade só ocorreria em dezembro de 1953⁴⁵.

Assim, após a autorização para implantação dos cursos, a FAFI começou a funcionar provisoriamente em março de 1951 no prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, localizado na capital⁴⁶, sob a licença da Ordem das Irmãs Sacramentinas⁴⁷. Os cursos da Faculdade eram ministrados no turno da noite devido às atividades do Colégio no período diurno⁴⁸.

Em comemoração aos 40 anos da FAFI, sua história foi narrada com o seguinte texto:

Ela nasceu na noite, esta sombra que se dramatiza nos cenários do universo há milhões de anos. Um passo no escuro e na esperança. A noite da dificuldade, das lutas, os fundos do esforço, do idealismo: nos fundos de um prédio, no fundo das noites, ela engatinha pequenina e silenciosa, atraindo a si as primeiras inteligências. A noite amanheceu, geradora e irreversível: a manhã dos novos professores de Sergipe, dos Seminários, Conferências, a manhã da Cultura Francesa, da Revista da Faculdade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1991, s/p.).

⁴⁴ É importante lembrar que os diversos cursos ofertados pelas Faculdades de Filosofia formavam bacharéis respeitando o “padrão federal curricular” chamado 3 + 1, no qual o bacharel formado em um curso com duração de três anos que desejasse se licenciar completaria seus estudos com mais um ano no curso de Didática.

⁴⁵ A solicitação para o funcionamento do curso de Didática da FAFI foi enviada em dezembro de 1953, sendo a autorização concedida em janeiro de 1954, através do Decreto-Lei nº 34.961. Já o reconhecimento só ocorreu com o Decreto-Lei nº. 39.039, de 18 de abril de 1956.

⁴⁶ Rua Itabaianinha, nº 586, Aracaju-Sergipe.

⁴⁷ A congregação religiosa das Irmãs Sacramentinas era responsável pelo Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Informações a respeito da Congregação e do Colégio, consultar Costa (2003).

⁴⁸ A concretização de um prédio próprio só ocorreu a partir de 1954, após a compra do terreno e o início das obras de construção da sede com o apoio do então governador de Sergipe, Arnaldo Rollemberg Garcez (1951-1955). O novo prédio localizado em Aracaju (Rua de Campos, nº 177, São José) foi inaugurado em 1959.

O poema elaborado pela ex-professora da FAFI, Carmelita Pinto Fontes, buscava retratar a origem da instituição mediante metáforas que lembram o período noturno das aulas, as dificuldades em encontrar professores para lecionar nas disciplinas, as limitações financeiras da instituição, a formação de novos docentes e a utilização das salas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes:

Figura 03 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes, década de 40 do século XX



Fonte: Fotografia do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes. Acervo: Arquivo particular do professor Miguel André Berger.

Ainda no mês de março de 1951, iniciaram-se os preparativos para o primeiro vestibular. As inscrições foram realizadas no período de 5 a 9 do corrente mês, e o exame para o ingresso ocorreu entre os dias 16 a 19 de março. As aulas iniciaram sete dias depois, com um calendário especial:

A divisão do Ensino superior, a cuja testa está o Dr. Jurandir Lodi, logo após a publicação do decreto abriu um calendário especial para o funcionamento da Faculdade ainda neste ano, e designou o Sr. inspetor da Faculdade de Direito de Sergipe Dr. A. Temporal, para responder pelo expediente da Faculdade de Filosofia. (A CRUZADA, 18/03/1951).

De acordo com essa informação, podemos observar mais uma vez a relação de poder do Padre Luciano Duarte perante os campos acadêmico e político, pois, durante esse período, havia um calendário fixo e rígido definido pelo Ministério da Educação e Cultura para as instituições de ensino superior, evitando medidas extraordinárias com relação a modificações do calendário oficial.

Durante as inscrições para o vestibular foram disponibilizadas vagas somente para os cursos de Filosofia, Matemática e Geografia e História. Na oportunidade, não houve seleção para os cursos de Letras Anglo Germânicas⁴⁹ e de Pedagogia.

Com relação ao curso de Pedagogia, várias suposições sinalizam a ausência dessa graduação nos primeiros exames para o ingresso de alunos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

A primeira delas diz respeito às dificuldades financeiras frequentemente divulgadas em atas de reuniões e cartas destinadas a políticos e ao procurador da própria instituição de ensino⁵⁰. Em uma das cartas, o Padre Luciano Duarte relata ao procurador Armando Barcelos o seu descontentamento ao ser questionado pela conselheira Nair Fortes Abu-Merhy e o titular da Diretoria do Ensino Superior, Dr. Jurandi Lodi⁵¹, sobre a incapacidade financeira da Sociedade Mantenedora em sustentar a Faculdade, e por terem recusado o plano anual de aplicação do auxílio financeiro da FAFI, concedido pelo Governo Federal⁵²:

Agora o assunto mais importante desta: nós mandamos o plano de aplicação do auxílio, e a Dr^a Nair fez um papel triste com a gente. Imagine o Sr.: fizemos o plano dentro daquele esquema que o Sr. nos mandou: Pessoal, equipamento, diversos, etc. [...] Pois sabe o Sr. qual foi o parecer da dona Nair, homologado pelo Dr. Lodi, que o disse pessoalmente ao Sr. Bispo D. Fernando? Nada mais, nada menos: que não era admissível que uma Faculdade tão nova gastasse mais de 30% da verba do auxílio com o pessoal... E ainda: que parecia que a Faculdade estava vivendo exclusivamente de subvenções, como se a Mantenedora de fato não pudesse manter, etc. Veja o Sr. que lógica admirável: justamente porque é tão nova, a Faculdade merece

⁴⁹ O curso de Letras Anglo Germânicas só passou a funcionar em 1963, com sua primeira turma formada em dezembro de 1966.

⁵⁰ O procurador da FAFI, Dr. Armando Barcelos, residia no Rio de Janeiro. Diversas cartas endereçadas a ele foram encontradas no Arquivo Central da UFS e no Instituto Dom Luciano Duarte.

⁵¹ Nair Fortes Abu-Merhy atuava no Conselho Nacional de Educação e Jurandi Lodi era o responsável pela Diretoria do Ensino Superior.

⁵² Além de recusar o plano de orçamento da FAFI, o Dr. Jurandi Lodi enviou um “desatencioso telegrama”, de acordo com o Padre Luciano Duarte, pedindo que enviasse provas de que a mantenedora estava fornecendo meios para que os professores pudessem receber salários condignos. Entretanto, o diretor da Faculdade não apresentou nenhuma prova, pois justificou que as constantes inspeções que eram realizadas por uma comissão do próprio Conselho Nacional de Educação já provavam a eficiência e honestidade da instituição.

estranheza se gasta mais de 30% com professorado!!! Magnífico paradoxo! Entretanto, lembramos de sua advertência de que não adianta discutir, mas é obedecer e pronto, aí vai um novo plano de aplicação. (DUARTE, 1953a, s/p).

Em outra correspondência enviada em 1959 ao deputado federal de Sergipe, Dr. Leite Neto, o monsenhor Luciano Duarte explicou a situação econômica da FAFI e a necessidade do funcionamento do curso de Filosofia⁵³, solicitando maiores investimentos para a sua manutenção:

Ora, no próximo ano somos obrigados a reabrir o curso de Filosofia, temporariamente suspenso. Será um novo curso, com novo quadro de professores e novas despesas. [...] Muita coisa conspira, em Sergipe, contra nossas escolas superiores. Uma das maiores dificuldades é a financeira. Nossos professores têm trabalhado com salários puramente simbólicos⁵⁴, até hoje. Entretanto, também o idealismo cansa, e eu sinto a necessidade urgente de melhorar a situação em que nos debatemos. (DUARTE, 1959, s/p).

Assim, apesar de ter um caráter privado⁵⁵ e uma sociedade mantenedora amparada financeiramente pela Igreja Católica, além dos investimentos advindos dos governos federal, estadual e municipal, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe lidava com diversos problemas financeiros, desde a sua criação até a incorporação à Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

Além das limitações financeiras, a Faculdade também apresentava dificuldades em encontrar recursos humanos, pois faltavam professores formados e especializados para lecionar nas disciplinas obrigatórias do currículo. Isso ocorria devido à falta de interesse de muitos diplomados em permanecer na capital sergipana, visto que muitos deles se ausentavam para estudar em outros Estados e não retornavam. Segundo a pesquisa de Oliveira (2011), a necessidade dos diplomados em dedicar-se às suas profissões legais também dificultava a constituição do corpo docente:

⁵³ O curso de Filosofia começou a funcionar em 1951. Entretanto, em 1958 o diretor, monsenhor Luciano Duarte, e o Conselho Técnico-Administrativo da FAFI decidiram suspender temporariamente o curso devido ao pequeno número de alunos e às dificuldades financeiras da Faculdade (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1961b).

⁵⁴ É necessário frisar que apesar dos registros documentais demonstrarem o pagamento de salários simbólicos aos professores que atuavam na FAFI, nota-se a importância dessa atuação para a acumulação de capital simbólico e social. Além disso, a atividade docente nesse período, especialmente no ensino superior, concebia a caracterização de intelectualidade.

⁵⁵ Apesar da FAFI ter um caráter privado, é importante notificar que todos os ex-alunos entrevistados durante a pesquisa de doutorado não pagavam mensalidades, devido à distribuição de bolsas de estudo.

A carência de docentes com uma formação acadêmica para lecionar na faculdade era grande, tendo em vista que todos eles tinham feito suas graduações em outros estados, e ao retornar assumiam suas diferentes profissões. Preencher o quadro de todas as disciplinas e contar para isso com modestos recursos era uma tarefa difícil. À medida que os alunos terminavam seus cursos, alguns eram convidados para retornar à instituição. (OLIVEIRA, 2011a, p. 37).

Outro aspecto relevante foi o pequeno número de candidatos interessados em cursos de licenciatura, pois a baixa remuneração e a cultura do favoritismo político⁵⁶, provocavam o desinteresse dos jovens por essa área profissional. Este fato era constantemente denunciado na imprensa sergipana.

Vale ressaltar que o baixo salário pago ao professor, num verdadeiro desconhecimento de sua função, é o principal responsável pela pouca procura dos cursos da Faculdade de Filosofia – apesar da necessidade de professores – e mentalidades de que só servem para moças, pois o rapaz não vai perder tempo estudando para depois não ganhar suficientemente para sustentar a família, um emprego federal é mais rentoso e mais fácil. (A CRUZADA, 09/06/1963).

Segundo Nunes (2007), a localização da FAFI no centro da cidade (nas proximidades do mercado e da zona de prostituição), associada ao funcionamento dos cursos no período noturno, também contribuíram para essa baixa procura⁵⁷.

Além de todos esses fatores, ainda existia a indefinição do campo de atuação dos licenciados ou bacharéis do curso de Pedagogia. De acordo com a Lei nº 1.190/1939, o profissional formado nessa área poderia atuar nas disciplinas pedagógicas do Curso Normal e/ou como técnico em educação, cuja função no mercado de trabalho nunca foi precisamente definida. Paralelo a isso, como em Sergipe o corpo docente dos cursos normais era constituído por professores renomados e legitimados no campo do magistério, dificilmente haveria espaço disponível para os novos egressos.

Mesmo diante de todos esses empecilhos, verificou-se o empenho de alguns professores da Faculdade Católica de Filosofia na instalação desse curso, ainda em 1961, sem sucesso:

⁵⁶ A pesquisadora Maria Thétis Nunes completa que, além da baixa remuneração do magistério, havia também a tradição do favoritismo político que podia transformar qualquer pessoa em professor primário ou secundário (NUNES, 1984).

⁵⁷ Vale ressaltar que a FAFI funcionou nas dependências do Colégio Nossa Senhora de Lourdes até 1958. Em 1959, o prédio da Faculdade foi inaugurado, permitindo o funcionamento dos cursos no período diurno.

Argumentando a falta de professores de Pedagogia, o Dr. José Silvério Leite Fontes sugere que entre em funcionamento o curso de Pedagogia. O problema é debatido pelos presentes, tendo por fim o Sr. Diretor⁵⁸ demonstrado que no momento era impossível, haja vista, as elevadas despesas para a criação de mais um curso em nossa faculdade. (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1961a, s/p.).

O professor José Silvério Leite Fontes⁵⁹ já havia indagado sobre a ausência desse curso no ano anterior, quando foi relator de um processo que solicitava a defesa de uma tese de doutorado em Pedagogia na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. No seu parecer, ele alegou que o não funcionamento do curso de Pedagogia da FAFI e a ausência de um corpo docente constituído dificultariam a orientação e avaliação do trabalho, além da triagem de professores para a banca avaliadora. Apesar disso, no seu parecer solicitou uma consulta ao inspetor federal da Faculdade e ao Conselho Nacional de Educação para analisar a legalidade do pedido e os pré-requisitos que o candidato deveria ter para defender tal tese⁶⁰.

Mesmo sem o corpo docente constituído, o Conselho Nacional de Educação autorizou a FAFI compor a banca de doutorado em Pedagogia e promover a defesa na Faculdade. Para participar da comissão examinadora foram indicados os professores Gonçalo Rollemberg Leite, Luciano José Cabral Duarte e José Silvério Leite Fontes.

A defesa⁶¹ foi bastante divulgada na imprensa sergipana, como podemos observar no Jornal A Cruzada:

⁵⁸ Monsenhor Luciano Duarte.

⁵⁹ O professor José Silvério Leite Fontes iniciou o curso de Pedagogia na Universidade da Sorbonne, na França, em novembro de 1959, mas infelizmente não concluiu o curso por motivo de doença.

⁶⁰ Em 1960, o bacharel em Pedagogia e Direito, José Sílvio Barreto de Macêdo, solicitou à direção da FAFI autorização para a sua defesa de tese de doutorado em Pedagogia, amparado no Regimento Interno da Faculdade e no Decreto-Lei nº. 9.092/1946. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação se pronunciou favoravelmente à defesa de tesa na citada instituição de ensino, sendo realizada em 06 de abril de 1961.

⁶¹ O autor da tese de doutorado, era José Sílvio Barreto de Macedo. Este era natural de Penedo-Alagoas, e havia cursado o ensino ginasial em Aracaju. Cursou a Faculdade de Direito do Recife, tornando-se professor da instituição. Além do curso de Direito, formou-se em Pedagogia, Filosofia, Letras Neolatinas, Teologia, Biologia, Economia e Letras Anglogermânicas. Também foi professor e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas (TEIXEIRA, 2008).

Figura 04 - Chamada para defesa de Tese na FAFI (1961)

Defesa na Tese na Faculdade de Filosofia

No dia 6 de abril, o dr. Sílvio de Macedo, ilustre homem de letras de Maceió, já conhecido nos meios intelectuais sergipanos, defenderá uma tese de doutoramento em Pedagogia, na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Sua tese versa o tema: "Da falta de orientação educacional e profissional como causa da crise brasileira".

A defesa de tese de doutoramento terá lugar na Faculdade de Filosofia, no dia 6 de abril, sexta-feira, às 20hs.

A notícia está despertando grande interesse nos nossos círculos intelectuais, uma vez que esta é primeira tese de doutoramento apresentado numa Escola Superior de Sergipe.

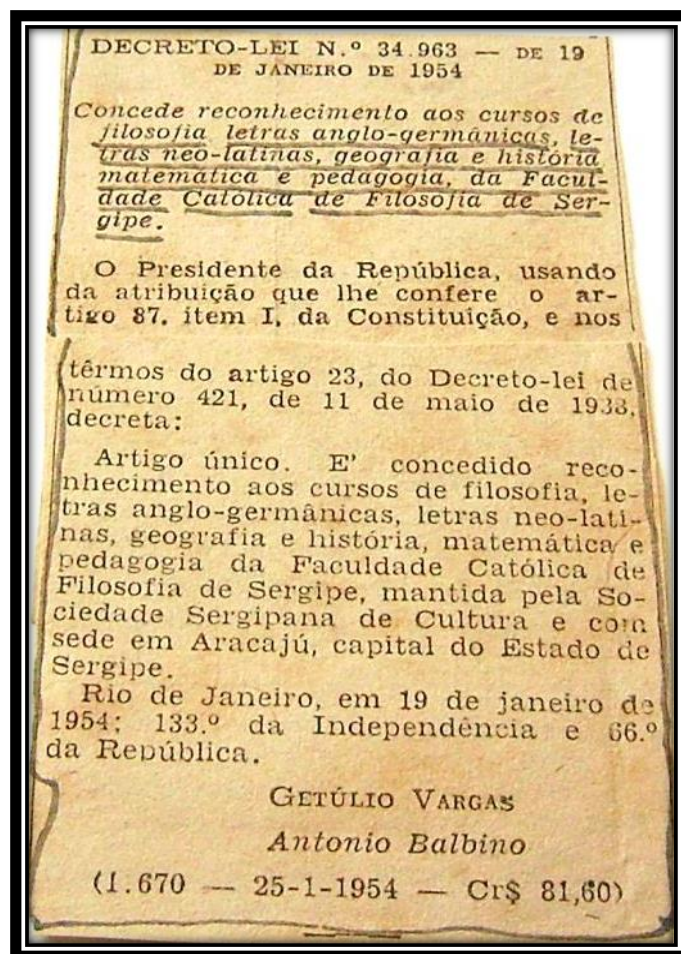
No nosso próximo número forneceremos maiores detalhes do assunto.

Fonte: Jornal A Cruzada de 25/03/1961.

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Embora o curso de Pedagogia não entrasse em funcionamento até 1968, o reconhecimento do Governo Federal foi concedido através do Decreto nº. 34.963, de 19 de janeiro de 1954. Tal decreto também abrangia o reconhecimento dos cursos de Filosofia, Letras Anglo-germânicas, Geografia e História, Matemática e Letras Neolatinas, como podemos visualizar na íntegra:

Figura 05 - Reconhecimento dos cursos da FAFI (1954)



Fonte: Decreto-Lei nº. 34.963, de 19/01/1954.
Acervo: Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD).

Ressalta-se que o pedido de reconhecimento do curso de Pedagogia somente poderia ser solicitado ao Conselho Nacional de Educação após a instalação e funcionamento da graduação, mais precisamente no segundo ano do curso. Logo, essa prática foi de encontro com à Lei que regulava o funcionamento das unidades de ensino superior da época, a qual determinava:

Art. 6º O estabelecimento de ensino superior, que obtiver autorização para funcionamento de um ou mais cursos, ficará obrigado a requerer ao ministro da Educação e Saúde o respectivo reconhecimento, dentro do segundo ano de sua instalação. Se o não fizer, será cassada a autorização de funcionamento. Se, requerido o reconhecimento, e for este negado, poderá ser novamente solicitado, dentro de um ano. A contar da publicação do ato denegatório. Decorrido este prazo sem que tenha sido feito novo pedido de reconhecimento, e na hipótese de ser o reconhecimento denegado pela segunda vez, será cassada a autorização de funcionamento. (BRASIL, 1938, s/p).

Outro fato revelador é que ao elaborar o projeto enviado ao MEC para o reconhecimento dos cursos, o Padre Luciano Duarte questionou ao procurador da FAFI e ao diretor da Faculdade Católica de Filosofia do Recife sobre a legalidade de incluir o curso de Pedagogia no pedido de reconhecimento. Em carta, o diretor da FAFI comenta:

Estou aguardando a cada hora uma resposta sua a uma carta que lhe fiz há 4 dias, indagando se devia ou não incluir no pedido de reconhecimento os cursos de Letras Anglo-Germânicas (que está no 1º ano de funcionamento) e o de Pedagogia, que não começou a funcionar. Lembro-me do Sr. me ter dito que incluísse, mas o Pe. Bragança⁶² me aconselhou o contrário. (DUARTE, 1953b, s/p.).

Acredita-se que embora o diretor da FAFI suspeitasse da ilegalidade nos pedidos de reconhecimento dos cursos de Letras Anglo-Germânicas e de Pedagogia, encaminhou o projeto com as solicitações. Além disso, mesmo após duas inspeções da Comissão indicada pelo Conselho Nacional de Educação para analisar a estrutura física, pedagógica e administrativa da Faculdade, o projeto foi aprovado e o pedido de reconhecimento concedido pelo Ministério da Educação e Cultura:

Como o Sr deve saber, foi designada a Comissão que veio verificar a nossa Faculdade. Felizmente correu tudo bem, e eles deixaram transparecer uma impressão lisonjeira. Deverão voltar no começo de agosto, quando remeterão o nosso relatório. (DUARTE, 1953a, s/p.)

Esse fato reforça, mais uma vez, o poder simbólico e a autoridade do Padre Luciano Duarte sobre as decisões tomadas pelos integrantes do Conselho Nacional de Educação, principalmente os representantes da Igreja Católica, mediado muitas vezes, por Dom Helder Câmara, Alceu de Amoroso Lima⁶³, além dos bispos de Aracaju: Dom Fernando Gomes (1949-1957) e Dom José Távora (1960-1970).

Por esse motivo, durante o processo de reconhecimento dos cursos da FAFI, ele indicou o nome dos integrantes da comissão enviada pelo CNE para vistoriar a Faculdade, como podemos verificar na carta enviada ao procurador Armando Barcelos:

⁶² Refere-se ao Padre sergipano Francisco Tavares de Bragança, diretor da Faculdade Católica de Filosofia de Pernambuco.

⁶³ No período da pesquisa documental foram encontradas cartas do diretor da FAFI, Luciano Duarte, enviadas a Dom Helder Câmara e Alceu de Amoroso Lima. Essas cartas foram localizadas no Arquivo Central da UFS.

Figura 06 - Solicitação de inspeção para a FAFI (1954)

Aracaju, 19 de maio de 1954.

Prezado dr. Barcelos:

Paz em N.Senhor.

Com a presente, estou remetendo ao sr. o requerimento da nossa Faculdade, pedindo a inspeção para que lhe seja dado o requerimento ao Curso de Didática.

Tenho todo empenho nisto. A nossa primeira turma sairá neste ano, e o pessoal quer fazer uma bonita festa, como é natural. Se não tivermos até lá o reconhecimento de Didática, não poderemos expedir os diplomas, o que será bastante desagradável. - Outro ponto: se conseguir que o nosso dr. Loda combine em mandar a comissão, manobre com d. Nair para que venha na Comissão o dr. Hermilo Guerreiro, e também o dr. Acioli, nosso inspetor federal. Se forem três, o outro poderá ser o dr. Edgar da Silva Melo, de Vitória.

Tenho todo empenho nestas duas coisas: que a autorização para a inspeção saia logo, e que a Comissão seja mais ou menos esta. Se o sr. julgar necessário, procure Dom Helder, no Conselho Nacional de Educação, e lhe mostre esta carta, para ele conseguir que a coisa ande.

Fonte: Carta do Diretor da FAFI, Padre Luciano Duarte, destinada ao procurador da Faculdade, Armando Barcelos, em 19/05/1954. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Em outra correspondência, o Padre Luciano Duarte fala sobre a recomendação do procurador da Faculdade, Armando Barcelos, e da vantagem de ter alcançado as solicitações:

Tenho comigo sua carta última, que veio acompanhada da folha do Diário Oficial que traz o decreto de reconhecimento de nossa Faculdade. O Sr. tinha razão, ao dizer-nos que requerêssemos o reconhecimento de todos os cursos, e é evidente a enorme vantagem que representa o fato de já agora estarem todos reconhecidos. (DUARTE, 1954, s/p.).

Depois de obter o reconhecimento das graduações, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe poderia confeccionar e emitir diplomas de bacharel do curso de Pedagogia aos seus egressos, aceitos oficialmente em todo o território nacional. O

diploma de licenciatura só poderia ser concedido a partir de 1956, após o reconhecimento do curso de Didática. Segundo Oliveira:

O curso de Didática começou a funcionar na FCFS⁶⁴ em 1954. Sua primeira turma contou com alunos dos cursos de Matemática, Filosofia e Geografia e História. Um ano depois acrescentava-se o curso de Didática para Letras Neolatinas e a posteriori para Letras Anglo-Germânicas. Sua existência segue até o ano de 1962, quando o Conselho Federal de Educação instituiu o Parecer 292/62, estabelecendo um currículo mínimo para os cursos de licenciatura, o qual deveria ser de 1/8 do tempo de curso. Na FCFS as implicações do parecer alteraram os currículos do curso já no ano de 1963. (OLIVEIRA, 2011a, p. 135).

Desse modo, apesar da autorização para instalação em 1951 e o reconhecimento em 1954 do Ministério da Educação e Cultura, o curso de Pedagogia da FAFI só passou a funcionar em 1968, especialmente no último ano da Faculdade.

Isso ocorreu devido à procura dos candidatos pelo curso⁶⁵, sobretudo por parte dos jovens que já trabalhavam no campo do magistério ou haviam concluído o curso Normal e pretendiam ascender na carreira docente. Além disso, iniciavam-se os preparativos para a implantação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e consequentemente a incorporação da FAFI, transferindo para o Governo Federal as responsabilidades administrativas e financeiras da nova graduação⁶⁶.

Diante disso, ainda em 1967 teve início a organização pedagógica e curricular do curso, definindo as disciplinas anuais, a carga horária, a disposição dos professores, o programa das disciplinas e o edital para o primeiro concurso de habilitação, como podemos verificar mediante relatos da professora Cacilda de Oliveira Barros⁶⁷:

⁶⁴ A FCFS é a sigla utilizada pelo autor para denominar a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

⁶⁵ Durante a gestão do governador Lourival Baptista (1967-1971), intensificou-se uma política de valorização profissional do magistério (qualificação e aumento salarial), com o objetivo de garantir a formação docente e melhorar a qualidade do ensino.

⁶⁶ Na próxima sessão será analisada, de maneira minuciosa, a determinação da Reforma Universitária na instalação do primeiro curso de Pedagogia em Sergipe. Diante de uma conclusão preliminar, podemos observar que a implantação do mencionado curso foi consequência da imposição do Conselho Federal, na criação da Faculdade de Educação da UFS.

⁶⁷ Cacilda de Oliveira Barros foi a primeira diretora da Faculdade de Educação da UFS (1968-1972). Ingressou ainda na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1967, como professora da disciplina de Didática e Elementos de Administração Escolar. Com a criação do curso de Pedagogia, assumiu também as disciplinas da habilitação em Orientação Educacional. Além disso, implantou o primeiro Serviço de Orientação Educacional em Sergipe, na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1959-1979). Foi professora do Instituto de Educação Rui Barbosa, no Colégio Tobias Barreto, no Colégio Municipal Presidente Vargas, Colégio Atheneu – Núcleo do Bairro Industrial. Aposentou-se pela Universidade Federal de Sergipe, em 1991, por tempo de serviço (BARROS, 2010, s/p).

Fui contratada pelo Senhor Diretor da Faculdade Católica de Filosofia Dom Luciano, para organizar o curso de Pedagogia, que até aquele momento não havia funcionado. Fizemos o levantamento de alguns programas de outras faculdades, olhamos o Regimento, a legislação e definimos a nossa grade curricular para o curso. [...] Então, dividimos os professores para lecionar nas disciplinas. Depois fui organizar o 1º vestibular do curso. (BARROS, 2010, s/p.).

As inscrições para o concurso de habilitação⁶⁸ foram abertas em janeiro de 1968 e as provas realizadas no mês seguinte. As aulas, ainda sob a direção da FAFI, iniciaram em 18 de março de 1968, no prédio da própria Faculdade, localizada na Rua de Campos. As disciplinas eram ofertadas de segunda a sábado no turno da manhã, enquanto os demais cursos e o Colégio de Aplicação⁶⁹ funcionavam no período da tarde.

Diante das dificuldades financeiras⁷⁰, que prejudicavam o desenvolvimento da Faculdade e ameaçavam constantemente o seu fechamento, intensificou-se a campanha liderada por Dom Luciano Duarte em defesa da instalação da Universidade Federal de Sergipe, com a finalidade de incorporar a FAFI e as demais faculdades isoladas do Estado⁷¹.

Para a concretização desse projeto, Dom Luciano Duarte recorreu ao seu capital religioso, social e cultural, na intenção de convencer os membros do Conselho Federal de Educação (CFE) a votar em favor da instalação da Universidade, como podemos verificar através da correspondência destinada ao conselheiro Dom Cândido Padin:

[...] nossas seis Faculdades (das quais a de Direito já é federalizada, mas está com o seu processo embrulhado em complicações infundáveis há mais de três anos) são mantidas pela generosidade heroica dos professores, mas todas elas são sem recursos, e não podem pensar em equipar-se, como conviria à Faculdades modernas, pois não há, absolutamente, meios financeiros. A única esperança é a Universidade Oficial de Sergipe. (DUARTE, 1965, s/p).

⁶⁸ Na sessão 3.1 será apresentado um estudo detalhado dos concursos de habilitação realizados para o ingresso no curso de Pedagogia da UFS (1969-1978).

⁶⁹ O Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia foi criado em 30 de junho de 1959 pela Sociedade Sergipana de Cultura. Essa instituição era integrada a FAFI e servia de laboratório pedagógico e campo de estágio dos alunos da Faculdade (NUNES, 2008).

⁷⁰ Em 1961, o Monsenhor Luciano Duarte solicitou ao Governo Federal uma verba permanente ou a federalização da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, alegando dificuldades financeiras da Sociedade Mantenedora. Em contrapartida, cederia a gratuidade da instituição, mas essa proposta não foi atendida pelo Governo Federal. A partir de 1963, o Monsenhor Luciano Duarte iniciou a campanha para a criação da Universidade Federal de Sergipe, com o apoio de políticos e do então governador do Estado Seixas Dória.

⁷¹ A criação de universidades a partir da incorporação ou agrupamento de faculdades isoladas existentes foi definida pela Lei nº. 5.540 de 1968. Em Sergipe seis faculdades isoladas deram origem a UFS: Faculdade de Ciências Econômicas (1948), Escola de Química (1948), Faculdade de Direito (1950), Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Medicina (1961).

Com a criação da Universidade Federal de Sergipe⁷², todas as faculdades isoladas do Estado foram incorporadas à nova instituição, em 30 de abril de 1968. Na oportunidade, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe e o seu curso de Pedagogia, com pouco mais de um mês em funcionamento, também foram incorporados.

Na solenidade de incorporação, Dom Luciano Duarte ressaltou a importância dessa iniciativa para combater o subdesenvolvimento em Sergipe, pois com a implantação da UFS iniciava o caminho “[...] para libertar-se da peia da ignorância e da falta de cultura⁷³”. (DIÁRIO DE ARACAJU, 01 e 02/05/1968, p. 1).

Figura 07 - Solenidade de incorporação das Faculdades isoladas à Fundação Universidade Federal de Sergipe (1968)



Fonte: Fotografia registrada em 30/04/1968. Da esquerda para a direita: Luiz Santana (escrivão), vice-governador Manoel Cabral Machado, Dom Vicente Távora (arcebispo de Aracaju), governador Lourival Batista, Dom Luciano Duarte, José Aquiles de Lima e Lauro de Brito Porto. Acervo: Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD).

⁷² A Universidade Federal de Sergipe foi criada em 28 de fevereiro de 1967, através do Decreto-Lei nº. 269. Entretanto, a incorporação das faculdades isoladas ocorreu em 30 de abril de 1968 e a instalação da Universidade em 15 de maio do mesmo ano. Mesmo após a criação e instalação da UFS, as faculdades incorporadas permaneceram funcionando nos mesmos prédios (isolados) até 1980, quando foi concluída e inaugurada a Cidade Universitária Profª José Aloísio de Campos. Mais informações, consultar Oliveira (2011b).

⁷³ Discurso de Dom Luciano Duarte apresentado na solenidade de incorporação das faculdades isoladas à Fundação Universidade Federal de Sergipe, em 30 de abril de 1968, registrado no jornal Diário de Aracaju em 01 e 02/05/1968.

Entretanto, é importante notificar que a instalação da Universidade não se deu naquele momento, mas 15 dias depois, após um ato solene, com a participação do Governador do Estado, Lourival Baptista (1967-1970), o reitor João Cardoso Nascimento Júnior (1968-1972) e do conselheiro federal e relator do processo de criação da UFS, Newton Sucupira, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Em matéria publicada no jornal “A Cruzada”, Dom Luciano Duarte conclui:

No dia 15 que passou instalou-se a Universidade Federal de Sergipe. Numa festa magnífica, que congregou no Instituto Histórico e Geográfico o mundo universitário e a sociedade de Aracaju [...]. Terminou, assim, vitoriosamente a longa marcha, a penosa campanha começada em abril de 1963, e que durou, exatamente, cinco anos e um mês. (A CRUZADA, 18/05/1968).

Figura 08 - Solenidade de instalação da UFS (1968)



Fonte: Fotografia registrada em 15/05/1968. Da direita para a esquerda, estão: Carlos Alberto Sampaio, Dr. Augusto Leite, Padre Mendonça, Dr. Waldemar Fortuna de Castro, Luciano José Cabral Duarte, governador Lourival Baptista, vice-governador Manoel Cabral Machado, Dom José Vicente Távora e reitor João Cardoso Nascimento Júnior.

Acervo: Instituto Dom Luciano Duarte (IDLD).

De acordo com Oliveira (2011b), a incorporação da FAFI à Universidade Federal de Sergipe não gerou grandes mudanças no cotidiano do curso de Pedagogia, no ano de 1968, pois os alunos continuaram estudando no mesmo prédio e horário, com a mesma organização pedagógica e sem se desprenderem dos antigos professores, colegas de classe, disciplinas e conteúdos:

Assim, com relação à organização pedagógica e ao cotidiano dos alunos, nada aparentemente foi modificado. Esse fato confunde um pouco as lembranças dos entrevistados naquele ano, visto que as mudanças amparadas legalmente ocorreram direcionadas ao âmbito administrativo. (OLIVEIRA, 2011b, p. 79).

Desse modo, apesar da primeira turma do curso de Pedagogia em Sergipe (1968 a 1971) ter iniciado na FAFI, em março de 1968, concluiu a graduação na Universidade Federal de Sergipe, representando uma ponte entre a nova e a antiga instituição. Essa proposta passou a vigorar com grande aceitação pelos estudantes e professores, os quais acreditavam no compromisso de aperfeiçoamento do curso e na esperança de um futuro intelectual melhor para a docência no Estado.

2.2 – A INCORPORAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Como foi possível observar na subseção anterior, a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI) representou a primeira unidade de formação docente em nível superior de Sergipe. Criada em 1950, possibilitou aos jovens⁷⁴ provenientes da classe média e de famílias menos favorecidas a chance de obter um diploma acadêmico na área do magistério.

Nesse sentido, surgiu como mais uma oportunidade de educação superior no Estado⁷⁵ e de aperfeiçoamento na carreira docente. Além disso, esse projeto buscava

⁷⁴ De acordo com o livro de matrículas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1968), verificamos que grande parte dos alunos matriculados na Faculdade durante o período em funcionamento pertencia a uma faixa etária entre 18 e 35 anos. Somente sete alunos tinham idade superior a 40 anos: João Evangelista Cajueiro, Hilda Sobral de Faria, Gileno Francisco de Jesus, Consuelo D'Avila Mello Silveira, Enoy Figueiredo Magalhães, Giovanni Carvalho Oliveira e Francisco Moura.

⁷⁵ Até a década de 40 do século XX, só existiam em Sergipe duas faculdades, a de Ciências Econômicas e a Escola de Química, ambas criadas em 1948. Em 1950, foram criadas a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe; por último, foram criadas a Escola de Serviço Social (1954) e a Faculdade de Ciências Médicas (1961). Com a criação da Universidade Federal de Sergipe, todas elas foram efetivamente incorporadas em 1968.

melhorar o nível de ensino das escolas e solucionar a deficiência no número de professores diplomados para atender às redes públicas e privadas de ensino secundário.

Em um aspecto menos evidente, essa iniciativa representou um importante plano firmado entre a Igreja Católica e o Estado que visava à formação de uma elite intelectual docente, associada ao pensamento cristão⁷⁶. E foi com o objetivo de garantir a presença dessa elite que Dom Luciano Duarte não economizou esforços em recrutar jovens para estudar na Faculdade, através da divulgação de propagandas em jornais e na forma oral, por meio de missas e de conversas com os próprios jovens e seus familiares, como podemos observar no depoimento da ex-aluna da FAFI, Maria Olga de Andrade⁷⁷:

Eu morava em Capela e quando vim para Aracaju a minha ideia era fazer um curso superior. Mas aí fui trabalhar no campo da saúde. Eu era funcionária do Departamento Nacional de Endemias Rurais, e lá eu trabalhava como educadora sanitária... [...] Eu trabalhava com muitos médicos, então pensei: sou muito jovem, vou fazer Medicina. Logo, comentei com Dona Zizi (tia de Dom Luciano) sobre o meu interesse em fazer vestibular para Medicina, pois ela era muito amiga da minha família e eu havia morado com ela. Então, ela disse a Dom Luciano, e assim que ele soube, apareceu no meu trabalho e disse: Olga, a Tia Zizi me disse que você gostaria de fazer Medicina, mas eu vim aqui te convidar para fazer o curso de Filosofia na Faculdade Católica de Filosofia. Você já foi professora, então, você deve fazer o curso de Filosofia. Aí me disse essa frase: A Faculdade tá precisando de alunos, e eu preciso de você, vá para a Faculdade de Filosofia. E eu fui! E me inscrevi para fazer o vestibular de Letras Anglo-Germânicas, havia somente 7 alunos. A função de professor era muito desvalorizada nessa época, poucos queriam ser professor. Imagine, ele ter que fazer isso, ir em porta e porta, buscar alunos, para não fechar a Faculdade. (ANDRADE, 2010, s/p).

Muitos egressos tornaram-se respeitados professores no Estado⁷⁸, exercendo a docência em instituições de ensino públicas e privadas. Essa primeira iniciativa

⁷⁶ Em carta enviada ao deputado federal Lemartine Távora, o Padre Luciano Duarte revela que: “A Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe é uma das obras mais importante de Dom José Távora, aquela justamente que vai formar a elite católica da Diocese” (DUARTE, 1960, s/p).

⁷⁷ Maria Olga de Andrade formou-se no curso de Letras Anglo-Germânicas em 1966. No ano seguinte foi convidada para ensinar na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Com a incorporação da Faculdade Católica de Filosofia à Universidade Federal de Sergipe e seu desmembramento em três novas unidades, a professora Maria Olga de Andrade foi incorporada à Faculdade de Educação, como professora da disciplina de Didática e Administração Educacional nos cursos de Pedagogia e Licenciatura. Em 1973, assumiu a direção da Faculdade de Educação, permanecendo até 1977.

⁷⁸ Alguns professores renomados, egressos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: Olga Batista de Andrade, Nalda Xavier de Oliveira, Artur Oliveira Fonseca, Josefina Sampaio Leite, Rosália Bispo dos Santos, Maria Hermínia Caldas, João Evangelista Cajueiro, Maria da Glória Costa Monteiro, Possidônia Maria da Rocha Santos, Maria Geovanni dos Santos Mendonça, Carmelita Pinto Fontes, Maria Lígia Madureira Pina, Maria Auxiliadora Rosal Campos, Cacilda de Oliveira Barros, Yvone Mendonça de Souza, Terezinha do Menino Jesus Leite Prado, Maria do Carmo Prado Lobão, José Alexandre Felizola Diniz, Clodoaldo de Alencar Filho, João Costa, Maria Olga de Andrade, José Maria do Nascimento, Antônio

aperfeiçoou o processo de ocupação de professores formados em nível superior nos diversos espaços, como: escolas, faculdades e em cargos de gestão dos departamentos, secretarias e órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Mas, apesar dos esforços e dedicação de Dom Luciano Duarte no processo de criação e funcionamento do curso de Pedagogia, não houve diplomados pela Faculdade Católica de Filosofia, pois a primeira turma havia iniciado o curso no mesmo ano em que a Faculdade foi incorporada à Universidade Federal de Sergipe e desmembrada em outras três unidades de ensino: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Letras e Faculdade de Educação⁷⁹.

O desmembramento da FAFI era uma exigência do Conselho Federal de Educação para a criação da UFS⁸⁰. Essa condição atendia às diretrizes da Reforma Universitária⁸¹, que determinava a desintegração das Faculdades de Filosofia para a criação das Faculdades de Educação e institutos específicos de cada área do conhecimento. De acordo com Sucupira:

Com a atual reforma das estruturas universitárias encerra-se o que poderia chamar-se o ciclo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como instituição destinada a conferir “um caráter propriamente universitário” ao conjunto das faculdades profissionais reunidas em Universidade. Em seu lugar surge agora um conjunto de institutos que deve concentrar todos os estudos básicos dentro da Universidade. (SUCUPIRA, 1969, p. 260).

Carlos Manguiera Viana, Ana Maria do Nascimento Fonseca Medina, Malba Almeida Vilas-Bôas, Selma Vieira Duarte, Hortência Sales Cardoso, Juçara Leal, Magnória de Nazaret Magno, Maria Lígia de Vasconcelos Aguiar, Iara Aves Menezes, Paulo Nascimento Fontes, Mirian Rabêlo, Ivanete Carvalho Rocha, Maria Nely Santos, Paulo Almeida Machado, José Araújo Filho, Sônia Maria Rabelo Ramalho, Beatriz Ribeiro de Góis, Diana Maria do Faro Leal (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1951-1970)

⁷⁹ O desmembramento da FAFI ocorreu no dia 22 de agosto de 1968. Diante da nova organização, as três unidades de ensino assumiram os seguintes cursos: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ficou responsável pelos cursos de História, Geografia e Filosofia; o Instituto de Letras agregou os cursos de Letras (Português, Francês, Inglês e Alemão) e a Faculdade de Educação incorporou o curso de Pedagogia e o de Licenciatura. Informações sobre a incorporação da FAFI e seu desmembramento, consultar Oliveira (2011b).

⁸⁰ A fragmentação das Faculdades de Filosofia foi determinada pelo Artigo 4º do Decreto-Lei nº 53/66: “As unidades existentes ou parte delas que atuem em um mesmo campo de estudo formarão uma única unidade na Universidade [...] Nas Universidades em que houver Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras esta sofrerá transformação adequada à observância do disposto neste artigo” (BRASIL, 1966, s/p).

⁸¹ Neste estudo, entendemos a Reforma Universitária como sendo o conjunto de normas que foram estendidas aos estabelecimentos ou cursos de ensino superior, efetivadas com a promulgação dos Decretos-Leis nº. 53/66, 252/67, 464/69 e 465/69, e das Leis nº. 5.539/68 e 5.540/68. Mesmo sabendo que as duas primeiras diretrizes referem-se somente às instituições federais de ensino superior, vale ressaltar que ambas foram adotadas por faculdades e universidades privadas do país, além disso, definiram a elaboração da Lei nº. 5.540/68. A seleção desses dispositivos, para configurar o conceito de Reforma neste trabalho, foi determinada pelas mudanças mais significativas na estrutura universitária durante o Regime Civil Militar (1964-1985).

Desde a década de 1930, as Faculdades de Filosofia tinham como papel principal exercer o núcleo aglutinador das universidades brasileiras. Além disso, carregavam a missão de desenvolver a pesquisa científica e formar professores para os ensinos secundário e normal.

No entanto, essa concepção de universidade integrada pela Faculdade de Filosofia foi descartada na década de 1960 pelos intelectuais de maior prestígio do Conselho Federal de Educação⁸², os quais formularam o arcabouço jurídico da Reforma Universitária, como podemos observar no artigo de Newton Sucupira:

Com efeito, a missão dessas faculdades não é somente a de formar professores de ensino médio, mas também a de promover a pesquisa científica básica e exercer a função integradora da universidade. Infelizmente a tradição de nosso ensino superior à base de faculdades profissionais não permitiu que ela pudesse realizar sua missão desde quando foram fundadas⁸³. Por isso mesmo tornou-se ela uma faculdade como as demais, profissionalizou-se como as outras. Em princípio uma reforma universitária poderia ser orientada no sentido de restituir às faculdades de filosofia seu verdadeiro papel dentro da universidade, reorganizando-se em departamentos que centralizariam toda pesquisa científica básica. Contudo, nesta altura cremos que seria muito difícil quebrar uma tradição já bem cristalizada. (SUCUPIRA, 1963, p. 4).

Por coincidência, Newton Sucupira, o conselheiro federal mais envolvido na concretização dessa nova proposta, também era o relator do projeto de criação da UFS. Diante disso, a desintegração da FAFI e, conseqüentemente, a criação da Faculdade de Educação foram condições impostas para a implantação da Universidade Federal de Sergipe⁸⁴.

Contudo, o processo de desmembramento provocou resistência por parte de professores e da imprensa local⁸⁵, pois acreditavam que essa iniciativa não seria adequada

⁸² Alguns membros do Conselho Federal de Educação a favor do desmembramento das Faculdades de Filosofia: Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Newton Sucupira. Em contrapartida, essa nova proposta recebeu severas críticas de professores e alunos de diferentes universidades brasileiras, a exemplo de Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes.

⁸³ De acordo com Antunha (1974), a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveu o ensino associado à produção científica. Entretanto, não se constituiu um núcleo central e integrador da USP, decompondo-se, na prática, em inúmeras seções, subseções e cursos afastados espacial e filosoficamente.

⁸⁴ A exigência do desmembramento gerou divergências entre Newton Sucupira e Dom Luciano Duarte, pois este era contra a extinção da Faculdade de Filosofia. Segundo ele, ambas deveriam atuar juntas para manter o “status quo”: Faculdade de Filosofia e Educação. Mais informações, consultar Oliveira (2011b).

⁸⁵ Em 1968, o jornal “Diário de Aracaju” apresentou uma matéria sobre a reforma nacional da Educação, em todos os níveis de ensino, e a fragilidade dessas reformas diante da realidade sergipana. No que se refere ao ensino superior, ressaltou a incompatibilidade da legislação com o contexto sergipano: “A nossa Universidade é um triste atestado dessa imposição de padrões de organização estranhos. A Faculdade de

para a Faculdade Católica de Filosofia devido ao pequeno número de alunos, professores e servidores, a ser repartido em três novas instituições, além do aumento de despesas. Para manifestar sua opinião, a professora Maria Thétis Nunes⁸⁶ publicou uma matéria no jornal *A Cruzada*, ainda em 1967:

Assim, teoricamente, é justificável o desdobramento. Na prática, porém, acreditamos ser impraticável para as pequenas Faculdades. É o resultado dos nossos legisladores terem sempre os olhos fixos no eixo Rio-São Paulo-Minas, desligado da realidade do resto do Brasil. Porque não se procura estabelecer Faculdades segundo as regiões geo-econômicas, facilitando o governo federal a montagem de Centros de Pesquisa e aquisição de pessoal especializado, em vez de criar tanto centros dispersos e com siglas sonoras? Será possível o mesmo desmembramento, em três, numa Faculdade de mais de mil alunos e numa de cem? Cremos que o deslocamento do estudo das Ciências físico-biológicos e matemáticas para os institutos poderá dar resultados práticos com a formação de pesquisadores e profissionais especializados. Mas não acreditamos que os resultados sejam obtidos como pensam, os legisladores, com o aparecimento das Mini-Faculdades de Filosofia e Educação, Ciências Humanas, Letras e Comunicações, como será, por exemplo, o caso da Universidade de Sergipe. Trarão elas uma dispersão grande de esforços, gastos consideráveis com a multiplicidade de centros administrativos que exigirão, e não corresponderão à realidade do nosso Estado. Serão, no final, apenas “Minis” Faculdades. (*A CRUZADA*, 18/11/67, p. 2).

Nesse sentido, vale ressaltar que, apesar das críticas direcionadas às Faculdades de Filosofia e da ausência de diplomados em Pedagogia pela FAFI, a instituição contribuiu com a formação de professores que atuaram na organização, direção e docência do curso, como foi relatado pela primeira diretora da Faculdade de Educação da UFS, Cacilda de Oliveira Barros:

Filosofia foi obrigada a desfazer-se em três unidades distintas, quando dispõe de cerca de 100 alunos. O objetivo do fracionamento era a economia de meios. Mas o tiro saiu pela culatra. Encareceu o custeio e tornou mais complexos os instrumentos de formação universitária. Isso é falta de realismo, de objetividade e de senso comum dos nossos problemas” (*DIÁRIO DE ARACAJU*, 15 e 16/09/1968, p. 2).

⁸⁶ Maria Thétis Nunes formou-se em Geografia e História na primeira turma da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia e em Museologia no Museu Histórico Nacional. Em 1945, tornou-se professora catedrática do Atheneu Sergipense, sendo a primeira mulher a fazer parte de sua Congregação. Professora fundadora da Faculdade Católica de Filosofia, em 1951, tornava-se a primeira mulher sergipana a ingressar no magistério superior. Com a instalação da Universidade Federal de Sergipe, em 1968, foi incorporada como professora titular de História do Brasil, História Contemporânea e Cultura Brasileira. Além disso, foi membro do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Cultura e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Faleceu em 2009, aos 86 anos de idade (SANTOS, 1999).

Eu havia estudado e me formado na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, no curso de Letras Neolatinas. Ingressei em 1957 no curso de Letras e em 1960 fiz o curso de Didática, para sair licenciada como professora, e no final desse mesmo ano me formei. Em 1966, fui fazer o curso de especialização em Orientação Educacional na Faculdade Santa Úrsula/PUC do Rio de Janeiro, recomendada por Dom Luciano. Então, quando retornei, em 1967, o próprio Dom Luciano me convidou para ensinar a disciplina Elementos de Administração Escolar, substituindo o professor José Rollemberg Leite. Então, ainda em 1967, Dom Luciano Duarte pediu para que eu auxiliasse na organização e direção do curso de Pedagogia, que ainda não havia funcionado. (BARROS, 2010, s/p).

Sendo assim, podemos observar que o projeto da Igreja Católica em parceria com o Estado alcançou êxito nos seus 17 anos de existência (1950-1968), pois muitos dos seus professores, funcionários e ex-alunos constituíram o corpo docente e administrativo da UFS. Apesar das dificuldades financeiras e de recrutamento de professores e alunos, o padre Luciano Duarte resistiu ao fechamento da Faculdade cotidianamente, na expectativa de contribuir com a qualidade do ensino no Estado e assegurar a legitimidade católica, especialmente, nos campos cultural, religioso e político.

Para isso, o padre Luciano Duarte precisou usufruir de seu capital - social, cultural e religioso – pois, de acordo com Bourdieu (1999), o prestígio e as posições diferenciadas ocupadas pelos agentes são definidos segundo uma série de variáveis, notadamente o volume e a composição de capital. Dessa forma, o acúmulo de diferentes capitais permitiu ao padre, o exercício do poder no processo de criação e funcionamento da FAFI, mesmo diante das dificuldades apresentadas.

Na cerimônia de desmembramento, o sacerdote foi homenageado por ex-professores e ex-alunos. Em discurso, o professor José Silvério Leite Fontes ressaltou a importância do sacerdote na história da FAFI e na criação da Universidade Federal de Sergipe:

Todos sabem o que significou o período dedicado à direção da Faculdade. A imensa luta para conseguir verbas. Para animar os que desfaleciam. Para estimular a realização de cursos de aperfeiçoamento. Para melhorar os métodos de ensino. Para guardar, no meio de pessoas tão diversas, o quadro de mensagem cultural cristã da Faculdade [...] Finalmente, Dom Luciano Duarte compreendeu que a nossa Escola não poderia sobreviver senão ampliando-se e reformulando-se numa estrutura mais extensa e compreensiva. Por isso foi dos primeiros que abraçaram com entusiasmo a causa da Universidade. (A CRUZADA, 02/11/68).

Na oportunidade, Maria Thétis Nunes ressaltou sobre a importância da FAFI, e da iniciativa de Dom Luciano Duarte em criar e manter a instituição durante os 17 anos. Ela também destacou o empenho do Arcebispo de Aracaju, Dom José Vicente Távora, e de seu antecessor, Dom Fernando Gomes. A cerimônia foi divulgada na imprensa sergipana:

Figura 09 - Sessão de encerramento da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe



Fonte: Jornal A Cruzada (02/11/1968). Detalhes da fotografia: José Silvério Leite Fonte. Sentados da esquerda para a direita: Maria Thétis Nunes, Juracy Cardoso e seu esposo João Cardoso Nascimento Junior (Reitor da UFS), Célia Cabral e Dom Luciano Duarte. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Após o desmembramento da FAFI e a criação de três novas unidades de ensino, o curso de Pedagogia e todo o seu corpo docente e discente foram incorporados à Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Sergipe. Além do curso de Pedagogia, essa Faculdade também era responsável pela administração e funcionamento do curso de Licenciatura da UFS, destinado aos alunos provenientes dos cursos de

bacharelado (Pedagogia, Matemática, Letras, História, Geografia, Filosofia, dentre outros) que desejavam obter o diploma e a habilitação de licenciado em sua área⁸⁷.

Contudo, a FAGED dedicava uma atenção especial ao curso de Pedagogia, pois sua missão principal era ofertar as disciplinas de seu currículo⁸⁸. O mesmo não ocorria com os alunos do curso de Licenciatura, os quais cursavam na Faculdade somente as disciplinas pedagógicas, visto que a formação básica do bacharelado e suas disciplinas específicas eram ministradas nos institutos específicos de cada área do conhecimento.

Esse cuidado especial destinado ao mencionado curso e à formação integral de seus alunos foi deliberado pelo Conselho Federal de Educação ainda durante as discussões sobre o desmembramento das Faculdades de Filosofia. Na ocasião, os pedagogos requisitaram uma instituição própria, no campo do ensino superior, voltada para a formação de professores do ensino médio e de especialistas em educação.

Segundo Cunha (2007), apesar das diversas críticas abordadas pelos integrantes do Conselho Federal de Educação, a fragmentação representava nitidamente as disputas ocorridas no interior do campo acadêmico, especialmente no subcampo das Faculdades de Filosofia, e a busca de autonomia das diferentes áreas do conhecimento. No caso do curso de Pedagogia, Cunha acreditava que:

A fragmentação das FFCLs resultou da ação dos pedagogos do Conselho Federal de Educação, interessados na autonomização de sua atividade profissional no âmbito das universidades. Entre eles estava Anísio Teixeira, responsável pela criação da primeira Faculdade de Educação do Brasil [...] Embora houvesse diferenças enormes entre Anísio Teixeira, de um lado, e Newton Sucupira e Valnir Chagas de outro [...] todos eles demonstravam antigas ou recentes devoções pela educação escolar dos Estados Unidos, particularmente a instituição do *teachers' colleges*, fonte inspiradora de nossas faculdades de Educação. Os interesses de autonomização dos pedagogos convergiram, decerto, com os de outras seções, que aspiravam transformar-se em institutos. (CUNHA, 2007, p. 78).

Cunha (2007) acrescenta ainda que havia interesse dos conselheiros em promover o afastamento do curso de Pedagogia dos demais cursos, com o intuito de impedir a

⁸⁷ A Faculdade de Educação também era responsável pela administração do Colégio de Aplicação da UFS, o qual servia de laboratório das práticas pedagógicas dos cursos de Pedagogia e Licenciatura.

⁸⁸ De acordo com Dom Luciano Duarte, o curso de Pedagogia representava “o eixo” da Faculdade de Educação da UFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968h, p. 7).

contaminação dos seus estudantes pelo “vírus” ideológico das manifestações, propagada por graduações mais tradicionais, como as Ciências Sociais⁸⁹.

Desse modo, compreendemos de maneira mais nítida o interesse de Dom Luciano Duarte em instalar o curso de Pedagogia no último ano da FAFI, pois, como a criação da Faculdade de Educação era uma exigência da Reforma Universitária para a implantação da UFS, e como essa Faculdade estava associada legalmente ao curso de Pedagogia, seria indispensável o funcionamento da citada graduação⁹⁰.

No âmbito local, a primeira iniciativa adotada pelo reitor da UFS para iniciar o processo de implantação da nova faculdade, foi nomear “*pro tempore*”⁹¹ a professora Cacilda de Oliveira Barros para dirigi-la e uma comissão para elaborar o seu Regimento Interno, composta pelos professores: Ovídio Valois Correia, Maria Olga Andrade, Maria Auxiliadora Rosal Campos e a representante do corpo discente do curso de Pedagogia, Ana Maria Dantas.

De acordo com a primeira Resolução da UFS (nº 01/68), aprovada pelo Conselho Universitário (CONSU)⁹², podemos visualizar tal nomeação:

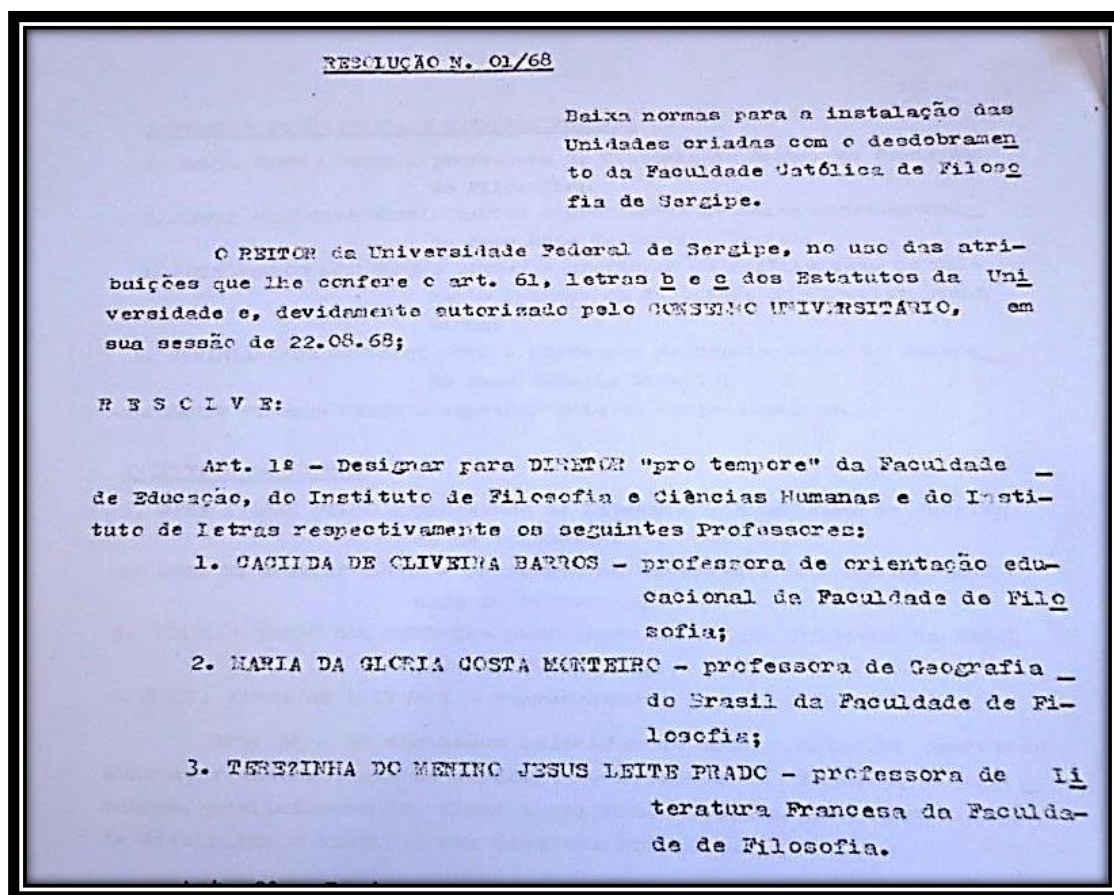
⁸⁹ Esse fato contribuiu para a construção de uma imagem hostilizada acerca do curso de Pedagogia no período da Ditadura Civil Militar, pois reforçava a alegação de que seus alunos tinham uma formação tecnicista, afastada de uma atuação política.

⁹⁰ Vale ressaltar que as Faculdades de Educação só realizavam a formação integral dos alunos de Pedagogia.

⁹¹ *Pro tempore* é uma expressão de origem latina que se pode traduzir por temporariamente ou por enquanto. Geralmente é utilizada na linguagem comum para indicar uma situação transitória ou de intervenção. Durante o Governo Civil-Militar (1964-1985) foi muito utilizada com o objetivo de nomear interventores para assumirem cargos de gestão (a exemplo de reitor e diretor) nas faculdades e universidades federais.

⁹² O Conselho Universitário (CONSU) é o órgão superior deliberativo da administração da Universidade Federal de Sergipe. Dentre suas atividades, compete: “a) exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade; b) aprovar os regimentos e suas modificações, das unidades, dos órgãos suplementares; c) aprovar a proposta do orçamento-programa da Universidade; d) aprovar convênios, contratos e acordos entre a Universidade e órgãos da administração pública ou entidades de direito privado, nacionais ou estrangeiras; e) aprovar o Quadro único de Pessoal da Universidade e respectivo regulamento; entre outras atribuições” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968a).

Figura 10 - Nomeação da primeira diretora da FAGED/UFS (1968)



Fonte: Resolução CONSU/UFS nº. 01/68.

Acervo: Arquivo do Departamento de Educação/UFS.

Dentre suas finalidades, a construção do Regimento Interno visava orientar a organização e a administração do curso de Pedagogia, definindo suas funções, os objetivos, o currículo e as diretrizes para o funcionamento dessa graduação na Universidade Federal de Sergipe⁹³. Na elaboração, era obrigatória a participação dos integrantes do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP)⁹⁴, pois este era o órgão competente da Universidade para fixar normas com relação às decisões do ensino, como: carga horária, currículo, distribuição de disciplinas e professores, assuntos didáticos-científicos, os estágios e desenvolvimento de pesquisa.

⁹³ O prazo de conclusão do Regimento Interno da Faculdade de Educação era de 60 dias após a aprovação do Regimento Geral da UFS, pelo Conselho Universitário. Esse Conselho havia iniciado a elaboração de tal documento no dia 03/08/1968 e aprovado em 23/08/1968. No entanto, de acordo com a Resolução nº. 01/1969 do CONSU/UFS, o prazo foi prorrogado para 13/04/1969. Enquanto não fosse aprovado tal regimento, a FAGED não poderia indicar representantes do seu corpo docente para atuar no CONSU e CEP.

⁹⁴ O Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) era responsável pela coordenação central das atividades didáticas, culturais e de pesquisa da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente, esse órgão é apresentado com a sigla CONEP.

Para tal, a primeira iniciativa da comissão foi adquirir regimentos de faculdades similares ao da Faculdade de Educação da UFS, por meio da solicitação em universidades que tinham os regulamentos atualizados de acordo com a legislação educacional vigente. Além disso, a comissão enviou um dos seus integrantes para observar “*in locu*”, outras unidades que já estivessem enquadradas nos parâmetros da Reforma Universitária.

Para realizar tal viagem, a direção da Faculdade ingressou com um processo interno destinado à Reitoria, solicitando autorização para o afastamento do professor e ajuda financeira para arcar com os gastos:

No parecer do Professor Luís Carlos Rollemberg Dantas referente ao Processo nº. 273/68, no qual a Faculdade de Educação solicita que seja enviado um professor a Recife, o relator opinou pela aprovação do pedido, mas com as seguintes restrições: Que a Reitoria solicitasse o nome do professor que irá viajar, o prazo de sua permanência em Recife, e que lhe fossem concedidas passagens e diárias [...]. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968g, p. 19).

Na oportunidade, o professor Ovídio Valois Correia foi enviado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para observar a administração e o funcionamento da unidade de ensino e do seu curso de Pedagogia. Também foram analisados os programas das disciplinas, recursos pedagógicos, metodologias de ensino, bibliografias, currículos e o regimento.

O interesse em observar tal faculdade foi consensual entre os integrantes da comissão, pois sabiam que o Regimento da UFS havia sido elaborado de acordo com o regulamento da Universidade Federal de Pernambuco, como foi proposto pelo conselheiro Newton Sucupira.

Vale lembrar que esse mesmo conselheiro era professor titular do curso de Pedagogia da UFPE, diretor da Faculdade de Educação e um dos responsáveis pela elaboração do regimento desta, além disso, participou ativamente na elaboração das leis que definiram a Reforma Universitária:

Apesar de ter sido resultado do trabalho de um grupo de especialistas e pessoas envolvidas com o ensino superior, a Reforma ficou definitivamente associada a Newton Sucupira, e não sem qualquer fundamento. O prazo curto que o grupo teve para redigir o anteprojeto, depois da solicitação feita ao conselheiro pelo presidente da República, Costa e Silva, só pôde ser vencido com êxito pelas incursões anteriores (Parecer 53/66 e Decreto 252/67) nas quais Sucupira tivera atuação incisiva. Não foi gratuita, assim, a eleição de Sucupira como interlocutor da presidência nessa matéria. (BOMENY, 2001, p. 71).

Diante de tanta credibilidade, a comissão entendeu que uma análise no funcionamento da faculdade pernambucana seria muito importante para a adequação da FAGED/UFS à nova legislação educacional e para a elaboração do seu regimento. No roteiro da viagem, também foi inclusa uma visita à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Paraíba para verificar os modelos administrativo, pedagógico e curricular da unidade.

Além das viagens de observação, os integrantes da comissão também solicitaram autorização ao reitor para participar de congressos nacionais, promovidos na sua maioria, pelo Conselho Federal de Educação e outros órgãos vinculados ao MEC. Eles alegavam a necessidade de manter-se atualizados sobre a nova política educacional do país e as novas metodologias de ensino, para modernizar o curso de Pedagogia da UFS.

Mas, diante das dificuldades financeiras da Universidade, todas as solicitações referentes à participação em congressos eram negadas. Nesse sentido, a diretora da Faculdade decidiu arcar com suas próprias despesas para participar do I Seminário de Extensão Universitária⁹⁵, realizado em Minas Gerais.

Desse modo, além de estabelecer um novo parâmetro de organização e administração, a elaboração desse regimento buscava também atender às orientações do Ministério da Educação e Cultura, o qual determinava o enquadramento das faculdades e dos cursos à nova organização do ensino superior, definida pela Reforma Universitária. Como a Universidade Federal de Sergipe já havia sido criada, mediante amparo legal de tal legislação, foi necessária a atualização e o enquadramento das faculdades e dos cursos incorporados⁹⁶:

A Universidade Federal de Sergipe foi constituída sob forma de Fundação, pelo Decreto-Lei 269, de 28 de fevereiro de 1967. Seu Estatuto foi redigido sob a orientação do ilustre Conselheiro Newton Sucupira, e a Universidade já nasceu sob o signo da Reforma Universitária, sendo concebida segundo as novas estruturas. (BRASIL, 1970, s/p).

⁹⁵ Durante o ano letivo de 1968, somente a professora Cacilda de Oliveira Barros participou de congressos. O I Seminário de Extensão Universitária foi realizado entre os dias 18 a 21 de setembro de 1968.

⁹⁶ Apesar da Lei nº. 5.540/1968 ser aprovada após a criação da Universidade Federal de Sergipe, esta já havia sido instituída sob o respaldo dos Decretos-Lei nº. 53/1966 e 252/1967. Além disso, o conselheiro e relator do projeto de criação da UFS, Newton Sucupira, já havia orientado a elaboração do Regimento Geral da UFS de acordo com a Lei nº. 5.540 de 1968.

No caso da Faculdade de Educação⁹⁷, várias reuniões com professores da unidade eram realizadas semanalmente com o objetivo de discutir e elaborar todos os capítulos do seu regimento ainda no ano de 1968⁹⁸. De acordo com a ex-integrante da comissão, Maria Auxiliadora Campos Medeiros⁹⁹, a compreensão da legislação nacional foi o primeiro desafio dos professores de Pedagogia:

De fato, a elaboração do nosso regimento foi o primeiro desafio dos professores. Antes, ainda na FAFI, quem cuidava dos assuntos administrativos e jurídicos era Dom Luciano, então quem era professor e não tinha formação na área do Direito, não tinha muito domínio com a lei. Com a criação da Faculdade e do curso de Pedagogia, nós professores tivemos que estudar a legislação e elaborar o regimento. Além disso, tivemos que administrar a nova graduação e responsabilizar-nos pela formação dos alunos de Pedagogia e das demais licenciaturas. (MEDEIROS, 2015, s/p).

Diante desse relato e de comentários registrados nas atas de reuniões, percebemos as dificuldades apresentadas pelos professores do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe em compreender o novo arcabouço legal que orientava o curso e a política educacional do país. Para tal, os integrantes da comissão realizaram pesquisas no Diário Oficial da União e na revista Documenta, com a finalidade de obter as leis, portarias e pareceres do MEC e do CFE, de 1964 a 1968. Além disso, analisavam os artigos disponíveis na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP.

Nesse período, era difícil o acesso às leis referentes à educação, devido à sua restrita divulgação no Diário Oficial da União e na revista Documenta, citados anteriormente. Muitas dessas publicações não eram enviadas diretamente à Faculdade de Educação, e por essa razão os professores também realizavam pesquisa aos acervos de outras faculdades, da Inspeção Federal e da assessoria jurídica da Universidade Federal de Sergipe.

⁹⁷ Inicialmente, as discussões e as deliberações a respeito da Reforma Universitária ocorreram separadamente, entre as distintas faculdades e institutos da UFS.

⁹⁸ A elaboração do Regimento da Faculdade de Educação foi concluída em 1968, mas a aprovação pela congregação de professores ocorreu somente em abril de 1969, após várias discussões acaloradas, que provocaram mudanças e a supressão de artigos. Nesse processo, “Dom Luciano Duarte elogiou o trabalho da comissão, dizendo ser um trabalho de pioneiros e que os presentes apenas poliam o que a comissão garimpou” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968h, p. 7).

⁹⁹ A professora Maria Auxiliadora Campos Medeiros formou-se em Letras Francês pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, em 1965. No ano de 1968, foi contratada pela mesma Faculdade para ensinar a disciplina Prática de Ensino em Francês. Ao ser incorporada ao quadro único de pessoal da Universidade Federal de Sergipe, passou a exercer a função de professora do Ginásio de Aplicação e da Faculdade de Educação, nos cursos de Licenciatura e Pedagogia. Foi diretora do Departamento de Educação entre os anos de 1979 e 1985. Aposentou-se pela UFS em 1991 (MEDEIROS, 2015).

Além desses dispositivos jurídicos, os professores também precisaram consultar o decreto de criação da UFS, o regimento geral e o seu estatuto, todos aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Assim, perante as contribuições e a ampla dimensão em que o estudo vinha sendo realizado, a comissão solicitou ao Reitor a participação de todos os professores do curso de Pedagogia¹⁰⁰ na elaboração do Regimento:

O Regimento da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe contém as normas específicas da organização Didático-Administrativa desta unidade, de acordo com o disposto no Estatuto e Regimento Geral da Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969c, p. 1).

Vale ressaltar que apesar das dificuldades apresentadas pelos professores da FAGED/UFS na elaboração do Regimento, havia no corpo docente do curso de Pedagogia um integrante muito experiente e com bastante propriedade sobre o assunto: o professor Dom Luciano Duarte. O acúmulo de capitais incorporados ao campo religioso, garantiu ao sacerdote, autoridade e prestígio em outros campos, especialmente no campo educacional.

Pode-se concluir, então, que as trajetórias individuais e sociais percorridas por ele garantiu-lhe a acumulação dos capitais necessários à aquisição do direito de entrada no campo educacional, isto é, a acumulação das competências incorporadas, não apenas como saberes, mas, sobretudo, como senso prático. Além da legitimação intelectual, essas competências também proporcionaram o reconhecimento de seus pares perante sua posição no interior dos diferentes campos – educacional, político e religioso. (BOURDIEU, 2001).

Ainda em 1967, este sacerdote esteve à frente das discussões dos anteprojetos de criação da UFS e de seu estatuto. No ano seguinte foi convidado para exercer a função de membro do Conselho Federal de Educação, substituindo Alceu de Amoroso Lima¹⁰¹; e como presidente do Conselho Diretor¹⁰², esteve envolvido na elaboração do Regimento

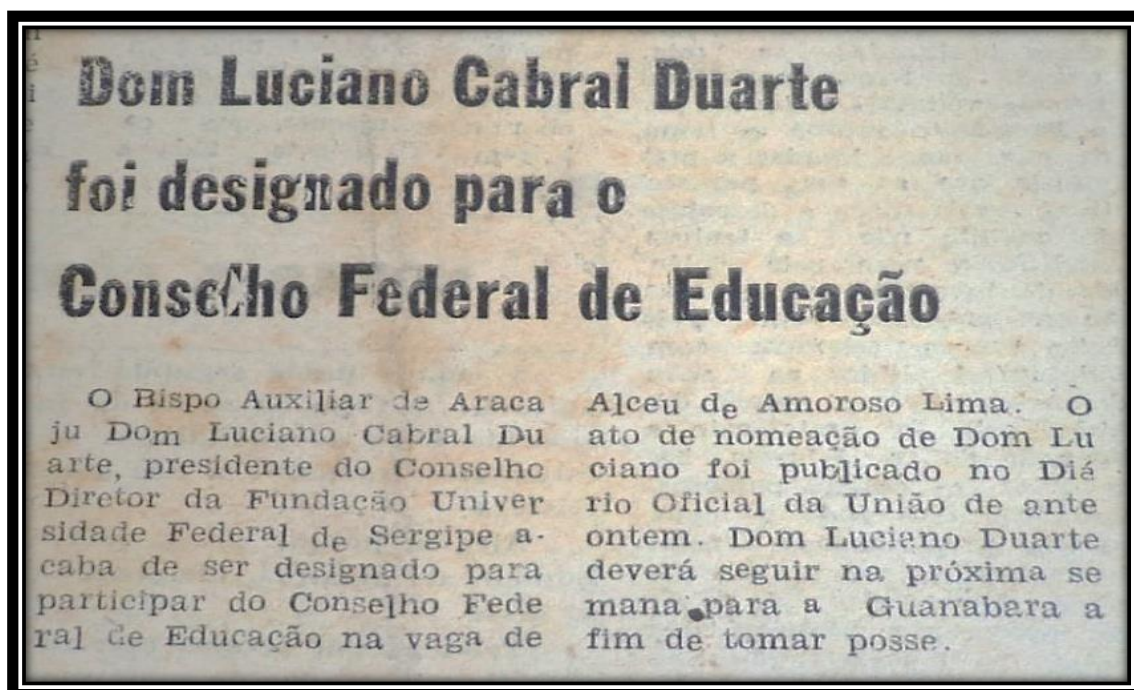
¹⁰⁰ Professores dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, incorporados ao quadro efetivo de docentes da FAGED/UFS: Cacilda de Oliveira Barros, Edgar Stanikowski, Giselda Santana Moraes, João Augusto Souza Leão A. Bastos, João Costa, José Rollemberg Leite, Luciano José Cabral Duarte, Maria Lígia Vasconcelos Aguiar, Maria Olga de Andrade, Maria Thétis Nunes, Maria Auxiliadora Campos Medeiros e Ovídio Valois Correia.

¹⁰¹ A nomeação de Dom Luciano Duarte ocorreu em 05 de março de 1968, pelo então presidente da República, Artur da Costa e Silva. Nesse ano, não foram renovadas as nomeações de Alceu de Amoroso Lima e Anísio Teixeira, devido as divergências políticas.

¹⁰² O Conselho Diretor era responsável pela administração da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

da UFS. Diante do reconhecimento político do CFE, sua nomeação foi amplamente divulgada pelos jornais sergipanos:

Figura 11 - Nomeação de Dom Luciano Duarte para o CFE (1968)



Fonte: Jornal Diário de Aracaju (06/03/1968). Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/IHGS.

Dotado de muito prestígio no campo educacional, Dom Luciano Duarte contribuiu com os debates e o entendimento acerca dos dispositivos normativos referentes ao ensino superior. Como membro do CFE, antecipou discussões que já estavam sendo fomentadas no próprio Conselho acerca das mudanças no currículo nacional do curso de Pedagogia, as quais ocorreriam no ano seguinte¹⁰³.

Desse modo, a construção do regimento proporcionou ao corpo docente de Pedagogia/UFS maior clareza em relação às diretrizes legais e à organização administrativa do curso. Essa iniciativa também permitiu o acesso e o conhecimento acerca das novas propostas da Reforma Universitária¹⁰⁴.

¹⁰³ Dom Luciano Duarte participou das discussões e decisões acerca do currículo nacional do curso de Pedagogia, aprovado em 1969 pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 252/69 e Resolução nº 2/69).

¹⁰⁴ De acordo com a análise bibliográfica desenvolvida nesse trabalho, concluímos que a Reforma Universitária teve três princípios norteadores: atender as reivindicações estudantis, implantar uma proposta modernizadora de ensino superior e a formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho e em sintonia com as novas demandas do país.

Na estruturação do regulamento, várias foram as inovações inseridas no sentido de superar o modelo de ensino superior, até então vigente na Faculdade Católica de Filosofia. Constituído de 159 artigos, tal documento incluiu orientações sobre a administração, a organização departamental, o corpo docente, o corpo discente, o regime disciplinar e as disposições gerais da FACED.

No que se refere ao curso de Pedagogia, o regimento assegurou uma estrutura organizacional capaz de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, proporcionou a prestação de serviços e a integração entre o curso e os órgãos de ensino no Estado com o objetivo de solucionar problemas educacionais e de formação de professores, por meio de programas de atuação e cooperação.

Dentre outras medidas organizacionais, também foi determinado: a extinção da cátedra e a criação da estrutura departamental, concebida como unidade operativa básica da UFS e constituída por uma disposição administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, compreendendo disciplinas afins e relativas a um determinado campo do conhecimento; a introdução de vestibulares¹⁰⁵ classificatórios com exames unificados, os quais abrangeriam os conhecimentos comuns às diversas modalidades do ensino médio; o ciclo básico e profissional; e o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplinas e a participação do aluno na composição do seu currículo.

Outro ponto importante foi a criação de um regime de trabalho especial para os professores, concedendo tempo integral e dedicação exclusiva as suas atividades. Também estabeleceu o plano de carreira, permitindo novas possibilidades socioeconômicas ao exercício docente e fragilizando o slogan de uma ocupação secundária e improvisada.

Como nesse período ainda estava em discussão a nova regulamentação nacional do curso de Pedagogia, a qual seria aprovada no ano seguinte (Parecer do CFE nº. 252/69), a organização curricular e o perfil de formação do curso de Pedagogia da UFS permaneceram associados aos pareceres nº. 251/62 e 292/62 do CFE. Enquanto o primeiro estabelecia o currículo mínimo, o perfil profissional e a duração de todos os cursos de Pedagogia do país, o segundo determinava as disciplinas pedagógicas da formação do licenciado¹⁰⁶.

¹⁰⁵ No Regimento da FACED, o vestibular foi denominado de concurso de habilitação.

¹⁰⁶ No ano de 1969, o currículo do curso foi reestruturado de acordo com o Parecer nº. 252/69 e a Resolução nº 2/69 do Conselho Federal de Educação. Esses dispositivos criaram as habilitações (magistério, orientação, supervisão, inspeção e administração), destinadas a assumirem a fragmentação das tarefas no espaço escolar.

Assim, podemos observar que no processo de instalação e funcionamento do curso de Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, a primeira atividade dirigida ao seu corpo docente e administrativo foi enquadrar o curso à nova política educacional do país, associada ao arcabouço jurídico da UFS e as diretrizes da Reforma Universitária. No entanto, vale ressaltar que na prática, a implantação dessa nova estrutura legal não ocorreu de forma simples e imediata:

Sabe-se, entretanto, que para as Escolas de Nível Superior o presente ano será particularmente difícil, tendo em vista as novas modificações impostas através de diversas leis, necessitando de algum tempo para que as mesmas se adaptem as novas exigências. (DIÁRIO DE ARACAJU, 03/02/68).

Em meio à organização e ao ajustamento legal do aparelho administrativo e acadêmico, os professores também passaram a preocupar-se com a proposta pedagógica do curso para o ano letivo subsequente. Ainda no segundo semestre de 1968 foram realizadas várias reuniões entre professores e o representante discente de Pedagogia, com a finalidade de definir as disciplinas que seriam ministradas, a carga horária, a bibliografia, os assuntos a serem trabalhados, as datas das avaliações e a disposição de professores.

Nesse processo, a primeira decisão coletiva para a organização do ano letivo de 1969 foi permanecer com o sistema seriado¹⁰⁷. Esse regime determinava a oferta de disciplinas a partir de módulos anuais distribuídos pelas quatro séries do curso, não permitindo ao aluno optar pelas matérias que desejava cursar¹⁰⁸.

Os módulos eram constituídos por disciplinas fixas, determinadas pelo Conselho Federal de Educação e pela congregação do curso¹⁰⁹. Diante disso, os alunos eram obrigados a cursar todas as disciplinas que compreendiam cada módulo durante o ano letivo, sem direito ao trancamento no decorrer de cada série.

As provas seriam realizadas no final de cada semestre, compreendendo em cada série duas avaliações. Além disso, o aluno teria direito aos exames de segunda época, os quais representavam uma espécie de recuperação anual das matérias cuja média acadêmica o aluno não havia alcançado¹¹⁰.

¹⁰⁷ Nesse contexto, o sistema seriado era caracterizado pela oferta de módulos, constituídos por disciplinas e distribuídos anualmente, para cada série do curso. A matrícula também era anual.

¹⁰⁸ O curso de Pedagogia tinha duração de 4 anos.

¹⁰⁹ A constituição da grade curricular do curso também deveria ser aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS.

¹¹⁰ A média acadêmica correspondia à nota 7,1.

Diante dessa organização, foi solicitada aos professores a elaboração dos programas de ensino de todas as disciplinas, em andamento, que compreendia o currículo do curso. Nesse período, havia apenas cinco delas em atividade, as quais correspondiam ao primeiro ano da graduação. No ano seguinte, seriam ministradas dez disciplinas¹¹¹, devido à matrícula da segunda turma.

Para isso, foram analisados programas de ensino de outras universidades brasileiras, como os da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na elaboração desses planos, enfatizou-se uma atenção especial à construção da bibliografia, devido à escassez de livros na Faculdade de Educação.

A preocupação com a bibliografia também estava associada à dificuldade de encontrar nas livrarias de Aracaju obras referentes ao curso de Pedagogia. Este problema era discutido constantemente em reuniões de professores, evidenciando as limitações diante de uma atualizada literatura.

Os ex-alunos da primeira turma (1968-1971) também destacaram a carência de livros e os obstáculos na aquisição de material bibliográfico para as disciplinas específicas da Pedagogia. De acordo, com a ex-aluna e ex-professora da UFS Maria Lúcia Souza R. Berger, a ausência de livros na área, dificultava inclusive os egressos do curso a prestarem concursos públicos:

Nós íamos muito à biblioteca, mas a nossa biblioteca ainda era muito carente, porque era o primeiro curso, a primeira turma. Lembro que quando comecei a ensinar, eu não tinha bibliografia, então tive que mandar buscar livros em Belo Horizonte. Depois que me formei, logo fui ensinar na Universidade como auxiliar de ensino, e eu não tinha bibliografia. Aliás, eu mandei buscar já para fazer o concurso... Eu tive que procurar uns livros e mandar buscar, e com esses livros fui estudar para dar aula, porque a biblioteca era muito precária para o curso de Pedagogia. Já havia muitos livros para o curso de Letras, História... cursos que estavam mais estruturados, mas para nós de Pedagogia, era complicado, entendeu? (BERGER, 2011, s/p).

A solução para amenizar esse problema era o apelo a amigos e parentes que viajavam ou moravam em outros estados, para a realização da compra e ao envio de livros para Aracaju. Ainda em 1968, a Faculdade de Educação passou a receber recursos

¹¹¹ As cinco disciplinas do primeiro ano do curso de Pedagogia, correspondente ao ano de 1968, eram: Sociologia, Português, Introdução à Filosofia, Psicologia e Introdução à Economia. As cinco disciplinas da segunda série (1969): História da Educação, Psicologia da Educação, Filosofia da Educação, Biologia e Sociologia da Educação. Basta lembrar que essa disposição de disciplinas estava associada à regulamentação nacional do curso, amparada pelo Parecer do CFE nº. 251/62.

financeiros para a aquisição de obras atribuídas aos professores e à biblioteca para disponibilidade dos alunos. Além da compra de livros, os professores também solicitaram à secretaria do curso a reprodução de apostilas mimeografadas.

No tocante à orientação teórica, observamos que, apesar do clima tenso diante da conjuntura política da época¹¹², os professores tinham autonomia para escolher os conteúdos e as obras que seriam utilizadas em suas disciplinas. De acordo com o depoimento da ex-professora Cacilda de Oliveira Barros, podemos compreender como ocorriam na prática, a elaboração e a aprovação de cada programa:

Nós tínhamos autonomia para escolher os nossos livros e os assuntos que seriam abordados em sala de aula. Não presenciei, em nenhum momento, a proibição de livros ou textos que eram utilizados, nem de assuntos que eram tratados em sala de aula pelos professores do curso de Pedagogia. É claro que antes sentávamos para discutir o que seria trabalhado em cada disciplina e os textos que seriam utilizados, para serem aprovados em equipe, até mesmo para haver uma harmonia no conteúdo e não haver repetições de assuntos. (BARROS, 2010, s/p).

Suponhamos que diante da vigilância explícita e da repressão divulgada cotidianamente nos meios sociais, os professores tivessem um “cuidado prévio” no planejamento dos assuntos e na escolha das obras que seriam adotadas em sala de aula. Mas isso não impedia a utilização de textos ou a abordagem sobre autores “considerados subversivos”, como podemos observar em relatos da ex-aluna Liana de Melo Torres:

Por exemplo, Redin, foi meu professor de Psicologia, Introdução a Psicologia, então ele levava textos sem o nome do autor e a gente não entendia o porquê, era porque eram os autores censurados pela Ditadura. Nós estudamos Paulo Freire em muitas disciplinas sem o nome de Paulo Freire, a gente não sabia qual autor estávamos estudando. (TORRES, 2015, s/p).

De acordo com as declarações da ex-professora e ex-aluna do curso de Pedagogia, subtende-se que naquele momento não houve qualquer “impedimento formal” com relação ao conteúdo e à literatura utilizada pelos professores do mencionado curso. Entretanto, acrescentaram que o corpo docente se sentia intimidado diante da conjuntura política da época para escolher o referencial teórico de suas disciplinas.

¹¹² De acordo com Dantas (1997), com a instauração do Regime Civil Militar, a partir de abril de 1964, intensificaram-se em Sergipe as prisões de estudantes e professores sem ordem judicial e marcadas de arbitrariedade.

Outro fato revelador foi a informação de que a tendência pedagógica tecnicista estava em ascensão naquele momento e dominava boa parte dos conteúdos trabalhados no curso. Essa abordagem atendia aos anseios da nova política educacional do país, o que proporcionou uma grande aceitação de suas obras pelos professores e alunos.

Segundo depoimentos da ex-aluna e ex-professora Maria Lúcia Souza R. Berger, o tecnicismo era uma tendência inovadora naquele período, inclusive havia sido importada dos Estados Unidos e vinha produzindo bons resultados no seu país de origem, o que despertava a confiança e o entusiasmo pela nova tendência:

Inclusive foi uma coisa que deu muito entusiasmo para a gente trabalhar, porque realmente acreditávamos que aquilo iria contribuir para a qualidade da educação. Então, pegamos uma fase em que havia um entusiasmo, dentro daquele contexto, de que aquilo iria funcionar... Aí diz: ah é alienado! Não, peraí vamos situar o contexto, né! Agora a gente tinha na época, pessoas que já tinham toda uma concepção político-filosófica esquerdista que estava silenciada por força das circunstâncias, e que começou a discriminar esse grupo que vinha trabalhando acreditando que iria contribuir para melhorar o ensino. (BERGER, 2011, s/p.).

Além da bibliografia, os programas das disciplinas também deveriam informar os assuntos que seriam trabalhados anualmente e sua carga horária. Nesse processo, cada professor elaborava os planos de suas matérias de ensino e depois apresentava à congregação do curso para ser avaliada e aprovada. Essa prática tinha a finalidade de garantir a harmonia e o entrosamento entre as disciplinas, evitando repetições e a desarticulação de conteúdo.

Em meio à construção dos programas, os professores demonstravam preocupação acerca do aproveitamento dos alunos com relação aos conteúdos discutidos em sala de aula e às dificuldades para concluir todo o plano. Para o corpo docente, essas limitações eram decorrentes do precário ensino nas escolas de nível médio¹¹³ e de sua falta de conexão com o nível superior. Para amenizar tal problema, foi sugerida a realização de revisões das matérias de nível médio, palestras semanais, organização de grupos de estudos e o desenvolvimento de pesquisas.

A qualidade do ensino em escolas públicas e particulares, aliada a desintegração entre o ensino médio e o superior, eram alvos de constantes críticas pela imprensa

¹¹³ O ensino médio era ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial. Além disso, compreendia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário. Essa nova nomenclatura foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024/61).

sergipana, pois, de acordo com os noticiários da época, isso comprometia o acesso dos estudantes, sua formação e o nível de ensino na Universidade Federal de Sergipe:

Estamos praticamente em fase de implantação da nossa Universidade e não é possível esperar dela resultados satisfatórios, se deixarmos como está a situação no ensino secundário e no médio. A Universidade não vem para fazer milagres; se os alunos que saem dos cursos colegiais não demonstram preparo para assimilar os conhecimentos de nível superior, ministrados o esforço da Universidade se perderá inutilmente e ela cairá no descrédito. (DIÁRIO DE ARACAJU, 06/02/68).

Diante disso, percebemos que no processo de adaptação e organização do curso de Pedagogia da UFS, as primeiras medidas adotadas pela sua congregação estavam relacionadas aos setores administrativo, acadêmico e pedagógico da unidade.

Nesse contexto, foram fundamentais o estudo detalhado da legislação nacional do ensino superior e a análise das experiências de outras unidades de ensino, já legitimadas no campo acadêmico. Além disso, fez-se necessário associar essa conjuntura à legislação educacional da Universidade Federal de Sergipe e à realidade sociocultural em que o curso estava inserido.

Assim, podemos notar que, apesar do curso de Pedagogia da UFS permanecer com a “aparente” organização da antiga FAFI até o final do ano letivo de 1968, nesse mesmo ano novas medidas passaram a ser planejadas para o enquadramento da Faculdade de Educação e do curso de Pedagogia da UFS à nova política educacional vigente, propagada pelas diretrizes da Reforma Universitária.

3 – O INGRESSO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (1968-1978)

3.1 - A OPÇÃO PELO CURSO E O PROCESSO SELETIVO

Encerrado mais um ano letivo, iniciava-se em todo o Estado de Sergipe a realização das festas de formatura do nível médio e de suas modalidades de ensino, a exemplo dos cursos Normal, Agrícola, Industrial e de Comércio¹¹⁴. Em meio às comemorações, muitos jovens pleiteavam algo a mais na sua formação: o ingresso no curso superior.

Esse plano proporcionava outras oportunidades de ascensão econômica e social aos jovens estudantes, pois poderiam exercer diferentes atividades na área do Direito, Economia, Medicina, Serviço Social, Química e Magistério. Desta forma, a alegria e o prestígio evidenciados nas festividades de formatura do ensino médio uniam-se às preocupações e expectativas, ocasionadas pelos vestibulares¹¹⁵:

O mês de dezembro é dedicado às solenidades de conclusão de curso. Hoje até alunos do curso pré-primário têm também a sua “formatura”. [...] Em verdade, as únicas solenidades de curso de que tem algum sentido, são as que conferem diplomas, quer de nível médio, ou de nível superior. Significam o término de uma atividade estudantil e o início de uma atividade profissional. Especial destaque merecem os diplomas de nível superior, sobretudo com a instituição da Universidade de Sergipe. (DIÁRIO DE ARACAJU, 10 e 11/12/1967, p. 2).

No ano de 1968, esse clima de expectativa ampliou-se ainda mais devido à criação da Universidade Federal de Sergipe e à campanha a favor de sua instalação, divulgada cotidianamente em periódicos e programas de rádio. A imprensa ressaltava a importância da federalização do ensino superior sergipano e a incorporação das faculdades isoladas pela Universidade oficial.

Os intelectuais sergipanos e líderes do Governo acreditavam que esse novo empreendimento iria oportunizar a qualificação intelectual e profissional para atender ao novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e cultural do Estado. De acordo com

¹¹⁴ Além dessas modalidades de ensino, também existiam os cursos de Madureza e de Contabilidade.

¹¹⁵ Nesse período, o processo seletivo para o ingresso nas instituições de nível superior poderia ser denominado de vestibular ou concurso de habilitação.

o memorial de agradecimento¹¹⁶ elaborado por Dom Luciano Duarte, destinado ao presidente da República, Costa e Silva, e ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, podemos notar o entusiasmo acerca da criação da primeira universidade em Sergipe:

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE era a maior aspiração dos estudantes, dos professores, das famílias, dos responsáveis pela administração estadual, e, enfim de todos os que, em Sergipe, se preocupam com o desenvolvimento do Estado, e procuram abrir perspectivas de progresso para os anos próximos. Sergipe vive sob o peso de todos os percalços que oprimem o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro. [...] Faltam-nos médicos, professores, técnicos. [...] Os jovens estudantes irão povoar a UNIVERSIDADE que Vossa Excelência criou para Sergipe. Eles forjarão o nosso progresso econômico e intelectual. (A CRUZADA, 04/03/1967).

A confiança na implantação desse projeto e o compromisso de financiamento do Governo Federal proporcionaram a instalação do curso de Pedagogia, o qual havia sido criado em 1950 na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. O edital do primeiro vestibular foi organizado ainda em novembro de 1967, compreendendo todos os cursos em funcionamento da FAFI.

Diante da criação da Universidade Federal de Sergipe, professores e candidatos às vagas aguardavam mudanças na organização dos exames para o processo seletivo de 1968, mas em virtude do atraso na incorporação das faculdades e na instalação da UFS¹¹⁷, o modelo de vestibular descentralizado permaneceu inalterado, como podemos observar no jornal Diário de Aracaju:

Apesar de ter sido anunciado que os exames vestibulares para o próximo ano sofreriam profundas modificações, sobretudo no que se referia à data de realização em todas as Faculdades, tais exames não deverão sofrer nenhuma alteração neste sentido, estando cada Faculdade organizando seu programa particular, nos moldes dos anos anteriores, cuja época tem variado sempre entre a 2ª quinzena do mês de janeiro e os primeiros dias de fevereiro. (DIÁRIO DE ARACAJU, 14/12/1967).

¹¹⁶ O memorial de agradecimento foi elaborado por Dom Luciano Duarte a pedido do Governador de Sergipe, Lourival Baptista. Assinaram a mensagem o próprio governador do Estado, o vice-governador Manoel Cabral Machado, o arcebispo metropolitano Dom José Távora, o presidente do Tribunal de Justiça desembargador Humberto Sobral, o prefeito da capital, Gileno Lima, e vários outros representantes de instituições, diretórios acadêmicos e sindicatos. O documento foi entregue pessoalmente pelo governador de Sergipe ao presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, e ao ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra (A CRUZADA, 04/03/1967).

¹¹⁷ Isso ocorreu devido ao atraso na aprovação do Estatuto da Fundação e da Universidade Federal de Sergipe, ocasionado pelas divergências entre professores e alunos. Além disso, houve demora no repasse da verba federal para a instalação.

Como não houve alterações no vestibular de 1968, o corpo docente de cada faculdade organizou sua seleção e o edital de inscrição. Os professores da FAFI também eram responsáveis por compor as bancas examinadoras, as quais elaboravam, mimeografavam, aplicavam e corrigiam as provas escritas e orais. Para cada disciplina havia uma banca composta de três professores da área:

Figura 12 - Banca examinadora do curso de Pedagogia da FAFI (1968)

<u>CONCURSO DE HABILITAÇÃO - ANO DE 1968 -</u>		
<u>BANCAS EXAMINADORAS :</u>		
<u>Curso de PEDAGOGIA:</u>		
<u>Português:</u>	1º Examinador:-Prof. José Araújo Filho	
	2º Examinador:-Prof. João Costa	
	Presidente:-D. Luciano José Cabral Duarte	
<u>História</u>	1º Examinador:-D. Maria de Lourdes Amaral Maciel	
<u>Geral:</u>	2º Examinador:-D. Maria da Glória Santana de Almeida	
	Presidente:-D. Maria Thétis Nunes	
<u>Noções de</u>	1º Examinador:-D. Cacilda de Oliveira Barros	
<u>Pedagogia:</u>	2º Examinador:-Prof. Juan José Rivas	
	Presidente:-D. Luciano José Cabral Duarte	
<u>Francês:</u>	1º Examinador:-D. Rosália Bispo dos Santos	
	2º Examinador:-D. Iara Alves Menezes	
	Presidente:-D. Luciano José Cabral Duarte	
<u>Inglês:</u>	1º Examinador:-Prof. Paulo Nascimento Fontes	
	2º Examinador:-D. Maria Olga de Andrade	
	Presidente:-Dr. José Andrade de Souza	

Fonte: Ata geral do concurso de habilitação de 1968. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Diante da ata do concurso, é possível verificar a participação de Dom Luciano Duarte em diferentes bancas (Português, Noções de Pedagogia e Francês), apesar de sua formação acadêmica compreender, especialmente, a área da Filosofia. No entanto, a detenção do poder simbólico e a concentração de diferentes capitais (cultural e social), proporcionou a notoriedade intelectual do sacerdote no campo educacional e sua atuação nas diferentes áreas do conhecimento.

De acordo Bourdieu (2007) o poder simbólico transfigura o uso de vários tipos de capitais (econômico, cultural e social) constituídos como poderes que se exercem em espaços socialmente definidos e por pessoas posicionadas distintamente, poderes que atraem e que repelem outros sujeitos, que atuam mais fortemente em uns agentes do que

em outros, mas que atingem a todos envolvidos na produção de sentido do próprio mundo social. Para ele,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 2007, p. 14 e 15).

As provas eram aplicadas nos prédios de cada unidade de ensino superior, em diferentes datas e horários, possibilitando ao candidato participar dos vestibulares de outras faculdades no mesmo ano. Mas, diante da pequena procura pelos cursos da FAFI, seus organizadores davam preferência a datas posteriores às das demais faculdades isoladas para que pudessem reaproveitar os estudantes reprovados.

Nesse vestibular, a Faculdade Católica de Filosofia divulgou seu edital na primeira semana de 1968, mas as inscrições só podiam ser realizadas após a segunda quinzena do mês. Além do curso de Pedagogia, também foram oferecidas vagas para os cursos de Geografia, História, Filosofia e Letras (Francês e Inglês)¹¹⁸, como podemos verificar no edital a seguir:

¹¹⁸ O edital publicado no jornal A Cruzada (06/01/1968) incluía o curso de Letras-Alemão, mas esse curso não foi ofertado no vestibular da FAFI de 1968.

Figura 13 - Edital do Concurso de Habilitação da FAFI (1968)

CONCURSO DE HABILITAÇÃO / ANO DE 1968
Edital de Abertura de Inscrição

De ordem do senhor Diretor da FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, Dom Luciano José Cabral Duarte, torno público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 15 de janeiro deste Ano de 1968, até as 11 horas do dia 31 do mesmo mês e Ano, estarão abertas, na Secretaria desta Faculdade, as inscrições para o CONCURSO DE HABILITAÇÃO, destinado a preencher as vagas existentes no Primeiro Ano dos Cursos de GEOGRAFIA, HISTÓRIA, LETRAS-(Francês), LETRAS-(Inglês), FILOSOFIA e PEDAGOGIA.

No referido Concurso, que obedecerá à Legislação Federal em vigor, poderão inscrever-se os candidatos que apresentarem requerimentos instruídos pelos seguintes documentos originais:

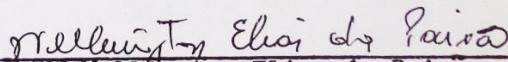
- a) Ficha Modelo 18 e 19-(Certificado de Conclusão do Curso Secundário) em duas vias
- b) Carteira de Identidade
- c) Atestado de Idoneidade Moral
- d) Folha Corrida, fornecida pela Secretaria de Segurança Pública
- e) Atestados de Sanidade Física e Mental
- f) Certidão de Nascimento, passada por Oficial do Registro Civil
- g) Prova de estar em dia com as Obrigações Militares
- h) Prova de pagamento da Taxa de Inscrição.

A exigência constante da Alínea a) poderá ser substituída por Diploma de Conclusão de qualquer Curso Superior expedido por Faculdade de Oficial, reconhecida, e devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior, ou Diploma de Curso Comercial, Técnico, registrado na Diretoria do Ensino Comercial.

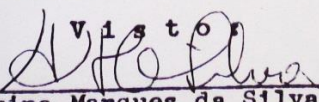
Não serão aceitos documentos com assinaturas ilegítimas, públicas formas, nem Certidões de Certificados porventura expedidos por outros estabelecimentos de ensino.

Informações mais detalhadas serão fornecidas aos interessados na Secretaria da Faculdade, das 8 hs. as 11 horas, diariamente, a partir do dia 15 de janeiro.

Secretaria da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe,
Aracaju, 06 de dezembro de 1967.


Wellington Elias da Paixão
Secretário

D. Luciano José Cabral Duarte
Diretor da F.C.F.S.

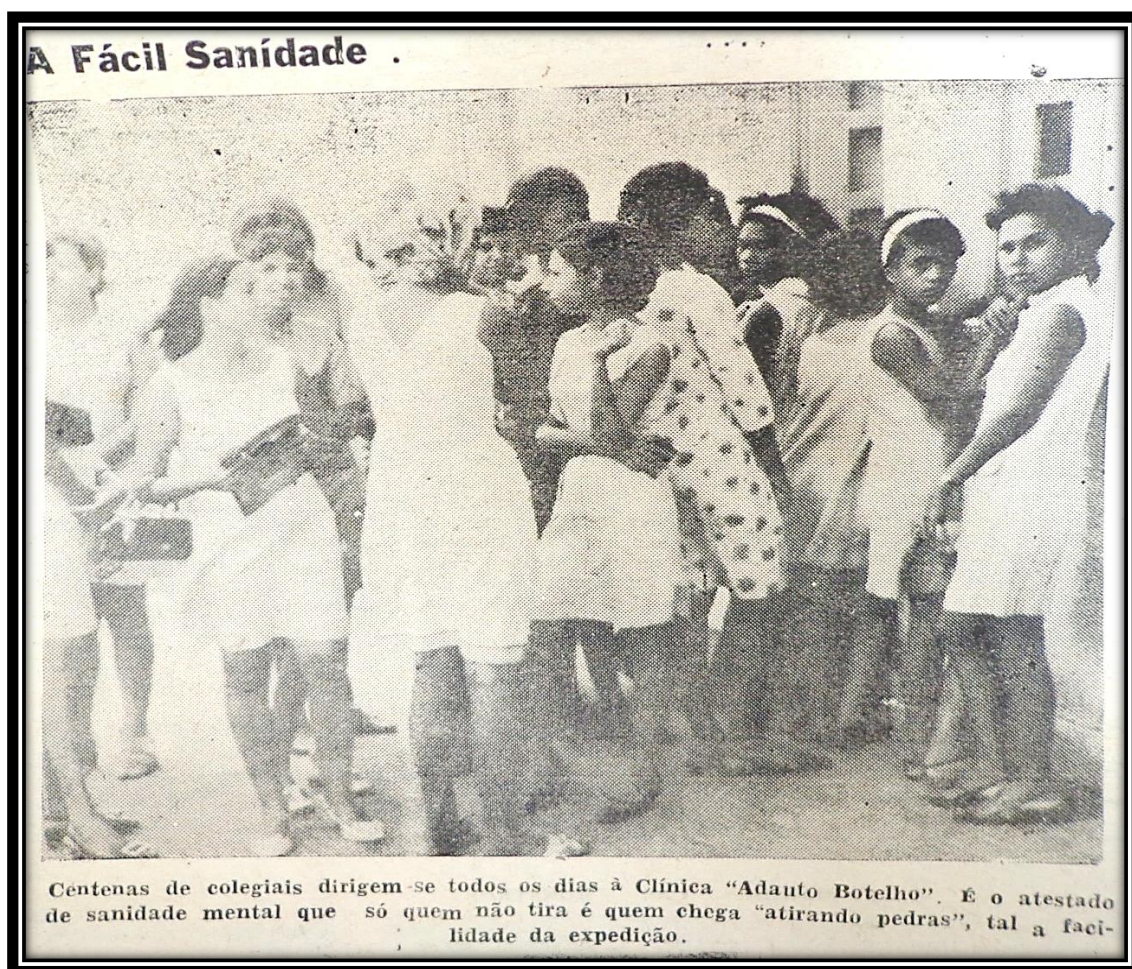

Alvínia Marques da Silva
Inspetor Federal

Fonte: Edital do concurso de habilitação da FAFI. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Aos candidatos do curso de Pedagogia foram oferecidas 30 vagas no turno matutino. No ato da inscrição era necessário apresentar o certificado de conclusão do curso secundário, carteira de identidade, atestado de idoneidade moral, folha corrida fornecida pela Secretaria de Segurança Pública, atestados de sanidade física e mental, certidão de nascimento, prova de quitação militar (para os candidatos do sexo masculino) e pagamento da taxa de inscrição.

Segundo depoimentos de ex-alunos, os atestados de idoneidade moral eram fornecidos por diretores ou professores “reconhecidos socialmente e dotados de boa conduta” das instituições escolares nas quais os vestibulandos haviam concluído o ensino médio. Com relação aos atestados de sanidade mental, os candidatos precisavam solicitá-los na Clínica Psiquiátrica Adauto Botelho, como podemos verificar na fotografia que segue:

Figura 14 - Atestado de sanidade mental para o ingresso na FAFI (1968)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 18/01/1968. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Na seleção para o curso de Pedagogia eram exigidos os conhecimentos das áreas de Português, Noções de Pedagogia, História Geral e uma língua estrangeira (Francês ou Inglês). De acordo com depoimentos da ex-aluna Lilian Leal Lago, cada uma dessas quatro áreas compreendia provas escritas e orais, finalizando oito provas no total:

No nosso vestibular havia prova escrita e prova oral. Lembro que houve provas de História e de Português, nesta última achávamos que teria uma redação e que o tema seria sobre universidades, porque nessa época falava muito sobre a criação da nossa universidade, mas quando chegou na hora da prova o tema da redação foi “Se eu fosse Presidente...”. Lembro-me da colega Clara Angélica dizendo no momento da prova: “eu achava que a redação seria sobre a universidade”. Tinha também a prova de Noções de Pedagogia, com a professora Cacilda. As colegas que haviam feito o curso Pedagógico levavam vantagens, mas como eu havia feito o Clássico no Atheneu, precisei pegar o material com uma prima que havia feito esse curso no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Por último, era a prova de Inglês ou Francês. Nós fazíamos a opção da língua estrangeira. (LAGO, 2015, s/p).

Diante do caráter eliminatório, as provas eram realizadas no turno da manhã¹¹⁹ e suas notas divulgadas no período da tarde para que os candidatos pudessem comparecer no dia seguinte e realizar os demais testes¹²⁰. A ex-aluna Judite Oliveira Aragão recorda a euforia e a preocupação em torno desse momento:

Quando saiu o resultado do vestibular lembro que estávamos no pátio da Faculdade e foi aquela festa. Era muito engraçado, porque o momento de seleção era um sofrimento, um nervosismo, candidatos chorando para lá e para cá. Naquela época, ficávamos aguardando a aprovação de cada disciplina, para no dia seguinte irmos fazer as demais. Então, cada resultado era uma vitória e grande ansiedade para a próxima prova. (ARAGÃO, 2015, s/p).

Nesse vestibular a procura pelo curso de Pedagogia conseguiu superar os demais cursos da FAFI, com a inscrição de 34 candidatos e 21 aprovações¹²¹. Essa concorrência expressiva foi ocasionada, especialmente, devido ao esforço do seu diretor em recrutar alunos para a nova graduação, como podemos observar no depoimento da ex-aluna Lilian Leal Lago:

¹¹⁹ As provas foram realizadas no período de 16 a 24 de fevereiro de 1968.

¹²⁰ Eram considerados aprovados os candidatos que obtivessem média igual ou superior a 4,0 por disciplina. Essa média aritmética era obtida a partir das provas oral e escrita de cada disciplina.

¹²¹ No vestibular de 1968 (referente às duas seleções) foram registrados os seguintes números de candidatos, por curso: 17 História, 7 Geografia, 8 Letras-Francês, 11 Letras-Inglês e 1 Filosofia. O número de aprovados foi: 9 de História, 5 de Geografia, 4 Letras-Francês, 10 Letras-Inglês e nenhum em Filosofia (FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE, 1968a, s/p).

Nesse dia ele¹²² estava com a Kombi da rádio Cultura, então viemos de Nossa Senhora das Dores até Aracaju conversando, e nessa conversa falei para ele que trabalhava no Educandário Brasília e que tinha interesse em fazer o vestibular para Geografia. E aí, ele disse: Por que você não faz Pedagogia, já que trabalha e gosta tanto de crianças? Então, respondi que não havia esse curso em Aracaju, e ele respondeu: agora vai ter, pois vamos criar uma Faculdade de Educação, porque nosso sonho é instalar a Universidade, e para isso vamos oferecer o curso de Pedagogia e instalar a Faculdade de Educação. (LAGO, 2015, s/p).

Diante desse relato, podemos observar a preocupação de Dom Luciano Duarte em atrair candidatos para o curso de Pedagogia, devido à exigência dos membros do Conselho Federal na instalação da Faculdade de Educação. Como essa instituição estava associada especialmente ao referido curso e às disciplinas pedagógicas das licenciaturas, seria inviável a sua instalação para poucos alunos.

O único candidato ao curso de Filosofia nesse ano, Wilder Santos, também lembra que foi abordado por Dom Luciano Duarte com o propósito de convencê-lo a prestar o vestibular para o curso de Pedagogia, pois alegou que seria dispendioso à FAFI aprovar somente um aluno para Filosofia. Na intenção de solucionar o problema, recomendou a inscrição do candidato no curso de Pedagogia, mas este não aceitou:

Lembro que quando fui fazer vestibular para o curso de Filosofia na Faculdade Católica, não havia outros candidatos. Então Dom Luciano me chamou e perguntou se eu tinha interesse em fazer a seleção para o curso de Pedagogia, pois seria muito oneroso para a Faculdade abrir uma turma do curso de Filosofia para um aluno, somente. E eu respondi que não, pois naquele momento eu não tinha interesse por Pedagogia. (SANTOS, 2016, s/p).

Outra candidata da época ressaltou a determinação de Dom Luciano Duarte em alcançar o número suficiente de alunos para instalar a mencionada graduação. Segundo ela, o diretor foi ao cursinho pré-vestibular promovido pela própria Faculdade Católica de Filosofia para apresentar o novo curso e a área de atuação deste:

Dom Luciano sempre foi muito próximo do curso de Pedagogia. Eu lembro que nessa época eu estava fazendo um cursinho pré-vestibular para História e ele foi pessoalmente falar sobre o novo curso de Pedagogia. [...] O que era o curso de Pedagogia e tal... Eu acho que ele era muito entusiasmado por esse curso, entendeu? Lembro que ele foi lá no cursinho, aí foi quando eu comecei a pensar em fazer Pedagogia. (BERGER, 2011, s/p).

¹²² Dom Luciano Duarte.

Em Sergipe, a criação dos cursos pré-vestibulares tornou-se comum no final da década de 40 do século XX, devido ao surgimento das faculdades isoladas e à obrigatoriedade da seleção para seu ingresso. Por isso, muitos deles surgiram associados às próprias faculdades isoladas, sendo organizados pelos diretórios acadêmicos, alunos e professores dessas instituições.

Eu fazia o curso pré-vestibular à noite na Faculdade de Filosofia, e eu lembro que estava fazendo umas disciplinas lá. Não lembro se naquela época chamava pré-vestibular, mas recordo que havia disciplinas noturnas e que você podia fazer para se preparar para o vestibular da própria FAFI. (BERGER, 2011, s/p).

Nesse período, muitos candidatos costumavam fazer cursinhos ou aulas particulares em disciplinas isoladas com a intenção de reduzir as dificuldades nas provas da seleção e a falta de articulação entre o ensino médio e os exames do vestibular. Mesmo com essa iniciativa, a imprensa sergipana publicava matérias anunciando o alto índice de reprovação:

Nunca será demais chamar a atenção das autoridades educacionais para a decadência que vem se acentuando de ano para ano, no ensino secundário e médio em Sergipe. [...] O caso se evidencia de maior gravidade, quando se verifica, como neste último ano, o elevado percentual de reprovações nos exames vestibulares das faculdades, a que se submeteram os estudantes que passaram nos cursos colegiais. [...] O resultado é esta decadência que se acentua de ano para ano e que neste último ano atingiu um grau alarmante. Nem os cursinhos particulares que os estudantes fazem dos chamados pré-vestibulares, ou de preparativos para exames de 2ª época, salvam do fracasso. Aliás, estes cursinhos estão se transformando num aspecto da indústria do ensino [...]. (DIÁRIO DE ARACAJU, 06/02/1968).

Diante do alto índice de reprovações e o insuficiente número de candidatos aprovados no vestibular de 1968¹²³, exames de segunda época também foram realizados para preencher as vagas ociosas de todos os cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Nesses exames, alunos inabilitados no primeiro vestibular para o curso de Pedagogia ou que não tiveram a oportunidade de inscrição, adquiriram uma nova chance, como podemos verificar no depoimento da ex-aluna Judite de Oliveira Aragão:

¹²³ No vestibular de 1968, a FAFI registrou o montante de 44% de reprovações, sendo o maior número no curso de História (DIÁRIO DE ARACAJU, 01/03/1968).

Ao concluir o curso Pedagógico, soube que naquele ano haveria vestibular para o curso de Pedagogia que seria implantado na então Faculdade Católica de Filosofia. [...] Então tentei o primeiro vestibular, mas não fui aprovada porque não havia estudado o suficiente. Mas, sobraram vagas, e a direção resolveu fazer uma segunda chamada, era uma espécie de segundo vestibular. Foi nesse momento que fui aprovada. Lembro que constava de prova escrita e oral das disciplinas História Geral, Português, Noções de Pedagogia e Francês. Todas as provas eram eliminatórias, ou seja, o candidato só fazia a prova seguinte se obtivesse aprovação na anterior. (ARAGÃO, 2010, s/p).

No ano seguinte, mudanças foram realizadas na organização do vestibular devido à instalação da Universidade Federal de Sergipe e à consequente incorporação das faculdades isoladas. Diante disso, implantou-se uma padronização no processo seletivo de todas as faculdades e cursos incorporados.

A primeira medida adotada foi a uniformização dos editais de cada faculdade, estabelecendo datas semelhantes para a realização das inscrições e aplicações das provas. Desta forma, os vestibulares das faculdades passaram a ser realizados no mesmo período¹²⁴, impedindo a seleção de candidatos aos diferentes cursos, como no ano anterior.

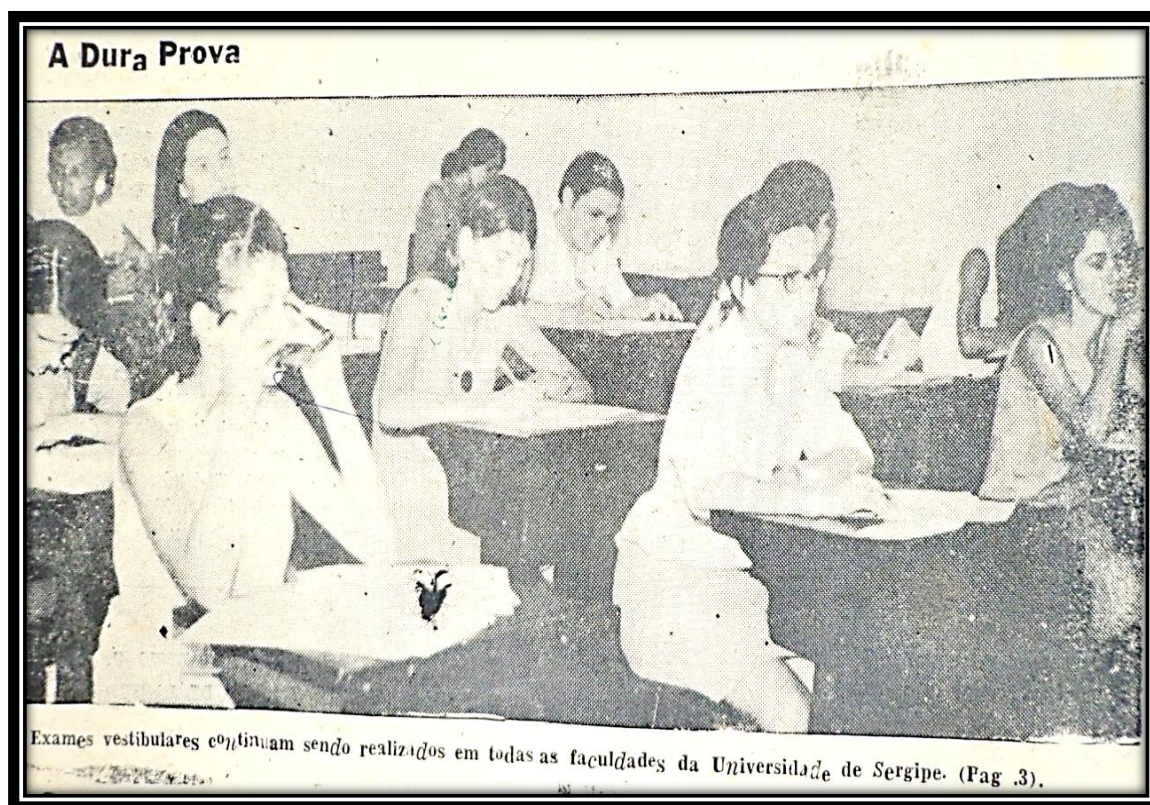
De acordo com o depoimento da ex-candidata ao curso de Pedagogia, Maria José Santos Araújo, o vestibular de 1969 foi revestido pela tensão dos vestibulandos durante a realização das provas:

Eu lembro que fazíamos provas escritas e orais, com dois examinadores. Português, por exemplo, foram José Araújo e João Costa. Era um nervoso! Fizemos prova de História, Português, Pedagogia e Línguas... O meu francês era uma miséria, inclusive fiz a prova com a professora Rosália Bispo, História com Manoel Cabral Machado e Thétis. (ARAÚJO, 2015, s/p).

A implantação da UFS, ocasionou uma maior procura de estudantes interessados em cursar o ensino superior em Sergipe. A imprensa local (escrita e oral) tornou-se um importante meio de divulgação das informações a respeito dos vestibulares, cobrindo com matérias jornalísticas desde a divulgação do edital, aos resultados finais. Nesse sentido vários registros fotográficos também eram realizados durante o processo seletivo, como podemos verificar na imagem a seguir:

¹²⁴ Entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1969.

Figura 15 - Exames vestibulares da UFS (1969)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 17/01/1969. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Nesse processo, o vestibular para o curso de Pedagogia passou a ser promovido pela Faculdade de Educação, disponibilizando 30 vagas aos 24 concorrentes¹²⁵. Mas, de acordo com a ex-aluna, Maria José Santos Araújo, apesar de o número de vagas ser superior à quantidade de candidatos, apenas sete deles foram aprovados, o que motivou a realização de uma segunda chamada¹²⁶:

Quando nós fizemos o vestibular de 1969, lembro que eram 24 pessoas inscritas para 30 vagas. Então pensei né! Vamos todos passar. Só que todas as provas escritas e orais naquele tempo eram eliminatórias, por isso que tinha 30 vagas e só entraram sete pessoas. Lembro que ainda fizeram a 2ª chamada, aí foram aprovadas mais algumas pessoas. (ARAÚJO, 2015, s/p).

¹²⁵ Com a incorporação da FAFI à Universidade Federal de Sergipe (em abril de 1968), e seu desmembramento em três novas unidades de ensino (em agosto de 1968), o curso de Pedagogia foi incorporado à Faculdade de Educação.

¹²⁶ Os editais de inscrição para o concurso de habilitação de todas as faculdades da UFS enfatizavam a informação de que não haveria segunda chamada para o vestibular de 1969.

O segundo vestibular foi realizado no mês de fevereiro, obedecendo às mesmas exigências da primeira seleção¹²⁷. Poderiam inscrever-se alunos novos e candidatos reprovados, sendo que estes ficariam dispensados de prestar os exames das disciplinas que tinham obtido a média igual ou superior a quatro¹²⁸. Nessa seleção, mais nove vestibulandos foram admitidos, totalizando 16 aprovados no curso.

Os mecanismos de seleção utilizados para o ingresso em instituições de ensino superior em Sergipe, eram empregados para filtrar os alunos que almejavam ingressar, especialmente, na UFS. O ingresso nessa unidade acadêmica garantia o acúmulo de capital cultural, proporcionando aos diplomados em Pedagogia, atuação profissional num amplo mercado de trabalho e prestígio no campo educacional.

De acordo com Bourdieu (1999) a noção de capital cultural remete a um conjunto multidimensional de competências e de disposições. Ela institucionaliza-se por meio de diversas entidades legais (a exemplo dos diplomas escolares e acadêmicos, qualificações) e uma cultura tida como legítima, isto é, constituída pelos produtos simbólicos socialmente valorizados. Nesse sentido, o capital cultural em seu estado institucionalizado, manifesta-se como atestado e reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas, a exemplo, de diplomas acadêmicos e certificados escolares.

Além do ingresso por meio do vestibular, a legislação da UFS permitia que candidatos ao curso de Pedagogia fossem provenientes da transferência de outras faculdades ou portadores de diplomas de nível superior, reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação. Para solicitar uma vaga, era necessário que o aluno transferido ou diplomado requeresse sua matrícula à Faculdade de Educação, mas a inscrição só era efetuada se houvesse vagas disponíveis ao final do processo seletivo¹²⁹.

Na oportunidade, a estudante Maria Veneranda Corado aproveitou para requerer a matrícula na primeira turma do curso, pois já havia cursado um ano dessa graduação na Universidade Federal de Alagoas:

¹²⁷ Para ambas as seleções foram exigidos os conhecimentos de Português, História, Noções de Pedagogia e uma Língua Estrangeira (Francês ou Inglês). Além disso, as provas permaneceram sendo realizadas de forma escrita e oral, com a média mínima de aprovação 4,0 para cada disciplina.

¹²⁸ Resolução CONSU/UFS nº. 02/69.

¹²⁹ Para os portadores de diplomas, as inscrições foram realizadas no período de 10 a 20 de janeiro de 1969. Caso o número de inscritos ultrapassasse o número de vagas disponíveis, teria preferência, pela seguinte ordem: 1º) O candidato diplomado em curso da mesma área do curso em que pleiteava a matrícula; 2º) O candidato diplomado em curso de outras áreas cujo currículo tivesse maior número de disciplinas iguais, ou correlatas às disciplinas do currículo do curso pretendido. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969d, s/p).

Eu comecei a fazer o curso de Pedagogia em Maceió e quando vim morar em Aracaju já estava no segundo ano, mas ainda não havia esse curso aqui. Quando o curso foi aberto fiquei com vontade de retornar, mas não tinha com quem deixar meus filhos, então meu marido disse que se alguém da minha família viesse morar conosco, eu poderia retornar para dar continuidade aos estudos. Então, quando eu retornei para concluir o curso, a turma em que ingressei já estava em andamento. (CORADO, 2015).

Ainda no ano letivo de 1969, foi criada a Comissão Central do Concurso de Habilitação (CCCH) com a finalidade de adaptar e organizar o próximo vestibular da UFS de acordo com as exigências da Reforma Universitária. Para facilitar o trabalho, seus membros realizaram um estudo acerca da Lei nº 5.540/68 e analisaram as experiências de universidades federais que já haviam adotado os preceitos da legislação vigente nos exames vestibulares.

O Magnífico Reitor apresentou um trabalho do Reitor da Universidade Federal do Ceará, Professor Valnir Chagas, como ponto de apoio para facilitar o trabalho dessa comissão que será constituída de um professor de cada uma das unidades responsáveis pelo ensino básico na nossa Universidade (DIÁRIO DE ARACAJU, 08 e 09/06/69).

Na constituição da Comissão foram indicados professores de unidades responsáveis pelo ensino básico da UFS: Faculdade de Educação, Instituto de Letras, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Biologia e Instituto de Química¹³⁰. No caso da FAGED, o escolhido pela congregação para representá-la foi o professor João Costa, que também foi eleito pelo Conselho Universitário para assumir a presidência da citada Comissão.

De acordo com as diretrizes da Reforma Universitária, o concurso vestibular deveria ser unificado em todas as universidades brasileiras, abolindo a realização de seleções independentes para cada uma das faculdades, como vinha sendo realizado na UFS. A orientação era promover o vestibular unificado por meio dos determinados ciclos básicos e em conformidade com as áreas pré-estabelecidas. Com relação à unificação do vestibular da UFS, o jornal “Diário de Aracaju” ressaltou:

¹³⁰ A Comissão era composta dos seguintes professores: João Costa (Faculdade de Educação), Rosália Bispo dos Santos (Instituto de Letras), Adelci Figueiredo Santos (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Esmeraldino Casali (Instituto de Química) e Raimundo Araújo (Instituto de Biologia).

A propósito do novo sistema pela Universidade de Sergipe, para os exames vestibulares, somos de parecer que ele representa um passo acertado no sentido da unificação prevista na Lei de Reforma Universitária para estes exames e do verdadeiro significado que tais exames devem ter. A Lei que estabelece a reforma universitária, baixada em 1968, prevê um prazo de três anos, ou seja, até 1971, para que os vestibulares, até então diferentes para cada curso, venham a ser unificados num só sistema e num único programa para todos os cursos de nível universitário¹³¹. Tal disposição legal vem corresponder justamente à nova sistemática e a nova concepção introduzida com a reforma, no ensino superior. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/07/69).

Diante da nova proposta¹³², o vestibular da UFS passou a compreender 4 áreas: Letras e Artes, Biomédica, Ciências Físico-Matemáticas e Ciências Humanas, sendo esta última na qual a Faculdade de Educação e seu curso de Pedagogia estavam inseridos¹³³.

Além disso, o vestibular de 1970 foi dividido em duas etapas: prova única, de conhecimentos gerais para todos os cursos da Universidade; e provas específicas, comuns às grandes áreas do ciclo básico. Para o curso de Pedagogia, a seleção foi dividida da seguinte maneira: 1ª etapa - prova de conhecimentos gerais¹³⁴ e 2ª etapa - provas de Português, Matemática, Francês ou Inglês (opcional), História Geral e do Brasil e Geografia Geral e do Brasil. Inicialmente, o novo modelo foi bastante elogiado pela imprensa local:

¹³¹ De acordo com o Art. 21 da Lei nº. 5.540/68, “Parágrafo único. Dentro do prazo de três anos a contar da vigência desta Lei o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular de acordo com os estatutos e regimentos”. (BRASIL, 1968a, s/p).

¹³² As normas gerais para o vestibular de 1970 da Universidade Federal de Sergipe foram definidas pela Resolução do CONSU/UFS nº 29/69. O anteprojeto desse documento foi elaborado pela Comissão Central do Concurso de Habilitação e aprovado pelo CONSU.

¹³³ As áreas de Letras e Artes compreendiam o Instituto de Letras e Artes (cursos de Letras Francês, Inglês e Alemão); a área Biomédica compreendia o Instituto de Biologia (cursos de Medicina e Odontologia); a área das Ciências Físico-Matemáticas compreendia o Instituto de Química (curso de Química) e o Instituto de Física e Matemática; e por último a área das Ciências Humanas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (cursos de História, Geografia e Filosofia), Faculdade de Ciências Econômicas (curso de Ciências Econômicas), Faculdade de Direito (curso de Direito), Faculdade de Educação (curso de Pedagogia) e Faculdade de Serviço Social (curso de Serviço Social). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969e, s/p).

¹³⁴ A prova de Conhecimentos Gerais abordava noções de Política, História, Artes, Música, Economia, Cultura, cinema, teatro e esporte, no contexto internacional, nacional e local.

É neste caminho verdadeiro que se coloca a decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade de Sergipe ao entrar numa nova etapa para a unificação dos vestibulares. A inclusão de português e matemática nestes exames nos parecem especiais como matérias básicas de cultura geral do nível médio. Por outro lado, a ponderação das notas obtidas nesta matéria, relacionando o seu peso com a importância que cada uma delas terão especificamente para cada curso, corrigirá qualquer distorção. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/07/69).

Com a unificação do vestibular da UFS, as provas passaram a ser objetivas e iguais para as disciplinas comuns aos diferentes cursos e às específicas das respectivas áreas¹³⁵, sendo aplicadas no mesmo local, data e horário. Os pesos referentes a cada disciplina¹³⁶ e o número de vagas do curso de Pedagogia foram determinados pela congregação da Faculdade de Educação.

Para cada prova havia uma comissão examinadora composta de três professores da Universidade e seus suplentes, os quais ficavam responsáveis por elaborar, mimeografar e corrigir as provas. O professor José Araújo Filho, um dos componentes da comissão examinadora de Português, lembrou como foi organizado o vestibular daquele ano:

Para elaborar as primeiras provas do vestibular “no início da UFS”, ficávamos presos em salas de aula, eu e os demais professores responsáveis pela disciplina e pela banca examinadora. Então ficávamos até dois dias ali, elaborando provas, sem dormir e só saíamos no momento de aplicar as provas... Fazíamos isso para que as questões não fossem divulgadas, para ter o maior sigilo possível e não haver desconfiança de fraudes. (ARAÚJO FILHO, 2015, s/p).

As provas eram elaboradas durante o dia e mimeografadas no horário noturno, ficando os membros da banca examinadora e da comissão em vigília até o momento da aplicação dos exames. Vale frisar que esse confinamento atendia às recomendações da Resolução do CONSU nº 29/69, a qual estabelecia as normas gerais para o vestibular de 1970 da Universidade Federal de Sergipe:

¹³⁵ A partir de 1970, a avaliação dos candidatos passou a ser realizada por meio de provas objetivas, sendo extintas as provas oral e subjetivas. Esse novo modelo de avaliação foi alvo de críticas pela professora Maria Thétis Nunes, integrante da comissão examinadora das provas de História Geral e do Brasil pois, segundo ela, os testes de múltipla escolha vinham sendo aplicados no país de forma inadequada e artificial, uma vez que eram dissociados de nossa realidade e não demonstravam o grau de conhecimento dos candidatos (A CRUZADA, 14/03/1970).

¹³⁶ O peso de cada disciplina variava de acordo com o curso optado. No caso do curso de Pedagogia, os pesos foram distribuídos da seguinte maneira: Conhecimentos Gerais 1, Português 3, Matemática 1, História 3, Geografia 1 e Línguas 1.

Art. 12 – As questões das provas serão elaboradas em nível progressivo de conhecimentos comuns ao ensino médio.

§ 3º - As provas devem ser aplicadas imediatamente após a sua elaboração, correndo à conta de comissão examinadora a responsabilidade da preservação do sigilo, nas fases de elaboração e julgamento;

§ 4º - A CCCH e as comissões examinadoras ficarão em reunião permanente e sigilosa desde a elaboração das provas até a entrega das mesmas aos responsáveis pela sua aplicação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969e, s/p).

Com a implantação do vestibular unificado, os exames seriam realizados no Colégio Estadual de Sergipe e no prédio da antiga FAFI, mas diante do grande número de alunos inscritos, as provas foram aplicadas no Estádio Estadual Lourival Baptista, como podemos visualizar na fotografia a seguir:

Figura 16 - Estádio Estadual Lourival Baptista - Vestibular da UFS (1970)



Fonte: Fotografia do vestibular da UFS, feita em 1970. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Outra medida adotada pela UFS em consonância com as diretrizes da Reforma Universitária foi a implantação do vestibular classificatório¹³⁷. Este sistema visava eliminar os candidatos que não haviam sido aprovados dentro das vagas, sem futuros problemas judiciais¹³⁸.

Na inscrição, os candidatos de Pedagogia podiam indicar outros dois cursos de diferentes faculdades na área das Ciências Humanas. A escolha era colocada em ordem de preferência pelo vestibulando, pois, se este não alcançasse a pontuação necessária para a admissão no curso favorito, poderia solicitar o ingresso nas outras duas opções, em caso de vagas disponíveis.

Para alcançar a classificação na primeira opção, os candidatos precisavam obter a maior pontuação possível nas provas, pois seriam selecionados de acordo com o valor da média obtida. Além disso, não podiam ter menos de 30 pontos na prova de Português, zerar qualquer prova ou faltar a algum exame.

Os vestibulandos que não haviam sido classificados dentro do número de vagas não eram oficialmente considerados excedentes. Entretanto, a Comissão Central do Concurso de Habilitação também disponibilizava o nome dos 10 primeiros alunos que não haviam sido classificados no limite de vagas, pois poderiam ser reaproveitados.

Na seleção para o curso de Pedagogia foram inscritos 42 candidatos para concorrer às 30 vagas disponíveis. Destes, apenas seis foram desclassificados por não terem alcançado a pontuação mínima na prova de Português, restando 36 finalistas. No processo de matrícula houve uma desistência, ingressando a primeira colocada dentre os candidatos classificados que excederam o número de vagas¹³⁹.

¹³⁷ O vestibular classificatório foi implantado pela Lei nº. 5.540/68: “Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular”. No entanto, esse modelo de seleção ficou mais evidente após o Decreto-Lei nº 68.908/71: “Art. 2º O Concurso Vestibular far-se-á rigorosamente pelo processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas no edital, excluindo-se o candidato com resultado nulo em qualquer das provas”.

¹³⁸ Os candidatos também eram orientados a assinarem um termo aceitando as normas estabelecidas pelo concurso, reconhecendo não ter direito de pleitear matrícula se não fosse classificado no limite das vagas anunciadas nos editais.

¹³⁹ Nessa seleção, a candidata desistente foi Humbelina Acioly do Bomfim e a vestibulanda “excedente”, convocada para a matrícula no curso, foi Edilma Menezes Santos. Nesse sentido, restaram cinco candidatas “excedentes”, três das quais foram matriculadas na segunda opção, ou seja, nos cursos que tinham vagas disponíveis: Clese Nadja da Costa Borges e Clemildes Tavares no curso de Letras Francês e Maria Celuta Figueiredo de Meneses no curso de Geografia. As duas restantes (Maria dos Remédios L. de Figueiredo e Maria Ieda Farias) não foram matriculadas em nenhum curso. O quadro com o nome de todos os aprovados no curso de Pedagogia/UFS, no período de 1968-1978, está disponível no apêndice B.

Em Sergipe, assim como nos demais estados brasileiros, o insuficiente número de vagas nos cursos de ensino superior ocasionou reclamações dos candidatos “excedentes”. Diante disso, várias reuniões foram realizadas entre os estudantes, o governador do Estado, Lourival Baptista, e o reitor da UFS, João Cardoso Nascimento Júnior, a fim de solucionar essa carência.

Os estudantes não classificados no último vestibular da Universidade Federal de Sergipe divulgaram ontem um “manifesto” – cujo original foi entregue ao Magnífico Reitor – no qual solicitam maior empenho daquela Universidade para a matrícula do maior número possível de candidatos, ao tempo em que se dispõem a constituir uma comissão visando estudar a fórmula pela qual seria possível essa matrícula. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/02/1970).

No entanto, a concorrência não incomodava a maioria dos candidatos aos cursos de formação docente, como Letras (Francês, Alemão e Inglês), História, Geografia e Filosofia, pois a demanda por essas graduações era inferior à quantidade de vagas oferecidas. Nessa área, somente o curso de Pedagogia tinha uma demanda superior à oferta de vagas.

Desse modo, como a maior parte dessa demanda era constituída pelos diplomados nos cursos pedagógicos, o professor Ovídio Valois apresentou uma proposta à Congregação da Faculdade de Educação sugerindo a admissão desses egressos sem a realização do vestibular. Mas a maioria dos professores e o representante discente foram contra tal proposta, alegando o baixo índice de aproveitamento pelo curso de Pedagogia¹⁴⁰.

Embora a Congregação não tenha aceitado a sugestão, essa tendência ao curso de Pedagogia ficou mais evidente no decorrer da década de 1970, tornando-se uma continuidade natural para os aprovados:

Eu escolhi Pedagogia, no vestibular de 1972, primeiro porque havia feito o curso Pedagógico e era uma sequência natural, e segundo porque era um curso novo. Então, entendia que haveria mais possibilidade de emprego. Uma nova profissão, uma demanda nova das escolas e do sistema educacional, com possibilidades maiores. (CAETANO, 2015, s/p).

¹⁴⁰ A seleção dos diplomados no curso Pedagógico seria realizada por meio da análise das notas no histórico escolar (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968h, p. 16).

Além dos transtornos com o número de vagas, outro aspecto criticado estava relacionado aos diferentes pesos das disciplinas no vestibular e à prova de Português como único exame eliminatório para todos os cursos. De acordo com a congregação da FAGED, a falta de eliminação nas matérias específicas para o ingresso no curso de Pedagogia prejudicava o rendimento dos alunos aprovados.

Diante das críticas, a Comissão do Concurso decidiu alterar essa norma no vestibular de 1971, ampliando a eliminação para todas as provas através de uma pontuação mínima de 40 pontos para Português e 30 para as demais disciplinas¹⁴¹. Nesse ano, as provas foram corrigidas em Salvador¹⁴² por computadores eletrônicos através dos cartões de respostas, e seus resultados foram divulgados antes da realização da prova subsequente, pois, a depender do desempenho, os candidatos realizavam os demais exames:

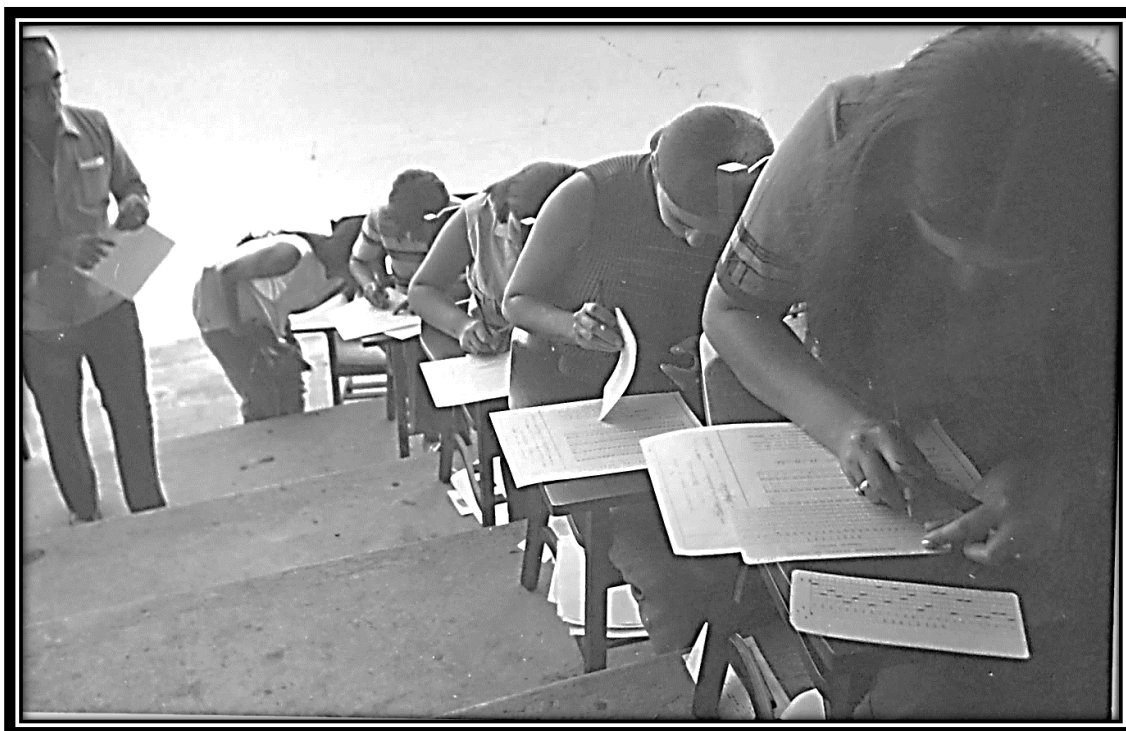
No ano que fiz o vestibular todas as provas eram eliminatórias. A correção já era computadorizada e o resultado indicava quem foi aprovado para a fase seguinte. Nesse ano, alguns cursos não preencheram todas as vagas, a exemplo do curso de Pedagogia. [...] No ano seguinte já foi classificatório. (ANDRADE, 2015, s/p).

A utilização dos cartões de resposta para a aplicação do gabarito e a correção das provas exigiam a participação de poucos professores e aceleravam a divulgação do resultado. Ao final de cada exame, a comissão organizadora preservava somente os cartões, sendo a prova disponibilizada aos candidatos:

¹⁴¹ A partir de 1971, o vestibular foi organizado em duas áreas: Ciências Exatas e Naturais e Humanidades, sendo esta última responsável pela seleção do curso de Pedagogia. As provas comuns às duas áreas compreendiam: Português, Matemática e Conhecimentos Gerais; já as provas específicas da área de Humanidades abrangiam: História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e Línguas (Francês ou Inglês). Todas as provas eram compostas de 100 questões objetivas e quatro alternativas de respostas.

¹⁴² A partir do vestibular de 1972, a correção das provas foi realizada por computadores do Centro de Processamento de Dados instalados no Instituto de Química da UFS.

Figura 17 - Vestibular unificado da UFS



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFS.

Além do sistema eliminatório, o vestibular de 1971 foi realizado na mesma data em que ocorreram os vestibulares das demais universidades federais do Nordeste, evitando assim o deslocamento de candidatos de um estado para outro. O vestibular unificado a partir da regionalização havia sido planejado pelo Conselho Federal de Educação e estava fundamentado nas normas complementares à Lei nº. 5.540/68¹⁴³:

[...] O senhor Newton Sucupira manifestou o seu entusiasmo pela adoção de vestibulares simultâneos que vão permitir que haja mais chances para todos nos exames. De cada vez, um aluno só poderá tentar a admissão em uma universidade federal. Assim os alunos que se candidatarem na Universidade de Brasília não poderão tentar entrar na Universidade de Goiás. (GAZETA DE SERGIPE, 05/01/1971).

Nessa seleção foram inscritos 70 candidatos para o curso de Pedagogia a fim de disputarem as 30 vagas disponíveis¹⁴⁴. Entretanto, somente 18 deles foram classificados,

¹⁴³ De acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei nº 464/69: “O Ministério da Educação e Cultura atuará junto às instituições de ensino superior, visando à realização, mediante convênio, de concursos vestibulares unificados em âmbito regional”. (BRASIL, 1969a, s/d).

¹⁴⁴ Ainda em 1970, o conselheiro federal Newton Sucupira enviou um ofício solicitando empenho da inspetora do ensino superior em Sergipe, Alvina Marques da Silva, no atendimento às normas legais referentes ao vestibular, aprovadas pelo CFE. No documento, o conselheiro enfatizou a proibição da

e outros dois foram incorporados ao curso pelo direcionamento à segunda opção, totalizando o ingresso de 20 estudantes.

No vestibular de 1972¹⁴⁵, a Congregação da Faculdade de Educação elevou para 40 o número de vagas para o curso de Pedagogia, alegando carência de técnicos e professores formados em nível superior para assumirem os cargos nos setores educacionais, com ênfase na Secretaria Estadual de Educação e nos cursos pedagógicos. Esta iniciativa também apresentava afinidade com os interesses do Conselho Federal de Educação, referentes à expansão do ensino superior e a formação docente:

Art. 3º O Governo Federal proporcionará auxílio financeiro aos estabelecimentos de ensino superior compreendidos nas áreas de saúde, de tecnologia e de formação de professores de ensino médio que dele carecerem para aumentar o número de vagas no primeiro ano de seus cursos. (BRASIL, 1968b, s/p).

Para isso, o curso foi dividido em duas turmas semestrais, sendo que ficariam no primeiro período os 20 alunos que obtivessem as maiores notas e ocupassem os primeiros lugares; e no segundo semestre seriam matriculados os 20 candidatos que ficassem em posições posteriores¹⁴⁶. Na intenção de preencher o número total de vagas, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS extinguiu as provas eliminatórias, devido às dificuldades apresentadas pelos candidatos em alcançar a pontuação mínima em todos os exames.

Durante o processo seletivo foram inscritos 196 candidatos, evidenciando uma demanda maior do que nos anos anteriores e a sua permanência na liderança das graduações mais procuradas na área do magistério.

Naturalmente essa visibilidade na procura pelo curso foi resultado da sua reestruturação realizada a partir de 1970, de acordo com as determinações do artigo 30 da Lei nº 5.540/68¹⁴⁷. Essa organização estabeleceu novos aspectos com relação à formação e ao campo de atuação dos egressos do curso, a partir da preparação de professores para o ensino Normal e da oferta das habilitações em Supervisão Escolar (1º e 2º graus), Administração Escolar (1º e 2º graus) e Orientação Educacional (1º e 2º graus). Na visão

matrícula de alunos que não tinham o certificado de nível secundário completo, sendo vedada, inclusive, a concessão de qualquer prazo que estivesse fora do período de matrícula na UFS.

¹⁴⁵ Em 1972 foi eliminada a prova de Conhecimentos Gerais, devido às críticas dos professores e vestibulandos referentes à diversidade do conteúdo explorado. As disciplinas comuns a todos os cursos da UFS passaram a compreender somente Português e Matemática.

¹⁴⁶ O candidato não tinha autonomia para escolher o semestre acadêmico em que gostaria de ingressar na UFS, pois o que definia era a sua pontuação e colocação na lista de aprovados.

¹⁴⁷ Além da Lei nº. 5.540/68, essa reestruturação também foi amparada pelo Parecer nº. 252/69 e pela Resolução nº. 2/69, ambos do CFE.

da ex-aluna Liana de Melo Torres, essa disposição permitiu ao profissional formado em Pedagogia diferentes atuações no campo educacional:

A política de educação dos militares vai prever um curso de Pedagogia que irá formar profissionais para atuar nas escolas como especialistas em educação, ou seja, uma equipe pedagógica para cuidar da gestão da escola como um todo. Daí vem o administrador para administrar a escola, o orientador para orientar os alunos, o supervisor para assessorar os professores e o inspetor para trabalhar na parte da documentação escolar e administrativa, inclusive pensando em um secretário especializado que entendesse de leis e cuidasse da documentação. (TORRES, 2016, s/p).

No entanto, até 1972 o curso de Pedagogia da UFS ofertou apenas a formação no Magistério para o ensino Normal e as habilitações em Administração Escolar (1º e 2º graus) e Orientação Educacional (1º e 2º graus)¹⁴⁸, sendo que a licenciatura era obrigatória para o preparo nas habilitações.

Aliado a esses fatores, ainda houve a promulgação da Lei nº. 5.692/71, que valorizou a formação docente e de especialistas educacionais em nível superior para a atuação nas escolas de 1º e 2º graus. Nesse contexto, a ex-aluna Ana Lúcia Menezes Vieira destacou a mobilização dos professores e supervisores que já atuavam nas escolas de 1º grau, em realizar o curso de Pedagogia para ascender na carreira docente.

Muitos dos nossos colegas de turma já eram professores ou supervisores de escolas, e eles vão fazer o curso de Pedagogia justamente por causa da carreira, né! Nesse período estava em processo de implantação da Lei 5.692/71, a qual vai valorizar a carreira docente e reconhecer a função técnica do pedagogo, porque até então a ênfase era na formação do professor. É a partir daí que eles também serão valorizados pelo Estatuto do Magistério do Estado de Sergipe, de 1973. (VIEIRA, 2015, s/p).

Em 1973, o número de vagas disponíveis para o curso de Pedagogia subiu para 60, sendo que em proporção ainda maior foi a soma dos concorrentes, a qual atingiu o total de 319 candidatos. As vagas eram preenchidas em duas etapas, metade no primeiro semestre letivo e outra metade no segundo período.

Na oportunidade, Iara Maria Campêlo, candidata ao vestibular desse ano e ex-aluna do curso, relata como foi seu processo de envolvimento com o magistério e sua preferência pela graduação em Pedagogia:

¹⁴⁸ A habilitação em Supervisão Escolar passou a ser ofertada a partir de 1973 e a habilitação em Inspeção Escolar não foi ofertada para o curso de Pedagogia em Licenciatura Plena na UFS.

Nunca passou pela minha cabeça fazer Pedagogia, mas minha mãe sonhava que eu fosse professora e eu precisava trabalhar para me manter porque eu vinha de família pobre. Então, por essa razão minha mãe conversou com Aglaé Fontes e conseguiu uma vaga como auxiliar de ensino, uma vez que eu não tinha formação como professora. A escola de Aglaé era a “Escolinha de Música”, uma escola de educação infantil, com as quatro primeiras séries do ensino fundamental e ensino de música. Foi nessa escola que me descobri professora e decidi fazer Pedagogia. (CAMPELO, 2015, s/p).

Além de Pedagogia, os candidatos tinham o direito de indicar uma segunda opção entre os cursos associados no mesmo grupamento¹⁴⁹. Deste modo, como tal graduação estava associada ao grupamento III, seus aspirantes ficavam limitados a escolher como alternativas secundárias, os cursos de História, Geografia ou Letras (Vernáculas e Estrangeiras)¹⁵⁰.

Figura 18 - A divisão de cursos por grupamento no vestibular da UFS (1973)

GRUPAMENTO I		
1.1	Química Industrial e Engenharia Química	60 vagas
1.2	Química (Licenciatura)	20 vagas
1.3	Matemática e Física (Licenciaturas)	50 vagas
GRUPAMENTO II		
2.1	Medicina	70 vagas
2.2	Odontologia	30 vagas
2.3	Ciências Biológicas (Licenciatura)	30 vagas
GRUPAMENTO III		
3.1	História e Geografia	90 vagas
3.2	Letras Vernáculas e Letras Estrangeiras	90 vagas
3.3	Pedagogia	60 vagas
GRUPAMENTO IV		
4.1	Direito	50 vagas
4.2	Serviço Social	30 vagas
4.3	Economia, Administração e Ciências Contábeis	120 vagas

Fonte: jornal Gazeta de Sergipe, em 05/10/1972.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)

¹⁴⁹ A partir de 1973 os vestibulandos tinham o direito de escolher até duas opções por ordem de preferência.

¹⁵⁰ Nesse vestibular os cursos foram distribuídos em quatro grupamentos, correspondendo os dois primeiros à área das Ciências Exatas e Naturais e os dois últimos a área de Humanidades.

No ano seguinte, o Estádio Estadual Lourival Baptista foi novamente palco do vestibular realizado pela UFS e de aplicação dos exames aos 405 candidatos ao curso de Pedagogia. Essa procura, permitiu ao curso permanecer entre as lideranças na lista das graduações mais procuradas, ao lado de Medicina, Direito e Economia.

A demanda pelo curso era decorrente da variedade de opções no campo de atuação e de um mercado de trabalho amplo, possibilitando várias atividades na área educacional. Além disso, havia o encantamento dos candidatos que desejavam ser professores ou especialistas em educação:

Eu havia feito o científico no Atheneu, mas o meu sonho era ser professora. Se eu não fosse professora seria uma atriz, porque eu sempre via na atividade docente uma atuação artística, uma representação. [...] Eu estava seguindo a minha vocação, não era muito por uma questão financeira, mas não deixava de ter prestígio, porque eu não estava me formando para ser professora primária, eu estava me formando para ser uma especialista em educação. À época isso era muito valorizado! (TORRES, 2015, s/p).

Durante a seleção, muitos vestibulandos realizavam suas provas nas arquibancadas do Estádio de Futebol ou na parte térrea do prédio, ficando expostos ao sol e ao calor. A ex-aluna do curso de Pedagogia/UFS, Ednalva Freire Caetano, abordou sua experiência na realização do vestibular prestado no Estádio Lourival Baptista¹⁵¹:

Na minha época fiz o vestibular no Estádio Estadual Lourival Batista - Batistão, onde colocavam cadeiras na parte coberta das arquibancadas, nos degraus. Eu acho que as provas começavam no domingo e acabavam na quarta-feira. Nesse período o vestibular já era unificado e havia pesos diferentes para as disciplinas, em função do curso que você iria fazer. (CAETANO, 2015, s/p).

Para a comissão organizadora do vestibular, a distribuição espacial do estádio facilitava a realização das provas, devido ao número de candidatos que aquele espaço podia abranger. De acordo com a imagem a seguir, podemos visualizar o processo de seleção na unidade esportiva:

¹⁵¹ Ednalva Freire Caetano prestou o vestibular de 1972, no Estádio Estadual Lourival Baptista, para o ingresso no curso de Pedagogia da UFS.

Figura 19 - Vestibular da UFS realizado no Estádio Estadual Lourival Baptista



Fonte: Acervo do Arquivo Central da UFS.

A semana do vestibular era algo muito relevante para uma parcela da sociedade sergipana, o que ocasionava a suspensão de várias atividades nos órgãos dos governos municipal e estadual, além das instituições privadas, devido à participação dos funcionários e dirigentes na seleção. O dia do resultado também era bastante prestigiado pelos vestibulandos e familiares, os quais esperavam ansiosos pela lista dos classificados, divulgada no rádio e em jornais:

700 pessoas fizeram festa desde a madrugada de ontem, reunindo amigos e familiares em todos os pontos da Cidade. Eram os felizardos do vestibular, os que conseguiram aprovação para as vagas oferecidas pela Universidade Federal de Sergipe. Desde que saiu o resultado que os 700 aprovados começaram a percorrer a Cidade, acordando amigos e familiares para a comemoração da vitória suada. (GAZETA DE SERGIPE, 12/01/1974, p. 4).

Como vimos, o resultado era divulgado ainda na madrugada do último dia da seleção, por isso os estudantes ficavam de plantão aguardando a divulgação no rádio ou nas mediações da Reitoria da UFS, esperando a publicação da lista. Para muitos

candidatos ao curso de Pedagogia, limitados pela situação econômica e educacional, a aprovação era sinônimo de emprego garantido, e/ou ascensão na carreira docente.

Eu vinha de uma família pobre, e sabia que indo para o campo do magistério seria o meio mais fácil para ter emprego, além disso eu gostava muito dessa área... Então, precisei trabalhar muito cedo, e o magistério oportunizou isso. Como eu já trabalhava na área, e sabia que não faltaria emprego, eu aproveitei para fazer o curso de Pedagogia. (PINTO, 2015, s/p).

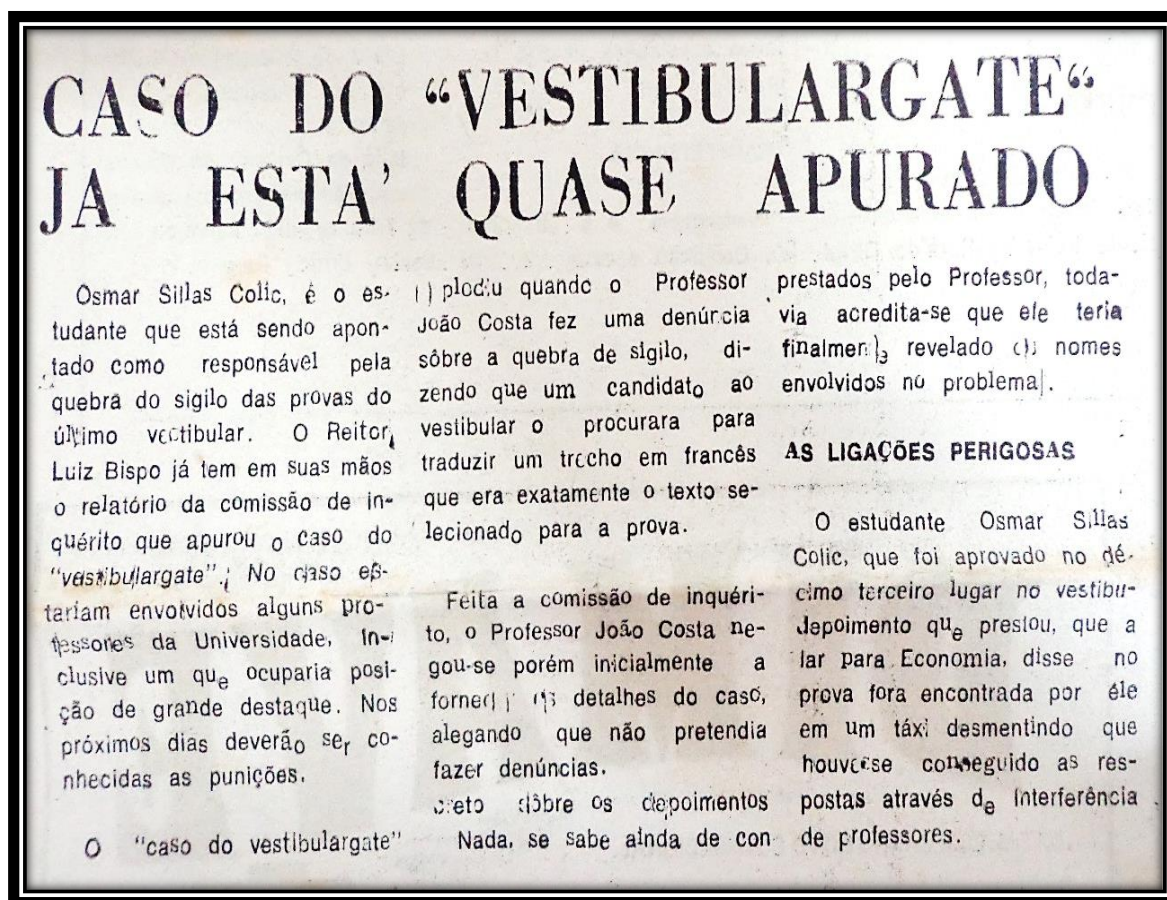
No entanto, a realização dessa seleção foi marcada por incertezas devido às suspeitas e escândalos de fraudes com a quebra de sigilo da prova de Francês. Com a grave denúncia, uma comissão de inquérito foi formada a fim de apurar as irregularidades que ocasionaram a violação do segredo e as responsabilidades dos organizadores, como foi noticiado pela imprensa local:

O sigilo de uma das provas do vestibular de 1974 foi quebrado e por isso o reitor Luiz Bispo decidiu anular todas os quesitos formulados ao tempo em que abriu inquérito para apurar os responsáveis pela irregularidade. [...] O caso do sigilo rompido já está sendo denominado “vestibulargate”, e provocando mal-estar entre os componentes das comissões organizadoras do vestibular, pois não se sabe ainda qual o responsável ou responsáveis pela ruptura do sigilo. (DIÁRIO DE ARACAJU, 21/12/73, p. 1).

Apesar de as provas de Francês já estarem confeccionadas, não foram utilizadas naquele vestibular, pois, com a denúncia de fraude, o reitor criou uma nova comissão de professores para elaborar outros exames. Mesmo assim, esse episódio causou indignação e desconfiança entre os candidatos inscritos para o vestibular daquele ano, os quais questionavam a seriedade da seleção e a injustiça perante os sacrifícios e os investimentos financeiros para alcançar uma vaga na UFS.

Diante de tanta repercussão, a sociedade sergipana aguardava com expectativa a conclusão do inquérito e a apresentação do responsável pela divulgação da prova. Além disso, solicitava medidas cabíveis para dificultar esse tipo de fraude e resgatar a moralidade do vestibular da UFS:

Figura 20 - A quebra de sigilo de provas do vestibular - 1974



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 26/01/1974. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Dentre os envolvidos na quebra de sigilo no vestibular de 1974 estavam o candidato ao curso de Economia, Oscar Sillas Colic, e o professor do curso de Pedagogia, João Costa¹⁵², mas somente o estudante foi indiciado e julgado de acordo com o Código Penal. O professor João Costa recebeu uma suspensão do reitor, mas foi absolvido das acusações do Inquérito pelo Juiz Lauro Pacheco de Oliveira, o qual alegou que a Justiça existia para corrigir os abusos e excessos da autoridade¹⁵³.

No ano seguinte¹⁵⁴ novas suspeitas de fraudes foram divulgadas devido à quebra do computador que realizava as correções das provas e aos erros na transcrição do

¹⁵² O professor João Costa era membro da comissão de elaboração da prova de Francês do vestibular de 1974.

¹⁵³ Mesmo com o acompanhamento de tal inquérito pela imprensa, não foi possível identificar a pena aplicada ao estudante.

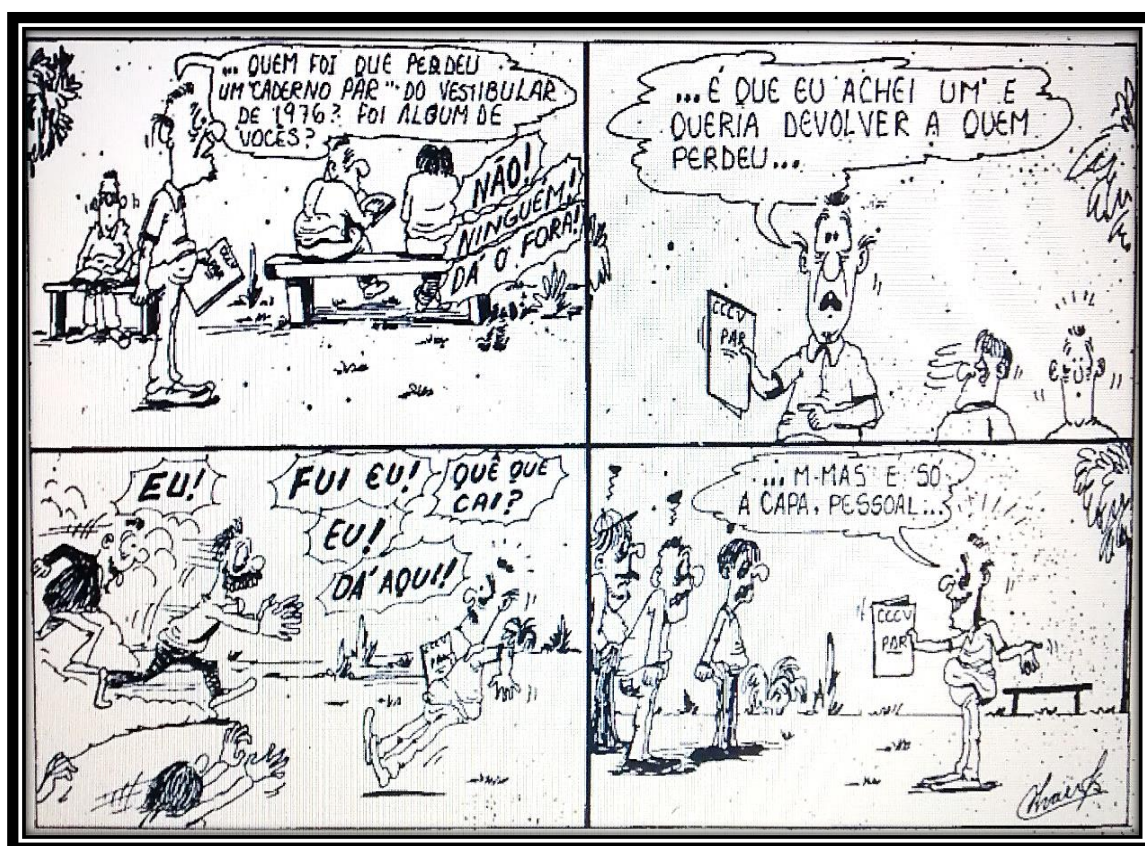
¹⁵⁴ No vestibular de 1975, as provas exigidas na seleção passaram a ser as mesmas para todos os cursos, mudando apenas o peso delas: Estudos Sociais (História, Geografia e OSPB), Língua Estrangeira (Inglês e Francês), Comunicação e Expressão (Literatura Portuguesa e Gramática), Ciências (Biologia, Química e Física) e Matemática.

gabarito. Segundo muitos candidatos, o atraso na correção facilitava a troca de cartões de respostas, beneficiando os vestibulandos oriundos de famílias abastadas.

Durante a organização do vestibular de 1976, uma nova denúncia foi feita por estudantes que haviam encontrado a capa de uma das provas nas ruas da capital, meses antes de sua aplicação. Apesar dos indícios, o reitor da UFS negou a criação de uma comissão de inquérito para apurar a denúncia, pois, segundo ele, o desaparecimento da capa não significava quebra de sigilo.

Diante das suspeitas contínuas de corrupção na elaboração e correção das provas do vestibular da UFS, muitos estudantes e a imprensa local encontravam meios divertidos de satirizar a falta de credibilidade das comissões organizadoras, através de piadas e charges:

Figura 21 - Charge sobre fraudes no vestibular de 1976



Fonte: Jornal da Cidade, 21/11/1975. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Assim, com as constantes suposições de fraudes nas provas e a manipulação dos resultados do vestibular da Universidade Federal de Sergipe, o reitor Aloísio de Campos

decidiu contratar a Fundação Carlos Chagas para elaborar os exames¹⁵⁵. A medida adotada para a realização do vestibular de 1977 foi alvo de elogios e críticas pelos candidatos daquela seleção:

Para nós não foi nenhuma surpresa a lisura e o bom andamento do concurso vestibular realizado pela “Universidade Federal de Sergipe” neste ano de 1977, considerando que em anos anteriores – ainda paira na lembrança uma série de irregularidades que atingiram o conhecimento de toda a comunidade. É que as provas eram realizadas aqui mesmo em Aracaju, e geralmente filhos de algumas classes profissionais, tinham como certa a sua aprovação. (JORNAL DE SERGIPE, 16/01/77, p. 4).

Apesar dos elogios, muitos alunos questionaram a falta de afinidade entre as questões exigidas nas provas e os conteúdos abordados em sala de aula, já que as provas eram elaboradas no Sul do país. Os vestibulandos alegavam que havia diferenças regionais e que os currículos trabalhados pelas escolas locais não eram condizentes com a proposta educacional de outros estados.

Na oportunidade, os vestibulandos também criticaram o currículo escolar implantado nas escolas de Sergipe, destacando o nível de 2º grau. Para eles, a proposta curricular local enfatizava um projeto de valorização do ensino técnico, prejudicando o desempenho dos candidatos nas provas.

Essa diversidade curricular prejudicava também os aspirantes a uma vaga no curso de Pedagogia, pois sua maioria era oriunda do curso Pedagógico de 2º grau. Esta modalidade de ensino formava professores primários, que viam nesse curso uma oportunidade para a ascensão social e econômica na carreira docente.

Acredito que a grande procura pelo curso de Pedagogia era decorrente do desejo de muitos professores em ascender na carreira docente, deixar de ser professor do primário para ser um especialista em Educação. Então, além de ter a questão financeira, pois o especialista ganhava o dobro, também havia a questão social, porque aí iria participar das equipes técnicas formadas por especialistas, ou seja, dava a impressão de estar sendo promovido. Ser técnico era mais importante do que ser professor. (TORRES, 2015, s/p).

O ingresso no curso de Pedagogia e, conseqüentemente a aquisição do diploma garantia a ascensão profissional e social de professores que já atuavam no campo

¹⁵⁵ O reitor também alegou falta de infraestrutura adequada para elaborar e reproduzir as provas. O critério para a escolha de tal instituição foi a credibilidade e experiência perante a elaboração dos exames de outras universidades federais do país (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1972, p. 176).

educacional, ou que tinham interesse de ingressar nessa área. A formação docente, em nível superior, atribuía o reconhecimento dos demais professores, e especialmente de políticos, os quais necessitavam de agentes capacitados para assumir os cargos de gestão na área da Educação.

Deste modo, essa formação em Pedagogia pela UFS, durante as décadas de 60 e 70 do século XX, resultaram na distribuição de capital e de poder simbólico aos seus formandos, para integrar aos diferentes campos e atuar em diferentes funções, a exemplo, do docente, técnicos em Educação e nas atividades de gestão.

Para Bourdieu (1999) o diploma constitui um capital cultural institucionalizado, uma certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura. Sendo um tipo específico de capital, o diploma também pode ser convertido em outros tipos de capital, a exemplo, do capital econômico, simbólico e social.

Mas, embora essa formação técnica motivasse o ingresso na profissão docente, prejudicava seu desempenho na promoção ao ensino superior, devido à valorização das disciplinas de humanidades em detrimento da redução na carga horária das disciplinas referentes às ciências exatas e biológicas. Para corrigir essas dificuldades, muitos candidatos ao curso de Pedagogia matriculavam-se em pré-vestibulares ou disciplinas isoladas das áreas de Matemática, Física, Biologia e Química¹⁵⁶.

Eu lembro que, para fazer o vestibular para Pedagogia, eu fiz o curso pré-vestibular GCM, preparatório para as disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia. Além disso, eu participava de um grupo de estudos com alguns colegas do próprio GCM e, nesse grupo, tinha um rapaz chamado Bitani, que já era estudante de Medicina, e nos dava aula de Biologia e Química. Então, ficávamos até tarde estudando na casa da minha avó. O curso GCM era muito famoso e um dos melhores do Estado; lá estudei com Almir Santana, Augusto Bezerra, Travassos... (GRAÇA, 2015, s/p).

Vale ressaltar que as limitações no desempenho do vestibular pelos egressos do curso Pedagógico eram notórias desde as primeiras seleções para o curso de Pedagogia na UFS, agravando-se a partir de 1970 com a implantação do vestibular unificado, que

¹⁵⁶ No vestibular de 1977 foram aplicadas as mesmas provas para os diversos cursos, diferenciando somente os pesos delas. Nesse ano, as disciplinas abordadas na seleção foram: Comunicação e Expressão I (Literatura Brasileira e Gramática); Comunicação e Expressão II (Línguas - Inglês ou Francês); Estudos Sociais (História, Geografia e OSPB); Matemática e Física; Química e Biologia.

passou a explorar os conhecimentos básicos do nível médio¹⁵⁷ aos diferentes cursos da área de humanidades:

Eu terminei o curso Pedagógico em 1968, mas esse curso não dava estrutura nenhuma para fazer o vestibular, pois até mesmo os conteúdos de Português, Geografia e História abordavam somente o básico que ensinávamos nas primeiras séries. Então passei o ano seguinte estudando e fazendo o cursinho pré-vestibular de Hinaldo Alencar para a seleção de Pedagogia. E aí, fiz no início de 1970 e ingressei em março do mesmo ano. [...] Eu sabia que não tinha como concorrer no ano em que concluí o Pedagógico, porque no vestibular para Pedagogia entravam as disciplinas de Matemática e Conhecimentos Gerais. Além disso, o que víamos das disciplinas de Português, Geografia e História era algo muito superficial e básico para o ensino das primeiras séries. (VIEIRA, 2015, s/p).

No vestibular de 1977 verificamos que, além das dificuldades com o conteúdo das provas, os vestibulandos também precisavam lidar com o temor dos fiscais e o nervosismo durante o processo seletivo. Nos jornais da época podemos observar essa dupla apreensão:

Faz exatamente uma hora que se iniciou a prova, até o momento ninguém terminou, o silêncio é profundo, perturbado apenas pelos passos dos fiscais, eles são em números de dois para cada sala. Vez por outra um fiscal é solicitado para dar alguma explicação, muitos fingem não ouvir os chamados. O ambiente é de tal nervosismo, que uma garota, junto a porta, em menos de 15 minutos acendeu três cigarros. Muitos fumam; um rapaz já desprovido de cigarros encontra dificuldade em arranjar um, olha para os lados, nervoso, temendo os fiscais. (JORNAL DA CIDADE, 12/01/77).

O assédio psicológico exercido por fiscais era bastante presente durante a resolução das provas, e legitimado culturalmente por calouros, veteranos e professores. No entanto, críticas também eram realizadas a esse modelo de acompanhamento e fiscalização, como podemos visualizar nas representações visuais e verbais da charge a seguir:

¹⁵⁷ De acordo com a Lei nº. 5.540/68, as provas elaboradas para os concursos vestibulares deveriam corresponder ao nível do ensino médio: “Art. 21. O concurso vestibular, referido na letra a do artigo 17, abrangerá os conhecimentos comuns às diversas formas de educação do segundo grau sem ultrapassar este nível de complexidade para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para estudos superiores” (BRASIL, 1968a, s/n).

Figura 22 - O inimigo no Vestibular da UFS – o fiscal (1977)



Fonte: Jornal Diário de Sergipe, 12/01/1977. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

No ano seguinte, as limitações de muitos candidatos iniciaram-se ainda no processo de inscrição, devido ao reajuste no valor das taxas da Universidade Federal de Sergipe. Para os estudantes, essa iniciativa impossibilitava o acesso de muitos jovens à UFS, já que, além da taxa de inscrição, os candidatos também precisavam adquirir um guia de instruções para o processo seletivo, vendido pela própria Universidade.

Ao efetuar a inscrição no vestibular de 1978, o candidato deveria pagar uma taxa de Cr\$ 300,00 cruzeiros¹⁵⁸, acrescidos de Cr\$ 12,00 cruzeiros para a aquisição do caderno de normas do processo seletivo. Caso fosse aprovado, teria um gasto de mais Cr\$ 66,00 cruzeiros de matrícula por disciplina, totalizando um montante de Cr\$ 396,00, já que estes deveriam efetuar a matrícula em seis disciplinas. Dessa forma, no primeiro semestre o aluno investia um total de Cr\$ 708,00 cruzeiros¹⁵⁹, além das demais despesas com o material didático e o deslocamento.

De acordo com a figura a seguir, podemos visualizar o guia de instruções para o vestibular da UFS, naquele ano:

¹⁵⁸ No vestibular de 1977 o valor da inscrição era de Cr\$ 150,00 cruzeiros.

¹⁵⁹ O salário mínimo local desse período correspondia a R\$ 750 cruzeiros. Já o salário mínimo nacional era de Cr\$ 1,560.00.

Figura 23 - Guia de instruções para o vestibular da UFS (1978)



Fonte: Guia de instruções para a inscrição no vestibular da UFS (1978).
Acervo: Arquivo Central da UFS.

Diante disso, os estudantes alegavam que estava ocorrendo um processo de privatização da UFS, porém essa arrecadação era consequência do regime de fundação adotado na Universidade Federal de Sergipe, o qual permitia gerar suas próprias fontes de renda por meio da cobrança de taxas e mensalidades aos alunos. Esse contexto não amedrontava somente os alunos, pois os professores também ficavam receosos perante tal regime:

O novo sistema de pagamento das mensalidades da Universidade Federal de Sergipe também não agrada aos professores que temem passar os mesmos vexames que passam os mestres dos estabelecimentos particulares, como dentre outros prejuízos, atrasos nos vencimentos. [...] Os estudantes da UFS na sua maioria pobres, cujos pais não ultrapassam em renda a três salários mínimos, não se conformam em ter de pagar mensalidade a Universidade. (DIÁRIO DE ARACAJU, 19 e 20/03/78)

Para justificar a cobrança, a comissão organizadora do vestibular alegava que havia altas despesas com o pagamento das provas elaboradas pela Fundação Carlos Chagas e com a organização do evento. Mesmo assim, os estudantes criticavam os altos custos exigidos para ingressar e se manter na Universidade. Alegavam também que a renda per capita do Estado não permitia o pagamento abusivo de tantas taxas e seus constantes aumentos.

Apesar das justificativas apresentadas pelos membros da comissão, as críticas em torno das taxas e aumentos abusivos da UFS já vinham sendo questionadas há alguns anos por estudantes e professores.

As matrículas na UFS todo ano tem um aumento considerável; já que sempre alcança a taxa de no mínimo 30%. Os alunos nada podem fazer; e as reclamações de nada adiantam; pois a UFS se mantém alheia aos problemas de cada um. Tirando-se a média por mês; fica quase o preço de uma faculdade particular e; pelo menos nas taxas; ela não tem nada de federal. (DIÁRIO DE ARACAJU, 12/02/76).

Nesse vestibular, além da preocupação com o reajuste de várias taxas para o ingresso e permanência na Universidade Federal de Sergipe, os candidatos ao curso de Pedagogia depararam-se com outra novidade: a inclusão da prova de Redação entre os exames do vestibular.

Essa iniciativa buscava atender ao Decreto-Lei nº. 79.298/77, que estabelecia a inclusão dessa prática nos programas de seleção de todos os vestibulares realizados no país. Essa determinação encaminhada pelo Conselho Federal de Educação, visava incentivar os estudantes a redigirem e empregarem corretamente a língua escrita.

Na Universidade Federal de Sergipe, a introdução da Redação proporcionou uma experiência nova e temida pelos vestibulandos, pois, diante da subjetividade da correção

e o envolvimento pessoal do avaliador, questionavam a imparcialidade dos professores¹⁶⁰ no momento da pontuação:

Parece que os jovens esquecem-se de tudo e no momento só pensam no vestibular. O assunto dominante nas rodas de bate-papos não é outro e hoje é o último dia para início das provas. A cidade quase que inteira vive esta emoção, pois, a tensão e expectativa envolve não só os candidatos como as pessoas mais próximas e também aqueles que ainda farão o vestibular ou já o fizeram. [...] A redação como experiência nova é temida pelos candidatos em todos os seus aspectos, inclusive a correção. (GAZETA DE SERGIPE, 07/01/78, p. 1).

Deste modo, podemos verificar que a partir de 1968 tornaram-se mais evidentes as orientações do Conselho Federal de Educação na definição e padronização dos vestibulares realizados no país, especialmente com a publicação da Lei nº 5.540/68. Dentre as medidas acatadas pelos membros da Comissão do Concurso na UFS, até o ano de 1978 sobressaíram o vestibular unificado e classificatório, o pagamento de taxas, a elaboração das provas proporcionais ao nível do ensino médio e a valorização da expansão universitária.

Além da normatização do vestibular, o Conselho Federal de Educação e suas diretrizes legais também ocasionaram mudanças na estrutura do curso de Pedagogia, possibilitando ao seu egresso uma variedade de funções no campo da educação e consequentemente um amplo mercado de trabalho.

No âmbito local, a nova estrutura baseada na formação do magistério e de especialistas em educação estimulou a procura pelo curso. Outras razões também motivaram essa preferência, a exemplo da noção de continuidade do ensino pedagógico, a simpatia pelo magistério, a condição de ser uma profissão respeitada para mulheres, a garantia de emprego durante a formação e o desejo de ascender socialmente e economicamente na carreira docente.

De acordo com a ex-aluna, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, a limitação da UFS em oferecer alguns cursos de graduação, a exemplo, da Psicologia também favoreceu a escolha pela área:

¹⁶⁰ A correção das redações do vestibular de 1978 foi realizada pelos professores do Instituto de Letras da UFS.

Eu fiz Pedagogia, não foi porque eu queria ser professora ou porque eu gostava dessa área... Durante o curso da Escola Normal, eu gostava muito de Psicologia e era metida a vidente e astróloga. Então, quando comecei a ter aula de Psicologia me encantei e queria ser psicóloga. [...] Então, eu escolhi Pedagogia porque eu queria fazer Psicologia, e como esse curso só tinha na Bahia ou em Pernambuco e eu não tinha condições financeiras de ir estudar lá, uma professora da Escola Normal me orientou a fazer Pedagogia. (GRAÇA, 2015, s/p).

Nesse sentido, vale ressaltar que a escolha por esse curso nem sempre foi intencional, pois alguns alunos optaram por esse campo devido à ausência de outras graduações no Estado, a exemplo da Psicologia, e as limitações que o curso Pedagógico do 2º grau conferia aos seus estudantes no ingresso em áreas mais conceituadas, como o Direito, Engenharia Civil, Enfermagem, Economia e Medicina.

4 – O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS DO CURSO DE PEDAGOGIA (1968-1978)

4.1 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A ATUAÇÃO DOS ALUNOS PARA ALÉM DOS LIMITES CURRICULARES

Em meio às atividades curriculares obrigatórias desenvolvidas no decorrer do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, outras práticas extracurriculares também proporcionavam a aquisição de experiências aos estudantes do curso e contribuições ao campo educacional. Essas práticas eram estimuladas pela política de extensão acadêmica amparada pela Reforma Universitária, a partir do Decreto-Lei nº. 252/67, artigo 10¹⁶¹:

Art. 10. A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53¹⁶², de 18 de novembro de 1966. (BRASIL, 1967, s/p).

No ano seguinte, essa orientação foi retomada de maneira mais abrangente pela Comissão Mista de deputados e senadores, responsável pelo estudo e reformulação do projeto¹⁶³ que originou a Lei nº. 5.540/68¹⁶⁴. Além de reforçar o comprometimento da

¹⁶¹ Vale ressaltar que as discussões e as reivindicações acerca da extensão universitária antecedem a década de 1960. A primeira referência legal foi registrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, a partir do Decreto-Lei nº. 19.851/31 (em seus artigos nº. 34, 42, 109). Entretanto, esse projeto ganha projeção nacional com a Reforma Universitária.

¹⁶² De acordo com o Decreto-Lei nº. 53/66, Art 1º: “As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (BRASIL, 1966, s/p).

¹⁶³ O anteprojeto de lei foi elaborado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), instituído pelo Decreto-Lei nº. 62.937/68. De acordo com o art. 1º, esse grupo seria composto de 11 membros “[...] designados pelo Presidente da República, para acelerar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (BRASIL, 1968, s/p). Nesse sentido, o Grupo foi formado pelos seguintes membros: Ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura; Antônio Moreira Couceiro, Presidente do CNPq; Pe. Fernando Bastos D’Ávila, vice-reitor da PUC/RJ; João Lyra Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Velloso, representante do Planejamento; Fernando Riveiro do Val, representante do ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, professor da Universidade de São Paulo, Newton Sucupira, membro do CFE; Valnir Chagas, membro do CFE, e Haroldo Leon Perez, representante do Congresso Nacional (NICOLATO, 1986, p. 272 apud GURGEL, 1986).

¹⁶⁴ A Lei nº. 5.540/68 foi elaborada de acordo com os Decretos-Leis nº. 53/66 e 252/67. Isso ocorreu porque todos esses dispositivos seguiam o mesmo projeto educacional do Governo Federal, sendo intenção do

prestação de serviços pelas universidades, a comissão estendeu esse compromisso aos demais estabelecimentos isolados de ensino superior, através do artigo 20: “As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”. (BRASIL, 1968a, s/p.).

A intenção principal dessa política era integrar as universidades à sua comunidade e estimular a participação dos estudantes e docentes no desenvolvimento do país, a partir da implantação de projetos sociais e prestação de serviços, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa fomentada nas instituições superiores¹⁶⁵.

Apesar da legislação apresentar, de maneira mais enfática, a contribuição das instituições superiores para a comunidade externa, também é importante verificar a colaboração desse espaço externo na formação dos estudantes, pois a extensão universitária permitia aplicar os conhecimentos adquiridos na universidade e explorar um campo de atuação bastante coerente com o futuro exercício profissional dos universitários.

A participação dos professores¹⁶⁶ nessa iniciativa estimulava a análise e a reflexão do corpo docente com relação a sua formação, à produção científica e à realidade do país. Essa relação também instigava a produção do conhecimento e a busca de soluções para problemas regionais e locais. Dessa forma, a extensão universitária proporcionava contribuições recíprocas entre a universidade e a comunidade.

Contudo, méritos e críticas foram direcionados às atividades de extensão realizadas durante o Governo Civil-Militar (1964-1985). De acordo com o estudo bibliográfico realizado por Vieira (2014), a produção acadêmica elaborada até 1985 retrata um projeto nacional pautado na responsabilidade social de alunos e professores com o desenvolvimento da nação, qualificando como positiva e necessária tanto para a formação do aluno quanto para o desenvolvimento do país. Mas, na produção pós 1985, percebe-se

Poder Executivo apenas a legitimação por parte do legislativo. Além disso, alguns membros responsáveis pela construção do anteprojeto de Lei (a exemplo de Newton Sucupira e Valnir Chagas) também haviam elaborado os decretos-leis mencionados. No entanto, vale lembrar que o resultado desses dispositivos não se deu de maneira harmônica, pois os interesses prevaletentes são o resultado da luta entre os indivíduos ou grupos que pretendem impor suas concepções e projetos.

¹⁶⁵ De acordo com Gurgel (1986), a presença da Extensão Universitária na Lei 5.540/68 deve-se à influência do movimento estudantil.

¹⁶⁶ Na seção 4.3 será analisada a atuação dos docentes do curso de Pedagogia da UFS, nos cursos de extensão desenvolvidos em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Sergipe e Ministério da Educação e Cultura.

a construção de uma representação em que predomina o caráter assistencialista¹⁶⁷ e de controle aos atos subversivos dos estudantes¹⁶⁸:

Esses trabalhos que datam dos anos de 1980 formulam em suas análises uma crítica, e constroem uma representação assistencialista da Extensão como determinante em um dado momento histórico, sendo demarcada neste período como uma prática negativa. Esta versão pós-ditadura sobre a Extensão Universitária parece se revelar como um estereótipo de que as práticas da Extensão Universitária no período da ditadura eram puramente assistencialistas e negativas. (VIEIRA, 2014, p. 29).

Em Sergipe¹⁶⁹, alguns programas de extensão universitária oficiais e bastante conhecidos durante as décadas de 1960 e 1970 foram implantados pelo Governo Federal, a exemplo da Operação Mauá¹⁷⁰ e da Operação Rondon¹⁷¹. Essa iniciativa oportunizou a participação de alunos dos diferentes cursos da Universidade Federal de Sergipe, em ambos os projetos¹⁷².

¹⁶⁷ Para Vieira (2014, p. 32): “O uso do termo “assistencialista” remete a uma política de atendimento à população que gera dependência e não emancipação dos sujeitos e que reitera a desigualdade e a tutela do Estado, pois contribui na conformação social e na legitimação do sistema de poder vigente. Suas intenções são pautadas pela ótica do favor e da benesse, transformando os usuários em “assistidos”, “favorecidos”, e não em cidadãos de direito”.

¹⁶⁸ Apesar da autora afirmar que os programas de extensão também eram utilizados com a intenção de afastar os estudantes das atividades consideradas subversivas, ela ressalta em seu estudo as contribuições das ações extensionistas para as comunidades assistidas e para a formação dos estudantes.

¹⁶⁹ As primeiras manifestações de extensão universitária em Sergipe ocorreram na década de 1950, com a criação da Juventude Universitária Católica (JUC). A partir da parceria entre universitários das faculdades isoladas sergipanas e a Igreja Católica, esse projeto realizou a implantação do Movimento de Educação de Base (MEB) e da assistência social nos hospitais e nos bairros de Aracaju (MORAIS, 2008).

¹⁷⁰ Criada através do Decreto nº 64.918 de 1969, a Operação Mauá foi um programa governamental que se iniciou com a proposta de integração dos estudantes à problemática dos transportes no país, ampliando-se posteriormente essa integração às empresas e indústrias brasileiras. Seu objetivo era a formação técnica dos estudantes das áreas de Engenharia, Química, Administração e Economia, para a atuação em estabelecimentos empresariais e industriais. O nome dado a operação buscou homenagear Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como Barão de Mauá, devido a sua atuação como empresário e político de meados do século XIX. Nesse texto não iremos realizar um estudo aprofundado da Operação Mauá devido à ausência de alunos de Pedagogia da UFS em tal projeto (LIMA, 2015).

¹⁷¹ O Projeto Rondon foi criado legalmente em 1968, por meio do Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, e estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, subordinado ao Ministério do Interior. No entanto, suas atividades iniciaram-se ainda em julho de 1967 quando um grupo de 30 estudantes coordenado por dois professores da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) viajaram para Rondônia com a finalidade de conhecer a realidade amazônica e trabalhar em benefício das comunidades carentes daquela região. Posteriormente, em 1970, esse GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, e em 1975 foi instituída a Fundação Projeto Rondon pela Lei nº 6.310. O nome de tal programa buscou homenagear Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, bandeirante do século XX que fazia expedições pelo sertão do País, estendendo linhas telegráficas (LIMA, 2015).

¹⁷² Em 1971, alunos de Química e Economia da UFS também participaram da Operação Mauá. A comissão formada por 40 estudantes e 4 professores realizou sua prática no Estado de Minas Gerais (DIÁRIO DE ARACAJU, 05/01/1971).

Enquanto o primeiro enfatizava a integração entre os universitários e as empresas brasileiras, o segundo¹⁷³ destacava a relação entre os estudantes e a comunidade, com o objetivo de promover as práticas de interiorização e conduzir a juventude para participar do processo de integração e desenvolvimento nacional. A diferença entre os dois projetos foi apresentada por Portugal da seguinte maneira:

A Operação Mauá tinha como intuito mostrar para os estudantes as grandes empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas do governo ou subvencionadas por ele. Enquanto o Projeto Rondon se voltava a prestar uma ajuda a um Brasil esquecido e atrasado, a Operação Mauá mantinha seu foco no Brasil que dava certo, que crescia economicamente, que era responsável por um grande salto tecnológico no país. A Operação Mauá trabalhava com o Brasil do futuro que os militares queriam construir ainda no presente. (PORTUGAL, 2008, p. 70-71).

Apesar das particularidades, ambas as operações¹⁷⁴ apresentavam interesses em comum, dentre os quais, promover meios amistosos para atrair a simpatia dos jovens estudantes e professores, pois o Governo precisava da adesão da “elite dirigente” no processo de integração e desenvolvimento do país. Além disso, não desejava se restringir apenas ao uso das práticas repressivas para afastar a subversão dos meios acadêmicos e construir uma base de legitimação¹⁷⁵ (LIMA, 2015).

Atendendo a essa nova política nacional de extensão, a primeira comissão de rondonistas a atuar em Sergipe chegou a este Estado em janeiro de 1968 transportada por avião especial da Força Aérea Brasileira (FAB)¹⁷⁶. O grupo era constituído de sete universitários oriundos da Guanabara¹⁷⁷, os quais pertenciam a diferentes cursos, como Engenharia, Geografia, Geologia e Química.

¹⁷³ O Projeto Rondon tornou-se referência com relação às atividades extensionistas universitárias durante a década de 1970.

¹⁷⁴ A criação do Projeto Rondon e da Operação Mauá, respectivamente, pelo Ministério do Interior e Ministério dos Transportes, gerou descontentamento entre os integrantes do Ministério da Educação e Cultura, pois asseguravam que somente o MEC era responsável legalmente pela criação e manutenção dos projetos de extensão desenvolvidos nas instituições acadêmicas.

¹⁷⁵ De acordo com Lima (2015), a participação dos estudantes e professores nos programas de extensão supria demandas variadas de estudantes com interesses muito heterogêneos, o que desmistifica a afirmação de que se tornar um rondonista, por exemplo, implicava necessariamente a adesão ao regime ou aceitação da tutela e da ideologia oficiais. Em seu estudo, o autor identificou a participação de alguns militantes dos movimentos estudantis de esquerda, com o objetivo de infiltrar-se no interior do país para conscientizar o “homem do campo” sobre a luta contra a ditadura.

¹⁷⁶ A recepção ao grupo foi realizada com solenidade de confraternização promovida pelos universitários sergipanos na Faculdade de Serviço Social.

¹⁷⁷ A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território do atual município do Rio de Janeiro. Em 1974, após sancionada a Lei complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, durante a presidência do general Ernesto Geisel, decidiu-se realizar a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a partir de 15 de março de 1975 (BRASIL, 1974).

As atividades desenvolvidas por eles visavam realizar o levantamento socioeconômico do Estado, a integração universitária, o conhecimento “*in loco*” do problema de integração nacional e a prática de campo. A comissão também pretendia apresentar soluções para os possíveis problemas locais¹⁷⁸, como mostra o jornal sergipano Diário de Aracaju:

A comissão guanabariana, cognominada de Grupo Aracaju, tentará durante a sua estada em nossa Capital, conhecer, estudar e apresentar soluções possíveis para problemas que afligem a infraestrutura sergipana, colocando-se por outro lado, à disposição de qualquer órgão que necessite de cooperação dentro da especialidade do grupo. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/01/1968).

A imprensa sergipana realizava uma campanha positiva acerca da Operação. Os jornais que circulavam na época destacavam sua relevância na formação dos estudantes que se tornariam a “elite” dirigente do país. Além disso, exaltavam a participação dos universitários nesse projeto nacional e enfatizavam suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil. No entanto, quase nada foi encontrado com relação ao resultado das ações para a população sergipana naquele ano:

O Projeto Rondon nº 1¹⁷⁹ comprovou que a sociedade deste país deve ter orgulho dos seus moços universitários, que na plena consciência dos enormes e múltiplos problemas que retardam o desenvolvimento, se juntaram em grupos para ir pesquisá-los “*in loco*”, trazendo contribuições, algumas consideradas notáveis, no terreno do saneamento. Mostraram como coragem e idealismo, que estão prontos a aceitar o desafio do Brasil continental. Deixaram os padrões de vida seguros, a que estão acostumados e penetraram por regiões despreparadas e solitárias onde, nos grandes rios e belas matas se escondem a traição da morte. Assim fizeram por amar o Brasil e aos infelizes dizimados por moléstias, seus irmãos desprotegidos. (DIÁRIO DE ARACAJU, 11/07/1968).

No ano seguinte, não foram localizados registros da presença de rondonistas em Sergipe, porém foi realizada a primeira seleção destinada aos estudantes sergipanos

¹⁷⁸ Em entrevista ao jornal Diário de Aracaju (18/01/1968), os rondonistas afirmaram que o Estado de Sergipe possuía muitas riquezas inexploradas, mas não detalharam a natureza dessas riquezas (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/01/1968).

¹⁷⁹ A vinda da comissão e as atividades realizadas no Estado de Sergipe em 1968 faziam parte de uma operação nacional denominada de Projeto Rondon nº 1. As ações foram desenvolvidas por estudantes da Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, nas cidades das regiões Norte e Nordeste do país. A primeira atuação do Projeto Rondon no Brasil foi realizada em julho de 1967 e denominada de “Operação Zero”. Durante essa ação, 30 jovens viajaram para a região Amazônica, onde participaram de rituais cívicos e realizaram atividades de levantamento, pesquisa e assistência médica (LIMA, 2015).

interessados em integrar as comissões de universitários do Projeto Rondon nacional¹⁸⁰. A seleção¹⁸¹ foi iniciada no mês de outubro, com a solicitação de uma redação e a realização de entrevistas. Durante esse processo, os candidatos também participaram de palestras e encontros promovidos pela coordenação do Projeto Rondon estadual, com o objetivo de divulgar tal programa, mostrar seu plano de ação, realizar o treinamento e atender aos questionamentos dos estudantes.

Nessa seleção, apenas dois alunos¹⁸² do curso de Pedagogia efetuaram inscrições para concorrer às 26 vagas disponíveis aos estudantes da Universidade Federal de Sergipe. Para participar do programa era necessário ter vínculo estudantil com a UFS, exercer a função de professor do ensino médio¹⁸³ e estar cursando, no mínimo, o 2º ano de qualquer graduação.

No entanto, denúncias de irregularidades foram apresentadas publicamente¹⁸⁴ pelo estudante do curso de Pedagogia, Manoel Messias Porto, durante o processo seletivo. Além de ser aluno desse curso, o universitário também acumulava a função de presidente do Diretório Acadêmico Dom Luciano Duarte¹⁸⁵ e era candidato a uma vaga nessa seleção.

Segundo ele, alguns candidatos selecionados nas primeiras etapas do concurso não atendiam às exigências determinadas pelos organizadores, pois foram escolhidos sem ter vínculo discente com a Universidade Federal de Sergipe. Provavelmente, Manoel Messias Porto estivesse se referindo ao colega de profissão Manoel Messias Vasconcelos¹⁸⁶, que apesar de exercer a função de professor do ensino médio e ter feito a inscrição no processo seletivo, não era aluno da UFS. Diante desse impasse, o candidato foi desclassificado.

Durante a seleção foram inscritos mais de 100 alunos das diferentes faculdades integradas à Universidade Federal de Sergipe, mas somente 26 deles foram classificados

¹⁸⁰ O Projeto Rondon tinha operações nacionais e estaduais. As operações nacionais eram realizadas durante as férias de janeiro e fevereiro por meio do deslocamento de universitários de seus estados de origem para outras regiões. Já as operações estaduais eram desenvolvidas no âmbito local, durante as férias de julho, por estudantes da própria região.

¹⁸¹ A seleção foi realizada pela coordenação do Projeto Rondon estadual, a qual estava subordinada à coordenação geral do programa.

¹⁸² Manoel Messias Porto e Maria Ivanda Bezerra Sant'anna, eram estudantes do 2º ano do curso de Pedagogia.

¹⁸³ Possivelmente, essa exigência estava direcionada apenas aos estudantes dos cursos de licenciatura.

¹⁸⁴ As denúncias foram publicadas no Jornal Diário de Aracaju em 05/12/1969.

¹⁸⁵ O Diretório Acadêmico Dom Luciano Duarte foi criado em 1968 pelos estudantes da primeira turma do curso de Pedagogia da UFS. Essa entidade estudantil visava representar os estudantes do curso de Pedagogia da FAGED/UFS e seus interesses.

¹⁸⁶ Manoel Messias Vasconcelos foi aprovado no vestibular para o curso de Pedagogia da UFS em 1970 e formou-se em dezembro de 1973. No ano de 1971, foi selecionado para participar do Projeto Rondon.

para atuar nas regiões pobres da Amazônia, Pará, Alagoas, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás.

A adesão dos estudantes ao Programa era estimulada pela imprensa sergipana e nacional, através de uma campanha positiva referente à atuação universitária e divulgação do Projeto¹⁸⁷. Essa tendência também destacava a importância do programa na formação dos acadêmicos e o comprometimento da futura elite dirigente no desenvolvimento do país:

O projeto Rondon está proporcionando a juventude universitária, a oportunidade para um contato com o Brasil, para um relacionamento com os brasileiros, dando a futura elite dirigente, uma visão exata das nossas potencialidades, e da real situação da grande massa que habita o interior. O projeto, é também uma oportunidade para que as energias e o idealismo dos jovens se manifestem em toda sua plenitude, na ação de servir e ao mesmo tempo de contribuir direta e efetivamente para um processo de transformação. (DIÁRIO DE ARACAJU, 29/11/69).

Do curso de Pedagogia, somente a aluna Maria Ivanda Bezerra Sant'Anna foi selecionada para participar do programa, em 1970. Segundo ela, ao concluir o processo seletivo, a coordenação nacional decidiu o seu local de atuação, o período de permanência e a data de embarque:

Eu fui para Salgueiro no Estado de Pernambuco, passamos um mês lá. Levamos alunos da área de Educação e das demais áreas... Então, foram alunos de Geografia, Letras-Português, Serviço Social, Direito, Medicina, Química. Os estudantes de Química inclusive trabalharam com um projeto de tratamento de água. Tinha a área da saúde, educação e tecnologia, que estava voltada para os alunos de Química e Física. Também tinha uma assistente social. (SANT'ANNA, 2011, s/p).

A estudante de Pedagogia foi escolhida para atuar na Operação Chapéu de Couro, realizada na cidade de Salgueiro, em Pernambuco. Dentre os preparativos da viagem, marcada para dia 09 de janeiro de 1970, estava a fase da imunização que compreendia a vacinação antivaríólica, antitetânica, antitífica e contra febre amarela. Além disso, era necessário apresentar exames que identificassem o grupo sanguíneo:

¹⁸⁷ De acordo com a análise das obras de Lima (2015) e Portugal (2008), verificamos que a campanha positiva da imprensa sergipana, acerca da Operação Rondon, seguia um movimento nacional. Para Lima (2015), a presença do Projeto Rondon na imprensa nacional e internacional foi incentivada pelos coordenadores do programa de extensão, que financiavam e premiavam jornalistas e universitários que produziam reportagens “espontâneas” sobre o programa.

Eu lembro que a gente tomava vacina e eles exigiam tanta coisa, inclusive exames. O estudante de Medicina Fernando Maynard foi com a gente. Nessa equipe foram mais ou menos 12 pessoas. Lembro que passamos carnaval lá. [...] Essa experiência foi ótima, um mês em Salgueiro-Pernambuco. Visitamos a penitenciária, porque era uma ação educativa, então fazíamos palestras para os presos com normas de saúde e higiene. Lembro que elaborei o projeto. Íamos também para a feira, vacinávamos, fizemos um trabalho sobre verminoses e fornecíamos remédios de verme. Agora, ficamos hospedados em um daqueles espaços para capacitação de professores, centros de treinamento. Almoçamos no hotel, tudo pago pelo Projeto Rondon. (SANT'ANNA, 2015, s/p).

O Projeto Rondon garantia transporte, alojamento, alimentos, medicamentos, segurança pessoal, infraestrutura para realizar as ações e médicos, em caso de necessidade. Em contrapartida, a ex-aluna Maria Ivanda Bezerra Sant'anna participava, especialmente, de atividades direcionadas à área da Educação, a exemplo de cursos e palestras para professores que trabalhavam nas escolas isoladas da região e orientações à comunidade sobre educação sanitária:

Eu fui dirigir a parte de Educação [...]. Então, lá eu ensinei as professoras a fazer os fantoches e criar as peças teatrais, e aí doutor Sóstenes¹⁸⁸ deu a ideia de fazer uma peça com Pelé que estava no auge, aí modeliei Pelé. A peça foi doutor Sóstenes entrevistando Pelé.... Foi muito bom. Eu fiz doutor Sóstenes vestido de branco, porque ele era médico, e Pelé com roupa de futebol. Os bonecos interagiam com a plateia, então os professores e os alunos que assistiam à peça tiravam dúvidas com o médico e com Pelé sobre diferentes assuntos. Lembro que deixamos todo o material da marionete lá na escola, mas o boneco de Pelé dei a doutor Sóstenes. (SANT'ANNA, 2015, s/p).

O planejamento das atividades foi elaborado antes da viagem, em parceria entre o coordenador da comissão, professor Cleovansóstenes Pereira de Aguiar, e os demais integrantes do grupo. Apesar de enfatizar as áreas da Educação e da Saúde, o roteiro compreendia as diferentes formações acadêmicas dos estudantes para que todos tivessem a oportunidade de colaborar e colocar em prática o conhecimento adquirido na Universidade:

¹⁸⁸ A ex-aluna Maria Ivanda Bezerra se refere ao professor Cleovansóstenes Pereira de Aguiar. Este era professor do curso de Medicina da UFS, e foi coordenador da equipe do Projeto Rondon enviada para o município de Salgueiro-Pernambuco, em 1970. No ano seguinte, foi eleito Prefeito de Aracaju (1971-1975).

Antes de viajar traçamos o plano de ação de cada dia, e quando chegamos lá executamos essas atividades em conjunto. Havia dias que íamos para as escolas isoladas, em outros íamos para feiras, penitenciária, hospitais, mas não interferíamos em doentes, trabalhávamos mais a parte da educação e orientação. Lembro que nas escolas orientamos os professores com relação às noções de higiene, de disciplina, psicologia infantil, como trabalhar com os alunos, metodologias de ensino, como se propagavam as doenças e as verminoses, e como isso era combatido, para que esses professores disseminassem esse conhecimento aos alunos. Produzíamos cartazes e transparências para ilustrar as doenças, suas causas e formas de prevenção. Ao mesmo tempo realizávamos atendimento aos alunos, com a realização de exames, vacinação, e fornecimento de remédios. Na equipe havia dois estudantes de Medicina e uma de Serviço Social. Mas, cada um tinha a sua atuação no projeto. (SANT'ANNA, 2015, s/p).

Diante desse relato, podemos constatar a preocupação dos professores e estudantes em solucionar problemas e promover mudanças mediante um trabalho educativo. O objetivo era que o conhecimento abordado pela intervenção universitária fosse propagado ao maior número de pessoas das comunidades assistidas, para o fortalecimento da autonomia na solução dos problemas locais e do desenvolvimento social.

Nesse processo, os rondonistas de Pedagogia desenvolviam, prioritariamente, atividades no campo da Educação, sobressaindo-se cursos de capacitação docente. No entanto, esses universitários também atuavam nos projetos multidisciplinares ou auxiliavam nas atividades referentes às demais áreas de formação.

Ao retornarem a Aracaju, os rondonistas sergipanos foram recebidos com um jantar oferecido pelo reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Júnior¹⁸⁹. Na oportunidade foram elogiados publicamente pelo coordenador estadual da Operação Rondon, Antero Pales Carozo, e pelo coordenador da equipe, Cleovansóstenes Aguiar. Em outra solenidade, realizada pelos oficiais do Exército, os rondonistas sergipanos e autoridades estaduais¹⁹⁰ receberam medalhas e diplomas correspondentes aos serviços prestados à comunidade. Na figura a seguir, é possível verificar o modelo da medalha recebida pelas autoridades, no ano de 1970:

¹⁸⁹ Manchete no jornal: “Reitoria deu jantar a estudantes” (DIÁRIO DE ARACAJU, 08 e 09/03/1970).

¹⁹⁰ O Reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Júnior; Secretário Estadual de Saúde, Eduardo Vital; Comandante do 28º BC, João Neiva Távora; coordenador estadual do Projeto Rondon, Antero Pales Carozo, e o Comandante da Polícia Militar de Sergipe, Cel. Milton Santos (DIÁRIO DE ARACAJU, 07/05/1970).

Figura 24 - Medalha de participação no Projeto Rondon (Frente e verso) (1970)



Fonte: acervo disponível em <https://www.antonioferreira.lrl.br/peca.asp?ID=69561&ctd=4&tot=>

A medalha trazia o símbolo do Projeto Rondon representado pelo mapa do Brasil com setas em toda a sua extensão. As setas que saíam da zona central do país, provavelmente da capital federal (Brasília), representavam a integração de todas as regiões. Já o slogan “Integrar para não entregar” associava a importância da Extensão Universitária na concretização do desenvolvimento e da segurança nacional.

Rondonistas de outros estados¹⁹¹ também atuaram em Sergipe durante, os meses de janeiro e fevereiro de 1970. A comissão composta por 100 universitários desenvolveu atividades nas áreas da Educação, Saúde, Arqueologia, Geologia e Agropecuária, em municípios das regiões norte e sul do Estado¹⁹². Com essa atuação, o programa passou a ganhar simpatia dos governos locais e da comunidade:

O Projeto Rondon está, na realidade funcionando como um verdadeiro “campus avançado” da universidade brasileira. Em diversas regiões do país, desde a Amazônia aos pampas, os universitários tomam contato direto com a realidade nacional e ao mesmo tempo desenvolvem uma ação positiva em benefício das populações. Em Sergipe, além do trabalho de assistência através da vacinação em massa, de orientação sanitária, tratamento médico, os integrantes do Rondon, realizando pesquisas geológicas, conseguiram localizar uma jazida de alumínio em Simão Dias. Naquele município, também foram descobertas pelos estudantes, antigüíssimas inscrições rupestres, em cavernas que pela primeira vez foram exploradas com objetivos científicos. (DIÁRIO DE ARACAJU, 06/02/1970).

¹⁹¹ A comissão era composta por 100 universitários, oriundos dos estados de Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais.

¹⁹² No Norte, as cidades atendidas foram: Canindé do São Francisco, Propriá, Poço Redondo, Aquidabã, Cedro de São João, Carira e Porto da Folha. Na região Sul, atuaram em: Itabaiana, Lagarto, Simão Dias, Tobias Barreto, Itabaianinha e Estância.

A fim de aperfeiçoar a atuação do programa, a coordenação estadual promoveu um simpósio para analisar as dificuldades que envolviam a Operação Rondon, buscar alternativas para superá-las, discutir a integração local com a UFS e com o governo estadual, e elaborar novos projetos relacionados às diferentes áreas, enfatizando o setor da Educação. Nesse evento, realizado em maio de 1970, os organizadores também decidiram realizar uma operação local com os universitários da UFS.

A imagem a seguir apresenta o certificado emitido pelos organizadores do simpósio aos participantes do evento, naquele ano:

Figura 25 - Certificado do 1º Simpósio Estadual do Projeto Rondon/ Sergipe (1970)



Fonte: Certificado de participação no 1º Simpósio Estadual do Projeto Rondon/Sergipe (1970).
Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto.

Na oportunidade, representantes do MEC, da Universidade Federal de Sergipe e da Secretaria Estadual de Educação e Cultura apoiaram a iniciativa da operação local e defenderam a integração das instituições na implantação de projetos na área da Educação. A finalidade era promover a formação de professores leigos, estimular a ampliação do sistema educacional e melhorar a qualidade de ensino dos diferentes níveis.

Dessa forma, o simpósio permitiu o planejamento de metas para as ações do Projeto Rondon em Sergipe e estimulou a participação de estudantes nos programas que seriam desenvolvidos em julho de 1970. Durante o evento também foi divulgada a seleção para os universitários interessados em compor a comissão que atuaria nos municípios sergipanos. A realização do simpósio despertou a simpatia dos universitários com relação ao Projeto:

Maria Ivanda Bezerra Sant'Anna da Faculdade de Educação considerou válida a experiência do estudante no simpósio do Projeto Rondon, porque deu margem a que um grande número de universitários conhecesse e participasse da problemática nacional, estudada em relação ao Projeto Rondon. Para Silvana Maria de Melo Souza, da Faculdade de Serviço Social, foi válido porque serviu de meio de propagação do Rondon, para um número maior de estudantes e também uma oportunidade de um estudo mais aprofundado do que foi realizado e uma reflexão para a não repetição de erros passados, em operações posteriores. (DIÁRIO DE ARACAJU, 02/06/1970).

Para integrar a comissão do Projeto Rondon estadual, foram selecionados cinco estudantes do curso de Pedagogia da UFS¹⁹³. Durante as ações, esse grupo ficou responsável pelo levantamento do número de escolas¹⁹⁴ e pela oferta de cursos para os professores leigos da região. De acordo com o ex-rondonista de Pedagogia, Manoel Messias Porto, o projeto também atendia aos interesses do governo local:

Lembro que participei do Projeto Rondon Estadual e alguns colegas do curso também participaram comigo. Na época fomos atuar em Japaratuba, e ficamos alojados numa escola de freiras por volta de 20 dias. Foi menos de um mês, no recesso de julho. Eu lembro que andavam uns estrangeiros por lá, então, fomos verificar o que eles estavam sondando. Depois descobrimos que eram missionários que estavam analisando as terras daquele município. Mas, também fomos ministrar cursos para professores leigos daquela região. (PORTO, 2016, s/p).

Na área da Educação, o programa estadual também era responsável pela formação de clube de pais e mestres, organização de bibliotecas, produção de material pedagógico, preparação de professores para concursos e cursos intensivos de diferentes disciplinas, a exemplo de Português e Matemática. A operação era desenvolvida em parceria com o Governo do Estado e as prefeituras dos municípios assistidos:

¹⁹³ Foram selecionados para a operação local os estudantes: Ada Augusta Celestino Bezerra, Maria das Graças Tavares Barreto, Evanda Maria dos Santos, Judite Oliveira Aragão e Manoel Messias Porto. Entretanto, Ada Augusta Celestino Bezerra e Judite Oliveira Aragão não participaram do Projeto.

¹⁹⁴ Essa informação havia sido solicitada pela Secretaria Estadual de Educação/Sergipe, com o intuito de fundamentar algumas mudanças na rede de ensino.

Segundo revelou o coordenador [do Projeto Rondon] Estadual Drº. Antero Carozo, em julho vindouro, estará mantendo contatos com órgãos governamentais, no sentido de colocar mão de obra universitária, altamente qualificada e motivada, para execução de projetos específicos de desenvolvimento do Estado de Sergipe. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/05/71).

Essa iniciativa oportunizou o primeiro contato de muitos professores do interior sergipano com uma orientação pedagógica, a partir de cursos destinados ao aperfeiçoamento didático e de conteúdo. Além disso, proporcionou assessoria técnica na área da administração escolar e organização de bibliotecas.

As ações desenvolvidas pelos universitários de Pedagogia, com relação aos projetos nacionais e estaduais, atendiam às determinações do Decreto-Lei nº. 67.505/70. Esse dispositivo apresentava as finalidades do Projeto Rondon por meio de três campos de ação: o Desenvolvimento e a Integração Nacional; atividades complementares de ensino, em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura; e capacitação para o mercado de trabalho e mão de obra. De acordo com Gurgel:

Na medida em que o Projeto Rondon se institucionalizava, seus componentes doutrinários eram afirmados: integração nacional, serviço às comunidades e treinamento profissional. Foram estabelecidos os seus princípios básicos: voluntariado, aproveitamento do tempo livre do estudante (especialmente período de férias), rejeição da política partidária, aprendizado indireto através da prestação de serviços e conhecimento da realidade. (GURGEL, 1986, p. 118).

A partir de 1970, outras seleções foram realizadas anualmente pela coordenação local, com a finalidade de recrutar estudantes para integrar as equipes da Operação Rondon estadual e nacional¹⁹⁵. Na oportunidade, alguns estudantes de Pedagogia foram selecionados pelo programa para atuar no interior sergipano e em diferentes estados do país.

Diante desse processo, a imprensa sergipana continuou publicando textos e notas sobre a operação, com o objetivo de prestigiar a campanha e incentivar a participação universitária:

¹⁹⁵ De acordo com os depoimentos dos ex-rondonistas do curso de Pedagogia da UFS, vários motivos conduziram os estudantes a participarem da Operação Rondon, durante a década de 1970. Dentre os principais, estavam a curiosidade em conhecer o projeto, a chance de viajar de forma segura e gratuita e a oportunidade de contribuir com os planos de ações.

Pois o Projeto Rondon sobretudo isso, uma oportunidade ímpar para que se tenha uma visão melhor do Brasil, suas conquistas e necessidades, suas belezas, o universo encantador de seus costumes regionais, a fibra e a capacidade de resistência dos sertanejos, o mundo de possibilidades que vão sendo gradualmente identificadas e exploradas, com vistas à transformação das expectativas em realidades concretas, refletidas na melhoria do padrão de vida dos brasileiros. (DIÁRIO DE ARACAJU, 09/01/1971).

A preparação dos candidatos era feita mediante a presença em conferências e palestras realizadas por professores da UFS, com temáticas relacionadas à atuação dos estudantes na Operação. Além disso, era obrigatória a participação nas reuniões com os coordenadores das equipes para a elaboração dos projetos que seriam desenvolvidos nas comunidades.

Dentre os estudantes de Pedagogia selecionados para integrar tal programa, a ex-aluna Zenilde Soares Pinto participou durante três anos consecutivos nos estados de Minas Gerais (1971), Amazonas (1972) e Rio Grande do Sul (1973)¹⁹⁶.

Para ela, a intervenção mais marcante foi realizada no Estado do Amazonas, região de fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Além dela, outros três estudantes da UFS¹⁹⁷ foram alojados na colônia militar da cidade de Tabatinga, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1972. Essa equipe foi coordenada pelo professor do curso de Medicina da UFS, José Augusto Bezerra. Na fotografia a seguir, foi registrado o momento de embarque da equipe sergipana para a cidade de Tabatinga/Amazonas:

¹⁹⁶ A primeira participação deu-se no ano de 1971, na cidade de Rubelita-Minas Gerais; a segunda foi em 1972, no município de Tabatinga-Amazonas; e por último, no ano de 1973, em Campo Novo-Rio Grande do Sul.

¹⁹⁷ Os três estudantes eram dos cursos de Medicina e Serviço Social.

Figura 26 - Embarque de estudantes da UFS para a cidade de Tabatinga/Amazonas (1972)



Fonte: Fotografia dos estudantes da UFS/Projeto Rondon. Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto

Nessa operação, a representante de Pedagogia, Zenilde Soares Pinto, desenvolveu suas atividades exclusivamente nas escolas, mediante a promoção de cursos para professores leigos da região. Em depoimento, a ex-rondonista relatou sua impressão sobre a formação dos professores daquela localidade e as práticas adotadas por ela para aprimorar o conhecimento desses docentes:

Os professores que trabalhavam nas escolas da região não tinham nem o primário, na verdade eles não tinham era nada (risos). Mas era muito boa a iniciativa.... No curso que ministrei passei uma semana ensinando passo a passo como eles deveriam fazer para alfabetizar. Na semana seguinte pedi que eles repetissem tudo que ensinei, para ver se tinham aprendido. Era um trabalho muito intenso; passava o dia todo nas escolas; a diretora e as professoras aproveitavam cada segundo. Eu adorei. (PINTO, 2015, s/p).

A ênfase dos cursos ministrados concentrava-se nos métodos de alfabetização e na confecção de material pedagógico para o aperfeiçoamento dessa técnica e a propagação pelos professores do ensino primário. Essa iniciativa colaborava com a

campanha educacional do Exército Brasileiro no município de Tabatinga, como pode ser observado neste folheto:

Figura 27 - Campanha do Exército Brasileiro em Tabatinga/AM (1972)



Fonte: Sentinelas da Amazônia. Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto.

A ex-rondonista não soube informar se houve continuidade do projeto de formação docente nos anos seguintes, mas enfatizou a importância de seu trabalho durante os 40 dias de permanência naquele local. Lembrou que foi retribuída pela sua dedicação e pelo trabalho executado, mediante premiação do Exército Brasileiro e o conhecimento adquirido sobre os aspectos culturais daquela região. Contudo, sua prática não foi marcada apenas por alegrias:

Você acredita que na véspera de vir embora deu uma chuva tão braba que molhou todo o material que a gente tinha confeccionado. Eu chorei tanto, fiquei tão triste, você imagina! Aí o comandante do Exército na despedida chegou e disse que ali era um simples papel, se eles aprenderam de verdade, iriam reproduzir tudo novamente. (PINTO, 2015, s/p).

A última participação no Projeto Rondon foi realizada no Rio Grande do Sul, no ano de 1973. Essa experiência estimulou a estudante a realizar o curso de Mestrado no município gaúcho de Santa Maria, no ano seguinte, como relatou em depoimento:

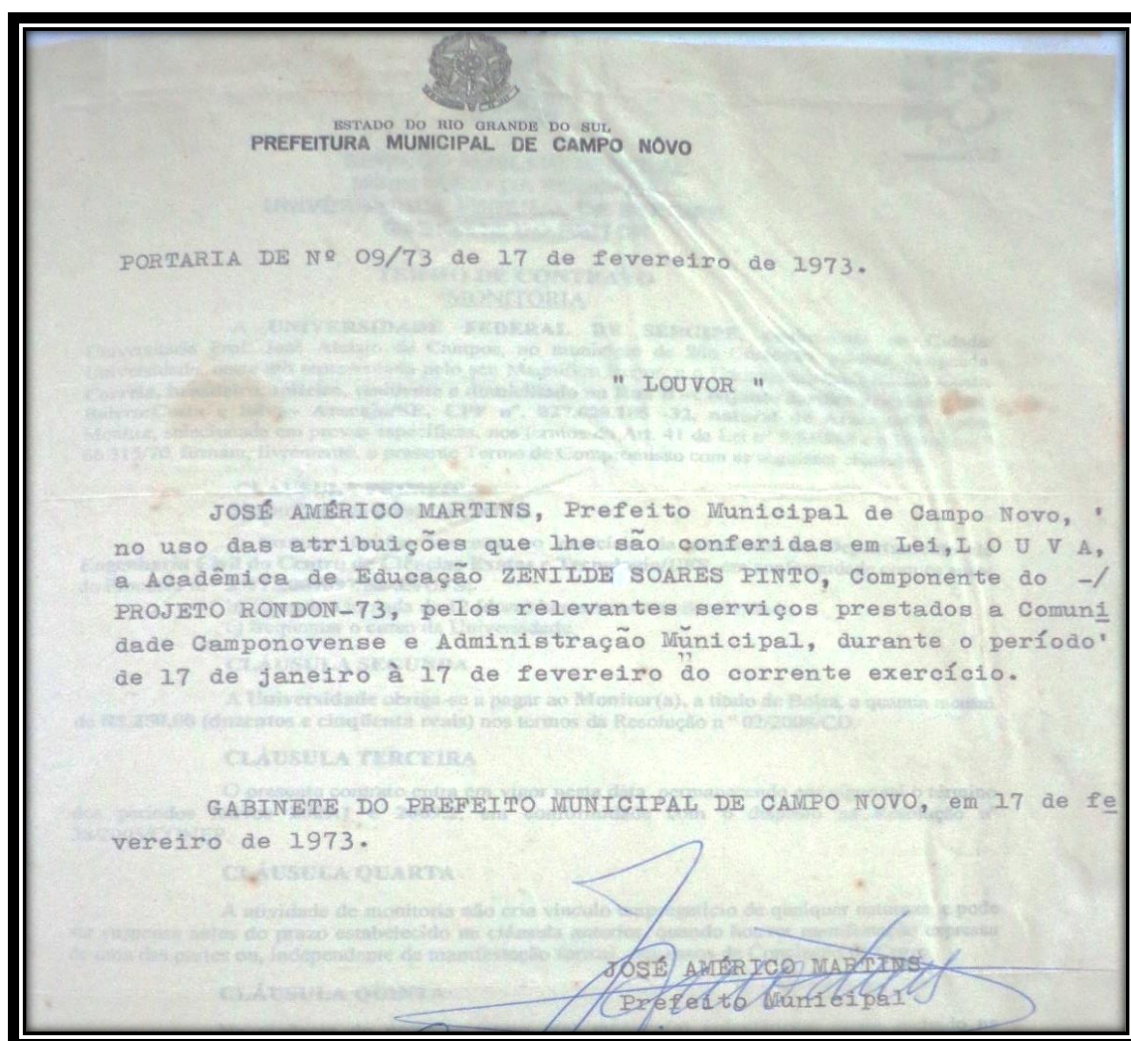
A primeira viagem foi para o município de Rubelita, em Minas Gerais. Eram dois dias de jipe para chegar a cidade, um balanço mais não cai (risos). Aí, ministrei aulas, para as professoras da região. Aqui quem ajudou na hospedagem, alimentação e transporte foi a Prefeitura. No ano seguinte (1972) fui para Tabatinga, no Amazonas. [...] A terceira e última participação foi em Campo Novo, no Rio Grande do Sul, no ano de 1973. Lá também fui dar aula para professores, para ensinar a alfabetizar, ensinar novos métodos pedagógicos e elaborar material didático. Essa terceira viagem estimulou a minha ida para Santa Maria no ano seguinte, fazer o curso de Mestrado. (PINTO, 2015, s/p).

Segundo os ex-rondonistas do curso de Pedagogia da UFS, os trabalhos voltados à área da Educação deixaram marcas significativas nas comunidades assistidas, especialmente por estarem direcionadas ao corpo docente. Para eles, apesar dos projetos serem realizados entre 20 e 40 dias, isso não impedia a produção e circulação do conhecimento, pois eram práticas intensas e planejadas para capacitar os profissionais que já atuavam nas escolas.

Dessa forma, foi possível compreender que as práticas desenvolvidas pela Operação Rondon não se restringiam somente ao assistencialismo e ao afastamento da subversão, pois foi através dessa iniciativa que muitos professores tiveram a primeira oportunidade de questionar e conhecer novos modelos pedagógicos, noções de psicologia e desenvolvimento infantil, metodologias de ensino, materiais didáticos e técnicas de alfabetização.

Diante desse trabalho, muitos ex-estudantes da UFS foram prestigiados pelos coordenadores do Projeto Rondon, oficiais do Exército Brasileiro, gestores da Universidade Federal de Sergipe, além das autoridades políticas dos municípios assessorados:

Figura 28 - Portaria de louvor a integrante do Projeto Rondon (1973)



Fonte: Portaria nº. 09 de 17/02/1973. Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto.

Além dessas iniciativas de âmbito nacional, outras oportunidades de pesquisa e extensão acadêmicas foram criadas e mantidas pela Universidade Federal de Sergipe, em parceria com órgãos dos setores público e privado. Esses projetos buscavam a integração entre a UFS e a comunidade, através do treinamento universitário e da prestação de serviços.

No rol dessas iniciativas foi criado o Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária (CECAC)¹⁹⁸ da Universidade Federal de Sergipe. Instalado em 1971¹⁹⁹, como órgão suplementar²⁰⁰ da UFS, passou a ser responsável por atividades de extensão direcionadas às necessidades da capital, Aracaju, e dos demais municípios sergipanos:

Artigo 1º - O CECAC – Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária, órgão suplementar, essencialmente de extensão do ensino, da pesquisa e da cultura, ligado diretamente à Reitoria, sob a coordenação e supervisão do Vice-Reitor, tem por finalidade a difusão dos conhecimentos técnicos e científicos na comunidade, pela prestação de serviços especiais, através do treinamento do pessoal discente, apoiando-se basicamente na ação comunitária.

Parágrafo único: visando a integração da Universidade na comunidade, o CECAC dará execução a convênios celebrados pela UFS com entidades locais, regionais, nacionais e estrangeiras, que tenham relações com seus objetivos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1971b, s/p).

De acordo com seu regimento²⁰¹, o CECAC/UFS era constituído de outros dois órgãos: Coordenação Rural Universitária de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC)²⁰² e Coordenação Urbana de Treinamento e Ação Comunitária (CURBITAC). Enquanto a missão do primeiro era concentrar suas atividades na região rural, com o intuito de promover a prestação de serviços, a formação dos estudantes e a interiorização da Universidade; a incumbência do segundo era desenvolver ações na área urbana.

Mas na prática as atividades do programa eram concentradas, especialmente, no CRUTAC. Talvez essa centralização fosse ocasionada pelo número restrito de

¹⁹⁸ O Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária (CECAC) foi criado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, em 1971, para atender as diretrizes (Lei nº 5.540/68, o Decreto nº. 916/69 e o Estatuto da UFS), que deliberavam sobre a necessidade dos projetos de extensão nas universidades, e justificar o repasse de verbas do Ministério da Educação e Cultura para as atividades de extensão. Diante desse contexto, o CECAC/UFS surgiu com a intenção de promover a formação profissional dos universitários e estimular a integração entre a UFS e a comunidade, a partir da prestação de serviços.

¹⁹⁹ Apesar de ter sido instalado em 1971, os planos de ações só passaram a ser executados a partir de 1972.

²⁰⁰ De acordo com o Estatuto da UFS, art. 22: “o órgão suplementar é aquele que se destina a exercer atividades de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante” (Estatuto da UFS, 1968).

²⁰¹ O regimento do CECAC/UFS foi aprovado mediante a Resolução nº. 14/71 do CONSU/UFS. Essa mesma Resolução determinou a instalação do órgão.

²⁰² O CRUTAC foi criado em 1965 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com apoio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O objetivo de tal programa era proporcionar a atuação dos estudantes universitários nas comunidades rurais, para o treinamento e a participação na solução de problemas locais. O projeto ganhou projeção nacional com a criação da Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC), pelo Decreto-Lei nº 916, de 7 de outubro de 1969. Esse órgão, em parceria com o MEC, proporcionava incentivo, apoio financeiro, condições materiais e assessoramento técnico aos CRUTACS (BRASIL, 1969, s/p).

professores e técnicos integrados ao CECAC, pois, ao ser criado, absorveu servidores de outros setores da UFS com acúmulo de funções e adicional de horas extras. Além disso, o CRUTAC recebia maiores investimentos financeiros do MEC e do CINCRUTAC²⁰³.

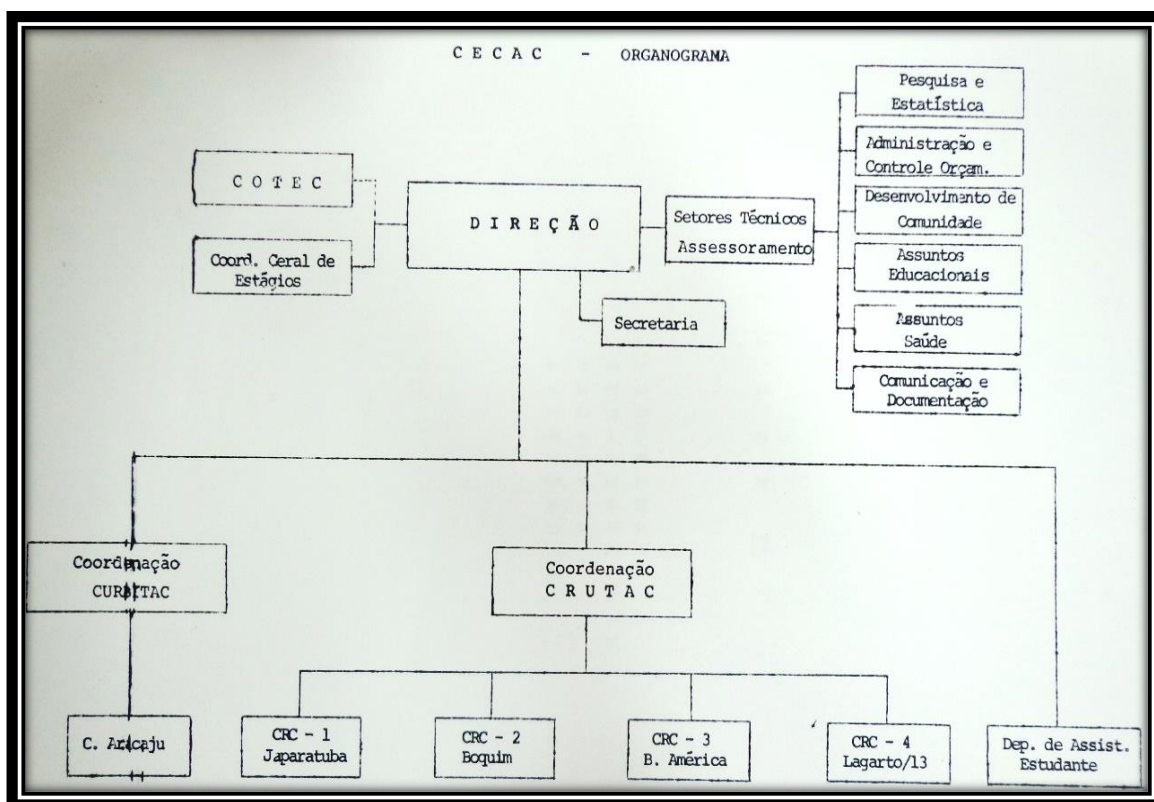
Essa dinâmica de investimentos ao CRUTAC/UFS era uma estratégia do MEC para garantir prestígio no campo acadêmico, pois queria assumir sua posição legal e legítima perante os programas de extensão promovidos pelos estudantes e professores universitários. Além disso, visava concorrer com a atuação do Projeto Rondon, órgão criado e mantido pelo Ministério do Interior (MINTER):

[...] Anos depois, o Ministério da Educação começou a apoiar o Crutac, oferecendo verbas para que fossem implantadas iniciativas semelhantes em outros estados nordestinos. Alguns funcionários do MEC desenvolveram antipatia pelo Projeto Rondon, preferindo pelo modelo do Crutac, que era gerido pelas universidades, enquanto o Rondon estava sob controle dos militares. Os funcionários do MEC achavam que esses programas deveriam ser conduzidos pelas próprias instituições sediadas nas regiões “atrasadas”, não deveriam funcionar como pacotes vindos do Sul e do Sudeste. (MOTTA, 2014, p. 89).

Bourdieu (2004) buscou compreender o campo acadêmico a partir das relações sociais entre seus agentes. Para ele, esse espaço possui uma dinâmica singular, marcada pelas relações de força, interesses, divergências, crises, rupturas e estratégias. É um lugar de constantes disputas, em que se encontram e se confrontam interesses políticos, acadêmicos e econômicos.

Na Universidade Federal de Sergipe, o CECAC oferecia serviços à comunidade e treinamento profissional aos estudantes através dos estágios supervisionados. De acordo com o organograma a seguir, podemos verificar a composição do órgão e a distribuição dos setores subordinados:

²⁰³ Diante disso, foram encontrados vários relatórios do CRUTAC/UFS relacionados ao planejamento e às atividades desenvolvidas pelo órgão. Com esses relatórios, foi possível identificar investimentos financeiros do MEC, SUDENE, CINCRUTAC, FUNRURAL, MOBREAL, SUCAM e de órgãos dos governos estadual e municipais.

Figura 29 - Organograma do CECAC/UFS (1976)

Fonte: Plano de trabalho do CECAC/UFS para o ano de 1976. Acervo: Arquivo Central da UFS.

O Centro de Extensão da UFS desenvolvia atividades em diversas áreas profissionais, como: Saúde, Educação, Administração, Cultura, Economia, Associativismo e Direito²⁰⁴; além disso, atuava nos centros urbano e rural do Estado sergipano²⁰⁵. Para tanto, esse programa contou com a participação de professores e alunos da UFS que se deslocavam para municípios do interior e bairros carentes da capital, com o objetivo de estudar e colaborar com o enfrentamento aos diferentes problemas das comunidades locais.

Segundo depoimentos da ex-aluna de Pedagogia e ex-integrante do CECAC/UFS, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, dentre as ações do projeto estava o envio de estudantes de diferentes licenciaturas, denominados pelo programa de “estagiários”, para a promoção de cursos voltados ao aperfeiçoamento e à formação pedagógica de professores no interior sergipano:

²⁰⁴ Para desenvolver os projetos, eram selecionados estudantes dos seguintes cursos: Medicina, Odontologia, Direito, Serviço Social, Pedagogia, História, Geografia, Letras, Educação Física, Matemática, Química, Biologia, Administração, Engenharia Química e Economia.

²⁰⁵ O CECAC/UFS desenvolveu atividades nas cidades de Japarutuba, Boquim, Pirambu, Lagarto (Povoado Colônia Treze) e Aracaju (Bairro América).

No final da década de 1970 apareceram os estágios do CECAC. A gente se inscrevia num setor da Reitoria. Eles nos mandavam para o interior para ministrar aulas, e colocavam uma Kombi à disposição da gente. Eram estudantes de várias áreas, tinha de Matemática, História, Geografia... Professores de várias áreas, né! (GRAÇA, 2015, sp).

Além de cursos direcionados ao aperfeiçoamento da atividade docente, os estudantes de Pedagogia da UFS²⁰⁶ atuavam no CECAC desenvolvendo outros serviços na área da Educação, a exemplo da orientação educacional com pais e alunos, supervisão escolar, alfabetização de jovens e adultos, cursos para a administração escolar, educação sanitária e regência de classe²⁰⁷:

Foi evidenciada através de contatos e coletas de dados uma grande necessidade por parte das instituições que atuam na zona urbana e sobretudo na zona rural de: Assistência técnica ligada à educação, escolarização a nível de 1º grau, alfabetização, reciclagem de professores, etc. Desta maneira, o aproveitamento de estagiários dos cursos de Pedagogia e Licenciatura são de relevante importância não só na qualificação do futuro profissional como também no processo de sua formação, levando-lhes o conhecimento de sua realidade estadual e municipal. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1976b, p. 4).

No entanto, a aderência de professores e alunos do curso de Pedagogia aos projetos de extensão do CECAC/UFS não ocorreu de forma espontânea, devido ao reduzido número de professores da Faculdade de Educação e a proibição no aproveitamento curricular:

O professor Ovídio explicou para os professores a insistência que o MEC vem tendo no cumprimento dos programas de Extensão e que o DAU²⁰⁸ só libera verbas com um plano a ser executado. Por isso, pediu subsídio aos presentes, comentando que o CECAC não pode continuar inventando programas, embora válidos para a comunidade, mas pobres pedagogicamente. A seu ver o problema é definir o plano a ser executado. A área em que a Faculdade pode agir é na regência de classe. A professora Lígia disse que a Faculdade de Educação tem até vontade, mas os seus professores têm acúmulo de tarefas, sempre, apesar dos contratos de 40 horas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969-76, p. 97).

²⁰⁶ O professor do curso de Pedagogia da UFS, Ovídio Valois Correia, atuou como diretor do CECAC durante a gestão de 1975-1979. A primeira gestão (1971-1975) foi realizada pela professora do curso de Serviço Social, Albertina Brasil Santos. Vale ressaltar que o diretor do CECAC era escolhido e nomeado pelo Reitor da UFS para exercer um mandato de quatro anos.

²⁰⁷ Nas demais áreas, o CECAC desenvolveu projetos associados à orientação econômica e administrativa, orientação jurídica, promoção de festivais culturais, criação de associações e sindicatos, orientação aos dirigentes, saúde bucal, tratamento odontológico, exames biomédicos, assistência médica, educação comunitária, práticas esportivas e palestras para prevenções de doenças.

²⁰⁸ Departamento de Assuntos Universitários do MEC.

O deslocamento para o interior do Estado também representava um dos motivos da resistência a adesão dos professores e estudantes de Pedagogia ao programa, pois alegavam a excessiva disponibilidade de tempo que era necessário para a viagem:

A professora Lígia aludiu ter sido uma experiência cujo desempenho por parte do aluno foi bom, mas ao mesmo tempo aludiu aos problemas sobre o número de aulas ao ser observadas e o número exigido para o acompanhamento do aluno. Fez ver ainda o tempo que o próprio professor e aluno se dedica para ir até o local do estágio quase sempre supera o número de horas. Doze horas por mês. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969-76, p. 28).

Outra justificativa para a rejeição aos projetos de extensão do CECAC estava relacionada à falta da exigência curricular. Por não servir como créditos cursados, muitos alunos e professores do curso se negavam a participar do programa, optando pelas práticas de ensino, as quais representavam as disciplinas obrigatórias no currículo do curso. Além disso, muitos estudantes já atuavam como professores de escolas das redes pública e particular:

A professora Lígia continuando também falou sobre a dificuldade de deslocamento do professor para o interior, pois no caso deixaria sua cátedra para atuar juntamente com os interioranos. A professora Maria Auxiliadora levou em consideração que o estágio da FAGED é curricular, e o do CECAC é de extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969-76, p. 78).

Contudo, a divulgação do projeto e a solicitação de colaboração aos professores e alunos do curso de Pedagogia eram frequentes entre os anos de 1972 a 1978. Várias reuniões eram realizadas na FAGED com o intuito de estimular a participação do corpo docente e discente da Faculdade nos planos de atividades do CECAC/UFS:

O prof. Ovídio agradeceu a oportunidade que lhe foi dada para falar da programação do CECAC. Disse que o MEC através do DAU procurou dar neste ano maior ênfase à extensão, em virtude de constatação de que a Universidade Brasileira fez grande progresso na área do ensino, mas que na área da extensão havia muito a fazer. Explicou ainda que foi verificado que a extensão não atingiu ainda os departamentos das unidades e como medida retificadora não mais haverá verbas específicas para o pessoal da extensão, devendo estes fazerem parte dos Departamentos. Comentou que a partir do próximo ano, se não houver uma programação dos Departamentos, o CECAC não terá razão de existir; sabe que a nossa Universidade, como outras maiores ou menores, não está montada para tal e que este se tornou um problema geral, de cúpula e de base. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969-78, p. 42).

Diante da dificuldade em recrutar professores e alunos de Pedagogia, a partir de 1976, os estágios realizados no CECAC/UFS passaram a ser aceitos pela Faculdade de Educação como créditos cursados no campo das práticas de ensino. Isso estimulou a participação dos professores e estudantes no referido projeto de extensão, como pode ser verificado na figura que segue:

Figura 30 - Resumo de atividades dos estágios do CECAC/UFS (1976)

CENTRO DE EXTENSÃO CULTURAL E ATUAÇÃO COMUNITÁRIA							
RESUMO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIOS							
POR ÁREA PROFISSIONAL - 1976							
ÁREA PROFISSIONAL	SAUDE	JURÍDICA	LICENCIATURA	SERVIÇO SOCIAL	PEDAGOGIA	OUTROS	TOTAL
Horas de Estágio	27.268	1.174	12.484	5.917	3.083	2.284	52.210
Pessoas Atendidas	33.161	582	19.842	6.195	3.874	307	63.961
Professores Participantes	8	-	-	7	7	-	22
Estagiários Participantes	75	3	19	22	40	4	163

Fonte: Relatório do CECAC/UFS de 1976. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Para participar do programa era necessário estar cursando os quatro últimos semestres do ciclo profissional, ter disponibilidade de horário e participar de um treinamento prévio promovido pelos supervisores e gestores do CECAC/UFS. A adesão ao projeto trazia benefícios aos egressos dos diferentes cursos, pois conquistavam o reconhecimento da comunidade, experiência profissional, remuneração e eram disputados para ocupar cargos em instituições públicas e privadas do Estado. Ao término dos trabalhos, os estagiários recebiam um certificado emitido pelo CECAC/UFS para comprovar a participação deles em tal programa:

Figura 31 - Certificado de docência no curso promovido pelo CECAC/UFS (1972)



Fonte: Certificado de atuação no curso promovido pelo CECAC/UFS, realizado em Lagarto/Sergipe.
Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto.

Nas ações direcionadas ao CRUTAC²⁰⁹, os estagiários de Pedagogia precisavam se deslocar aos sábados ou durante a semana no turno da noite, para o interior do Estado, a fim de promover cursos de formação pedagógica para professores. Depoimentos retratam como esse deslocamento²¹⁰ era realizado e as primeiras experiências como docente do curso Pedagógico:

A gente pegava a Kombi lá na própria Faculdade, onde hoje é o IPES²¹¹. Aí, pegava lá e, de lá, íamos direto para Boquim. Então, chegávamos lá 7 e pouca da noite, dávamos aula e saíamos de lá 15 para às 11 da noite, chegávamos em casa quase 1 da manhã. A aula era à noite, como já era por disciplina, fui dar aula no curso pedagógico [...]. Então, lembro que dei aula de Metodologia do

²⁰⁹ Os planos de ação eram elaborados de forma coletiva, a partir de simpósios. Essa iniciativa permitia a participação de professores, estudantes, dirigentes do CECAC/UFS, técnicos da SUDENE, MOBRAL, FUNRURAL e dirigentes do Governo do Estado e das prefeituras assistidas, na construção das linhas de ações do programa e na posição dos diferentes cursos nas tarefas a serem desenvolvidas na comunidade.

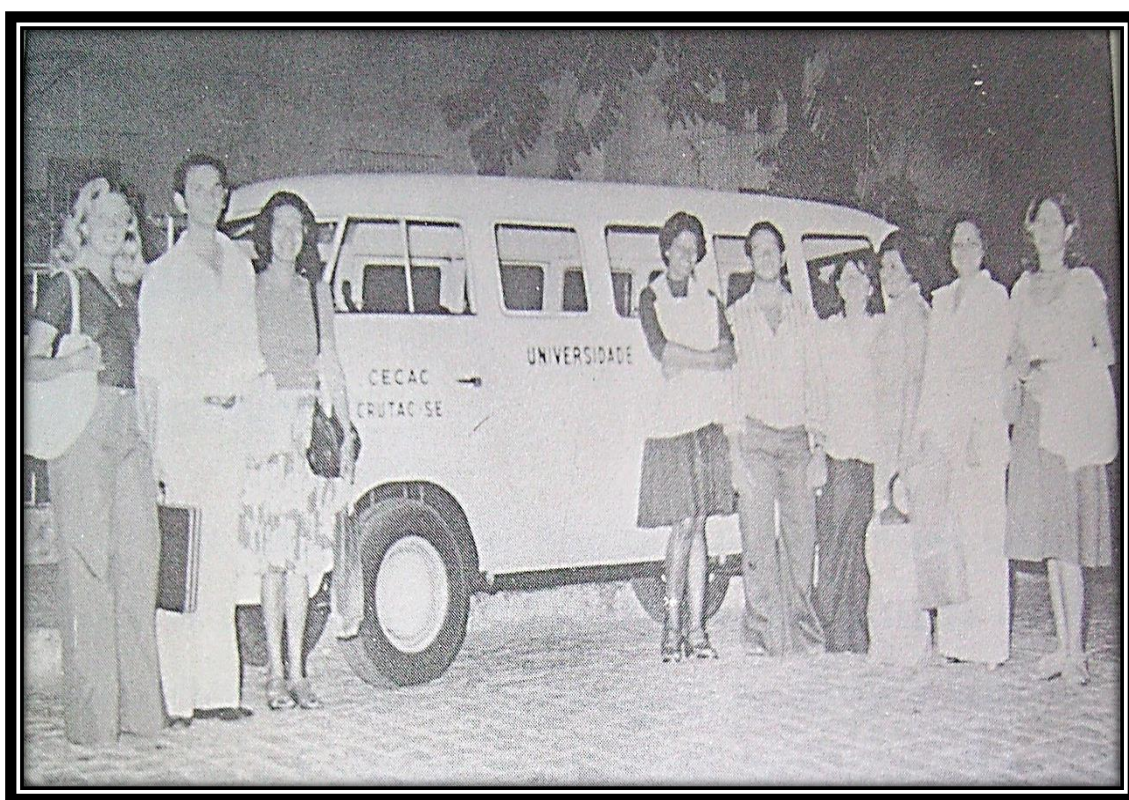
²¹⁰ O deslocamento dos professores e estagiários para o interior sergipano era realizado através de transporte disponibilizado pelo CECAC/UFS.

²¹¹ A ex-aluna do curso de Pedagogia, Tereza Cristina Cerqueira da Graça, referia-se ao prédio da Faculdade Católica de Filosofia, e posteriormente Faculdade da Educação, localizado na rua de Campos, Bairro São José.

Ensino, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino e História da Educação. Foi aí que comecei a me encantar pela História da Educação. (GRAÇA, 2015, s/p).

Muitos estagiários partiam logo após o término das aulas do curso, que ocorriam no turno da tarde. Na figura a seguir podemos observar a presença dos estudantes que integravam a comissão de estagiários do CECAC, no ano de 1976, aguardando o momento da viagem para o município de Boquim:

Figura 32 - Estagiários do curso de Pedagogia/UFS na equipe do CECAC (1976)



Fonte: Fotografias do CECAC/UFS. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Os estagiários de Pedagogia que realizavam suas atividades nos finais de semana, atuavam no sábado, no período da manhã. Essa iniciativa visava impedir privações dos estudantes às aulas do curso e às práticas de ensino curriculares realizadas durante a semana no turno vespertino.

Assim, o CECAC representava a UFS atuando no seu próprio Estado, com o objetivo de promover a integração, o treinamento discente, formação de mão de obra e a prestação de serviços. Além disso, era também uma forma de aparelhar a Universidade

para identificar os problemas regionais e pensar soluções, conforme indicava o processo de modernização do ensino superior.

Na imagem a seguir, podemos visualizar o emblema do CECAC, na década de 1970, representado pelo brasão da UFS, centralizado no interior do mapa de Sergipe:

Figura 33 - Símbolo do CECAC/UFS



Fonte: Relatório do CECAC/UFS, 1973. Acervo: Arquivo Central da UFS.

Para os estagiários de Pedagogia, além de promover uma formação prática, esse programa proporcionava uma experiência profissional realista, permitindo uma reflexão sobre as dificuldades que envolviam sua área de atuação e as possíveis soluções enquanto

estudante. Esse caráter funcional também era difundido entre as comunidades assistidas para que pudessem participar ativamente do seu próprio desenvolvimento.

A presente programação objetiva tornar cada estudante um profissional capaz de intervir na realidade sergipana com um mínimo de eficiência e enfatiza a intervenção técnica em dois aspectos fundamentais: a) em relação ao estudante, no sentido de adequar seus conhecimentos teóricos à realidade prática; b) em relação à comunidade, no sentido de educá-la para que possa participar do seu desenvolvimento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1974, s/p).

Assim, durante a década de 1970, vários projetos de extensão foram desenvolvidos na capital e no interior sergipano, a partir de cursos promovidos para a formação de mão de obra, assistência pedagógica, qualificação docente, orientação sanitária e alfabetização de jovens e adultos. Nesse processo, professores e estudantes de Pedagogia contribuíram com o estudo, elaboração dos planos de ação e realização das práticas. Ao mesmo tempo foram beneficiados com o conhecimento e a experiência adquirida em tal programa:

Aqui na capital, o CECAC já tem pronta a programação de atividades no bairro América, que tem dois objetivos gerais: propiciar condições para participação da população na solução de seus problemas e favorecer o entrosamento de todas as entidades que atuam ou possam atuar na área, objetivando a economia de recursos humanos e financeiros, evitando o paralelismo de ação e assegurando a integração de programas em nível local. (DIÁRIO DE ARACAJU, 13/01/73).

Diante dessas iniciativas, é possível entender que no âmbito local as atividades de extensão desenvolvidas pelos estudantes de Pedagogia da UFS no Projeto Rondon e CECAC/UFS não estavam associadas unicamente ao assistencialismo ou controle estudantil, pois a essência do projeto era promover mudanças locais e preparar a comunidade para o seu desenvolvimento. Em Sergipe, tais programas destacaram-se pelo estímulo à integração entre a UFS e a comunidade, pelo fomento à interdisciplinaridade entre as diferentes áreas acadêmicas e pela aproximação dos universitários com seu campo de atuação, a realidade social e os problemas a serem enfrentados.

Essa disposição também oportunizou o primeiro contato de muitos professores do interior com uma formação pedagógica, qualificando-os para a sua permanência na profissão, e assessorou as secretarias de Educação com informações a respeito da logística das escolas para as modificações na organização do ensino.

Nesse processo, os estudantes de Pedagogia que aderiram a esse movimento foram beneficiados com a formação acadêmica e profissional. Em contrapartida esses acadêmicos contribuíram com o desenvolvimento dos programas, através da participação em planos de ação que promoviam levantamentos do número de escolas, cursos de formação para professores, cursos de alfabetização e organização de bibliotecas. Além disso, atuaram na identificação dos problemas da comunidade, apresentaram soluções, e proporcionaram à população o acesso ao conhecimento e serviços necessário para a melhoria das condições de vida e seu desenvolvimento.

4.2 – A PRESENÇA DE ACADÊMICOS E LICENCIADOS EM PEDAGOGIA NA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A ênfase destinada à alfabetização e a formação de mão de obra qualificada para atender ao projeto modernizador e desenvolvimentista do Regime Civil Militar (1964-1985), possibilitou uma série de iniciativas direcionadas a expansão escolar, formação docente, implantação de programas educacionais e a melhoria da qualidade do ensino no decorrer das décadas de 60 e 70 do século XX.

Em discurso proferido na Universidade do Ceará em 1964, o Presidente Castelo Branco (1964-67), revelou o seu desconforto com o índice de analfabetismo do país e anunciou medidas para garantir oportunidades educacionais em todos os níveis de ensino²¹²:

Nenhum problema mais grave do que o deste ensino, pois o Brasil não pode continuar a apresentar-se entre as nações com mais de trinta milhões de analfabetos. Relegar ao analfabetismo metade das novas gerações equivale a perdermos metade de precioso elemento com que poderemos contar para o progresso econômico, cultural e social. Governos anteriores já assumiram compromissos internacionais no sentido de proporcionar escolas a toda nossa população em idade escolar. Agora vamos criar condições para que tal objetivo seja alcançado. É o que prometemos hoje solenemente perante a Nação, que não suporta ser enganada na observância dos direitos mais sagrados do povo. (CASTELO BRANCO, 1964, p. 189-194).

²¹² Assim, foram cada vez mais frequentes as críticas direcionadas ao analfabetismo no Brasil. Em 11 de novembro de 1966, ao lançar o Dia Nacional da Alfabetização, o ministro Raimundo Moniz de Aragão proferiu discurso, em que ressaltava a “[...] grave, vexatório e doloroso problema do analfabetismo, [...] mancha vergonhosa a desfigurar as faces da sociedade brasileira que se apresenta, no conceito dos povos, como constituída em grande parte, por cidadãos incultos e ignorantes” (OLIVEIRA, 1989, p. 88).

Em Sergipe, o índice de analfabetismo durante a década de 60 do século XX, atingia mais de 50% da população. Além disso, o Estado apresentava déficit no número de técnicos e profissionais habilitados para atuar em diferentes áreas, a exemplo da Saúde, Educação, Saneamento, Administração, Engenharia e na exploração de minérios:

Sergipe vive sob o peso de todos os percalços que oprimem no subdesenvolvimento o Nordeste brasileiro. O índice de analfabetismo ultrapassa 50% da nossa população. Faltam-nos médicos, professores, técnicos. Entretanto, nos últimos cinco anos um verdadeiro sopro de esperança sacode nosso pequenino Estado. (A CRUZADA, 04/02/1967).

As escolas públicas não conseguiam suprir a demanda de crianças e jovens em idade escolar²¹³, também apresentavam limitações de recursos materiais, estrutura física para o aparelhamento pedagógico e de investimentos financeiros para a manutenção de um corpo docente bem remunerado e preparado legalmente para atuar nos diferentes níveis de ensino, como retrata a imprensa sergipana, através do jornal Diário de Aracaju (1967):

Realmente, os estudantes não se sentem motivados materialmente, em Sergipe, para escolherem a carreira do magistério, quando analisa a situação econômica de nosso professor. Todos sabemos que o magistério é, antes de tudo vocação, que exige abnegação e renúncia. Mas tudo isto não dispensa uma condição mínima de estabilidade econômica que garanta ao professor a manutenção de si mesmo e de sua família com dignidade, sua integração como elemento da sociedade e seu próprio equilíbrio psíquico, necessário a uma conduta exemplar de educador e ao maior rendimento técnico de sua profissão, em benefício dos alunos. Será que esta condição mínima existe em Sergipe? (DIÁRIO DE ARACAJU, 17/10/1967).

Mesmo diante do funcionamento de cursos Normais e da Faculdade Católica de Filosofia²¹⁴, ainda era evidente nas escolas primárias, a incorporação de professores leigos, sem nenhuma formação pedagógica e na maioria dos casos sem a conclusão do

²¹³ Diante do número insuficiente de escolas públicas para atender jovens e crianças, algumas estratégias eram lançadas para selecionar os alunos que seriam beneficiados com as vagas, a exemplo dos exames de admissão. Além disso, as três esferas do governo distribuíam bolsas de estudos para que os estudantes pudessem ingressar nas escolas particulares. Essa iniciativa era assegurada pela Constituição Federal de 1967.

²¹⁴ Apesar da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe funcionar desde 1951, verificamos uma atuação tímida em relação as prestações de serviços e parcerias com os órgãos educacionais das esferas federal, estadual e municipal. No entanto, ressaltamos sua contribuição na formação de professores para atuar no ensino secundário e superior.

ensino médio²¹⁵. No caso do ensino secundário predominava a atuação de professores que haviam realizado os exames de suficiência da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)²¹⁶, padres, normalistas, egressos do ensino médio, estudantes universitários e profissionais liberais, a exemplo, de advogados, farmacêuticos, médicos e engenheiros²¹⁷:

Ultimamente chamamos a atenção dos leitores para o desrespeito que vem sofrendo no Estado, professores formados e que vem exercendo a profissão, nos diversos níveis de ensino, - o número de não diplomados ultrapassa ao de professores diplomados. Esta situação por aí mesma representa uma situação de desprestígio para a classe, pois rebaixa o seu nível de eficiência como classe, em virtude da predominância de elementos leigos, que não recebera o treinamento completo – ou nenhum treinamento para a difícil arte de ensinar e, por outro lado, dilui a responsabilidade dos próprios diplomados na aferição de suas próprias falhas pedagógicas. (DIÁRIO DE ARACAJU, 17/10/1967).

Situação semelhante ocorria com os técnicos em Educação que atuavam nas escolas e órgãos do Estado, a exemplo dos supervisores, inspetores, diretores e bibliotecários. Nessas atividades, predominava a ação de profissionais de nível médio, que haviam sido incorporados por apadrinhamento político ou habilitados a partir de cursos intensivos realizados em parceria com o MEC²¹⁸.

Essas estratégias buscavam amparar os planos emergenciais de recrutamento docente para atender as escolas públicas e privadas do Estado, preservar a atividade secundária de padres e profissionais liberais ou servir à acordos políticos com a distribuições de vagas do magistério na capital e no interior, independentemente do nível escolar dos beneficiados.

Ao divergir dessas práticas, a professora Maria Thétis Nunes passou a relacioná-las com as deficiências do ensino e a criticá-las por meio de artigos na imprensa sergipana,

²¹⁵ É importante lembrar que a incorporação de professores leigos não se devia apenas aos baixos salários e às deficiências físicas e materiais da escola, mas também aos acordos políticos da época.

²¹⁶ A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) foi criada pelo Presidente Getúlio Vargas em 1953, com o objetivo de difundir e melhorar a qualidade do ensino secundário no país (BRASIL, 1953).

²¹⁷ Ao estudar o ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, especificando o caso de Sergipe, Santos (2013) ressaltou que essa elite era constituída por intelectuais de diferentes formações e que atuavam em diversos campos, inclusive o até então indefinido campo educacional.

²¹⁸ Durante a pesquisa foram entrevistadas ex-supervisoras da rede municipal e estadual de ensino que haviam realizado os cursos de Supervisão Escolar em outros estados, promovidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

denunciando sobretudo, os baixos salários, a desvalorização profissional²¹⁹, a ausência de plano de carreira, o descaso do governo, o apadrinhamento político e a falta de preparo didático dos professores para lecionarem nas escolas²²⁰:

Um dos mais graves problemas é o referente ao professor secundário. Mal pagos, sem formação didática, em grande parte, sem tempo para melhorar seus conhecimentos, vivem os professores secundários acima e abaixo, chegam alguns a dá 10 a 12 aulas diárias para sobreviver. [...] A situação do professor secundário é uma Babel de desorganização. As cátedras vagas, sem candidatos aos concursos por falta de estímulo dos vencimentos, muitas vezes levam os diretores recorrerem a quem apareça para resolver o problema que surge. (A CRUZADA, 02/09/67).

Diante desse cenário, egressos da Faculdade Católica de Filosofia criaram a Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Secção de Sergipe (APLB-SE)²²¹ com o objetivo de reivindicar o campo de atuação docente, especialmente o do ensino secundário, e a valorização da classe. Segundo eles, a docência no estado ainda era praticada por diferentes profissionais liberais e professores leigos, infringindo as diretrizes educacionais da época. Isso também fragilizava a aquisição salarial dos professores, a autoridade dos licenciados sobre a carreira do magistério e a procura dos estudantes pelos seus cursos superiores, já que qualquer formação acadêmica ou exames de suficiência da CADES, habilitaria à profissão docente.

Esse movimento, iniciado durante a década 60 do século XX foi embasado juridicamente pela LDB de 1961 (Lei nº 4024/1961) e pela Portaria nº 142 de 1965, as quais estabeleciam a prioridade da atividade docente aos licenciados das Faculdades de Filosofia. Somente nas regiões onde houvesse carência desses diplomados poderiam ser aproveitados professores habilitados por exame de suficiência. De acordo com a ex-

²¹⁹ Torna-se necessário ressaltar que o prestígio social e econômica dos professores durante a década de 1960 tinha proporções diferenciadas, pois um professor catedrático do Colégio Estadual de Sergipe possuía notoriedade superior ao professor primário do município sergipano de Canhoba.

²²⁰ Devemos acrescentar que para Maria Thétis Nunes a má qualidade do ensino não se restringia somente a esses fatores. Para ela, a indisciplina estudantil, a falta de material pedagógico e a deficiência física das escolas também contribuíam para essa disposição.

²²¹ A Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção de Sergipe, foi criada em 1966 com a intensão de proporcionar a união, defesa e a valorização da classe docente. A entidade era constituída, especialmente, por professores licenciados da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, os quais defendiam a melhoria da qualidade do ensino, a garantia de direitos profissionais, campanhas de formação do magistério sergipano, segurança no exercício da função, estudo dos problemas educacionais, soluções para os problemas do ensino e estímulo a formação dos professores sem diploma de nível superior (A CRUZADA, 26/04/1969).

presidente da APLB-SE, Maria Olga de Andrade (1968-1969), a Associação visava garantir especialmente, incentivo a formação docente e seus direitos profissionais:

A Associação dos Licenciados do Brasil – Secção Sergipe havia sido criada principalmente para chamar a atenção da sociedade a respeito da nossa prioridade, enquanto diplomados da Faculdade de Filosofia, para assumir os cargos docente nas escolas de ensino médio e na Secretaria de Educação. Então, lembro que na época foi instituída uma lei que garantia a prioridade da convocação de licenciados diplomados pelas Faculdades de Filosofia, em detrimento dos demais profissionais, pois naquela época não havia essa preferência, era comum convidar o médico, o engenheiro, o bacharel em Direito para assumir a sala de aula, e nós ficávamos em último lugar. (ANDRADE, 2010, s/p).

O movimento a favor dos licenciados e as reivindicações acerca do campo educacional sergipano se fortaleceram com a implantação da UFS em 1968, pois essa iniciativa ampliou o número de cursos do magistério em funcionamento, a exemplo da Pedagogia, e o de diplomados em nível superior para integrar ao corpo docente do estado.

Nesse sentido, estratégias foram desenvolvidas pelos acadêmicos e licenciados em cursos do magistério para ingressar no campo educacional sergipano e para disputar o domínio da concorrência interna. No caso dos profissionais da Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, as disputas e o ingresso ocorreram por duas vias, através da docência nos cursos Normais, de formação de professores primários, e na área técnica como especialistas em Educação.

A compreensão desse processo ocorreu por meio da análise nos aspectos legais, na trajetória percorrida pelos acadêmicos até inserir-se profissionalmente no campo educacional e nas condições para a permanência nesse campo. Assim, também foi contemplado o subcampo da Pedagogia, como espaços regidos pelos interesses e particularidades disciplinares, funcionando como microcosmos e submetido às leis gerais de funcionamento do macrocosmo no qual estão inseridos (BOURDIEU, 2004).

Mesmo diante das disputas no campo educacional para assumir as funções garantidas por lei e das dificuldades com relação aos aspectos físicos e materiais para desempenhar a profissão docente, muitos estudantes optaram por essa carreira profissional, proporcionando ao curso de Pedagogia o domínio na concorrência pelas vagas, entre as licenciaturas da UFS durante os anos de 1968 a 1978²²².

²²² De acordo com o item 3.1, verificamos que essa procura pelo curso estava associada a alguns fatores: muitos candidatos já atuavam na área da Educação, haviam estudado no curso Normal, a simpatia pelo magistério, a condição de ser uma profissão respeitada para mulheres e a facilidade em adquirir empregos,

A este respeito, Bourdieu (2004, p. 130) esclarece que nas nossas vidas fazemos escolhas aparentemente racionais, quando na verdade são escolhas produzidas pela nossa história individual ou coletiva, decorrentes das experiências vividas ao longo de nossa trajetória pessoal e social: “[...] Os agentes de algum modo caem na sua própria prática, mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica [...]”. (BOURDIEU, 2004, p. 130).

De acordo com Bourdieu (1983), o *habitus* é o que faz um agente ser detentor de um gosto, porque as preferências estão associadas às condições objetivas de existência. Nesse sentido, o gosto ou as preferências manifestadas através das práticas de consumo é, então, o produto dos condicionamentos associados a uma classe social ou fração de classe:

As experiências se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe. (BOURDIEU, 1983a, p. 80-81).

Aos interessados pela profissão, a instalação da Universidade Federal de Sergipe trouxe consigo a garantia de uma formação acadêmica estável, sem riscos de possíveis interrupções durante o andamento dos cursos, como ocorrido na FAFI²²³. Além disso, proporcionou o funcionamento do curso de Pedagogia, para a formação de professores do curso Normal e técnicos em educação:

[...] De há muito que vem sendo esperada a criação da Universidade. Foi uma batalha empreendida pelos intelectuais da terra que, vencendo obstáculos e incompreensões, conseguiram levar a bom termo essa iniciativa que agora concretizada, na realidade, abre para Sergipe, largos horizontes de cultura, apresentando um campo maior de especialização, mormente para a juventude ávida do saber que povoa as nossas faculdades. Sergipe ganhou uma Universidade para se integrar no processo histórico e cultural da região, uma universidade que virá inserir-se em nossa região subdesenvolvida, aparelhada para formar especialistas e técnicos do desenvolvimento [...]. (A CRUZADA, 04/03/67).

pois apesar das disputas no campo educacional, verificou-se que os licenciados não apresentavam dificuldades para atuar na área.

²²³ Na FAFI, os cursos de Matemática e Filosofia foram interrompidos no ano de 1957, por causa do pequeno número de alunos e das limitações financeiras da Faculdade (OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, convênios passaram a ser selados entre a UFS e outras unidades do Governo Federal, assim como acordos com órgãos públicos e privados das diferentes esferas²²⁴. As atividades concentravam-se, sobretudo, na prestação de serviços da Universidade, como: pesquisas, elaboração de projetos, levantamento de informações e dados, programas de intercâmbio, assessoria técnica e qualificação de mão de obra.

Diante da legitimidade da Universidade Federal de Sergipe, muitos acordos também foram celebrados com órgãos relacionados à Educação, favorecendo a atuação do corpo docente e discente de Pedagogia. Nesse processo, estudantes e egressos do curso passaram a atuar em diferentes espaços associados ao ensino, desenvolvendo atividades docentes, serviços técnicos e administrativos.

Os alunos do curso também tinham autonomia para adotar vínculos e realizar o exercício da profissão nas instituições educacionais. Na maioria das vezes essa iniciava ocorria no primeiro ano da graduação, devido ao reduzido número de professores e técnicos da área, e pelo fato de serem as primeiras turmas de Pedagogia do estado. De acordo com a ex-aluna, Ada Augusta Celestino B. da Silva, ela e outros colegas de classe²²⁵ atuaram, ainda no início da formação acadêmica, em projetos de alfabetização, a exemplo da Cruzada ABC (Ação Básica Cristã)²²⁶:

[...] Parte do meu Curso Superior foi acompanhada da experiência na Cruzada ABC, assim como aconteceu com a colega de turma, desde o IERB, Angélica Vieira Donald. Sua mãe, Prof^a Aurita Vieira Donald, integrava a direção dessa Campanha de Alfabetização de Jovens e Adultos e nos conduziu a uma capacitação inicial; daí passamos a trabalhar, inclusive como supervisores da Educação de Jovens e Adultos. Eu era supervisora da comunidade do bairro Santo Antônio e, depois, do bairro Suíssa, em Aracaju. Foi um trabalho que fiz com muito amor e no qual aprendi muito. (SILVA, 2015, s/p).

²²⁴ De acordo com os registros do Conselho Universitário, os convênios da UFS passaram a serem realizados a partir de 1970, com órgãos públicos e privados. Esses convênios eram respaldados pelo regime jurídico de Fundação.

²²⁵ A exemplo das ex-alunas do curso de Pedagogia, Angélica Vieira Donald e Maria Lucia Souza Ramos Berger.

²²⁶ O projeto Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) foi oficializado em 1965, na cidade de Recife-Pernambuco. Coordenado por missionários protestantes e técnicos norte-americanos, o programa visava erradicar o analfabetismo, especialmente, na região Nordeste do país, com a colaboração financeira da SUDENE, Ministério da Educação e USAID/Brasil. A partir de 1966, a Cruzada ABC tornou-se um programa do governo brasileiro, encarregado de substituir e combater, em termos políticos e pedagógicos, os programas de alfabetização existentes antes do golpe de 1964 (SCOCUGLIA, 2002).

O projeto Cruzada ABC iniciou suas atividades em Sergipe no ano de 1966, por meio de cursos intensivos de alfabetização de jovens e adultos²²⁷. O objetivo era [...] “capacitar o homem analfabeto-marginalizado, a ser participante na sua sociedade contemporânea, como contribuinte do desenvolvimento sócio-econômico e receptor de seus bens” (SCOCUGLIA, 2002, p. 4).

Diante do alto percentual de analfabetos em Sergipe, o movimento foi recebido com entusiasmo pela população, pois buscava reparar a ausência do ensino primário durante a infância. Com essa iniciativa, surgia uma nova oportunidade de aprender a ler, escrever e contar, sem custos financeiros e com a disponibilidade de material escolar e profissionais treinados para essa finalidade. Nesse contexto, alunos de Pedagogia foram requisitados para contribuir:

Diante daquele contexto sabíamos que poderíamos dar a nossa contribuição, e na verdade estávamos estudando para isso. Como houve a oportunidade e éramos jovens, com uma consciência crítica ainda embrionária, aproveitamos para obter experiência e contribuir com o projeto. De fato, o método de alfabetização foi o Laubach. Acreditávamos ser possível contribuir para reparar essa dívida do Estado Brasileiro; por isso nos esforçamos muito. (SILVA, 2015, s/p).

A participação dos estudantes de Pedagogia tinha o propósito de orientar os professores e supervisionar os cursos intensivos do programa, realizados na capital e no interior. Para isso, os acadêmicos passavam por um processo de seleção e cursos para conhecer o projeto e suas técnicas metodológicas:

[...] Tudo isso, precedido por um longo e intensivo curso de Formação que nos preparava desde o aperfeiçoamento da caligrafia até a metodologia do Programa, incluindo o desenvolvimento comunitário. Nosso trabalho era de organizar comunidades, localizar voluntários, espaços físicos e analfabetos. Em seguida organizávamos as turmas. O forte mesmo era a formação de voluntários para a alfabetização de jovens e adultos, ao lado do acompanhamento às turmas que se dava semanalmente. (SILVA, 2015, s/p).

Após a participação nos cursos que habilitavam ao cargo de supervisor, os acadêmicos passavam a realizar o treinamento para a formação dos professores do projeto e orientar as atividades pedagógicas desses docentes no processo de alfabetização de

²²⁷ Desde 1959, Sergipe viveu o impacto da experiência das escolas radiofônicas, implementadas pelo Arcebispo do Estado Dom José Vicente Távora. A partir de 1961, esse projeto foi adotado nacionalmente, com a criação do MEB (Movimento de Educação de Base) (FARIAS, 1996).

jovens e adultos. Além disso, participavam do recrutamento de analfabetos e na organização do processo seletivo de professores interessados em atuar na Cruzada ABC:

Figura 34 - Contratação de professores para a Cruzada ABC

Cruzada ABC contratará professores para dinamizar o ensino supletivo no Estado

Foram prorrogadas até o dia de hoje, na Cruzada ABC as inscrições para o concurso público destinado a preencher vagas de professores para o ensino supletivo, que já apresenta cerca de 120 candidatos inscritos. No ato da inscrição a secretaria daquela entidade está exigindo os seguintes documentos: diploma do curso pedagógico, experiência em outras escolas, carteira de identidade e quatro retratos 3 x 4.

As matérias para o concurso em referência, são: Língua, redação, ditado, gramática, matemática, conhecimentos gerais sobre educação, ciências naturais e relações humanas, estando previsto posteriormente para os candidatos aprovados nas provas de seleção um curso especial de treinamento, abordando a metodologia especializada para a educação de base dos adultos.

CURSO PARA AVALIAÇÃO

Depois de realizado o curso as candidatas serão submetidas a um processo de avaliação final quanto a capacidade didática e serão automaticamente contratadas aquelas que se destacaram em todas as etapas do processo. A secretaria da Cruzada, segundo informações prestadas ao DIÁRIO DE ARACAJU está realizando um levantamento geral do seu quadro de professores nas Escolas Supletivas, a fim de conhecer o exato número de vagas existentes. Os candidatos aprovados irão desenvolver suas atividades nas novas unidades que serão instaladas ainda este ano.

CONTRIBUIÇÃO IMPORTANTE

Das mais importantes tem sido a contribuição da Cruzada ABC, no seu trabalho de ampliar as condições de ensino para os adultos que não tiveram oportunidade de desenvolver seus conhecimentos na infância. Trata-se de um trabalho que já vem apresentando resultados satisfatórios, principalmente no âmbito da Capital onde ela tem tido oportunidade de realizar seus cursos. Recentemente, foi celebrado convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI), mediante o qual a Cruzada ABC fornecerá o material didático enquanto que o SESI fornecerá as salas de aulas destinadas a matricular centenas de operários sergipanos.

Num País de dimensões extraordinárias, a tarefa de uma instituição de ensino supletivo se reveste de notável importância na tarefa de auxiliar o Governo a desenvolver culturalmente o País e erradicar por completo a chaga do analfabetismo.

Fonte: jornal Diário de Aracaju, 27/03/1968. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Dessa forma, os estudantes de Pedagogia que assumiam a função de supervisor, desfrutavam de muitas reponsabilidades no funcionamento e organização do programa.

Dentre suas funções, eram designados a desempenhar todo o controle do processo pedagógico, desde o acompanhamento diário das diferentes fases, até a aplicação do material didático. Nesse sentido, realizavam a orientação e o monitoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula pelos professores.

A coordenação geral era realizada pela professora Aurita Vieira Donald²²⁸, a qual executava os planos previamente estabelecidos pela direção nacional da Cruzada ABC, através da programação técnica e administrativa. Além disso, realizava os acordos e contatos com as autoridades políticas, a integração com a comunidade local e a distribuição de alimentos aos professores e alunos²²⁹:

Os trabalhos da Cruzada ABC, coordenados pela professora Aurita Donald, prosseguem em Sergipe com absoluto êxito, estando também merecendo maior cuidado a distribuição de alimentos aos escolares pobres dos mais sofridos bairros da Capital. Com os recursos provenientes do convênio firmado entre o Município e o MEC no valor de 35 mil cruzeiros novos, as Escolas municipais serão recuperadas, recebendo móveis novos e outros equipamentos mais condignos. (DIÁRIO DE ARACAJU, 13/01/68).

As primeiras experiências foram realizadas nas escolas estaduais e municipais da capital, no período noturno, para atender jovens e adultos que trabalhavam durante o dia. Mas, diante do alto índice de analfabetos no Estado, as atividades do projeto se estenderam ao interior, sendo o espaço físico das aulas compartilhado com as escolas diurnas para crianças e adolescentes.

Como o curso de Pedagogia desfrutava de uma relação direta com a formação de professores alfabetizadores e do conhecimento acerca dos fundamentos da educação, isso facilitava a habilidade dos estudantes com relação as práticas nos programas de alfabetização. Além disso, muitos acadêmicos de Pedagogia já haviam realizado o curso Pedagógico de nível médio, o que possibilitava experiência com os métodos de ensino.

No caso do programa Cruzada ABC, foi implantado com uma proposta metodológica baseada no Método Laubach²³⁰ e material didático próprio. No entanto, o projeto também apresentava suas contradições, pois apesar de ter sido adotado pelo

²²⁸ Aurita Vieira Donald formou-se em Pedagogia pela UFS, e exerceu as funções de supervisora educacional do Departamento de Educação e Cultura de Aracaju e técnica em assuntos educacionais da Escola Técnica Federal de Sergipe.

²²⁹ De acordo com Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva, a distribuição de alimentos era realizada com o objetivo de evitar a evasão dos alunos. Segundo ela, a doação das cestas básicas ocorria quinzenalmente, aos jovens e adultos que se mantivessem na escola, sem nenhuma falta durante todo o mês.

²³⁰ Método de alfabetização de adultos criado pelo missionário protestante norte-americano Frank Charles Laubach (1884-1970).

Governo Civil Militar (1964-1985) para substituir os programas de alfabetização existentes antes do Golpe de 1964²³¹, a ex-aluna de Pedagogia e ex-alfabetizadora da Cruzada ABC, Ednalva Freire Caetano, alegou ter usado as técnicas de alfabetização de jovens e adultos propostas por Paulo Freire:

Trabalhei inicialmente com alfabetização de adultos, no programa Cruzada ABC. Trabalhamos com o método Paulo Freire, em plena Ditadura, o que é em tese, um contrassenso. Lembro que também havia financiamento dos norte-americanos, acredito que o programa tinha uma ligação com a Igreja Protestante, porque tudo tinha a ver [...]. Eu era protestante, então como fui líder da comunidade de jovens, havia realizado curso de Teologia em Pernambuco e era militante da Igreja, provavelmente essa militância me levou a trabalhar no Educandário Americano Batista e no Programa Cruzada ABC. (CAETANO, 2015, s/p).

Para a implantação do programa em Sergipe foram firmados convênios com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC-SE) e o Departamento de Educação e Cultura de Aracaju (DEC). Enquanto a Cruzada ABC disponibilizava o material didático próprio, alimentação e orientação pedagógica ao corpo docente; os dois órgãos governamentais providenciavam prédios (no período noturno), transporte, professores e material escolar.

Diante da importância social do projeto, as solenidades de celebração dos convênios eram prestigiadas por jornalistas, intelectuais, dirigentes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Governador do Estado, Reitor da UFS e coordenadores da Cruzada ABC. Assim, o lançamento das campanhas de alfabetização de jovens e adultos tornou-se garantia de prestígio político²³²:

²³¹ De acordo com Oliveira (1989), o programa Cruzada ABC, a partir de 1966, tornou-se um programa oficial do governo brasileiro, encarregado de substituir e combater, em termos políticos e pedagógicos, os programas existentes antes do golpe de 1964. No entanto, salienta que antes do Golpe de 1964, não havia somente programas de alfabetização de adultos associados aos grupos de esquerda, pois segundo ele setores da direita também se interessavam por essa modalidade de ensino, a exemplo, da Fundação João Batista do Amaral.

²³² Os lançamentos de campanhas de alfabetização e as formaturas unificadas desses programas eram cenários de autopromoção e propaganda política. As solenidades demonstravam a preocupação do governo com a educação escolar das famílias pobres e com o desenvolvimento do Estado.

Figura 35 - Contrato firmado entre SEC/SE e Cruzada ABC (1968)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 14/08/68. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Em Sergipe, o programa permaneceu funcionando até 1970²³³, quando passou a ser substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)²³⁴. No entanto, sua projeção ficou registrada na história das políticas governamentais de alfabetização de jovens e adultos, como uma das iniciativas de expressão social promovida na década de 60 do século XX²³⁵, no estado.

Nesse processo, estudantes de Pedagogia da UFS tiveram oportunidade de contribuir com o projeto de alfabetização e adquirir experiência profissional. Essa participação também garantiu o primeiro contato de jovens e adultos com a leitura e a

²³³ Desde sua implantação, o programa Cruzada ABC foi alvo de críticas dos órgãos financiadores: Enquanto, os dirigentes da SUDENE, discordavam da atuação político-pedagógica e dos gastos excessivos do programa; o Ministério do Planejamento, da Fazenda e a USAID recusavam as prestações de contas, limitando a liberação de verbas ao cumprimento da programação (SCOCUGLIA, 2002).

²³⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do Governo Civil Militar criado pela Lei nº. 5.379, de 15 de dezembro de 1967. O objetivo era a alfabetização funcional e a educação continuada de jovens e adultos, mediante práticas de leitura, escrita e cálculo (BRASIL, 1967).

²³⁵ De acordo com Scocuglia (2002), em apenas um semestre letivo de 1969, a Cruzada ABC conseguiu matricular 298.422 alunos, distribuídos nos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Guanabara, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Goiás e do Distrito Federal.

escrita, possibilitando uma atuação profissional mais abrangente e a continuidade de estudos em cursos supletivos e/ou profissionalizantes.

O Programa teve sua importância para aquele momento, pois devemos lembrar que o número de analfabetos naquela época era muito grande, inclusive na capital. Muitos jovens e adultos não tinham acesso ao trabalho, nem a formação de mão de obra por meio de cursos profissionalizantes. Não havia perspectivas, e isso era transmitido aos filhos, pois sem saber ler e escrever não matriculavam suas crianças na escola. Não davam muita importância aos estudos. (CAETANO, 2015, s/p).

Em Sergipe a ausência de programas educacionais voltadas a formação de jovens e adultos, e a omissão de iniciativas que atendessem a ampliação do ensino, levaria o Estado a expandir o número de analfabetos. O acesso de trabalhadores a tais programas, além de oportunizar ao conhecimento sistemático e a novas oportunidades de emprego, possibilitou uma nova compreensão com relação a importância da educação escolar e ao ingresso dos seus filhos nas escolas.

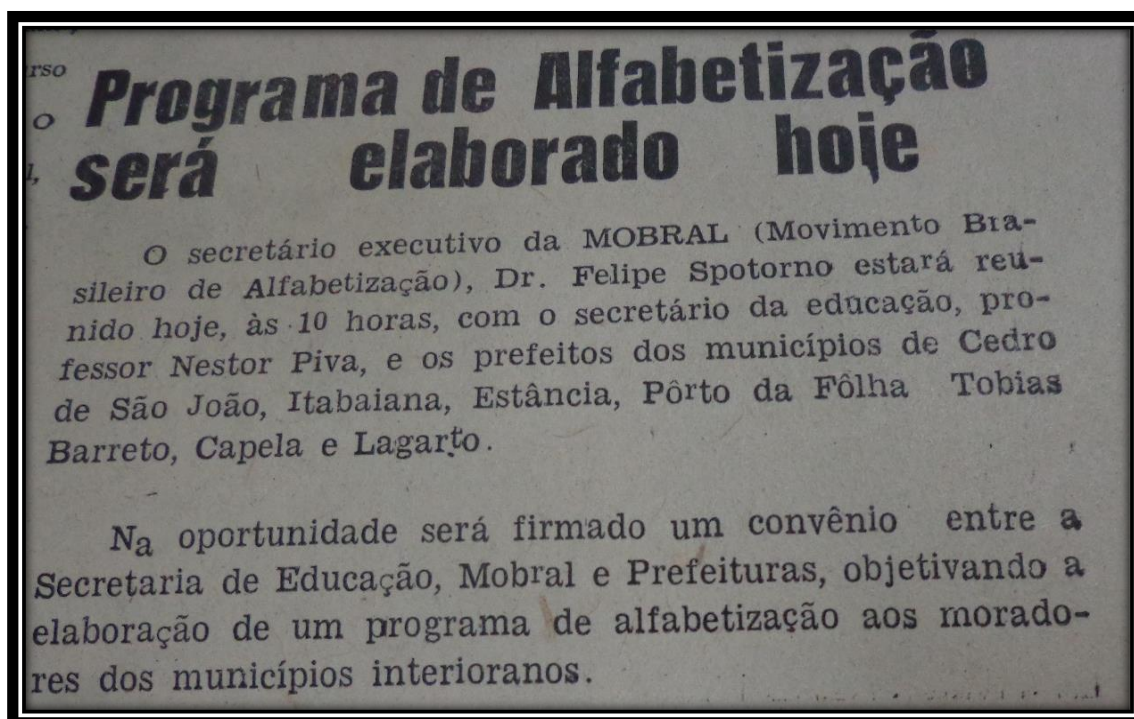
Com a implantação do MOBRAL em 1970, acadêmicos de Pedagogia permaneceram atuando em programas de alfabetização de jovens e adultos no estado. A proposta era aproveitar universitários e professores experientes que haviam trabalhado nos programas anteriores, a exemplo, do Movimento de Educação de Base (MEB) e Cruzada ABC.

Durante o planejamento, a direção nacional do MOBRAL realizou encontros com o secretário de Educação, Nestor Piva, para divulgar os objetivos e a modalidade operacional do movimento e solicitar dele a indicação de nomes para a seleção dos coordenadores estaduais²³⁶. Nessa escolha deveriam imperar os critérios técnicos em detrimento aos interesses políticos, prevalecendo o recrutamento de profissionais experientes.

Para o desenvolvimento do programa vários convênios foram firmados entre o MOBRAL, a Secretaria Estadual de Educação e prefeituras de Sergipe:

²³⁶ Os coordenadores estaduais eram responsáveis pela administração do MOBRAL em seus estados. O coordenador local era José Luiz de Oliveira.

Figura 36 - Convênio entre SEC/SE, prefeituras e MOBRAL (1970)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, em 07/08/1970. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A nova campanha era otimista com relação ao combate ao analfabetismo no Brasil, tanto com relação as metas a serem atingidas, quanto no tocante aos recursos a serem obtidos²³⁷. A intenção era erradicar o analfabetismo em 10 anos, mediante o ensino de noções básicas de leitura, escrita e cálculo:

Retornou do Rio de Janeiro o Coordenador Estadual do MOBRAL José Luiz de Oliveira, que participou do Encontro Nacional de coordenadores. O referido encontro foi presidido pelo Secretário Executivo do MOBRAL Arlindo Lopes Correia, cujo objetivo foi definir as metas quantitativas do MOBRAL na década de 1970. Ficou determinado que o analfabetismo será erradicado do país, até 1980. Ambiciosa meta para Sergipe que ainda conta com 52% de sua população adulta analfabeta, sendo destes 27% na zona urbana e 76% na zona rural. A meta de Sergipe para o ano de 1972 é escolarizar 57.000 adolescentes adultos. (DIÁRIO DE ARACAJU, 08/07/1972).

Lançado com ampla divulgação pela imprensa falada e escrita, logo mobilizou professores e acadêmicos para atuar na organização e implantação do projeto. No entanto, cabia a todos o dever de contribuir com a erradicação do analfabetismo no país,

²³⁷ De acordo com Oliveira (1989) os recursos financeiros do MOBRAL eram oriundos do MEC, Caixa Econômica Federal, USAID, Loteria esportiva, imposto de renda e iniciativas privadas.

destacando o caráter comunitário para o sucesso do programa. Para os estudantes do curso de Pedagogia da UFS, era mais uma oportunidade de aprendizagem e formação profissional.

Dessa forma, acadêmicos de Pedagogia passaram a ser requisitados para participar do MOBRAL, na função de supervisão. Para isso, era necessário realizar treinamentos promovidos pela administração nacional com o objetivo de conhecer as propostas do programa, as orientações operacionais e os aspectos metodológicos de alfabetização.

As atividades da campanha eram desenvolvidas em diferentes postos de alfabetização da capital e do interior, representados por escolas, centros comunitários, núcleos de cooperativas, associações de trabalhadores, empresas privadas, templos religiosos e órgãos públicos²³⁸:

Agora mesmo, uma turma de 30 alunos está sendo alfabetizada no Reformatório Penal do Estado, enquanto outra turma, é mantida na Polícia Militar, atuando o MOBRAL, desta forma, nos mais diferentes setores da sociedade. (DIÁRIO DE ARACAJU, 26/06/71).

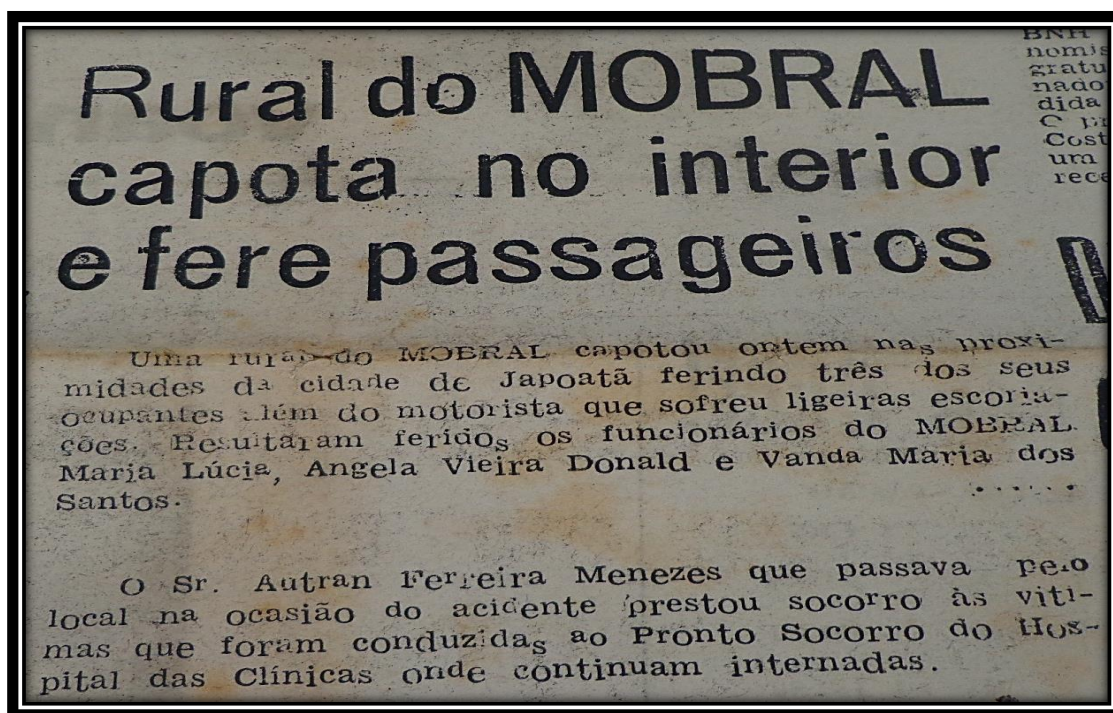
Diante da abrangência do programa e do acompanhamento desenvolvido pelos supervisores, constantes viagens eram realizadas por eles para os municípios do interior²³⁹. O deslocamento era promovido pela Secretaria Estadual de Educação, com a disponibilidade de transporte para orientação e acompanhamento dos monitores em diferentes municípios. Em umas das viagens, três estudantes de Pedagogia da UFS²⁴⁰, que exerciam função de supervisora, sofreram um acidente automobilístico durante o trajeto:

²³⁸ Os cursos de alfabetização também eram realizados em residências particulares, numa colaboração do proprietário com a campanha.

²³⁹ A sede da coordenação estadual estava localizada em Aracaju.

²⁴⁰ As estudantes de Pedagogia envolvidas no acidente, pertenciam a primeira turma do curso (1968-1971): Maria Lúcia Souza Ramos, Angélica Vieira Donald e Evanda Maria dos Santos. Entretanto, na matéria jornalística somente o nome da primeira estudante estava escrito corretamente.

Figura 37 - Acidente automobilístico dos integrantes do MOBRAL (1971)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 23/09/1971. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

De acordo com a ex-aluna do curso de Pedagogia e ex-integrante do MOBRAL, Maria Lúcia Souza Ramos Berger²⁴¹, esses descolamentos faziam parte do processo de implantação e funcionamento do programa nos municípios do interior²⁴². Para isso, os estudantes de Pedagogia eram requisitados ainda na Faculdade de Educação, durante a formação no curso superior. Em depoimento, a ex-aluna aborda a colaboração dos acadêmicos na implantação do programa e o acidente sofrido durante a viagem de supervisão:

Nós trabalhávamos na implantação do MOBRAL aqui em Sergipe, erámos umas 4 ou 5 pessoas do curso. [...] Quando estava sendo implantado o MOBRAL, os coordenadores através da Secretaria da Educação, foram lá na diretoria da Faculdade para pedir alunos para formar uma equipe do MOBRAL local, e aí tinha umas 3 de lá que trabalharam, eu, Angélica, Evanda e as outras 2 eram de Serviço Social, e a gente trabalhou na implantação do MOBRAL aqui. [...] Não era uma instituição de pesquisa, era através do MOBRAL. E aí fizemos a implantação em todo o Estado, e aí numa dessas viagens, nós sofremos um acidente de Rural. Porque a Secretaria de Educação colocava a disposição uma Rural (BERGER, 2011, s/p).

²⁴¹ Maria Lúcia Souza Ramos Berger também foi coordenadora do MEB em Sergipe (1973 a 1978).

²⁴² Em 1973 o programa conseguiu estender-se a todos os 73 municípios do interior sergipano (DIÁRIO DE ARACAJU, 10/07/1973).

A ex-aluna destacou a responsabilidade das estudantes de Pedagogia diante da instalação e funcionamento do MOBRAL em Sergipe, enfatizando as atividades desenvolvidas por elas no processo de recrutar professores e treiná-los para exercer a função de monitoria. Além disso, supervisionavam a atuação pedagógica dos monitores e orientava-os para o uso do material didático do programa, produzido pela Editora Abril.

Os supervisores também intermediavam a comunicação entre a coordenação estadual do MOBRAL e as comissões municipais, auxiliando na seleção dos espaços físicos, implantação dos postos de alfabetização e na mobilização de monitores e analfabetos. Para a concretização do projeto, a ex-aluna Maria Lúcia Souza Ramos Berger, ressaltou a importância da parceria realizada entre MOBRAL, o governo do Estado e prefeitos dos municípios sergipanos²⁴³:

A secretaria de Educação colocava a disposição uma Rural e o espaço físico; o material vinha de Brasília e o nosso trabalho era recrutar professor, arranjar sala, treinar o professor e acompanhar, supervisionando. Nós que comandávamos, e recebíamos orientação do MOBRAL nacional. Esse MOBRAL nacional treinava a gente, e íamos implantar nos municípios. As prefeituras também recrutavam os professores, arrumavam o espaço físico e a gente ia treinar os professores para utilizar o material didático. (BERGER, 2011, s/p).

Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelas supervisoras do MOBRAL concentravam-se, sobretudo, no recrutamento e orientação aos monitores, para que eles promovessem a alfabetização de jovens e adultos, em pouco tempo. Essa iniciativa concedia a oportunidade da alfabetização funcional e educação continuada aos que não tiveram oportunidade de estudar durante a infância, em cursos com duração mínima de cinco meses²⁴⁴:

As turmas de servidores da ENERGEIPE estão funcionando nas dependências do SENAI, devendo o curso durar cinco meses. Por outro lado, dezenas de domésticas, em apenas dois meses de alfabetização, já estão lendo e escrevendo graças ao posto do MOBRAL que funciona na Escola da Doméstica “Dom José Vicente Távora”. (DIÁRIO DE ARACAJU, 15/07/1971).

²⁴³ Na organização administrativa, o Mobral nacional firmava e fiscalizava os convênios, fornecendo material didático, orientação técnica, repasse de verbas para os estados e municípios, e avaliando os resultados obtidos pelo Movimento. Em contrapartida, cada estado tinha sua Comissão Estadual (COEST), com as funções de planejar, coordenar, formar monitores e controlar as atividades em nível de Estado. Os municípios através da COMUN (Comissão Municipal) agiam como agentes executivos dos programas do MOBRAL, mobilizando analfabetos, alfabetizadores, monitores, providenciando locais para salas de aula e instalando postos de alfabetização (OLIVEIRA, 1989).

²⁴⁴ Se caso, o aluno ainda encontrasse dificuldades durante os cinco meses de alfabetização, o programa disponibilizava mais um mês de curso intensivo.

Ao concluir o curso de alfabetização o aluno tinha a oportunidade de prosseguir os estudos, por meio de programas adicionais ao MOBRAL²⁴⁵ ou cursos supletivos e profissionalizantes ofertados por outras instituições²⁴⁶. A finalidade era promover a sequência do ensino e estimular a profissionalização desses estudantes:

O MOBRAL não só alfabetiza; ele desenvolve em convênio com a SEC/Estado e as Prefeituras Municipais, o Programa de Educação Integrada, que permite ao aluno recém-alfabetizado a continuidade dos seus serviços, e assim cursar em 1 ou 2 anos os 4 primeiros anos de 1º ciclo, através das técnicas de aceleração. (DIÁRIO DE ARACAJU, 12/09/73).

Apesar das críticas direcionadas ao programa²⁴⁷, postos do MOBRAL foram implantados em todos os municípios sergipanos, inclusive em povoados que possuíam toda a população analfabeta. A intensão era realizar a alfabetização em massa, abrangendo áreas desprovidas de escola, como assentamentos rurais e presídios. Nesse processo, estudantes de Pedagogia contribuíram com a instalação e o funcionamento do programa, mediante o exercício nas funções de supervisão.

Para a continuidade dos estudos, foi implantado em 1970 o Projeto Minerva²⁴⁸, com a finalidade de preparar alunos para os exames de madureza²⁴⁹ do ensino ginásial²⁵⁰. Em Sergipe, o programa de governo era desenvolvido pelo ensino a distância, através de cursos transmitidos por emissoras de rádio, com o auxílio de um monitor:

Teríamos que pensar num supletivo com grandes inovações. Os quatro primeiros anos ficavam a cargo do Mobral, mas os alunos saíam do Mobral e queriam continuar os estudos, então o governo tinha que oferecer alguma coisa que desse terminalidade de 1º Grau, e era essa a função do Minerva, que estava inserido nessa proposta de Brasil Grande, onde era preciso dar educação à massa, melhorar as condições de escolaridade do trabalhador. Na perspectiva da época, o Brasil só crescia se tivesse pessoas qualificadas. (BLOIS, s/d, s/p).

²⁴⁵ Plano de Educação Continuada para Adolescentes e Adultos, Programa de Educação Integrada, Programa Cultural, Programa de Profissionalização, Programa de Diversificação Comunitária, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa de Esporte e Programa de Autodidatismo.

²⁴⁶ Em 1973, um convênio entre o MOBRAL e o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), promoveu a qualificação profissional de 910 recém-alfabetizados (DIÁRIO DE ARACAJU, 12 de setembro de 73).

²⁴⁷ Para alguns pesquisadores o MOBRAL se limitava a um ensino de caráter tecnicista, utilizado pelo Regime Civil Militar para controlar as massas (SANTOS, 2014).

²⁴⁸ Em 26 de setembro de 1969, o Decreto nº. 25.239 criou a estrutura administrativa para a implementação do Projeto Minerva em nível nacional, com a finalidade de oferecer formação supletiva ginásial através do rádio (BRASIL, 1969).

²⁴⁹ O exame de Madureza atendia a Lei nº 4.024 de 1961, art. 99, que determinava aos maiores de 16 anos a obtenção de certificado de conclusão de curso ginásial mediante a prestação de exames de Madureza. Com a Lei nº. 5.672 de 1971, foi chamado de curso e exame supletivo, destinados aos maiores de 18 anos.

²⁵⁰ Com a reforma de 1971, foi estendido ao ensino de 1º e 2º graus.

O governo do Estado ficou encarregado de organizar os rádiopostos²⁵¹ e recrutar supervisores e monitores para o funcionamento dos cursos, enquanto o Projeto Minerva disponibilizava o material didático (fascículos), a transmissão das aulas e realizava o treinamento dos coordenadores e supervisores. De acordo com Marta Viera Cruz²⁵², ex-coordenadora estadual do Projeto Minerva em Sergipe (1973-1977) e ex-professora do curso de Pedagogia da UFS, a nova proposta de ensino foi implantada na capital e no interior²⁵³:

Na década de 1970, atuei na Secretaria de Estado da Educação e Cultura, exercendo as funções de supervisora do Projeto Minerva e posteriormente, a sua coordenação. Na oportunidade, acompanhei as atividades de Radiodifusão no Estado, no formato de Radiopostos (salas de aula). A Secretaria de Educação cobria à época não só o município de Aracaju, bem como diversos municípios no interior do Estado. As aulas (elaboradas pelo PRONTEL) eram transmitidas via Rádio MEC no período noturno, sob a presença de monitores universitários e treinados para a função. (CRUZ, 2015, s/p).

Estudantes de Pedagogia da UFS foram requisitados para participar do programa como monitores, com a função de intermediar o ensino, através das aulas transmitidas diariamente via rádio. Nesse sentido, os acadêmicos auxiliavam os alunos do Minerva no acompanhamento do curso pelo rádio, na explicação do conteúdo e na resolução das atividades dos fascículos²⁵⁴, distribuídos gratuitamente pelo programa:

²⁵¹ Os rádiopostos era o local disponibilizado para a transmissão das aulas aos alunos, e as orientações diárias dos monitores.

²⁵² Marta Vieira Cruz, é graduada em Letras Vernáculas pela UFS (1973), mestre em Ciências Sociais Aplicada a Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1982) e doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Integrou-se ao corpo docente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, em 1976, mediante concurso público de provas e títulos.

²⁵³ O Projeto Minerva foi implantado na capital, e em alguns municípios do interior: Estância, Itabaiana, Lagarto e Tobias Barreto. Em Sergipe, recebeu investimentos dos governos federal e estadual.

²⁵⁴ Os fascículos compreendiam as disciplinas obrigatórias do ensino de 1º e 2º graus, com conteúdo e atividades relacionadas às exigências dos exames. O 1º grau compreendia as disciplinas: língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais e Moral e Cívica.

Figura 38 - Fascículo do Projeto Minerva/curso supletivo de 1º grau (1971)



Fonte: acervo disponível em projetominerva.blogspot.com/2012/03/em-busca-de-fasciculos.html

De acordo com a ex-aluna de Pedagogia e ex-monitora do Projeto Minerva (1973-1975), Maria de Fátima Monte Lima, o monitor também acompanhava a aula do professor-locutor juntamente com os estudantes, e em seguida explicava o conteúdo abordado:

As aulas eram transmitidas pelo rádio com o suporte das apostilas e da monitoria. Os professores eram selecionados por currículo. Os conteúdos abrangiam as diversas disciplinas do currículo regular das escolas públicas. Iniciava logo depois da transmissão da Hora do Brasil, às 19:30 min, para se adequar ao horário de alunos trabalhadores, que configurava a maioria da clientela. Os alunos ouviam a transmissão das aulas, através do rádio, com o suporte das apostilas e, depois faziam os exercícios também nas apostilas. A turma apresentava sempre muita dificuldade no entendimento dos conteúdos e, muitas vezes, a monitora terminava dando aulas expositivas para suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos. O Rádiposto em que eu trabalhava era em uma Unidade do SESC, localizada no bairro 18 do Forte, bem distante de onde eu morava. No entanto, eu já realizava a minha prática no ensino regular, indispensável à conclusão do Curso de Pedagogia. (LIMA, 2015, s/p).

O ex-aluno de Pedagogia e também ex-monitor do Minerva, José dos Anjos, ressaltou a importância do projeto e a qualidade dos fascículos utilizados no programa, emitidos pelo governo federal. Segundo ele, o monitor tinha uma atuação fundamental no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois atuava como um complementar de informações:

O curso do projeto Minerva foi um curso extraordinário, tinha apostilas, era um material didático muito bom, que vinha do governo federal. Ele era transmitido pelo rádio, era tudo uniforme, e o monitor era para tirar dúvidas e prestar esclarecimentos, seria uma espécie de complementar das informações. Na terminologia era monitor, mas no contrato vinha como professor. (ANJOS, 2015, s/p).

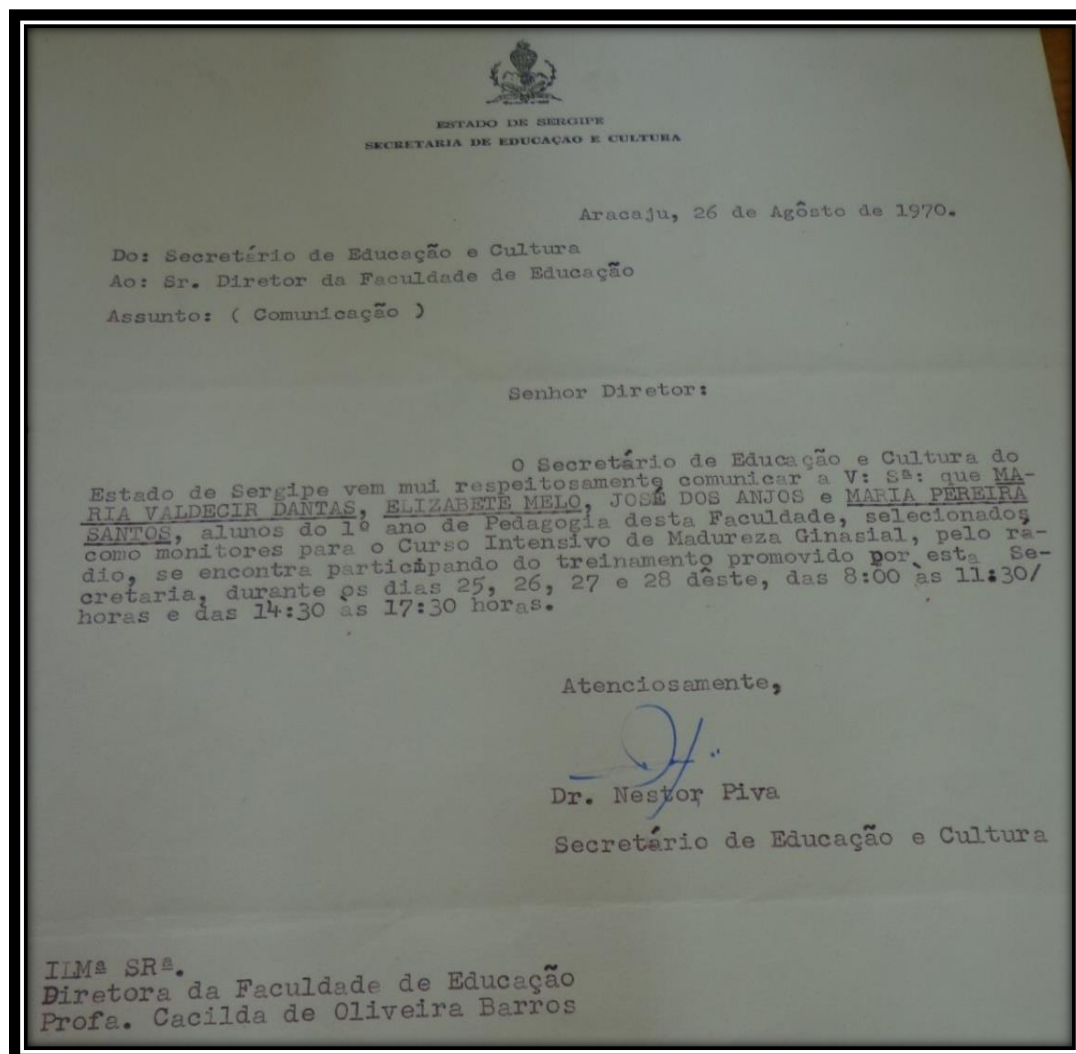
Os monitores também esclareciam dúvidas e promoviam debates acerca dos assuntos propostos pelos professores-locutores, associando o conteúdo a realidade dos estudantes. Dessa forma, os alunos frequentavam diariamente os rádiopostos, sob a supervisão de um monitor para acompanhar as rádioaulas e desenvolver as atividades dos fascículos distribuídos pelo programa. A transmissão via rádio ocorria à noite, das 20:00 às 20:30, mas após as aulas os alunos permaneciam nos postos até às 22:00 horas para a resolução e correção das atividades, como narra a ex-coordenadora do Projeto Minerva nacional, Marlene Bois:

Aquele monitor era orientado a aplicar, sempre que possível, os conhecimentos abordados no curso à realidade onde o aluno vivia. [...]A dinâmica era a seguinte: o aluno chegava às sete e meia, lia o conteúdo da aula, ele sabia qual era a aula, tinha o mapa de que aula ia ouvir; das 8 às 8:30, ele ouvia a aula, depois ficava para trabalhar os conteúdos e os exercícios que estavam no fascículo. Nós estávamos garantindo qualidade da informação, porque nós não tínhamos professores formados no Brasil inteiro em número suficiente. (BLOIS, s/d, s/p).

Desta forma, a atuação dos monitores de Pedagogia era indispensável ao programa, devido a sua mediação entre as aulas, desenvolvidas via rádio e fascículos, e os alunos. O objetivo era prepará-los para realizar os exames supletivos ao final do curso, caso aprovado recebiam o diploma de conclusão do ensino de 1º ou 2º graus.

Para utilizar os recursos disponíveis nos rádiopostos e o material de apoio, acadêmicos participavam de cursos de treinamento promovidos pela coordenação estadual do Projeto Minerva, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. Estudantes de Pedagogia integravam ao programa, ainda no 1º ano do curso, como ocorreu com quatro alunos da turma de 1970²⁵⁵.

Figura 39 - Treinamento de alunos do curso de Pedagogia para atuar no Projeto Minerva (1970)



Fonte: Comunicado do Secretário de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, Nestor Piva.
Acervo: Arquivo Central da UFS.

²⁵⁵ Maria Valdecir Dantas, Elizabete Melo, José dos Anjos e Maria Pereira Santos.

Outros estudantes de Pedagogia, também atuaram como monitores do Projeto Minerva ainda no primeiro ano da graduação. Isso ocorria, sobretudo, devido a ampliação do campo de atuação do curso, após a regulamentação definida pelo Parecer CEF nº 252/69, e o pequeno número de profissionais formados na área:

Visto pelo lado prático da profissionalização, naquele momento histórico, o Curso de Pedagogia era um curso bem reconhecido, tinha pouco tempo de existência, no estado, portanto, com poucos professores graduados na área. Tanto que éramos absorvidos pelo mercado de trabalho, ainda como alunos. Muitos de nós saíamos do Curso com o emprego certo. Os estágios ajudavam a fazer contratos temporários, e, os concursos eram mais frequentes pela escassez de profissionais, com grau em Pedagogia. No 2º semestre, de 1973 fui selecionada para monitora do Projeto Minerva, do Ensino Supletivo, e posteriormente, trabalhei no Ensino Supletivo na parte de Exames. Havia facilidade para trabalhar nos programas do governo. (LIMA, 2015, s/p).

Para a formação dos monitores também eram realizados encontros e congressos pela direção nacional a fim de promover a atualização das equipes locais e obter informações a respeito do andamento do Minerva no Estado. Os coordenadores e supervisores estaduais orientavam permanentemente os monitores na aplicação do projeto, pois esses ficavam responsáveis pelos rádiopostos e pela assistência pedagógica destinada aos alunos que os frequentavam:

Nós fizemos muitos encontros que chamávamos de Encontros Regionais do Minerva. Começamos com encontros nacionais que, em geral, eram aqui no Rio. Depois, passamos a promover os encontros regionais – reunimos o pessoal do nordeste, do sudeste, do sul, do norte e do centro-oeste, sempre numa capital da região. Chegamos também a fazer os encontros estaduais, até pela própria iniciativa das secretarias. Nós mandávamos um professor nosso para acompanhar e ajudar a organizar o evento. Fazíamos isso antes de cada novo lançamento dos cursos e quando o curso já estava pela metade ou mais. (BLOIS, s/d, s/p).

Dessa forma, o Projeto Minerva nacional em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, disponibilizava os rádiopostos, a transmissão das aulas, os fascículos e a presença diária do monitor, na capital e nos municípios sergipanos, para oportunizar o ensino de jovens e adultos. Nesse contexto, o egresso do curso de Pedagogia, José dos Anjos, narrou as contribuições do programa em Sergipe, destacando a formação de policiais militares e de presidiários que não tiveram acesso à escola durante a infância e juventude:

Marta Cruz foi uma das pioneiras do projeto Minerva aqui em Sergipe e eu era monitor do curso ainda como estudante de Pedagogia, e a gente deu uma contribuição muito forte na qualificação de muitos soldados que não sabiam nem assinar o nome. Para a polícia, o projeto Minerva teve essa contribuição, inclusive nos presídios, é porque essa história não foi contada, mas o curso do Minerva alcançou, naquela época, até os presídios. Os policiais que prestavam serviços nos presídios também vinham para o prédio da Polícia Militar aqui no Quartel Central para ter aulas que eram realizadas a noite. Na época eu era monitor, o termo era esse, monitor do projeto Minerva, e recebi inclusive remuneração. (ANJOS, 2015, s/p).

Nesse sentido, podemos observar as particularidades e as contribuições dos programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos para a implantação do projeto desenvolvimentista e modernizador daquele período. Apesar das falhas e críticas direcionadas aos projetos da Cruzada ABC, MOBRAL e Minerva, desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70 do século XX no Brasil, é necessário ressaltar a importância de tais iniciativas para a construção do modelo de nação planejada pelo Governo Civil-Militar (1964-1985).

Dentre as principais preocupações e questões a serem priorizadas para a implantação do novo projeto, estava o combate ao analfabetismo e a formação de mão de obra qualificada:

A utilização de todos os instrumentos à mão para melhorar a política educacional na área do ensino primário e da alfabetização de adultos foi preconizada pelo Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho, que divulgou seu plano de ação para o ano de 1970 naquela pasta. O Ministro Jarbas Passarinho diante da qualificação deplorável da mão-de-obra brasileira, tornam-se imperiosos o aumento dos índices de escolarização na faixa etária dos 7 aos 14 anos e o combate radical ao analfabetismo, visando em 1972, a sua redução de 19 para 10 milhões. [...] A redução que se propõe fazer o Ministro da Educação, em dois anos – de 19 para 10 milhões de analfabetos – surpreendeu aos técnicos daquele Ministério, que vêem na decisão “uma firme vontade de produzir uma dinamização violenta no processo educacional do país. (GAZETA DE SERGIPE, 13/01/1970).

Diante dessa iniciativa, estudantes de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe foram requisitados para participar da implantação e funcionamento dos projetos referentes ao processo de alfabetização e o ensino de 1º e 2º graus de jovens e adultos. No que se refere ao Minerva, a ex-coordenadora Marta Vieira Cruz, ressaltou a importância deste programa na formação profissional de ex-alunos do referido curso:

Destaque importante foi a contribuição do Projeto Minerva para a formação de profissionais da mais alta competência no cenário sergipano em várias áreas do conhecimento. A saber: Dr. Evandro de Sena e Silva (Medicina), Tereza Souza Cruz (Geografia), Dilma Maria Andrade de Oliveira (Pedagogia), Maria de Fátima Monte Lima (Pedagogia), Diná Andrade (Serviço Social), Diana Andrade (Medicina), José dos Anjos (Pedagogia), entre outros. (CRUZ, 2015, s/p).

No âmbito local, esses programas representavam para muitos sergipanos o único acesso à escolarização, especialmente, para os moradores de bairros pobres, pequenas cidades e povoados que não possuíam escolas.

O envolvimento dos acadêmicos nessas campanhas, possibilitou contribuições para a própria formação profissional, experiência remunerada enquanto estudante, e a oportunidade de ocupar diferentes áreas do campo educacional sergipano. Além disso, favoreceu a atuação em programas oficiais do governo e a permanência nesses órgãos, mesmo após a conclusão do curso.

4.3 – O EXERCÍCIO DOCENTE DOS LICENCIADOS: PROFESSORES DO CURSO NORMAL E DA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO (HEM)

Entre meados da década de 60 e início da década de 70 do século XX reformas educacionais foram planejadas para atender a todos os níveis de ensino, do primário ao superior. A mobilização do Governo Federal em efetuar tais mudanças foi despertada pelas reivindicações estudantis e pela necessidade de adequar o programa educacional ao seu projeto político modernizador e desenvolvimentista.

No que se refere ao ensino superior, Motta (2014) ressaltou o esforço do Governo Civil Militar para aplacar os descontentes e seduzir as elites intelectuais, destacando as medidas contraditórias do plano modernizador-autoritário. Segundo esse autor, as políticas estatais para esse nível de ensino foram elaboradas com estratégias de moderação, pois as relações da ditadura com o meio acadêmico não foram permeadas somente do autoritarismo, mas também dos “jogos de acomodação”. Esta flexibilidade derivou-se da própria estrutura política do regime, a qual desfrutava da aproximação de

grupos ideologicamente distintos e, conseqüentemente, das pressões exercidas por eles para atender a interesses diversos²⁵⁶.

No seu estudo, Motta (2014) acrescenta que o governo da época apropriou-se do projeto de reforma universitária reivindicada pela classe estudantil e planejada pelo grupo político pré-64, os quais defendiam, dentre outras iniciativas, a democratização do acesso às faculdades, criação da carreira docente, aumento do número de cursos e vagas, fomento à pesquisa e à extensão, criação de cursos de pós-graduação e dedicação de tempo integral dos professores.

Em Suma o projeto modernizador-autoritário conduzido pelos militares e seus aliados civis se inscreveu na cultura política do país, que é propícia à flexibilidade, a jogos de acomodação e a práticas ambíguas, principalmente como estratégia para evitar grandes conflitos sociais e para excluir os setores subalternos. Ele foi um experimento paradoxal, que aliou modernização e conservação, repressão e acomodação, violência e negociação. Inevitavelmente, os resultados desse processo trouxeram também as marcas da ambigüidade: ao mesmo passo em que consolidaram disparidades sociais e regionais e intensificaram relações de poder autoritárias, lançaram as bases para a criação de instituições de ensino superior e de pesquisa úteis ao desenvolvimento do país. (MOTTA, 2014, p. 355).

Dessa forma, compreendemos que o governo ditatorial (1964-1985) não foi constituído somente por militares, uma vez que aliados civis participaram ativamente da elaboração e implantação de projetos durante aquele regime. Além disso, muitas decisões foram tomadas mediante acordos e divergências entre os diferentes grupos que permeavam militares e civis.

Apesar de compreender que a intervenção política dos grupos militares era mais evidente, verificamos que as medidas adotadas para a reformulação do ensino também estavam associadas aos acordos e disputas, a fim de atender às demandas dos estudantes, professores e Governo. Esta disposição refletiu nas deliberações acerca das políticas educacionais do país, mediante leis e decretos.

Nesse sentido, a legislação associada ao ensino de 1º e 2º graus²⁵⁷ também foi construída a partir dos anseios de diferentes grupos, pois o Governo entendia que era

²⁵⁶ Segundo Motta (2014), a flexibilidade e a acomodação contribuíram para que os agentes do Governo Civil Militar saíssem do poder sem julgamentos ou punições. No entanto, vale ressaltar que em Sergipe muitos desses agentes não saíram do poder, e permanecem atuando politicamente até os dias atuais.

²⁵⁷ De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, a proposta do anteprojeto era promover a atualização e expansão do ensino, considerando as diferenças regionais e a

necessário garantir legitimidade ao projeto para ser implantado com a mínima resistência. Para isso, algumas estratégias foram utilizadas a fim de facilitar a adesão de estudantes e professores à reforma do ensino, a exemplo do envio do anteprojeto de lei aos conselhos estaduais de educação, a promoção de debates com estudantes universitários e o uso da imprensa como um importante meio de divulgação e discussão dos trabalhos.

No caso da implantação da Lei 5.692/71, apesar de vir de um regime ditatorial, centralizador verifica-se que, para implantá-la, usou-se de várias estratégias, conferindo grandes espaços às negociações, a articulação com diferentes grupos, com distintos interesses, por saber que o sucesso da reforma, especialmente no âmbito da formação de professores, também precisava se apresentar como a implantação de uma nova ordem. Essas estratégias ficam evidentes na formação do GT responsável pela composição das linhas gerais do que veio a ser a Lei 5692/71 [...]. (FRANKFURT, 2011, p. 202).

O investimento para legitimar a reforma mediante o argumento da consulta pública era a estratégia mais eficaz do Governo para convencer a população sobre os encaminhamentos que se pretendia dar à educação e implantar seu projeto com o mínimo de desgaste político. No entanto, a autonomia nas discussões e sugestões não significava uma construção democrática, visto que as deliberações apresentadas no anteprojeto de lei passavam pelo crivo do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho²⁵⁸, e dos integrantes do Conselho Federal da Educação²⁵⁹:

Percebe-se, assim, que a metodologia utilizada pelos membros do GT não se limitava à elaboração de uma proposta técnica para o ensino de 1º e 2º graus, mas contemplava também posturas políticas, a fim de preparar a opinião pública para receber favoravelmente as medidas a serem implantadas, não como uma imposição do governo, mas como uma necessidade reconhecida e clamada pela sociedade. (FRANKFURT, 2011, p. 97).

As leis nº. 5.540/68 e 5.692/71, implementadas durante o Governo Civil Militar (1964-1985), estabeleceram diretrizes para a organização e funcionamento do ensino,

qualidade do ensino. Para isso, a primeira decisão tomada pelo grupo foi a extinção do exame de admissão (FRANKFURT, 2011).

²⁵⁸ Dentre as recomendações do ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, estava a erradicação do analfabetismo, a extinção dos exames de admissão e a formação de mão de obra especializada para atender às necessidades sociais e econômicas dos estudantes e do país. Segundo Jarbas Passarinho, o Estado deveria promover iniciativas que corrigissem a desigualdade social e garantissem oportunidades aos trabalhadores e aos seus filhos, a partir do aumento da obrigatoriedade do ensino (7 a 14 anos), incentivo aos programas de alfabetização de adultos e a ênfase nas habilitações profissionais de 2º grau. (FRANKFURT, 2011).

²⁵⁹ Segundo Frankfurt (2011), o ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e integrantes do Conselho Federal de Educação sugeriram emendas ao anteprojeto.

respectivamente, do nível superior e das escolas de 1º e 2º graus²⁶⁰. Para legalizar suas ações políticas, outros instrumentos normativos foram instituídos, através de decretos-leis editados pelos presidentes da República, portarias ministeriais do MEC, além de pareceres, indicações e resoluções²⁶¹ aprovados pelo Conselho Federal de Educação. Este executava suas atribuições legais da seguinte maneira:

Pareceres são proposições em que as Câmaras e as Comissões se pronunciam sobre a matéria a elas submetidas. As **indicações** são de iniciativa dos próprios conselheiros e, em muitos casos, vêm acompanhadas de propostas de resolução. As **resoluções** aprovadas pelo plenário do Conselho são atos de caráter normativo firmados pelo presidente. (FERREIRA, 1990, p. 127).

Em Sergipe, tais diretrizes possibilitaram a ampliação no número de escolas e vagas, permitindo aos estudantes um maior acesso aos diferentes níveis de ensino²⁶². Para isso, cursos destinados à formação dos professores passaram a ser realizados com maior frequência na capital e no interior, em parceria entre a Secretaria Estadual de Educação, o Ministério da Educação e Cultura²⁶³ e a Universidade Federal de Sergipe.

Dessa forma, empenhado em garantir a formação de dirigentes e técnicos para contribuir com o projeto modernizador e desenvolvimentista do país, o Governo Civil Militar investiu na ampliação de escolas e no corpo docente. No que se refere a este último, o Governo intensificou a valorização profissional e sua formação, por meio da implementação de programas de ensino, a obrigatoriedade de concursos, planos de carreira, piso salarial, cursos de aperfeiçoamento e dedicação de tempo integral. Ao reiterar legalmente essas vantagens, os professores licenciados pela Faculdade de

²⁶⁰ O ensino primário na lei nº. 4.024/61 era formado de quatro séries anuais, e o ensino médio compreendia dois ciclos: ginásial de quatro séries e colegial de três anos. Na lei 5.692/71 unem-se o primário e o ginásio, formando o ensino de 1º grau (1ª a 8ª série), e o 2º grau substituiu o antigo colegial. Portanto, no decorrer do trabalho também se utilizam os termos 1º e 2º graus.

²⁶¹ Os pareceres do CFE procuravam assegurar a lei, complementando seus artigos quando estes eram considerados passíveis de errôneas interpretações.

²⁶² Durante a década de 70 do século XX, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, detentora da maior rede de ensino de Sergipe, ampliou o número de escolas e matrículas. Para isso, além de construir unidades de ensino, como o Colégio Leite Neto (1969), Castelo Branco (1970), Costa e Silva (1970), Batistão (1970) John Kenedy (1972), Leandro Maciel (1972), Médici (1974); alugou e comprou instituições particulares, a exemplo do Colégio Tobias Barreto (1976), Walter Franco (1972) e Nossa Senhora de Lourdes (1974).

²⁶³ Especialmente, através de órgãos como INEP, Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e Inspeção Seccional do Ensino Secundário. Também havia convênios com agências internacionais, como a United States Agency for International Development (USAID) e International Bank for Reconstruction and Development (BIRD).

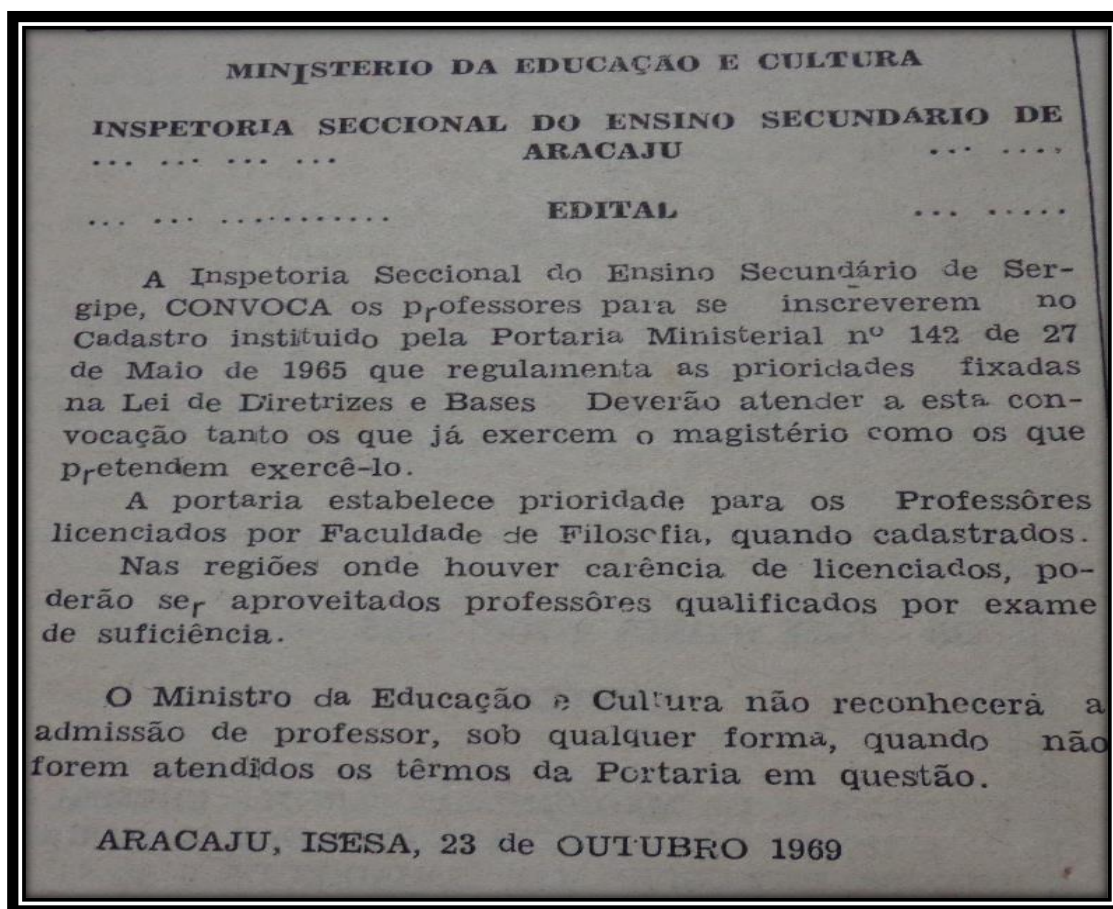
Filosofia passaram a reivindicar seus direitos, mediante a Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Seção Sergipe,

Professores licenciados pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Sergipe reuniram-se no início da semana, para debaterem o problema da prioridade para a admissão de professores por parte dos ginásios da capital, que estão preterindo os professores licenciados, em favor dos que realizaram o curso da CADES. Os professores pretendem ir a Seccional e ao Secretário de Educação para debaterem o problema, e no momento realizam pesquisas para saber realmente quantos professores licenciados pela FFUFS²⁶⁴ estão sendo aproveitados. [...] Segundo os formandos em Filosofia, o aproveitamento de pessoal recentemente licenciado pela CADES, é feito por razões de economia por parte dos diretores de estabelecimentos de ensino, que preferem estes últimos contratando-os por preço mais acessível. [...] Os problemas se estende também aos acadêmicos da Faculdade de Filosofia – em número de 100 nos diversos institutos – que também reivindicam a prioridade na contratação para o professorado nos ginásios oficiais e particulares. (DIÁRIO DE ARACAJU, 08/03/69).

Diante das reivindicações acerca da prioridade no exercício docente do ensino médio, a Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Aracaju, órgão representante do MEC em Sergipe, precisou posicionar-se acerca do assunto, saindo em defesa dos professores diplomados pelas FAFIs, devido à determinação da Portaria Ministerial nº 142, de 27 de maio de 1965²⁶⁵.

²⁶⁴ O jornal Diário de Aracaju (08/03/69) utilizou a sigla FFUFS para referir-se à Faculdade de Filosofia da UFS.

²⁶⁵ Os professores habilitados pelos exames da CADES podiam atuar em colégios do ensino médio, desde que houvesse vagas e a ausência do professor formado pela Faculdade Católica de Filosofia para lecionar.

Figura 40 - Comunicado da Inspetoria Seccional de Sergipe (1969)

Fonte: Diário de Aracaju, 24/08/1969. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na prática, professores licenciados pela Faculdade Católica de Filosofia e, posteriormente, pela Faculdade de Educação da UFS, empenharam-se para conquistar a autoridade sobre os direitos garantidos legalmente e serem incorporados profissionalmente nas instituições de ensino²⁶⁶ e nos órgãos administrativos da área educacional. A mobilização mediante campanhas na imprensa e o apoio de professores da Faculdade de Filosofia²⁶⁷, foram um importante recurso utilizado nesse processo de legitimação²⁶⁸.

²⁶⁶ Pela análise compreende-se que os professores “licenciados” exerciam suas atividades em escolas, mas não havia a prioridade da docência, o que desprestigiava o grupo.

²⁶⁷ Os professores da Faculdade de Filosofia exerciam autoridade no campo educacional e político, inclusive possuíam cargos de gestão nos órgãos de Educação, tanto do Governo Federal quanto do Estadual.

²⁶⁸ O movimento produziu efeitos positivos para a categoria, sobretudo com relação à admissão dos licenciados e a realização de concursos destinados à estabilidade de professores e especialistas interessados em atuar nas escolas e órgãos oficiais do Estado. No entanto, a cultura do “pistolão” permaneceu durante a década de 70 do século XX.

Ao mesmo tempo iniciamos uma campanha junto as autoridades e à imprensa no sentido de que se cumpra as portarias do Sr. Ministro da Educação e do Sr. Diretor de Ensino Secundário dando prioridade ao licenciado nas funções magisteriais. [...] Fizemos entrega ao Sr. Governador do Estado de um abaixo assinado contendo setenta e cinco assinaturas, solicitando o cumprimento das ditas portarias e fazendo sentir a situação de desprestígio do licenciado, igualado aquele que apenas recebeu uma simples autorização da Inspetoria Seccional para lecionar. (A CRUZADA, 05/04/69).

Para Nunes (1969), o prestígio do exercício docente nas escolas de nível médio não era o mesmo após a década de 50 do século XX²⁶⁹, pois a prática da docência nessas instituições de ensino não se restringia prioritariamente aos professores com elevada formação acadêmica e notoriedade intelectual. Segundo ela, a contratação do corpo docente era mediada, sobretudo, por indicação política, permitindo o ingresso de estudantes universitários sem compromisso com o magistério e profissionais liberais sem preparo didático para lecionar:

O magistério secundário ao qual pertencia a elite intelectual sergipana se foi esvaziando. Só permaneceram alguns idealistas. Afinal chegamos aos dias atuais em meio a uma situação caótica quando o magistério é apenas um “bico”²⁷⁰ que serve de complementação ao orçamento. Domina a improvisação com profundas repercussões na formação da juventude, despreparada para enfrentar os vestibulares ou os concursos que surgem. (A CRUZADA, 01/11/69).

A professora Maria Thétis Nunes, titular da disciplina Cultura Brasileira do curso de Pedagogia da UFS, participou do movimento dos licenciados da FAFI, publicando várias matérias nos jornais sergipanos com o objetivo de criticar essa prática, divulgar a prioridade legal dos diplomados na regência de aulas do ensino médio, mobilizar os docentes e pressionar as autoridades políticas ao cumprimento da lei:

²⁶⁹ A partir de 1948, com a criação das instituições de nível superior, muitos intelectuais passaram a atuar nas faculdades.

²⁷⁰ Em 1968, a autora já havia publicado uma matéria denunciando o descaso com o exercício docente, utilizando pela primeira vez a expressão “bico”: “O interessante - ou desinteressante – é que a maioria desses últimos não se constitui dos verdadeiros profissionais do magistério. São professores eventuais, entrosados com maior frequência no ensino médio, que dão aulas para fazerem “bicos”, pois se dedicam evidentemente com maior interesse a outras profissões mais rendosas. Alguns deles são bacharéis, altos funcionários do Governo, médicos, deputados e até fazendeiros, que cavaram uma nomeação para ensinar quando era mais pobre, ou mesmo recentemente, a fim de vencer mais uns cruzeiros para suas despesas” (DIÁRIO DE ARACAJU, 15/03/68).

Nós somos contra o curso da C.A.D.E.S. Através de experiência pessoal como professora de muitos deles realizados em diversas capitais do Brasil, conhecemos sua utilidade para aquelas localidades onde não existem egressos das Faculdades de Filosofia. Mas onde elas existem, seus alunos tem o direito garantido pela legislação vigente. [...] É imprescindível e urgente que entre nós se “profissionalize” o professor como vem fazendo nos demais estados brasileiros, porque a Medicina, a Engenharia, a Advocacia, a Assistência Social, por exemplo, só podem ser exercidos por egressos das respectivas Faculdades, enquanto o professor secundário pode ser qualquer leigo apesar da existência entre nós, há 18 anos, de uma Faculdade especializada²⁷¹, atualmente integrada na Universidade e gozando dos mesmos direitos das demais? (A CRUZADA, 15/03/1969).

Apesar da Faculdade Católica de Filosofia licenciar professores desde 1954, a primeira turma de Pedagogia formou-se apenas em 1971, devido ao atraso na instalação do curso. Nesse processo, acadêmicos enfrentaram resistência para lecionar nas disciplinas pedagógicas do Instituto de Educação Rui Barbosa²⁷², mesmo compreendendo um espaço legalmente definido para a atuação dos licenciados em Pedagogia desde 1939, como retrata esta ex-aluna:

Então, pela lógica, teríamos que ir para a Escola Normal, porque era o órgão do Estado que tinha os cursos pedagógicos, e aí chamávamos esse pessoal que já tinham esses cursos para também fazer o Adicional. Mas, devido a alguns problemas políticos, não foi possível realizar o curso Adicional lá [...]. Quando nossa turma começou a ocupar espaço, isso amedrontou muitos professores que já atuavam e não tinham formação superior, principalmente da Escola Normal. Mas a diretora da época era uma ótima profissional e as professoras que já atuavam lá faziam um trabalho belíssimo na escola. (LAGO, 2015, s/p).

Tal divergência foi motivada pelo fato de o Instituto de Educação Rui Barbosa ter sido, desde sua criação, reduto de diferentes profissionais liberais e por ter conservado até a década de 60 do século XX um corpo docente formado, especialmente, por padres, engenheiros, professores habilitados pela CADES, médicos e bacharéis em Direito. Entretanto, diante da implantação do curso de Pedagogia em 1968 e da prioridade legal dos seus estudantes na docência daquela unidade de ensino, iniciou-se uma campanha de regulamentação mediante as reivindicações da Associação dos Professores Licenciados:

²⁷¹ A professora Maria Thétis Nunes se refere à Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

²⁷² Também conhecida como Escola Normal.

Na última quinta-feira, o Sr. Secretário ainda convidou o Diretório da Associação, para com ele, estudar a situação dos professores da Escola Normal, conforme relação enviada à Secretaria pela sua Diretoria, a fim de que sejam feitas as possíveis substituições de professores apenas autorizados (CADES), pelos licenciados. Achamos que a atitude do Sr. Secretário demonstra zelo pela causa da Educação. E nós, prontos a colaborar, daremos a esta causa, o máximo de nós mesmo. Este é o pensamento da Diretoria da Associação dos Professores Licenciados de Sergipe. Nesta hora em que todas as profissões se impõem, em que o técnico é valorizado, nós, “técnicos” da engenharia humana, não poderíamos deixar de exigir o nosso lugar ao sol, já que para isso trabalhamos. (A CRUZADA, 05/04/69).

Dessa forma, a atenção das autoridades políticas dedicada à causa dos licenciados gerou um desconforto entre os professores que já atuavam no Instituto de Educação e não tinham a formação superior em Pedagogia para permanecer lecionando. Tais disputas foram divulgadas publicamente por meio da imprensa, que também tratou de harmonizá-las imediatamente:

Estivemos em visita de cordialidade no Colégio Jackson de Figueiredo, no Ginásio Pio X, no Instituto de Educação Rui Barbosa e no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Estas foram algumas das visitas que havíamos programado fazer aos Diretores de Estabelecimentos de Ensino Médio da Capital, numa tentativa de entrosá-los com os objetivos e fins da nossa Associação. No Instituto de Educação Rui Barbosa aproveitamos da oportunidade para esclarecer à ilustre Diretora o mal entendido que havia surgido em virtude de uma nota do Jornal Diário de Aracaju sem que a Associação tivesse fornecido qualquer informação ou autorização para tal. D. Maria das Graças sensibilizada, levou-nos a visitar toda a Escola em funcionamento num clima de muita ordem e solidariedade [...]. (A CRUZADA, 19/04/69).

Na oportunidade, professores que lecionavam no curso Pedagógico do Instituto de Educação Rui Barbosa e não tinham diplomas de nível superior foram sendo substituídos paulatinamente. O aumento no número de turmas decorrente da ampliação do prédio em 1968 e a necessidade de substituir professores afastados e/ou em processo de aposentadoria facilitaram o ingresso dos licenciados em Pedagogia e a aquisição de prestígio perante a instituição.

A partir do segundo ano de faculdade a lei dava o direito de ter o título precário de professor, então enquanto estudante universitário, você já podia ser professor porque não havia professor suficiente para lecionar. Então, quando eu estava no 4º ano, fiz meu cadastro na DEA e fui selecionada para ensinar Sociologia, substituindo o professor Joviniano, porque ele era professor da Universidade Federal, do curso de Direito, e era catedrático da Escola Normal na área de Sociologia. Então, ele havia se aposentado e eu o substituí. (VIEIRA, 2015, s/p).

Apesar das divergências e disputas para assumir a docência no Instituto de Educação Rui Barbosa, os acadêmicos e diplomados do curso de Pedagogia da UFS não apresentaram dificuldades para ingressar profissionalmente no campo educacional sergipano. Inclusive, convites foram destinados aos estudantes e egressos para lecionar nos demais cursos pedagógicos da capital, ofertados no Colégio Patrocínio de São José, Instituto Dom Jose Tomaz, Colégio Pio Décimo, Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Colégio Tiradentes²⁷³.

Após a implantação da Lei nº. 5.692 de 1971, o campo de atuação dos licenciados em Pedagogia expandiu-se, pois, a obrigatoriedade das habilitações profissionais no ensino do 2º grau, sendo o Magistério uma delas²⁷⁴, proporcionou o crescimento do número de instituições destinadas a atender a essa nova política de formação docente. Em Sergipe, licenciados em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe foram convidados pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC) para implantar as escolas experimentais dessa habilitação e lecionar nos cursos.

Quando nós formamos em 72, fomos para o Colégio Arício Fortes, Lucinha como diretora, porque havia feito Administração Escolar. Em 1971, saiu a Lei nº. 5.692, então essa lei criou o 1º e o 2º graus, e os professores do curso Normal poderiam fazer mais um ano, que seria o 4º ano, o qual chamava de curso Adicional que dava direito a elas de ensinar a 5ª e a 6ª séries do 1º grau. Então, para ensinar a esses professores da 5ª e 6ª séries do 1º grau teria que ser nós, que éramos pedagogos [...]. Como tinham criado o Arício Fortes, uma escola novinha, então passou a ter o curso Pedagógico de 2º grau. Em vez de ser de 1º grau, ele era como um laboratório onde funcionavam os três turnos e tinha o Adicional, no turno da noite. Aí quem não tinha vínculo com a Escola Normal foi trabalhar no Arício Fortes. Fomos eu, Edmar, Lucinha e Aninha²⁷⁵, que era a orientadora educacional. O Arício Fortes foi implantado como mandava o figurino: a Lei nº. 5.692. (LAGO, 2015, s/p).

A Lei nº. 5.692/71, ao estabelecer a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos e extinguir o exame de admissão, que impedia uma parcela dos estudantes a prosseguir seus

²⁷³ O curso Normal do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, do Colégio Patrocínio São José e do Colégio Tiradentes haviam sido instalados, respectivamente, nos anos de 1932, 1949 e 1962.

²⁷⁴ O Parecer nº. 349/72 do CFE, aprovado em 6 de abril de 1972, organizou a Habilitação Específica para o Magistério (HEM) em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau, para ensinar as matérias de Comunicação e Expressão, Ciências ou Estudos Sociais. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial nas diferentes habilitações (BRASIL, 1972b).

²⁷⁵ A ex-aluna Lilian Leal do Lago se refere a Maria Lúcia Souza Ramos Berger (1968-71), Ana Maria Dantas Soares de Carvalho (1968-71) e Edmar Neris dos Santos (1969-1972).

estudos, proporcionou o aumento no número de escolas de 1º e 2º graus²⁷⁶ e intensificou a qualificação do corpo docente para atuar nessas instituições²⁷⁷. Diante disso, a mesma lei determinou que o curso de formação de professores primários ofertados, especialmente, nas Escolas Normais e Institutos Pedagógicos fosse ministrado nas escolas do 2º grau, como habilitação profissional²⁷⁸.

Assim as medidas e argumentos apresentados no relatório revelam que, além de não promover a ruptura na escolarização até os 14 anos, buscava-se expandir a formação de professores, especialmente no que se refere à formação média, para outras instituições de ensino, sem que fosse preciso estar restrita às escolas Normais. Com isso o intuito era aumentar o quantitativo formado. Pelos argumentos dos relatores verifica-se que a preocupação com o quantitativo não estava deslocada da preocupação com o qualitativo. (FRANKFURT, 2011, p. 113).

Diante desse novo arranjo na formação do professor primário, os profissionais de Pedagogia, que até então eram autorizados a lecionar no curso Normal, passaram a exercer sua docência nas disciplinas específicas da habilitação²⁷⁹. Neste caso, licenciados da primeira turma de Pedagogia da UFS, que haviam se formado em dezembro de 1971, passaram a atuar na instalação da Habilitação Específica para o Magistério (HEM), em nível de 2º grau, no ano seguinte²⁸⁰.

Antes de iniciar o processo de implantação nas escolas oficiais do Estado, a SEC/SE selecionou uma equipe constituída de diplomados e alunos de Pedagogia para elaborar um plano de trabalho. Na ocasião, integrantes desse grupo foram a Belo

²⁷⁶ De acordo com Nascimento (2005), no período que compreende os anos de 1964 a 1984, a oferta de vagas para o ensino público de primeiro grau havia crescido 156,16%, e o segundo grau experimentou um crescimento de 833,54%.

²⁷⁷ A intenção do ministro da Educação, Jarbas Passarinho, e do Grupo de Trabalho era reduzir a presença de professores leigos, especialmente no ensino primário. Para isso, era necessário garantir a formação e valorização do corpo docente.

²⁷⁸ Em Sergipe, a formação de professores em nível médio já era realizada em algumas escolas da capital e do interior, a exemplo, dos colégios São José, Nossa Senhora de Lourdes e Tiradentes, em Aracaju; e dos colégios Nossa Senhora das Graças e Sagrado Coração de Jesus, respectivamente, nos municípios de Propriá e Estância. Além disso, outros cursos profissionalizantes também já eram ofertados associados ao ensino médio, como o ensino agrícola, comercial e industrial.

²⁷⁹ De acordo com o Parecer 45/72 do CFE, as disciplinas específicas da habilitação, compreendiam: Os Fundamentos da Educação (Psicologia da Educação, Sociologia da Educação e História da Educação), Estrutura e Funcionamento de 1º Grau e Didática (incluindo Prática de Ensino). Já o núcleo comum do ensino de 2º grau era constituído pelas seguintes matérias: Comunicação e Expressão, Ciências, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso (facultativo) (BRASIL, 1972a).

²⁸⁰ As estudantes da primeira turma de licenciados de Pedagogia que atuaram na implantação da Habilitação Específica para o Magistério (HEM) em Sergipe foram: Evanda Maria dos Santos, Maria Lúcia Souza Ramos, Maria das Graças Tavares, Ester de Oliveira Souza, Lilian Leal do Lago, Judite Oliveira Aragão e Ana Maria Dantas Soares de Carvalho.

Horizonte participar de cursos sobre as diretrizes que regulamentavam a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus e a Habilitação Específica para o Magistério:

[...] Por outro lado a equipe que foi a Belo Horizonte treinar para a implantação da reforma do ensino de 2º grau nas escolas Normais de Aracaju está se reunindo diariamente na SEC para elaboração do Plano de Implantação, sob a coordenação da profª. Ester de Oliveira Souza. São coordenadores das áreas as professoras Aurita Vieira Donald, Ciências; Maria das Graças Tavares, Linguagem; Evanda Maria dos Santos, Matemática; Edmar Neves dos Santos, Estudos Sociais; e Maria Lúcia Souza Ramos, diretora do Plano de Implantação do Ensino Normal. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/04/72).

Além de criar escolas experimentais do Magistério e instalar a habilitação em escolas de 2º grau já existentes, esse grupo orientou a reformulação do Instituto de Educação Rui Barbosa e do Colégio Estadual Murilo Braga, os quais ofertavam o ensino Normal²⁸¹. Para o aprimoramento pedagógico desses cursos e do corpo docente eram realizadas reuniões periódicas com as pedagogas que atuavam nessas instituições.

Nesse caso, o atributo legal da docência conferido pelo curso de Pedagogia aos seus egressos autorizava-os a administrar e lecionar nas disciplinas específicas do Magistério em nível de 2º grau. No entanto, para o exercício profissional, era necessário o estudo contínuo, mediante a participação em cursos, congressos e encontros.

Segundo Bourdieu (2007) o diploma escolar é uma representação de um elevado poder simbólico, devido a disponibilidade de capital cultural e econômico. A obtenção do diploma, por definição, “fixa” as disposições dominantes. Trata-se de uma delegação simbólica que desapossa e separa os menos instruídos, em favor dos mais instruídos. No entanto, o autor ressalta que o acesso a formação e a aquisição de diplomas não garantem, necessariamente, igualdade social a todos.

A prática docente também exigia “legalmente” o certificado de registro de professor emitido pelo MEC, detalhando as disciplinas que poderiam ser ministradas por eles²⁸². A definição dessas matérias de ensino era de competência dos inspetores daquele órgão, os quais, após a análise do diploma e do histórico do curso de cada licenciado, emitiam seu parecer ao setor de representação do Ministério de Educação e Cultura, em

²⁸¹ Maria Lúcia Souza Ramos também contribuiu com a reformulação do curso Pedagógico ministrado na instituição particular Colégio Patrocínio de São José.

²⁸² De acordo com o Art. 40 da Lei nº. 5.692/71: “Será condição para exercício de magistério ou especialidade pedagógica o registro profissional, em órgão do Ministério da Educação e Cultura, dos titulares sujeitos à formação de grau superior” (BRASIL, 1971a).

Sergipe. Em caso favorável ao registro profissional, era providenciado o certificado em forma de carteira, como observado no modelo a seguir:

Figura 41 - Carteira de Registro de Professor – 1973 (frente e verso)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO
 Delegacia Regional (DR-8)
Certificado de Registro de Professor
 REGISTRO "L" - N.º 37.058 2ª via
 NOME Zenilde Soares Pinto
 CURSO Pedagogia - 1973
 ESCOLA Univ. Federal de Sergipe
 PROCESSO N.º 216/75

Habilitação	Grau
<u>Psicologia</u>	<u>2º</u>
<u>Sociologia</u>	<u>2º</u>
<u>Didática</u>	<u>2º</u>

Aracaju, 16 / 05 / 75
Celina Oliveira Lima
 Celina Oliveira Lima
 Rep. DR 8 - MEC -Sergipe

Fonte: Certificado de registro de professor. Acervo: particular de Zenilde Soares Pinto.

Contudo, o limitado número de licenciados do curso superior e a expansão das habilitações do Magistério nas escolas de 2º grau permitiam aos profissionais de Pedagogia lecionar nas demais disciplinas específicas da habilitação. A demanda também implicava a contratação de acadêmicos para suprir a ausência dos licenciados.

Com a formação no Curso de Pedagogia o Estado lhe designava para ensinar qualquer disciplina do curso Pedagógico. [...] Na época havia uma carteirinha que definia as disciplinas, mas não havia um rigor com relação a isso. Você podia ensinar qualquer disciplina; tinha a carteira definindo as disciplinas, mas isso não qualificava somente para a docência nelas. (ANDRADE, 2015, s/p).

Dessa forma, como a adesão ao ensino profissionalizante de 2º grau passou a ser obrigatória²⁸³, e também como as escolas públicas necessitavam de professores diplomados para ensinar, o Governo buscou aliar as necessidades locais às exigências da Reforma de 1971, instituindo a formação docente em unidades de ensino da capital e do interior. Nesse contexto, os profissionais de Pedagogia conquistaram prestígio perante o campo educacional, pois representavam os principais agentes dessa formação.

De acordo com Berger (1993), outro fator determinante para a implantação das habilitações do Magistério nas escolas sergipana estava associado ao pouco investimento financeiro que era necessário para o seu funcionamento.

Em Sergipe, a terceira etapa na história do ensino normal caracteriza-se pela proliferação de cursos que oferecem a habilitação em Magistério no estado, principalmente no interior, por não exigir grandes investimentos para sua implantação. Em 1978 existiam 49 unidades escolares que ofereciam o ensino profissionalizante, 20 das quais ofereciam habilitação em Magistério, sendo que quatro²⁸⁴ localizadas na capital. (BERGER, 1993, p. 228).

Esse pesquisador acrescentou que dentre as quatro escolas que ofertavam a Habilitação Específica do Magistério na capital, o Colégio Médici teve o curso estruturado com algumas características inovadoras, uma das quais, estava relacionada à presença da disciplina Prática de Ensino, nas três séries. Dilma Maria de Andrade, ex-aluna de Pedagogia, comentou sobre a qualidade do curso e sua participação na docência das disciplinas:

Eu sempre ensinei em escolas públicas. Lecionei na Escola Normal e no curso Pedagógico do Colégio Médici. Esse curso funcionou por algum tempo e era um bom curso. Mas a Escola Normal era o grande celeiro na formação de professores primários. Com muitos alunos, funcionava pela manhã, a tarde e à noite. Creio que nos primórdios do curso de Pedagogia da UFS, muitos alunos iniciaram sua formação profissional no IERB²⁸⁵. (ANDRADE, 2015, s/p).

²⁸³ De acordo com Valério (2007), um dos fatores que motivou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante estava associado à demanda de estudantes interessados nessa formação.

²⁸⁴ De acordo com o autor do estudo, as quatro escolas públicas da capital que possuíam a HEM, compreendiam: Escola Normal Rui Barbosa, Colégio Castelo Branco, Colégio Médici e o Colégio Arício Fortes.

²⁸⁵ A ex-aluna se refere ao Instituto de Educação Rui Barbosa (IERB).

Com a implantação das habilitações nas escolas do interior sergipano e a reformulação dos cursos existentes, licenciados em Pedagogia também passaram a atuar nesses municípios para ministrar as disciplinas específicas da formação especial. Judite de Oliveira Aragão, ex-aluna de Pedagogia, ensinou no Colégio Estadual de 2º grau Murilo Braga, localizado em Itabaiana, com o objetivo de capacitar professores para atuar naquela região:

Em 1969, eu comecei a dar aulas na Escola Normal como professora contratada, porque era contrato de 20 horas. Trabalhava também como professora efetiva do Município de Aracaju. Em 1970, pedi licença da Prefeitura de Aracaju, licença sem remuneração, e fui dar aulas no Curso Normal do Colégio Murilo Braga, em Itabaiana. Naquela época, o secretário de Educação estava retirando da rede os estudantes de outras áreas e professores sem formação superior, e colocando os alunos de Pedagogia da Universidade. Foi assim que surgiu a oportunidade de trabalhar lá. (ARAGÃO, 2015, s/p).

Apesar das críticas direcionadas à Habilitação Específica do Magistério de 2º grau²⁸⁶, faz-se necessário ressaltar a sua importância na formação de professores para atender à demanda escolar no âmbito local. Além de contribuir com a expansão do ensino, essa habilitação oportunizou aos seus concludentes a continuidade dos estudos por meio do ingresso em cursos superiores, especialmente o de Pedagogia²⁸⁷.

Os egressos das habilitações estruturadas em três anos letivos também podiam complementar por mais um ano sua formação docente através dos Estudos Adicionais. Esse curso havia sido criado pela Lei nº. 5.692/71 com a intenção de ampliar a atuação desses professores no ensino de 1º grau. No entendimento do Conselho Federal de Educação, esses estudos concediam aos professores primários a autorização para ensinar na 5ª e 6ª séries do 1º grau, a partir da complementação de disciplinas nas áreas de Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais.

Em Sergipe, acadêmicos e licenciados em Pedagogia participaram da implantação desses cursos e da docência em suas disciplinas pedagógicas. A primeira iniciativa foi realizada em 1971, pela Faculdade de Educação/UFS, em parceria com a SEC/SE, cujo

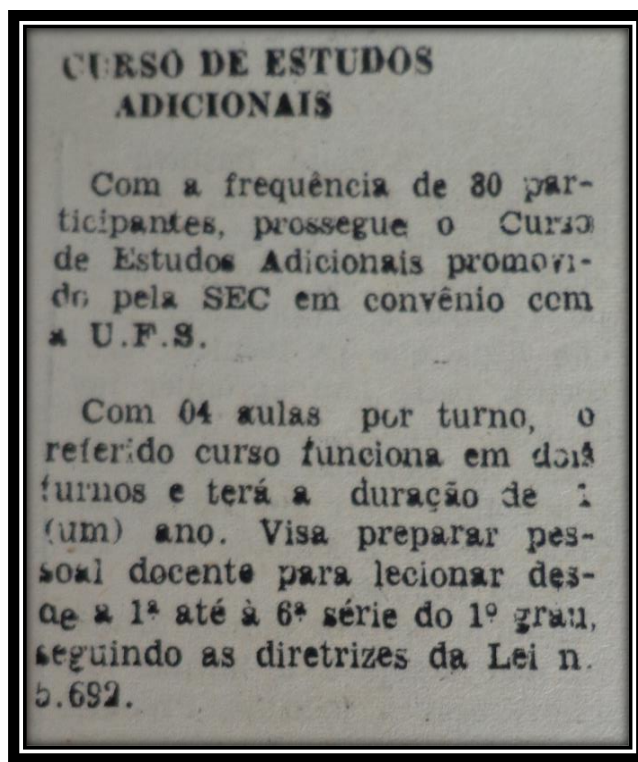
²⁸⁶ Para Tanuri (2000) e Savianni (1982), essa reestruturação do curso Normal descaracterizou e acarretou prejuízos à qualidade da formação docente. No entanto, para Frankfurt, essas críticas estão mais associadas à sua relação com o Governo Militar do que propriamente pela análise das práticas de formação instituídas com a Lei nº 5.692/71.

²⁸⁷ Era facultado aos egressos do ensino de 2º grau, formado em qualquer habilitação profissional, optar pelos diferentes cursos superiores.

objetivo era formar professores para atender à expansão e à melhoria do ensino de 1º grau da rede oficial do Estado²⁸⁸.

De acordo com a diretora da Faculdade, Cacilda de Oliveira Barros, e o secretário da Educação do Estado, João Cardoso Nascimento Junior²⁸⁹, essa disposição era transitória, apenas enquanto a FACED/UFS não formava todos os professores do Estado em nível superior. A execução do curso foi divulgada pela imprensa sergipana:

Figura 42 - Divulgação do curso de Estudos Adicionais (1972)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 06/04/1972.

Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

A participação dos pedagogos concentrava-se na docência das disciplinas pedagógicas do curso, a exemplo da Psicologia da Aprendizagem, Didática Geral, Estrutura e Funcionamento do Ensino e Metodologia do Ensino²⁹⁰. Esta última foi

²⁸⁸ O convênio entre a FACED/UFS e a SEC/SE foi firmado mediante resoluções do CONSU/UFS nº. 05/72 e do CEP/UFS nº. 32/72. Os cursos eram realizados no prédio da FACED/UFS, de segunda a sexta-feira no turno da tarde, e aos sábados pela manhã. Enquanto a Faculdade de Educação se responsabilizava pela organização pedagógica, recrutamento de professores e espaço físico, a SEC-SE disponibilizava os recursos financeiros necessários e o campo de estágio.

²⁸⁹ O professor João Cardoso Nascimento Júnior foi reitor da Universidade Federal de Sergipe entre os anos de 1968 a 1971, isso facilitava sua intermediação com professores da instituição (SILVEIRA, 2008).

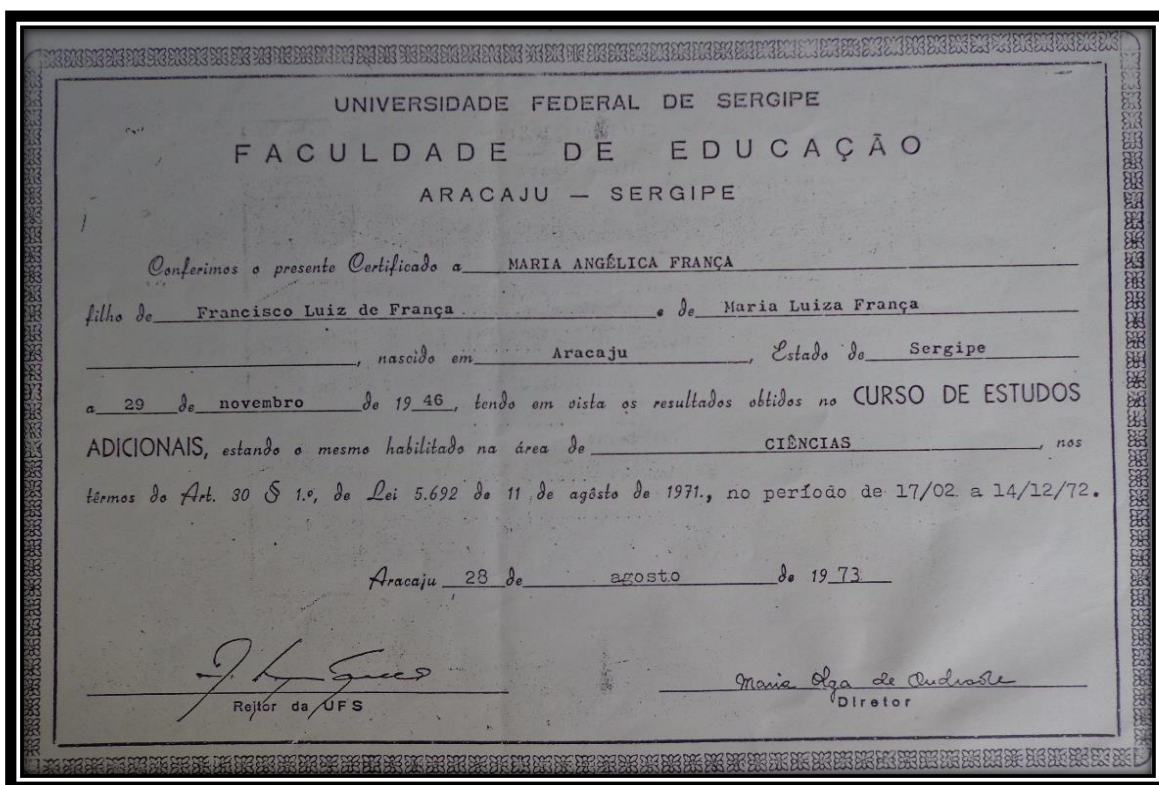
²⁹⁰ O currículo do curso compreendia disciplinas de conteúdo específico para cada área, disciplinas pedagógicas, Educação Moral e Cívica e as práticas de ensino. Nesse sentido, os diplomados em

lecionada pelo ex-acadêmico de Pedagogia José dos Anjos (1970-1973), quando este cursava o 5º período da graduação:

Durante o curso de pedagogia eu já dava aula na Pio X e no Colégio de Aplicação, lecionando nos cursos de formação do magistério. Na Rua de Campos, era destinado ao pessoal que havia estudado na escola Normal e que gostaria de ensinar até a 6º série. Então, para o pessoal ensinar até essa série era necessário concluir o curso de Estudos Adicionais, do qual participei lecionando, com outros colegas. (ANJOS, 2015, s/p).

Desse modo, o curso permitiu que professores habilitados para ensinar de 1ª a 4ª série (do 1º grau), os quais já atuavam nas escolas públicas do Estado, pudessem lecionar nas duas séries seguintes, mediante a escolha de uma das três áreas de ensino: Comunicação e Expressão, Ciências e Estudos Sociais. De acordo com a imagem a seguir, podemos verificar o certificado do citado curso emitido pela FAGED/UFS:

Figura 43 - Certificado do curso de Estudos Adicionais (1972)



Fonte: Certificado do curso de Estudos Adicionais, habilitação em Ciências – 1972.
Acervo: Arquivo do Departamento de Educação da UFS.

Pedagogia/UFS que lecionaram no curso, especialmente nas disciplinas pedagógicas, foram: Nádia Fraga Vilas-Bôas, Maria Cândida Aragão, Maria das Graças Tavares Barreto, Evanda Maria dos Santos e Gerson Vilas-Bôas. O acadêmico José dos Anjos (1970-1973) participou da docência da disciplina Metodologia e Prática de Ensino.

De acordo com a ex-aluna e ex-professora do curso de Pedagogia, Maria de Fátima Monte Lima, a articulação entre a UFS, estudantes de Pedagogia e a Secretaria de Educação buscava contribuir com a qualificação docente e a implantação de políticas educacionais que sinalizavam a expansão e a melhoria na qualidade do ensino no Estado²⁹¹.

A articulação entre a Secretaria de Educação e a Universidade Federal de Sergipe, era grande e promissora. Vários projetos foram desenvolvidos em parceria com as duas instituições. Tanto o Curso de Pedagogia, quanto os Cursos das Licenciaturas se beneficiaram com os estágios nas escolas públicas de 1º e 2º graus, facilitando o exercício docente do pedagogo em formação. [...] O Departamento de Educação, inclusive, se especializou tanto em programas de qualificação para professores do Estado, que pouco se destacava na produção científica, na área pedagógica. (LIMA, 2015, s/p).

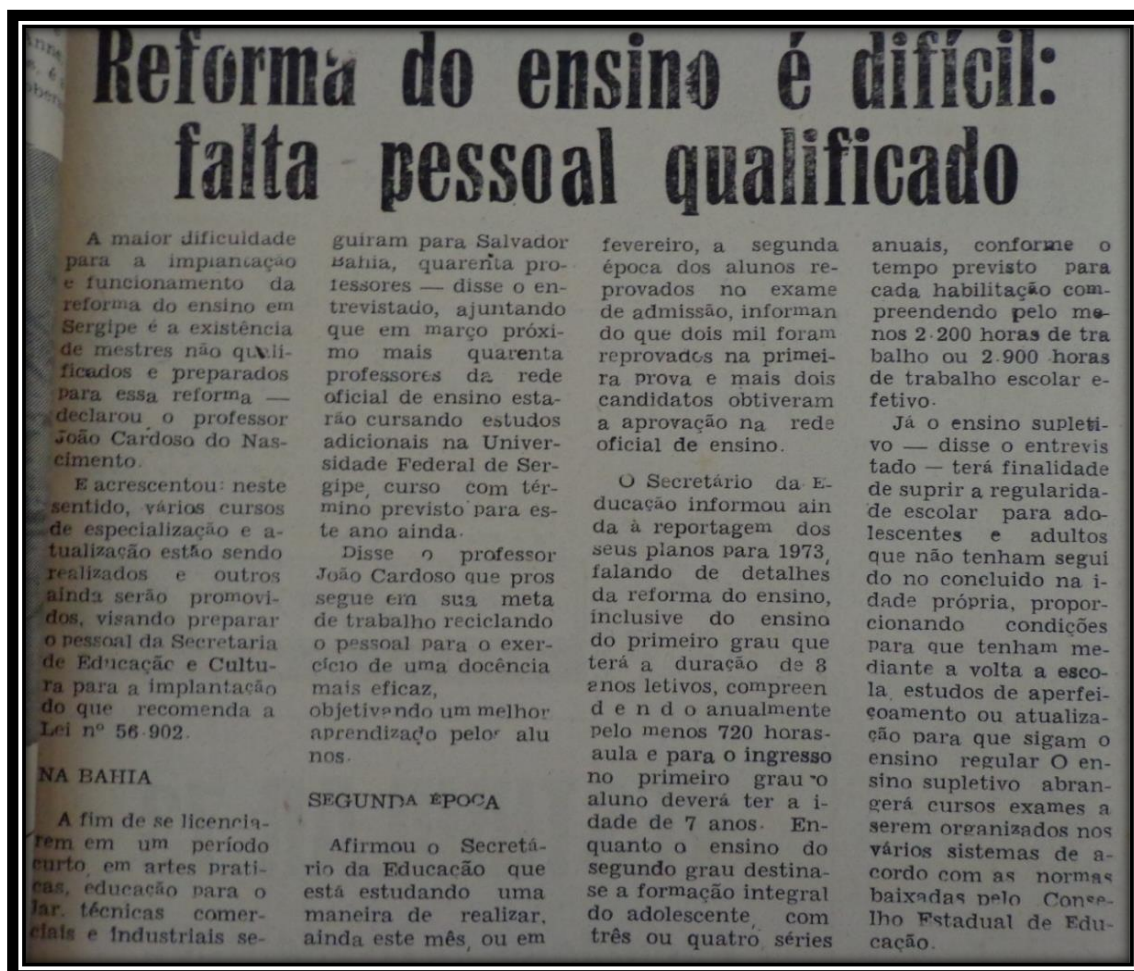
Após a primeira iniciativa realizada mediante convênio entre FAGED/UFS e SEC/SE (1972-1973), os cursos de Estudos Adicionais passaram a ser realizados nas escolas públicas e privadas, autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação. Na oportunidade, acadêmicos de Pedagogia também atuaram nas demais unidades de ensino:

Enquanto aluna, eu já trabalhava no SENAC, Escola Normal e no Instituto Dom José Tomaz [...]. No Instituto Dom José Tomaz eu gostava muito porque funcionava a noite, e era um pessoal muito comprometido. Na época, eu ensinava no Pedagógico e no Adicional. Você fazia o Pedagógico e se quisesse ensinar até a 6ª série, o Adicional te dava direito de lecionar na 5ª e 6ª série. (MELO, 2015, s/p).

A formação de professores para assumir a docência das escolas de 1º grau era indispensável a concretização do projeto educacional concebido pelos intelectuais do Conselho Federal de Educação, pois acreditavam que esse critério era decisivo para o desenvolvimento quantitativo e qualitativo da escola. No entanto, a presença de professores leigos ainda era um obstáculo ao funcionamento das instituições de ensino e a implantação das políticas educacionais do Governo.

²⁹¹ Essa tendência do curso de Pedagogia da UFS em priorizar a prestação de serviços para a qualificação docente e de técnicos em Educação implicou na limitação da produção científica, algo que seria superado a partir de 1980.

Figura 44 - Notícia sobre a falta de pessoal qualificado para a implantação da reforma do ensino



Fonte: jornal Gazeta de Sergipe, 05/01/1973. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Nesse sentido, acadêmicos e licenciados em Pedagogia passaram a ser referência no planejamento e implantação dos cursos de formação e qualificação docente em Sergipe. Esses profissionais também contribuíram com o estudo, elaboração e implantação de políticas educacionais que visavam atender a uma demanda daquele momento (melhoria e ampliação do ensino, formação de mão de obra, formação docente, entre outras). Convém frisar que essa necessidade não atendia somente a interesses de militares, mas também de diferentes grupos, dentre eles estudantes e professores.

Isso mostra que o projeto básico do Governo Civil Militar, o qual visava à formação de mão de obra (técnico e dirigentes) para a modernização e desenvolvimento do país, não estava dissociado da qualidade do ensino e da ampliação do acesso, especialmente das camadas pobres, pois, além de investir na criação de escolas, valorizou a formação do magistério.

4.4 – A DEDICAÇÃO ÀS HABILITAÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR, ORIENTADOR, ADMINISTRADOR E INSPETOR ESCOLAR

A reestruturação nacional do curso de Pedagogia aprovada em 1969 pelo Conselho Federal de Educação²⁹² permitiu aos seus licenciados e bacharéis transitarem em diferentes espaços do campo educacional, habilitando-os para atuar, respectivamente, nos cursos pedagógicos de formação de professores em nível de 2º grau e nas atividades de Supervisão Escolar, Administração Escolar, Orientação Educacional e Inspeção Escolar.

A finalidade em atender a uma demanda que ia além da sala de aula; proporcionou aos seus diplomados um amplo mercado de trabalho, maior reponsabilidade e poder. Nesse contexto, estudantes e licenciados em Pedagogia passaram a ocupar atividades docentes e cargos técnicos-administrativos dos órgãos educacionais do estado, participando na implantação de planejamentos do ensino, orientação pedagógica aos professores e alunos, realização de cursos e concursos para docentes, promoção de serviços especializados, levantamento de informações (pesquisas) e atividades de inspeção.

Dessa forma, os diplomados que egressaram da UFS entre os anos de 1971 a 1977 aproveitaram algumas vantagens de suas posições no campo educacional sergipano, em virtude da ampliação do perfil profissional do curso (docente e técnico), da carência de pedagogos no estado, pois eram os pioneiros nessa formação e da conquista de direitos, oriundos das reivindicações dos licenciados iniciadas ainda na década de 60 do século XX²⁹³.

Dentre os direitos conquistados no âmbito local, os egressos do curso de Pedagogia da UFS puderam desfrutar da criação dos cargos de Orientador Educacional, Técnico em Educação e Inspetor de Ensino²⁹⁴, em consequência da aprovação do Estatuto do Magistério do Ensino Médio de Sergipe, no ano de 1969. Tal documento havia sido elaborado pelo Grupo de Trabalho destinado a estudar a reformulação das normas

²⁹² De acordo com o parecer nº. 252/69 do Conselho Federal de Educação.

²⁹³ O curso de Pedagogia da UFS foi implantado em meio ao movimento de disputas e legitimação dos licenciados perante o campo educacional. As conquistas impulsionaram a absorção dos licenciados e bacharéis pelo campo educacional sergipano.

²⁹⁴ A função de inspetor de ensino era exercida pelos integrantes da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Aracaju (órgão vinculado ao MEC). Em 1973, quando foi extinta, parte de suas atividades de inspeção foram transferidas para a SEC/SE, sendo exercidas especialmente por estudantes e diplomados em Pedagogia.

técnicas e administrativas do ensino médio, constituído por representantes da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, da Associação dos Professores Licenciados do Brasil – Secção Sergipe, Faculdade de Educação da UFS e Conselho Estadual de Educação²⁹⁵.

A iniciativa de incorporar tais funções ao Estatuto ocorreu em virtude das reformulações curriculares e do perfil profissional que permeavam o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, naquele ano²⁹⁶. Além disso, a participação de professoras dessa graduação na composição do Grupo de Trabalho, a exemplo de Maria Thétis Nunes e Maria Olga de Andrade, foi fundamental para a inserção desses serviços²⁹⁷.

Em matéria publicada no jornal *A Cruzada*²⁹⁸, a professora Maria Olga de Andrade enfatizou a criação dos cargos e a necessidade de estes serem ocupados pelos diplomados do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, através de concursos públicos. Outros jornais locais também abordaram a aprovação do anteprojeto e sua importância para o campo educacional sergipano.

Finalmente ao que nos parece a Lei também atendeu às aspirações da Associação dos Professores do Ensino Médio, no que se refere aos cargos criados nesta esfera do ensino e à forma do provimento dos mesmos. Foi em suma um bom trabalho do atual governo que aqui destacamos e louvamos como ato de justiça. Agora é esperar um bom controle da Secretaria de Educação para que o funcionamento da lei seja correto, produzindo os frutos que todos esperamos. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/09/69).

O envolvimento da professora Giselda Moraes²⁹⁹ com a Assessoria de Planejamento (ASPLAN) da SEC-SE, no ano de 1970, e a participação de professores do curso de Pedagogia no Conselho Estadual de Educação³⁰⁰ também contribuíram para a

²⁹⁵ De acordo com o Decreto nº. 1.468, de 14 de abril de 1969, o Grupo de Trabalho compreendeu os seguintes membros: Lêda Maria Cabral Aguiar, Maria Olga de Andrade, Maria Thétis Nunes (presidente) e Celina de Oliveira Lima, representantes respectivamente, da Secretaria de Educação e Cultura, Associação dos Professores Licenciados, Faculdade de Educação da UFS e Conselho Estadual de Educação. Também integrou o grupo o professor José Maria do Nascimento (*A CRUZADA*, 19/04/69).

²⁹⁶ Devido às determinações legais do Parecer nº 252/1969 e da Resolução CFE nº 2/1969.

²⁹⁷ Lêda Maria Cabral Aguiar, representante da SEC/SE, também era aluna do curso de Pedagogia da UFS.

²⁹⁸ Jornal *A Cruzada* (12/07/69, p. 3): “O Estatuto ainda prevê a criação dos cargos de Orientador Educativo, Técnico de Educação e Inspetor do Ensino Médio, os quais deverão ser providos pelos licenciados em curso de Pedagogia da Faculdade de Educação”.

²⁹⁹ A professora Giselda Moraes, ao retornar do doutorado na França, em 1970, assume como professora titular da disciplina de Didática do curso de Pedagogia da UFS. No mesmo ano, foi diretora da ASPLAN/SEC/SE, elaborando o Plano Estadual de Educação (1970). Na ocasião, Giselda Moraes, convidou a estudante de Pedagogia Maria Veneranda Pereira Corado (1969-1971) para assessorá-la.

³⁰⁰ Durante a década de 70 do século XX, professores do curso de Pedagogia tornaram-se membros do Conselho Estadual de Educação: Cacilda de Oliveira Barros, Maria Thétis Nunes, Maria Olga de Andrade

implantação dessas diretrizes e para o ingresso de estudantes e diplomados em Pedagogia no exercício da docência e das funções técnicas.

Os cargos de supervisor e administrador escolar já haviam sido criados anteriormente pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe (SEC/SE)³⁰¹ e pelo Departamento de Educação e Cultura de Aracaju (DEC), com o objetivo de desempenhar as atividades, respectivamente, de orientação técnico-pedagógica aos professores e de diretor de escolas.

A Administração Escolar era exercida, especialmente, por professores e outros profissionais que mantinham vínculo com o grupo político que estava na gestão governamental, sem critérios específicos de formação. Na prática, havia diretores de escolas que não tinham sequer o ensino ginásial completo, desconhecendo aspectos da formação educacional e administrativa.

No entanto, após a implantação da Lei nº 5.692/71, cursos intensivos passaram a ser promovidos pela SEC/SE, em convênio com a UFS, para habilitar esses profissionais³⁰². De acordo com o ex-diretor do Conservatório de Música de Sergipe, Rivaldo Dantas, era obrigatória a participação nesses cursos de qualificação para permanecer na direção da unidade. No seu caso, como só havia cursado o ensino primário e ginásial, foi necessário anteriormente prestar os exames supletivos para concluir o 2º grau:

O turno das aulas era à noite, porque todos já eram diretores de escola ou tinham funções semelhantes de supervisão. Então, com o advento da Lei, a qual obrigava que as escolas fossem profissionalizantes, com ensino técnico e ensino médio, nós que éramos diretores e como exercíamos funções sem a devida habilidade, precisamos fazer o curso, entendeu? Pois, éramos escolhidos por indicação de amizade de Secretário, indicação de políticos e tal, então com o advento da Lei, o administrador se viu obrigado a colocar pessoas que passassem ao menos pelo curso de treinamento, e este treinamento exigiu de nós uma licenciatura sob pena de não continuarmos nos cargos, uma coisa quase compulsória, né![...] Para entrar no curso tive que fazer o supletivo, para poder fazer a licenciatura curta em Administração, pois minha formação era apenas musical. (DANTAS, 2015, s/p).

e Antônio Fontes Freitas. As professoras Cacilda de Oliveira Barros e Maria Olga de Oliveira lecionavam as disciplinas, respectivamente, Práticas em Orientação Educacional e Supervisão Escolar.

³⁰¹ O cargo de Supervisão Escolar havia sido criado pela SEC/SE e pelo DEC/Aracaju, em 1964. A implantação havia sido realizada por professores que haviam participado dos cursos de Supervisão (de nível médio), nos anos anteriores (A CRUZADA, 01/06/68).

³⁰² A obrigatoriedade da formação superior para esse profissional foi mencionada pela primeira vez na Lei nº. 5.540/68.

Embora a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus de 1971 recomendasse a formação do administrador escolar em nível superior, ela permitia que na ausência de pedagogos habilitados para exercer essa função, fosse autorizada a atuação de professores sem esse grau de estudos:

Art. 79. Quando a oferta de profissionais legalmente habilitados para o exercício das funções de direção dos estabelecimentos de um sistema, ou parte dêste, não bastar para atender as suas necessidades, permitir-se-á que as respectivas funções sejam exercidas por professores habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério. (BRASIL, 1971a, s/p).

O ex-membro do Conselho Federal de Educação, Anísio Teixeira (1961)³⁰³, defendia a formação superior desse especialista, sobretudo em nível de pós-graduação, pois acreditava que os diretores de escolas deveriam obter o conhecimento básico da Administração Escolar para exercer uma função, a seu entender, importante para a organização, funcionamento e a qualidade do ensino. Nesse sentido, críticas eram direcionadas ao despreparo dos diretores de escolas, ao desprestígio da formação acadêmica e às práticas de indicações políticas.

Não me consta que os administradores se preparem no Brasil. Parece que não há administração no Brasil no sentido real de algo que se possa aprender e, muito menos, em educação, onde, ao que parece, nunca houve busca de administradores para as escolas. Qualquer pessoa pode dirigir as escolas. Qualquer pessoa pode administrar o ensino. É evidente que o país acha que para isso não é preciso preparo. E por quê? Por que será que o país acha que realmente não se precisa de preparo para dirigir escolas, nem dirigir a educação? Só percebo dois motivos: um deles é que os professores são tão perfeitos, que realmente não precisem de Administração, e segundo, que as escolas também sejam tão pequenas, que tais professores, perfeitíssimos, podem realizar seu trabalho em perfeito estado, digamos, de anarquia, cada um fazendo o que venha lhe parecer que deve fazer e resultando disso uma admirável Administração. Ou isto, ou então que as nossas atividades no ensino estejam de tal modo estabelecidas em leis, regulamentos, instruções e programas, que não haja trabalho para Administração. Cada um só tem que cumprir o que está escrito, e está administrada a escola, está administrado o ensino, estão administradas as nossas Universidades. (TEIXEIRA, 1961, p. 86).

Esse autor acrescenta que diante da ampliação progressiva de matrículas e escolas no país, especialmente a partir da década de 50 do século XX, eram indispensáveis a

³⁰³ De acordo com Marinho (2014), os professores Anísio Spínola Teixeira, Antônio Carneiro Leão, José Querino Ribeiro e Lourenço Filho são considerados os pioneiros da Administração Escolar no Brasil, por serem os primeiros a realizar pesquisas sobre o tema.

formação e integração dos especialistas em Educação nas instituições de ensino para atender às necessidades técnico-pedagógicas da demanda de estudantes, professores e escolas. No texto *Que é administração escolar?*, publicado em 1961, Anísio Teixeira explica por que defende a formação acadêmica do administrador educacional e sua valorização profissional:

Porque, se podíamos antigamente ter o grande professor primário que sozinho dirigia a sua classe, hoje, tendo que dar educação à população inteira, sou forçado a buscar um magistério em camadas intelectuais mais modestas. Quanto mais imperfeito for o magistério, mais preciso de melhorar as condições de Administração. [...] Tais estudos e o preparo do administrador é que irão permitir organizar o ensino em rápido desenvolvimento e criar a consciência profissional necessária, pela qual aquele antigo pequeno sistema escolar, com o professor onicompetente, precisando apenas de um guardião para sua escola, hoje transformado no grande sistema moderno, no qual não se encontra mais aquele tipo de professor e as escolas complexas e fluidas não dispõem sequer de estabilidade do magistério, possa conservar as condições equivalentes àsquelas anteriores e produzir ensino com a mesma eficácia. (TEIXEIRA, 1961, p. 89).

Desse modo, o fomento à formação do administrador escolar em nível superior foi evidenciado com as mudanças do ensino ocorridas nas décadas de 60 e 70 do século XX. A necessidade de atender ao crescimento do número de escolas e de estruturá-las para o “adequado” funcionamento implicou a formação de pedagogos para assumir setores definidos das atividades de natureza técnico-pedagógica.

O objetivo era licenciar um profissional específico para exercer a função administrativa das instituições de ensino, mediante noções do campo da Administração Geral, Escolar e aspectos legais da Educação. A experiência pedagógica também era necessária para gerenciar a adequação e o cumprimento dos programas escolares, promover a organização central da unidade e conduzir estratégias de liderança e integração da comunidade.

Em Sergipe, as primeiras formações acadêmicas em Administração Escolar foram realizadas na UFS a partir de 1970. Nesse mesmo ano, estudantes de Pedagogia que haviam optado pela habilitação foram convidados para dirigir escolas públicas das esferas estadual e municipal. A nomeação para o cargo era efetivada mediante consentimento do governador e prefeito, respectivamente. A iniciativa permitiu o exercício desses acadêmicos nas escolas de Aracaju, a exemplo do Colégio Castelo Branco³⁰⁴

³⁰⁴ O primeiro estudante de Pedagogia, cursando a habilitação em Administração Escolar, a assumir a direção de escolas da esfera estadual, foi o acadêmico da primeira turma da UFS (1968-1971), Manoel

Figura 45 - Posse de novo diretor no Colégio Castelo Branco (1970)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 29/07/1970. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O amparo legal, a mediação do Conselho Estadual de Educação e a iniciativa da SEC/SE, em ampliar e modernizar o ensino possibilitaram que os primeiros acadêmicos do curso de Pedagogia, os quais haviam optado pela habilitação em Administração Escolar, tivessem a oportunidade de assumir a direção de escolas ainda enquanto estudantes. De acordo com Vera Lúcia de Azevedo Fontes, ex-aluna da segunda turma (1969-1972), logo após a escolha pela habilitação foi convidada para dirigir unidades de ensino.

Ainda no 1º ano, já havia saído a Lei que diretores de escolas tinham que ter curso de Pedagogia, então o Estado já contratou a turma inteira. Eu fui contratada, pelo menos na minha carteira, tá julho de 71, se não me engano. Antes de me formar, eu já estava contratada pelo Estado. Então meu estágio, foi no Estado, eu já estava trabalhando e já servia como estágio. Agora havia as aulas de estágios que os professores iam supervisionar, entendeu? (FONTES, 2015, s/p).

Messias Porto. Este assumiu a direção do Colégio Castelo Branco, localizado no Bairro Industrial, em 1970. A referida instituição havia sido criada recentemente pelo Decreto n° 306, de 02 de março de 1970, assinado pelo governador Dr. Lourival Batista.

A ex-aluna também relatou sua experiência na gestão de escolas da capital, destacando as inovações administrativas e pedagógicas. Segundo ela, em 1971 ao assumir a direção do colégio Lourenço Filho, localizado no Bairro América, contribuiu com a reorganização da unidade e a instalação de chafariz para atender aos alunos e à comunidade.

Quando eu fui dirigir o Lourenço Filho, imagine isso, há mais de 40 anos atrás, ou seja, não havia água para a comunidade, era um chafariz. A escola tinha porque havia encanamento, tinha caixa d'água, mas para o povo não tinha. Então, eu tive que trabalhar para a escola e para a comunidade, porque tinha gente da comunidade que ia destruir a escola. Começaram a tirar água da escola, tinha uma torneira no lado de fora, um dia teve uma briga na fila, e ficou feio o negócio. [...] Um dia eu mandei uma comunicação pelos filhos para uma reunião com eles, o pessoal do bairro, lá na escola, num dia de sábado. [...] Eu fiz um abaixo-assinado solicitando água para o bairro, e fui com uma comissão na prefeitura. Na outra semana estavam instalando chafariz, pelo menos a cada 100 metros das casas. (FONTES, 2015, s/p).

Essa versão contraria interpretações que reduzem a Administração Escolar, exercida durante o Governo Civil Militar, às funções burocráticas e ao autoritarismo, este justificado mediante práticas de vigilância, controle e punições perante a clientela da escola e sua comunidade³⁰⁵. Nesse sentido, outras compreensões podem esclarecer a importância dessa função para o trabalho pedagógico e a preocupação com a dimensão coletiva naquele período.

No entanto, a dependência política do Governo e a flexibilidade da lei perante o exercício do diretor de escola inibiam a escolha dos acadêmicos de Pedagogia pela habilitação em Administração Escolar, pois eles acreditavam que esses fatores poderiam prejudicar o desenvolvimento de suas atividades profissionais. Diante disso, a preferência dos estudantes era maior pelas áreas da Supervisão e Orientação Educacional.

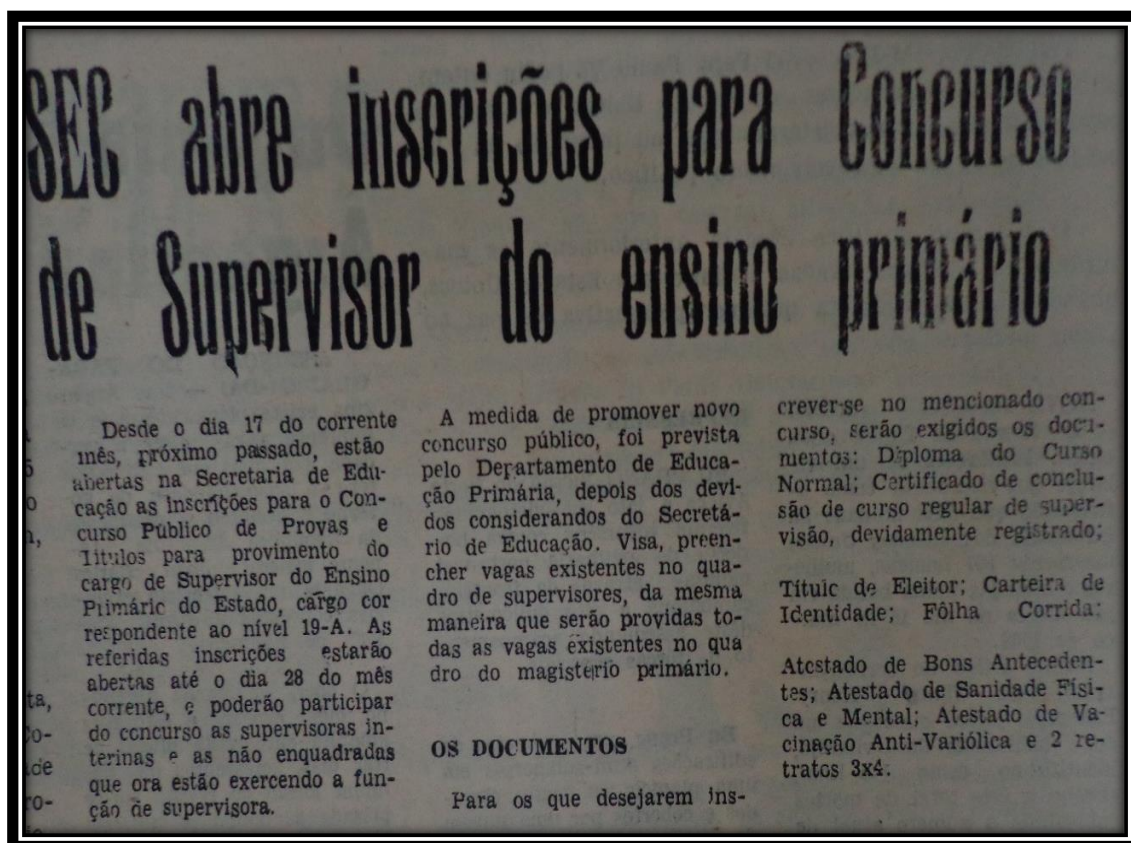
No caso da Supervisão Escolar, a formação mínima exigida para desempenhar as funções compreendia o diploma do curso Pedagógico de nível médio³⁰⁶ e do curso

³⁰⁵ Essa interpretação reduz o administrador educacional a um gerente de empresa: “Nesse contexto, é bem possível que o diretor tenha sido, por vezes, cooptado pelo sistema econômico e político, exercendo uma função análoga à do gerente de empresa, ou seja, atuando como agente controlador e fiscalizador das atividades desenvolvidas na instituição escolar, com o intuito de assegurar a manutenção da ordem vigente”. (CLARK, p. 24, 2015).

³⁰⁶ A Lei nº. 4.024/61 (Art. 52) autorizava professores diplomados no ensino Normal de grau colegial a exercerem as atividades de supervisão, administração, orientação e inspeção em escolas primárias (BRASIL, 1961).

especial de supervisão³⁰⁷, desenvolvido em convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ou com o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), como podemos verificar na matéria de divulgação do concurso a seguir:

Figura 46 - Concurso para supervisores (1969)



Fonte: jornal Diário de Aracaju (20/11/1969). Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A SEC/SE, diante da necessidade de formar supervisores para a orientação pedagógica do corpo docente e implantação dos seus programas de ensino, selecionava professores normalistas interessados em participar dos cursos especiais de Supervisão em nível médio³⁰⁸. A partir de 1969, a Secretaria de Educação e Cultura passou a solicitar

³⁰⁷ Essa formação era realizada nos centros de treinamento do magistério, localizados em diferentes estados do país (São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraíba e Paraná). De acordo com Nogueira (2005), esses cursos foram implantados a partir de 1963, mediante atuação do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), em convênio com o INEP. A iniciativa era resultante do acordo assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, tendo por objetivo central a melhoria do ensino primário brasileiro. Esses cursos foram extintos em 1971, com a implantação da Lei nº. 5.692, que instituiu a Supervisão Escolar em nível superior.

³⁰⁸ Segundo as ex-supervisoras Zenilde Soares Pinto e Olívia Maria Apolônio de Jesus, ao serem selecionadas para participar do curso intensivo de Supervisão, receberam bolsas de estudos da Secretaria de Educação e Cultura do Estado para ajudar nas despesas. O curso foi promovido em 1966, na cidade de

convênios com a Universidade Federal de Sergipe para diplomá-los em nível superior, como determinava a Lei nº 5.540/68³⁰⁹. Professores do curso de Pedagogia também abordavam essa necessidade em reuniões da FAGED/UFS e defendiam a criação de um curso de Pedagogia noturno para formar às supervisoras de nível médio que já exerciam a profissão.

A professora Maria Thétis Nunes, a seguir, sugeriu a possibilidade de funcionamento de um curso noturno de Pedagogia para atender o grande número de supervisores do Estado e, caso a Reitoria se incline a atender, que seja feita na ocasião da inscrição ao concurso vestibular a opção por curso diurno ou noturno. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1969-1978, p. 18).

No entanto, a Supervisão Escolar só foi implantada pela Congregação do curso de Pedagogia/UFS no ano de 1972, em virtude da carência de professores da área para lecionar suas disciplinas específicas e organizar o currículo da habilitação. Até esse período, essa função permaneceu sendo desempenhada, predominantemente, por professores primários que haviam feito os cursos intensivos do INEP e PAMP³¹⁰.

No ano seguinte³¹¹, ao iniciar os preparativos para requerer ao Ministério da Educação e Cultura os primeiros diplomas de Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar, os professores da FAGED identificaram que o currículo aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS autorizava a disponibilidade da formação apenas para o ensino de 1º grau, sendo necessária a extensão do diploma ao nível de 2º grau. Para justificar a solicitação ao CEP, a diretora da Faculdade de Educação enfatizou a necessidade de supervisores para atender às atividades da SEC/SE, informando, inclusive, o número de vagas disponíveis para essa ocupação.

Colatina/ES, com duração de 10 meses. Segundo elas, outros cursos foram promovidos em diferentes estados com o objetivo de formar professores da SEC/SE e DEC-Aracaju para exercer a função de supervisora da escola primária.

³⁰⁹ A partir de 1971 essas solicitações tornaram-se mais intensas devido à implantação da Lei nº. 5.692, que impedia que os supervisores habilitados no ensino médio permanecessem exercendo a função. De acordo com o Art. 84, apenas os diretores, inspetores, orientadores e administradores de estabelecimentos de ensino poderiam permanecer atuando na área.

³¹⁰ Aliás, a ocupação profissional desses supervisores na escola primária oportunizou muitos deles buscarem a formação em nível superior na Universidade Federal de Sergipe, através da licenciatura de curta duração ou plena, em Pedagogia.

³¹¹ Nos dois primeiros anos do curso eram ofertadas as disciplinas da formação do Magistério (licenciado), comum a todas as habilitações do curso de Pedagogia. Nos dois últimos anos eram ministradas as disciplinas comuns e específicas da habilitação escolhida pelo acadêmico. Então, como a Supervisão Escolar foi implantada em 1972, os primeiros diplomados da habilitação concluíram o curso em 1973.

Diante da vantagem que dará ao aluno a extensão de seu diploma até o 2º grau e diante das necessidades da Secretaria de Educação que no momento dispõe de 100 vagas para supervisores de 1º e 2º graus, conforme nos afirmou o chefe da CODEX³¹², vimos solicitar de Vossa Magnificência providenciar ao CEP o reexame do currículo de Supervisão Escolar e conceder aos licenciandos deste ano, a extensão do seu diploma para o 2º grau, já que todos os requisitos estão completos e não haverá qualquer outro encargo para a Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1973, p. 2).

O caso foi encaminhado ao setor jurídico da UFS, que orientou a Faculdade de Educação disponibilizar o diploma para a atuação no ensino de 2º grau aos concludentes daquele ano, pois, segundo a assessoria, esses egressos ainda estavam cumprindo o currículo do sistema seriado, que tinha no seu perfil profissional a Supervisão Escolar de 1º e 2º graus. Nesse sentido, como no currículo aprovado para o sistema de créditos incluiu tal habilitação somente para o ensino de 1º grau, foi solicitada ao Conselho de Ensino e Pesquisa a extensão desse exercício³¹³.

Até a implantação das habilitações no curso de Pedagogia da UFS, as atividades dos seus acadêmicos concentraram-se na docência do curso Normal e na coordenação pedagógica de campanhas educacionais, a exemplo dos programas de alfabetização de jovens e adultos. Após 1970, com a reestruturação curricular e instalação das habilitações, os universitários conquistaram outras oportunidades para o exercício profissional.

A ampliação da rede pública de ensino e a ênfase dos aspectos legais sobre as contribuições dos especialistas em Educação no apoio administrativo das escolas e para o adequado desempenho pedagógico possibilitaram uma descentralização de funções no perfil profissional do pedagogo. Essa tendência atribuiu serviços especializados aos alunos e aos professores com o objetivo de assegurar o funcionamento “apropriado” das instituições de ensino, tornando-os bastante requisitados pelos órgãos educacionais do município de Aracaju e do Estado, especialmente pela Secretaria de Educação e Cultura.

De acordo com Teixeira (1958), a implantação dos serviços especializados em supervisão, administração, orientação e planejamento, com pessoas qualificadas para exercer tais atividades, passou a ser fundamental, especialmente, após a década de 50 do

³¹² Nesse período, o chefe da Coordenadoria Executiva dos Órgãos Regionais da Secretaria de Estado da Educação – CODEX/SEC era o professor Antônio Fontes Freitas.

³¹³ A Resolução do CEP nº. 03/70, ao aprovar a reestruturação da FAGED/UFS, incluiu a Supervisão Escolar de 1º e 2º graus no perfil profissional do curso de Pedagogia. Ao ser aprovada uma nova reforma curricular (Resolução do CEP nº. 39/71), devido à implantação do sistema de créditos, foi omitida a habilitação em nível de 2º grau. Em 1974, foi novamente estendida ao ensino de 2º grau.

século XX. Segundo ele, essa iniciativa iria adaptar a escola para atender às orientações do novo projeto educacional³¹⁴ e à expansão do acesso ao ensino:

A primeira mudança é esta. Não podemos selecionar os alunos. Temos que educar a todos. Não podemos selecionar os mestres. Temos de escolhê-los em camadas cada vez mais comuns. Com alunos comuns e mestres comuns, cresceram as necessidades de planejamento, as necessidades de supervisão e as necessidades de administração. Não foi, porém, somente isto que mudou. Mudaram também os objetivos da educação escolar. Já não temos apenas que preparar estudiosos e intelectuais para continuarem a estudar e a ensinar e cada vez se fazerem mais competentes nesse indispensável e maravilhoso círculo vicioso da cultura humana. Por certo que ainda temos de fazer isto, mas, também, temos que preparar a grande massa de meninos e jovens para as tarefas comuns da vida, tornadas técnicas senão difíceis, pelo tipo de civilização que se desenvolveu em consequência de nosso progresso em conhecimento, e, além disto, os quadros vastos, complexos e diversificados das profissões e práticas em que se expandiu o trabalho especializado. (TEIXEIRA, 1958, p. 1).

Dessa forma, o projeto idealizado por Anísio Teixeira inspirou o perfil profissional implantado no curso de Pedagogia, a partir de 1969. A busca pela eficiência e a modernização do ensino motivaram os conselheiros federais, Valnir Chagas e Newton Sucupira, a adotar as especialidades projetadas pelo escolanovista na formação do pedagogo:

[...] O professor administra a sua classe, ensina a seus alunos e os orienta na vida e nos estudos. Hoje ainda faz tudo isto, mas, como não pode ser tão selecionado, nem os estudos tão suficientemente simples, temos de ajudá-lo com especialistas de administração, de planejamento, de currículo, de supervisão e de orientação. Todos êstes especialistas são outros tantos professôres especializados que preparam o trabalho para que o mestre o possa executar. A diferença decorre da complexidade e variedade da tarefa do mestre, que já não pode sozinho realizá-la. O administrador e planejador é o antigo mestre na sua capacidade administrativa, o supervisor é o antigo mestre na sua capacidade de ensinar e o orientador, o antigo mestre na sua capacidade de orientar[...]. (TEIXEIRA, 1958, p. 1).

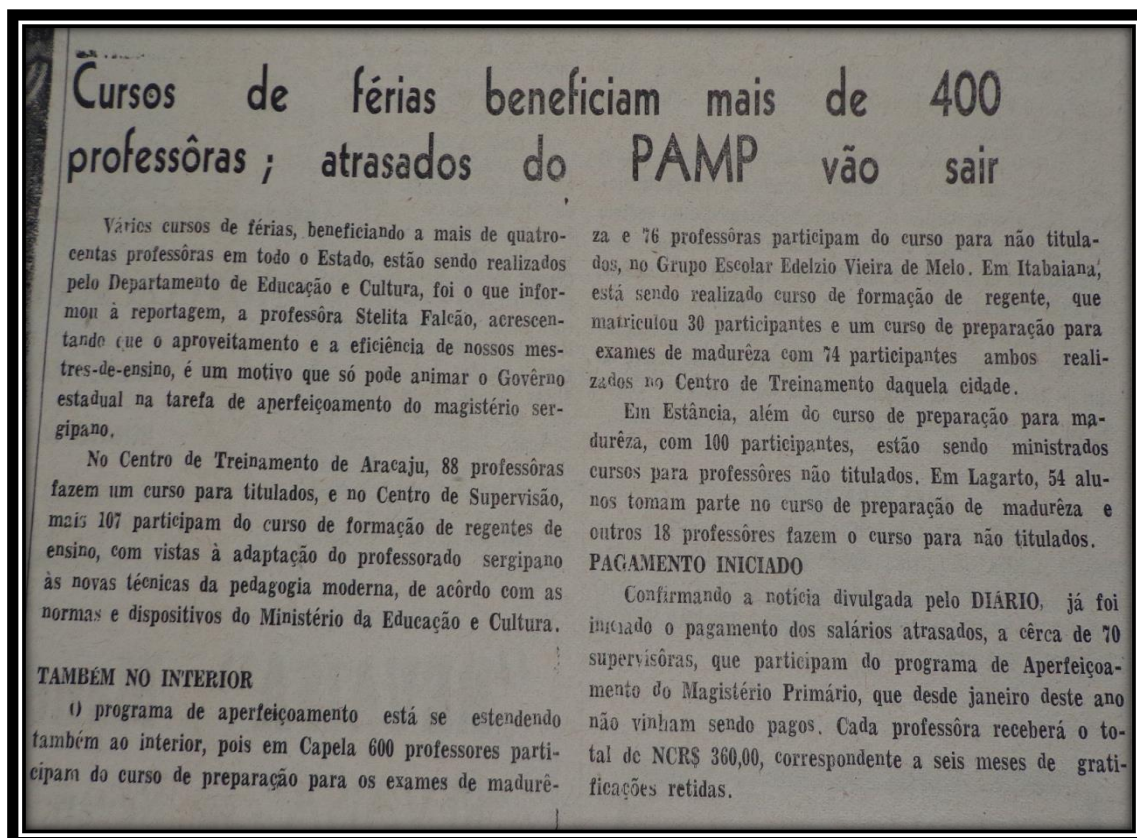
Diante da nova configuração do curso adotada em 1969, o diplomado em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar passou a exercer atividades de suporte

³¹⁴ Para Teixeira (1958, p. 1), o novo projeto educacional estava associado ao ensino profissionalizante. Nesse sentido, é possível verificar uma tendência a essa modalidade de ensino durante a década de 50 do século XX: “Mudaram, pois, os alunos - hoje todos e não apenas alguns, - mudaram os mestres - hoje numerosos e nem todos especialmente chamados pela paixão ao saber, - e mudaram os objetivos da escola - hoje práticos, variados e mais profissionais e de ciência aplicada que de ciência desinteressada e pura”.

técnico-pedagógico dedicado aos professores das escolas de 1º e 2º graus, contribuindo com as ações de: planejamento escolar, cooperação no processo de ensino-aprendizagem, medidas de avaliação e recuperação dos alunos, aperfeiçoamento de práticas e instrumentos de ensino, organização do currículo e implantação de projetos educacionais.

Em Sergipe, outra importante atividade exercida pelos habilitados em Supervisão era a promoção de congressos e cursos para a qualificação docente, destinados aos professores titulados e não titulados³¹⁵ da rede pública de ensino. Esses cursos eram realizados de forma intensiva durante as férias escolares, nos centros de treinamento docente de Aracaju e do interior³¹⁶, por meio do sistema de internato e semi-internato, como divulgado na imprensa sergipana:

Figura 47 - Divulgação de cursos para professores da SEC/SE (1969)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 19/07/1969. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

³¹⁵ Os professores não diplomados correspondia aos docentes que exerciam a profissão sem a formação “mínima” exigida para o magistério (o curso Normal).

³¹⁶ Durante a década de 70 do século XX havia centros de treinamento docente em Aracaju, Estância, Propriá, Lagarto e Itabaiana.

Os congressos e cursos também eram realizados durante o ano letivo em diferentes turnos para que os professores titulados e não titulados pudessem participar. A intenção do Governo Estadual era moralizar o campo educacional e legitimar uma formação especializada ao seu corpo docente, baseada no conhecimento científico e nas modernas práticas pedagógicas³¹⁷. Essa iniciativa também estava associada à melhoria da qualidade do ensino e expansão da rede escolar.

Até 1972, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe apresentava no seu quadro do magistério de 1º grau 53.9% de professores não titulados³¹⁸. Diante da necessidade de qualificar esse corpo docente e atualizar professores que já tinham os cursos exigidos para o seu exercício profissional, a SEC/SE recrutava supervisores para planejar e desenvolver programas de formação³¹⁹.

Na oportunidade, os acadêmicos e diplomados em Pedagogia/UFS atuaram nos centros de treinamento docente da capital e do interior, promovendo cursos³²⁰ para a formação de regentes de ensino, atualização pedagógica aos professores primários e secundários, preparação para os exames de Madureza³²¹ e abordagem das novas metodologias de ensino, de acordo com as diretrizes do MEC e da legislação:

Art. 80. Os sistemas de ensino deverão desenvolver programas especiais de recuperação para os professôres sem a formação prescrita no artigo 29 desta Lei, a fim de que possam atingir gradualmente a qualificação exigida. (BRASIL, 1971a, s/p).

Os supervisores estavam integrados ao Centro de Supervisão e aos seus núcleos regionais criados pela Secretaria de Educação com o objetivo de mediar a relação entre o Executivo e o corpo docente. Essa disposição visava à implantação das políticas

³¹⁷ Durante o marco temporal deste estudo, verificam-se matérias jornalísticas criticando o ingresso de professores leigos ou sem formação pedagógica, efetivados mediante recomendação política, vocação ou pela necessidade de complementação de renda. Diante dessa disposição, em 1969 foi implantado um plano de carreira para os regentes e professores primários da SEC-SE com o objetivo de valorizar e estimular a formação docente. Além disso, foi intensificada a realização de concursos para o exercício docente, visando combater a intervenção político-partidário (DIÁRIO DE ARACAJU, 08/10/69).

³¹⁸ Dados apresentados na Programação Estadual Referente ao Empréstimo MEC/BIRD, de 1973 (GOVERNO DE SERGIPE, 1973).

³¹⁹ O Governo Federal financiava campanhas de formação docente, especialmente através do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP) e PREMEN. O objetivo era qualificar professores para atuar em seus projetos educacionais e melhorar a qualidade do ensino.

³²⁰ Os supervisores planejavam os cursos e lecionavam as disciplinas de Didática, Psicologia, Recreação, Administração Escolar e Metodologias de Ensino.

³²¹ Alguns professores primários não tinham o ensino secundário completo. Então, cursos eram promovidos pelo Centro de Supervisão da SEC/SE para os professores candidatos aos exames de Madureza (ciclo ginásial e colegial) (DIÁRIO DE ARACAJU, 21/02/70).

educacionais, ao planejamento das atividades, ao levantamento de informações e ao acompanhamento das práticas docentes realizadas nas salas de aula.

De acordo com a ex-aluna Ana Lúcia Menezes Vieira, ao cursar o último ano de Pedagogia em 1973, foi convidada para assumir a coordenação do centro de supervisão da SEC/SE, pois sua turma (1970-1973) apresentava os primeiros licenciados nessa habilitação em nível superior. Ao aceitar o convite, coordenou a implantação de um novo modelo de supervisão no Estado.

Assim que termino o estágio, doutor João Cardoso era o secretário de Educação, e o Ministério da Educação estava criando o modelo compatibilizado de supervisão. Por que era compatibilizado? Porque com a influência norte-americana, eles fizeram um modelo de supervisão para ter mais eficiência no controle do comportamento do professor e levar à eficácia do ensino. Então, era um modelo bem tecnicista, e cada Estado tinha que montar uma equipe de supervisão para fazer a compatibilização desse modelo central. [...] Para isso deveria ter supervisores formados. Então a 1ª turma de supervisão era a nossa, e eu tinha cerca de 6 ou 8 colegas de turma que eram também supervisores da rede, e que estavam fazendo supervisão, e elas começaram a influenciar meu nome para a Secretaria de Educação. [...] E aí doutor João Cardoso manda consultar a Faculdade de Educação, e a professora Olga, que na época era diretora, referendou meu nome. (VIEIRA, 2015, s/p).

Apesar de reforçar o caráter tecnicista e controlador do modelo de supervisão adotado naquele momento pelo Governo Federal, percebemos a divergência entre o discurso “reducionista” de autoritarismo propagado por uma parte da historiografia educacional brasileira e a prática, pois, ao ser questionada sobre a importância desse trabalho, a ex-aluna destacou a oportunidade de implantar um modelo de supervisão direcionado ao diálogo e à participação docente.

Aí eu sou chamada para coordenar esse modelo de supervisão da Secretaria de Educação. E aí foi uma experiência bem interessante porque eu já tinha outras leituras da supervisão, né! E uma das coisas que eu não aceitava era aquele modelo do MEC/USAID que era de você entrar na sala de aula sem pedir autorização aos professores, isso era um comportamento controlador. Então, eu fui chefiada pelo professor Antônio Freitas e eu o convenci de pedir ao Secretário de Educação para baixar uma portaria que determinasse que todo supervisor precisava pedir licença para entrar na sala de aula e dizer o que ia fazer. E aí nós formamos um grupo multidisciplinar; não era só supervisor. Então nós tínhamos professores de diferentes áreas para fazer esse modelo compatibilizado. Nós escutávamos todas as áreas e passamos a ter muitas leituras, mas leituras da psicologia, da Sociologia. Foi uma experiência bastante rica, baseada no diálogo com os professores [...]. E naquela ocasião regulamentamos os horários de estudos, chamados de horários de coordenação, é aí que começa a conquista das horas de estudos fora da sala de aula, através desse modelo compatibilizado. (VIEIRA, 2015, s/p).

No decorrer da pesquisa, verificamos o frequente envolvimento de acadêmicos e diplomados em Pedagogia/UFS no processo de implantação das políticas educacionais em Sergipe, especialmente mediante a nomeação em cargos de confiança ou funções estratégicas na Secretaria Estadual da Educação. As atividades concentravam-se, sobretudo, nas áreas de planejamento, currículo, inspeção, supervisão, programas de ensino e orientação. A ex-aluna Lilian Leal do Lago falou sobre a importância dos profissionais de Pedagogia para a concretização de um novo modelo de planejamento e execução das propostas de ensino:

Os grandes intelectuais da formação de professores, como Nunes Mendonça e Acrísio Cruz, já haviam falecido, então precisava de sangue novo. E aí começou justamente todo o plano, foi quando começamos a elaborar os planejamentos, planos de aula, planos de curso, porque até então nada disso existia. Isso aconteceu, não só na Escola Normal, mas para a educação como um todo, para a Secretaria de Educação também! [...]. A própria Secretaria de Educação pegou o pessoal de Pedagogia para ajudar a implantar o ensino de 1º grau e 2º grau, entendeu? Para fazer os projetos e trabalhar com os outros professores. (LAGO, 2015, s/p).

Nesse sentido, o Governo Civil Militar criou um projeto educacional que visava ao desenvolvimento e à modernização do país, pautado na formação de mão de obra qualificada. Para isso, investiu na formação docente e na expansão da oferta do ensino público, com a implantação nacional de uma rede de escolas de 1º e 2º graus. Essa iniciativa ampliou de uma maneira até então desconhecida as oportunidades de acesso à escolarização para os grupos mais pobres da população brasileira³²².

Em Sergipe, acadêmicos e licenciados em Pedagogia participaram do movimento de planejamento e implantação dessa nova política, garantindo serviços especializados para atender a estudantes, professores, funcionários e comunidade³²³.

No entanto, outras interpretações acerca da atuação do pedagogo durante o Governo Civil Militar também foram verificadas na pesquisa, pois, para alguns entrevistados, o curso estava associado ao aspecto tecnicista e ao aparato de controle daquele Governo. Estas compreensões foram apropriadas por ex-alunos e ex-professores

³²² De acordo com Carvalho (2005), a reforma do ensino de 1º e 2º graus fez com que houvesse um aumento visível dos investimentos do setor público na expansão da sua rede escolar. Para embasar sua análise, apresentou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais comprovavam o crescimento no número de matrículas nesses dois níveis de ensino.

³²³ Respondendo inclusive a demandas populares e às pressões de movimentos sociais.

do curso de Pedagogia, fundamentadas especialmente em leituras de um referencial bibliográfico emergente após a década de 80 do século XX:

Em 1971, com a reforma do ensino, surge a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas de 1º e 2º graus, com o objetivo de, justamente, exercer ações sobre os alunos, principalmente com relação ao comportamento, para que eles pudessem se adaptar ao regime! Não era a escola saber quem era aquele aluno para trabalhar em função dele, para descobrir o que tinha que trabalhar com ele, mas fazê-lo obedecer às normas da escola. Então, uma das funções do Orientador Educacional era fazer o aluno adaptar-se à escola; uma espécie de controle sobre eles. O supervisor ia exercer esse controle junto aos professores. Era uma ação que já existia, porque o controle primeiro foi em cima dos professores. A Orientação Educacional foi instituída, posteriormente. Passava a ideia de que a função do orientador estava sendo valorizada, e, desta forma, a escola estava valorizando o aluno, mas na verdade era a necessidade do Regime Militar em exercer o controle sobre o comportamento dos alunos, agir sobre eles, em nome da adaptação [...] Em relação à Administração, esta exercia o controle sobre todos. Dessa forma, o orientador exercia o controle sobre os alunos, o supervisor sobre os professores e o administrador sobre a escola em geral, os funcionários, inclusive, o supervisor e o orientador. (ARAGÃO, 2015, s/p).

Nesse sentido, compreendemos que as recordações dos indivíduos são seletivas e se formam a partir de uma construção social. Essa construção envolve não só experiências vividas diretamente, mas também experiências herdadas, aprendidas e transmitidas pelos grupos através do processo de socialização (POLLAK, 1992).

Por isso, para alguns ex-alunos do curso, a referência ao Regime Civil Militar expressa um sentimento de vitimização, justificado por uma formação limitada e autoritária daquele período. Esta interpretação também leva a compreender que suas atividades estavam associadas a uma certa adesão a esse movimento, exercendo o controle e a propagação desse projeto³²⁴.

³²⁴ Egressos do curso de Pedagogia, da década de 70 do século XX, irão liderar atos de reivindicação docente a partir de 1978. O primeiro movimento liderado por eles foi criado oficialmente em 1979, dentro da APMESSE (Associação de Profissionais do Magistério do Estado de Sergipe), denominado de Renovação. Presidido por Diomedes Santos da Silva (1976-79), outros ex-alunos de Pedagogia integraram o grupo, a exemplo de: Tereza Cristina Cerqueira da Graça (1976-79), Ana Lúcia Menezes Vieira (1970-73), Avilete Cruz de Almeida (1976-79) e José Alberto Gomes Varjão (1975-78). Com reivindicações acerca de reajuste salarial e aprovação de um novo Estatuto, irão liderar a greve dos professores da Secretaria Estadual de Educação, realizada em 1984.

O tecnicismo foi incorporado nas nossas ações como a forma de resolver os graves problemas educacionais do país. O otimismo com a técnica fez parte de nossa formação. Vivíamos um momento de euforia, apesar de ter sido efêmero. Com processo de abertura democrática também veio novas leituras e outras análises da realidade educacional brasileira. (ANDRADE, 2015, s/p).

Outro profissional de Pedagogia requisitado pelos órgãos educacionais de Sergipe, após 1970, era o orientador educacional. Seus serviços concentravam-se na assistência aos alunos das escolas públicas e privadas, mediante as atividades de orientação vocacional, acompanhamento pedagógico, encaminhamento a outros especialistas quando se exigisse assistência especial, integração escola-família-comunidade, diagnóstico das dificuldades de aprendizagem, análise da repetência e elaboração do currículo escolar.

A aprovação do Parecer nº. 542/70 do CFE concedeu maior prestígio a essa carreira, pois estabeleceu a obrigatoriedade da orientação educacional e vocacional aos alunos de escolas primárias e secundárias por meio da atuação individual ou de grupos especializados. Para justificar o seu posicionamento, José Vieira de Vasconcellos, Relator do Parecer e membro do Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, destacou a trajetória histórica dessa função na legislação educacional, a necessidade de especialistas para atender à escola moderna e a ênfase do tema nas discussões sobre a Reforma que seria aprovada em 1971.

A exigência do Orientador Educacional e Vocacional nas escolas não é desiderato recente nas nossas leis de educação. A LDB, ao enumerar as normas que devem ser observadas na organização do ensino de grau médio, exigia: “Instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família” (art. 38, V). [...] O Grupo de Trabalho que estuda a reforma do ensino primário e médio destaca em artigo separado a necessidade de orientação, conduzida por especialistas com o devido preparo, e feita em cooperação com os professores e a família³²⁵. (VASCONCELOS, 1970, p. 29).

Um dos motivos que induziram a implantação obrigatória da Orientação Educacional e Vocacional nas escolas estava associado à necessidade do acompanhamento pedagógico à nova demanda de estudantes que estavam aderindo à escolarização, sobretudo filhos de trabalhadores que não tiveram a oportunidade de

³²⁵ A ênfase do Grupo de Trabalho da Reforma sobre a necessidade da Orientação Educacional resultou no artigo 10 da Lei nº 5.692/71: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade”.

frequentar a escola durante a infância. Diante disso, o serviço de Orientação Educacional foi complementado pelo Decreto nº. 72.846/73, o qual estabeleceu ao exercício da profissão:

Art. 1º. Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas. (BRASIL, 1973, s/p).

Com a implantação dessa habilitação no curso de Pedagogia da UFS e da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus foi possível identificar a importância desse profissional para o funcionamento das escolas locais. O crescimento no número dessas instituições e de matrículas³²⁶, devido à obrigatoriedade do ensino aos estudantes de 7 a 14 anos e a determinação dos cursos profissionalizantes associados à formação geral do 2º grau motivaram o interesse e a demanda pelos serviços do orientador no ambiente educacional.

Na prática, esse especialista em Educação atuava em conjunto com o professor da sala de aula, realizando o acompanhamento pedagógico dos estudantes e promovendo atividades de adaptação dos alunos à escola e às suas normas, orientando-os com relação ao horário, fardamento, disciplina e utilização do material didático. Também auxiliava os estudantes de 1º e 2º graus com relação à escolha da profissão, a partir da orientação vocacional.

Eu fui convidada para trabalhar no Estado, antes de terminar o curso de Pedagogia. Estava no último ano. Porque eu sempre fui muito organizada, e aí quando o Kenedy implantou a Lei nº. 5.692 em 1972, precisava que tivesse uma equipe de Orientação Educacional, que na época era o SOE (Serviço de Orientação Educacional). A gente dava assistência ao aluno, então fulano faltou ontem e hoje, íamos atrás para saber porque ele não veio, fazíamos visita domiciliar, a gente fazia reunião com os pais. Eu consegui criar o conselho de pais e mestres, sabe! Com muita dificuldade [...] Era um trabalho muito grande porque para cada aluno a gente conversava sobre as oficinas e aplicava o questionário perguntando das quatro oficinas³²⁷ a que ele mais se interessava, e aí ele fazia a opção. Na época era tudo documentado. Era uma orientação vocacional. Aí quando iam para o segundo grau, muitos iam para as escolas que ofereciam o ramo que eles tinham se interessado no 1º grau. (MELO, 2015, s/p).

³²⁶ De acordo com a análise da Assessoria de Planejamento da Secretaria Estadual de Educação, de 1968 a 1972 o número de matrículas das escolas estaduais de 1º grau subiu de 54.055 mil para 77.215 mil. O de 2º grau elevou-se de 4.438 mil para 9.620 mil (GOVERNO DE SERGIPE, 1973).

³²⁷ Na época a Escola Experimental John Kenedy ofertava o ensino de 1º grau associado a quatro habilitações profissionais: Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Educação para o Lar e de Artes Industriais.

As atividades de orientação vocacional eram direcionadas aos estudantes de 1º grau que estavam integrados ao projeto de iniciação para o trabalho e aos de 2º grau, decorrente da obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Como o corpo discente deveria escolher o curso ainda durante esses níveis de ensino, o orientador buscava aconselhar os alunos de acordo com as aptidões e aspirações individuais, relacionando-as com a disponibilidade de cursos ofertados pelas redes de ensino.

Os orientadores educacionais também atuaram na implantação do ensino de 1º e 2º graus e na inclusão das habilitações profissionais mediante a instalação dos ginásios polivalentes orientados para o trabalho e os colégios profissionalizantes de 2º grau. Além de criar essa rede de escolas, a intenção dos Governos Federal e Estadual era reestruturar o campo educacional, enquadrando todas as unidades “oficiais” existentes em Sergipe nas diretrizes do novo programa.

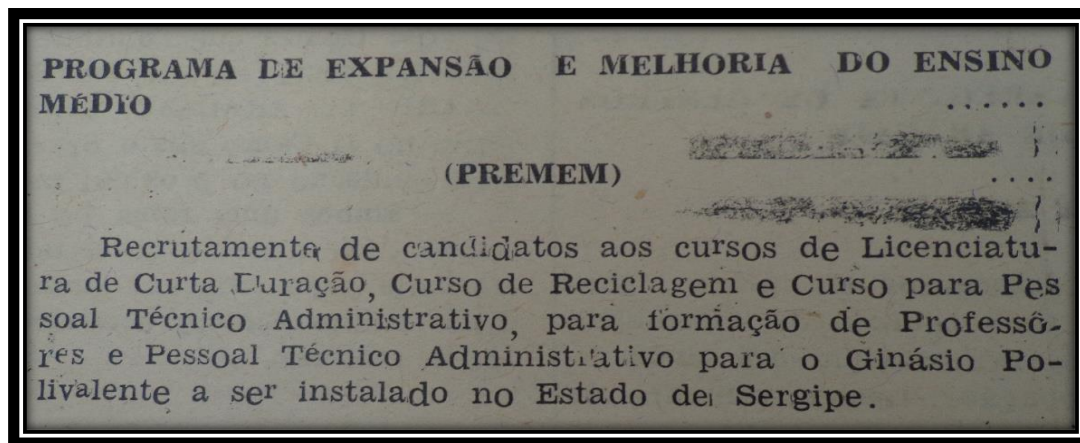
Na oportunidade, pedagogos licenciados pela UFS participaram de cursos de treinamento realizados em convênios entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN)/MEC e universidades federais, com o objetivo de contribuir com a implantação do ensino de 1º e 2º graus, associado à formação profissionalizante. Ainda em 1971, egressas da primeira turma realizaram o processo seletivo para exercer as funções de orientadora educacional e coordenadora pedagógica do primeiro Ginásio Polivalente criado em Sergipe.

Nós estávamos em plena reforma do ensino, com a Lei de 1971, a famosa 5.692, e com ela a implantação de escolas polivalentes. Em Aracaju, então, estava prevista a implantação de uma escola polivalente no bairro Santos Dumont, e, a Secretaria de Estado da Educação estava selecionando, administrador (diretor e vice-diretor), orientador educacional, coordenador pedagógico, secretário e bibliotecário e professores de Língua Portuguesa, Francês, Inglês História e Geografia; os professores das outras áreas já estavam fazendo cursos de licenciatura curta, em Matemática, Ciências, Técnicas Agrícolas, Artes Industriais e Educação para o Lar, previstos na nova lei! [...] Aí ao voltar dessa especialização, juntamente com todo esse grupo que estava sendo qualificado, fomos implantar o Ginásio Polivalente Olavo Bilac no Santos Dumont. Aí, assumimos toda a estruturação e organização da escola para colocá-la em funcionamento. (ARAGÃO, 2015, s/p).

Como não havia turmas de licenciados em Pedagogia até aquele ano, os estudantes do último período do curso foram autorizados a participar da seleção e iniciar o

treinamento na Universidade Federal de Pernambuco³²⁸. A chamada para participar de tal programa foi divulgada na SEC/SE, UFS e imprensa local:

Figura 48 - Recrutamento de professores para o Ginásio Polivalente (1971)



Fonte: jornal Diário de Aracaju, 17/06/1971. Acervo: IHGS.

Os ginásios polivalentes, representavam a modernização do ensino das escolas profissionalizantes de 1º grau, consideradas sinônimos de desenvolvimento social e econômico tanto para os estudantes como para o país. Além de promoverem a formação geral, essas instituições também ofereciam o ensino técnico, contribuindo para a formação de uma mão de obra especializada nas áreas industriais, comerciais, agrícolas e de economia doméstica. Em Sergipe, as primeiras movimentações acerca desse empreendimento foram divulgadas ainda em 1969.

Os Ginásios Polivalentes, alterando uma tradicional filosofia, ainda vigente no processo de ensino, visam além de proporcionar os conhecimentos gerais necessários para a cultura geral, formar técnicos especializados, que poderão constituir um núcleo de mão-de-obra, para atender de imediato às exigências do processo de desenvolvimento. Nos Ginásios Polivalentes haverá além das matérias pré-vocacionais e disciplinas diversas, cursos especializados de artes industriais, técnicas agrícolas, comerciais e de economia doméstica. (DIÁRIO DE ARACAJU, 18/09/69).

³²⁸ As inscrições foram realizadas no mês de junho de 1971, mediante edital nº 1/71 do convênio PREMEM/MEC/SEC/SE. As estudantes de Pedagogia selecionadas para os cargos de orientador educacional e coordenador pedagógico já eram funcionárias do Estado e haviam sido cedidas para fazer o curso de atualização com duração de dois meses, na cidade de Recife. Para isso, foram disponibilizadas bolsas de estudos, passagens e alojamento.

No âmbito local a primeira escola criada de acordo com as diretrizes da Reforma do Ensino de 1º e 2º grau, foi implantada na capital em 1973. As egressas da primeira turma de Pedagogia da UFS, Maria Ivanda Bezerra de Sant'Anna e Judite Oliveira Aragão, ao concluírem os cursos de treinamento realizados em Recife, atuaram na instalação e funcionamento da escola modelo.

Quem foi comigo fazer esse curso foi Ivanda, da minha turma, né! Acho que da minha turma só foi Ivanda. [...] Eu não lembro quem mais se inscreveu, eu só sei que quem foi selecionada fui eu, na área de orientação, e Ivanda na área de coordenação. [...] No Olavo Bilac disseminamos um pouco essas funções, promovendo uma maior integração entre a Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica. Não tínhamos essa coisa rígida... aqui entra o supervisor e aqui entra o orientador, não! Por quê? Porque eu trabalhava com os professores enquanto elementos da orientação educacional, e aí eu me entrosava com a coordenadora pedagógica, e os coordenadores de áreas, então a gente fazia um trabalho integrado, inclusive com a direção. Era um trabalho inovador. (ARAGÃO, 2015, s/p).

A realização do curso para o treinamento das licenciadas em Pedagogia e a implantação da nova unidade de ensino foram divulgadas na imprensa sergipana, com o objetivo de anunciar o processo de ampliação e modernização do ensino no estado.

Figura 49 - Preparação de pessoal para o Ginásio Polivalente de Sergipe (1972)

Preparado pessoal que atuará no Ginásio Polivalente em 73

Composta de nove professores, dois auxiliares de Biblioteca, um Secretário, um Orientador Educacional, um Coordenador Pedagógico, um Diretor e um Vice-Diretor, a equipe da Secretaria de Educação e Cultura acaba de fazer, em Recife, um Curso de Reciclagem para exercer cargos administrativos e de magistério no Ginásio Polivalente de Aracaju.

O referido Ginásio que é resultado de Convênio entre o MEC/USAID/ESTADO DE SERGIPE, está situado no Bairro Santos Dumont. De acordo com as previsões, estará pronto em princípios de outubro, devendo entrar em funcionamento no início de 1973.

OBJETIVOS

Tem por objetivo preparar o

estudante para sua auto-realização, qualificação da mão-de-obra e o exercício da cidadania.

O pessoal administrativo e os professores já se acham devidamente preparados, através do Curso que fizeram no Recife, de duração de 2 meses.

Até o final deste ano, prestarão seus serviços noutra Escola, até que se inaugure o Ginásio Polivalente.

REUNIAO

A Equipe do Projeto II - Ensino Normal programou para a próxima Sexta-feira, dia 4, uma importante reunião com os candidatos que se inscreveram para a Escola Experimental.

A reunião terá lugar no Auditório Lourival Baptista às 9:00 horas, e a diretora da Escola Experimental solicita o comparecimento das alunas do Instituto inscritas para o Curso Normal de Educação Ruy Barbosa de 2º Grau.

CEE reuniu-se e aprovou projetos prioritários

Convocada extrordinariamente esteve reunido o plenário do Conselho Estadual de Educação, que se encontrava em recesso parlamentar. Durante a reunião foram destacados da Reformulação do Plano de Aplicação de Recursos do P.N.E. e, em seguida aprovados dois projetos Operação-Escola e Implantação do Ensino de 1º Grau para os quais se adotou regime de urgência, devido o seu caráter prioritário.

O Titular da Educação e Cultura e Presidente nato do órgão normativo, Dr. João Cardoso Nascimento Júnior, focalizou aspectos do recente Encontro de Secretários de Educação, ocorrido em Curitiba, salientando seus resultados po-

Fonte: jornal Diário de Aracaju (02/08/1972). Acervo: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Outras escolas com propostas similares as dos ginásios polivalentes de associar a formação geral com o ensino profissionalizante, também foram implantadas em Sergipe durante a década de 70 do século XX. A Escola de 1º Grau John Kenedy, localizada na capital sergipana, foi um exemplo de unidades experimentais que aderiram a esse modelo de ensino. De acordo com Vera Maria Carvalho de Melo, ex-coordenadora pedagógica e egressa do curso de Pedagogia em 1972, a participação dos especialistas em Educação na concretização do projeto era essencial.

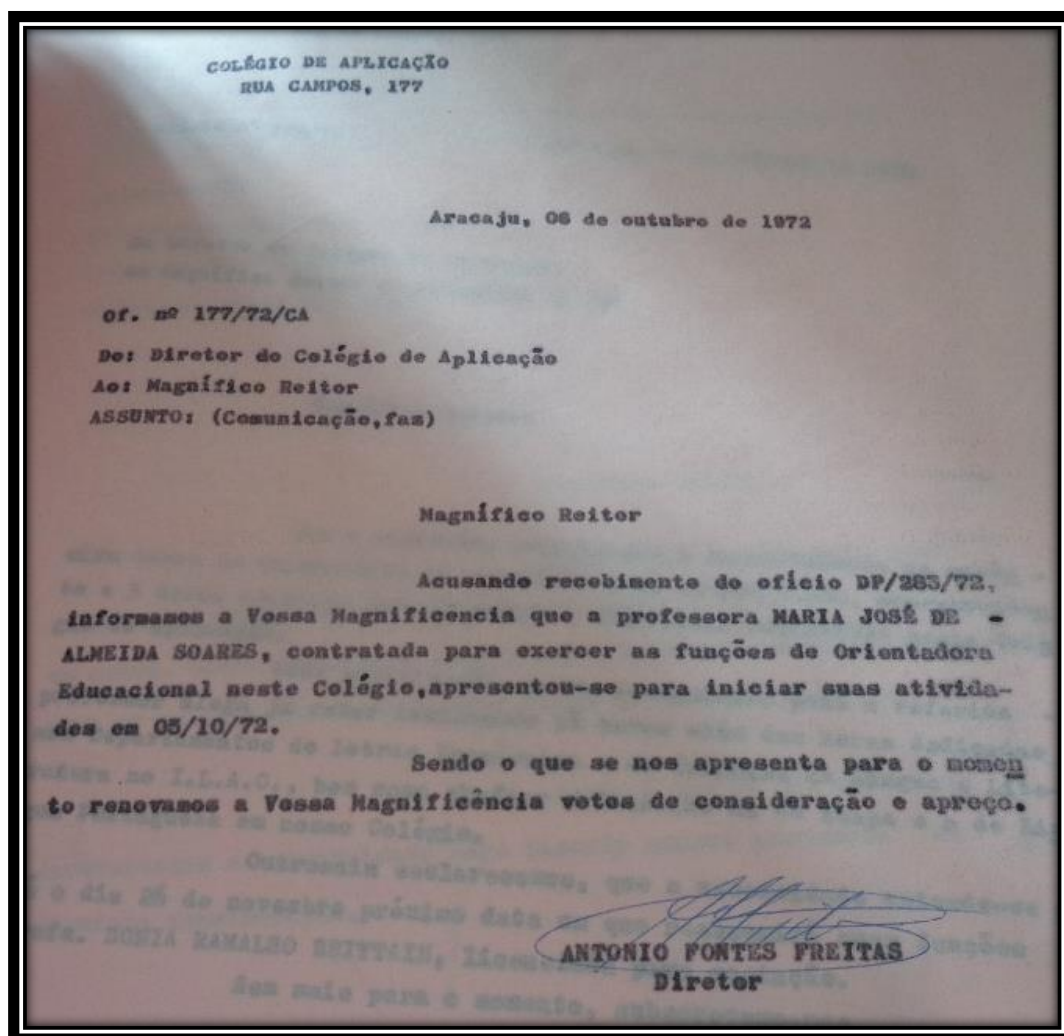
Ainda em 1972, fui trabalhar no Kenedy porque só poderia funcionar quando tivesse os serviços de Orientação Educacional, para ajudar na organização da escola e para assessorar os alunos. [...] Na época, o Kenedy era uma escola experimental e oferecia 4 opções de profissão, tinha oficinas de Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais, Educação para o lar e de Artes Industriais. [...] Por exemplo, quem escolhia técnicas agrícolas aprendia a criar galinhas, coelhos, fazer plantações. De Artes Industriais aí tinha tornos, e eles faziam uma série de equipamento e de objetos; de Educação para o Lar aí fazia uma parte de biologia para estudar os alimentos, havia a parte de costura; e tinha as Técnicas Comerciais, onde se criava um escritório, e aí era interessante porque a professora criava um talão de cheque e ensinava como preencher, então eles utilizavam na cantina da escola. (MELO, 2015, s/p).

Em Sergipe, acadêmicos e concludentes do curso de Pedagogia que haviam optado pela Orientação Educacional também implantaram núcleos da habilitação³²⁹ nas escolas públicas e privadas do Estado, oferecendo serviços especializados de assistência aos alunos. No Colégio de Aplicação da UFS, egressos das primeiras turmas colaboraram com essa iniciativa, a exemplo da ex-aluna Maria José de Almeida Soares³³⁰:

³²⁹ O primeiro núcleo de Orientação Educacional em Sergipe foi implantado em 1968 pela professora Cacilda de Oliveira Barros, no Colégio Agrícola. Diante disso, estudantes de Pedagogia que haviam escolhido tal habilitação eram encaminhados ao Colégio para realizar as práticas de ensino.

³³⁰ O núcleo de Orientação Educacional do Colégio de Aplicação foi criado em 1970 pela professora de prática de ensino da FAGED/UFS, Cacilda de Oliveira Barros, com o objetivo de tornar-se o centro de estágios da citada habilitação. Além da ex-aluna da primeira turma de Pedagogia, Maria José de Almeida Soares, o CODAP também contou com a colaboração de Manoel Messias Vasconcelos, egresso da turma de 1973.

Figura 50 - Contrato para o cargo de orientador educacional do CODAP/UFS (1972)



Fonte: Ofício do diretor do Colégio de Aplicação, destinado ao magnífico reitor da UFS – 1972.
Acervo: Arquivo do Departamento de Educação da UFS.

Além dos serviços de Orientação, a diplomada em Pedagogia contribuiu com a adaptação do colégio ao modelo de ensino classificado em 1º e 2º graus e com a implantação das habilitações profissionais, mediante convênio com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado e Instituto de Tecnologia de Sergipe³³¹. A orientadora educacional também acompanhava os estágios dos estudantes das licenciaturas da UFS, realizados no Colégio de Aplicação.

³³¹ Inicialmente foi cogitada a possibilidade de ofertar a Habilitação Específica do Magistério de 2º grau, mas a proposta não foi aceita pela maioria dos professores do CODAP e FACED/UFS. Dessa forma, o Colégio de Aplicação ofertou inicialmente a formação profissionalizante em Estatística, Petroquímica e Laboratorista de Análise Clínica, em convênio com o Instituto de Tecnologia de Sergipe e Instituto de Química da UFS.

Eu lembro que quando fui estagiar no Colégio de Aplicação, a professora Deuzinha, Maria José, foi quem acompanhou o meu estágio porque ela era a orientadora educacional do Colégio, então ela nos acompanhava e orientava. Inclusive, ela também havia me indicado para o cargo de Supervisão na Secretaria de Educação. (VIEIRA, 2015, s/p).

Serviços de Orientação e Supervisão Escolar também foram implantados na Escola Técnica Federal de Sergipe³³² nos primeiros anos da década de 70 do século XX. Para isso, licenciados em Pedagogia foram sendo admitidos pela instituição, a partir de 1974, com o objetivo de modernizá-la e qualificar o ensino.

Logo quando eu terminei o curso, fui trabalhar na Escola Técnica, com alguns colegas da turma: eu, Maria Pereira e Romilda. [...] Então, a Escola Técnica contratou estudantes de Pedagogia para implantar os serviços pedagógicos, e aí convidou a mim, a Maria Pereira e Bárbara Adão, da segunda turma. Romilda, que era esposa de Ireneu, o diretor, também passou a compor esse grupo da Escola Técnica. [...]. Isso foi por volta de 1974. Éramos os primeiros egressos e a escola precisava desses profissionais. Entramos todos na mesma portaria, para implantar a parte pedagógica, propriamente dita. Tinha também os orientadores educacionais, que eram Ednalva, Manoel Messias Vasconcelos, Marlene Calumby, então, esse pessoal todo entrou no mesmo momento. Nessa época a Escola fez uma mudança no seu quadro com o intuito de qualificar mesmo o ensino. Então, a Escola Técnica criou um grupo forte de egressos de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (ANJOS, 2015, s/p).

Nesse período, a Escola Técnica Federal de Sergipe passou a realizar convênios com instituições de nível superior para a qualificação pedagógica de seus professores com nível médio e bacharéis. Parcerias com as escolas públicas (1º e 2º graus) também foram firmadas com o objetivo de oferecer as disciplinas das habilitações profissionais, já que a instituição possuía laboratórios apropriados para realizar essa formação. A proposta da Escola Técnica era concretizar a reestruturação e ampliação da oferta do ensino profissionalizante associado ao 2º grau e implantar novos serviços na instituição para assessorar professores e alunos.

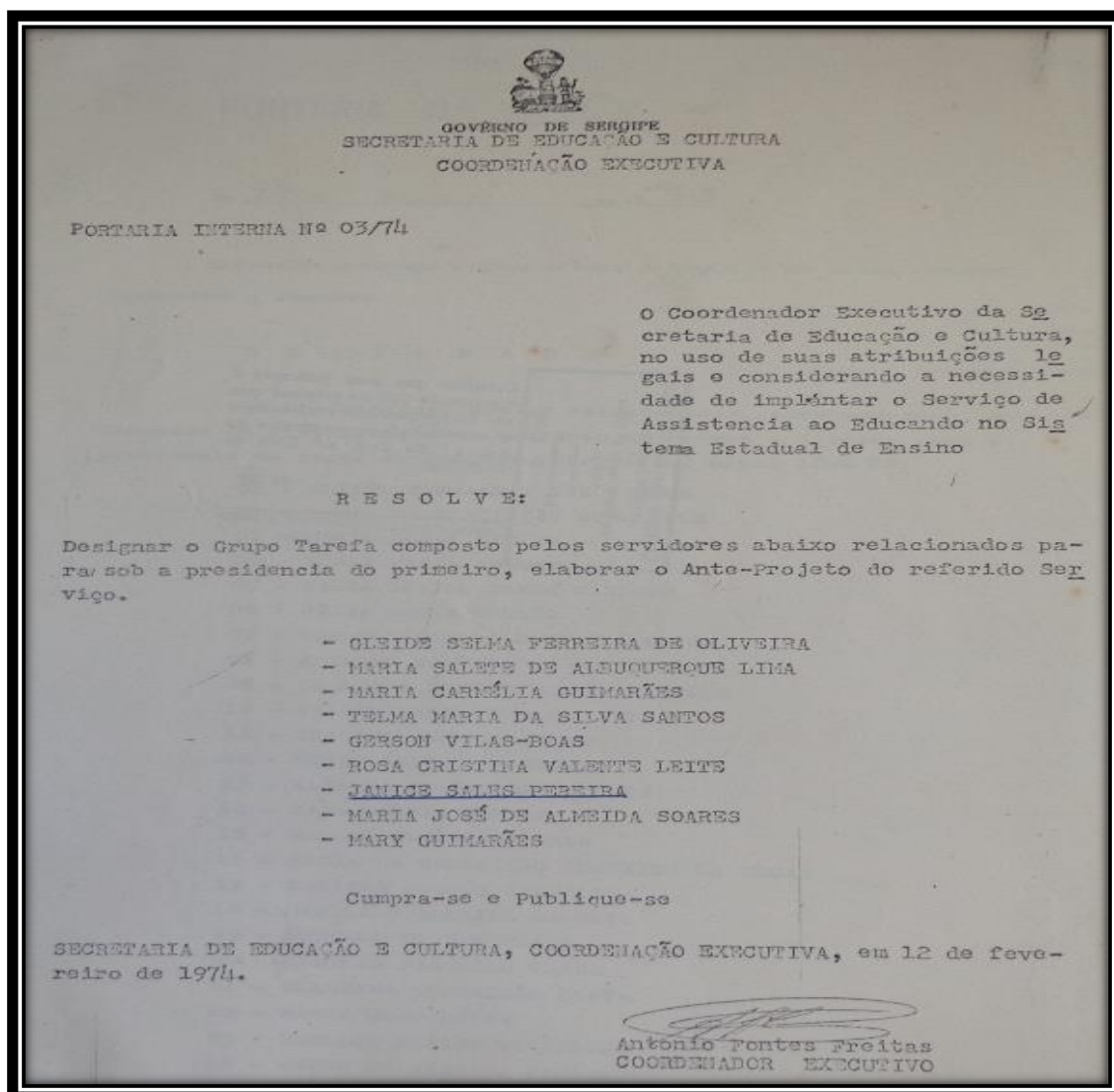
Em 75 eu já estava na Escola Técnica Federal de Sergipe como estagiária do CIEE (Centro de Integração Escola Empresa) que era um serviço novo na época, então como eles estavam instalando eu fiz o estágio de seis meses lá, e no final fui contratada. Fiquei nesse serviço que trabalhava muito a questão da orientação para a profissão, mantínhamos relação com as empresas porque como na escola os cursos eram industriais e de serviços, como edificações,

³³² Atualmente denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS/SE).

telecomunicação e outros, eles estagiavam nas empresas. Em seguida houve concurso para pedagoga, fui aprovada e fiquei trabalhando no serviço de orientação educacional e vocacional, assumindo depois alguns cargos diretivos na Instituição. (CAETANO, 2015, s/p).

Um núcleo central de Orientação Educacional foi implantado na SEC/SE, com o objetivo de prestar assistência a todos os educandos que estudavam na rede estadual. Essas atividades promoviam a aproximação de estudantes e egressos do curso de Pedagogia da UFS com a Secretaria Estadual de Educação, como podemos observar na composição do Grupo Tarefa constituído por diplomados do curso para a elaboração do anteprojeto do mencionado serviço.

Figura 51 - Implantação do serviço de assistência ao educando na SEC/SE (1974)



Fonte: Portaria interna da Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe – 1974.

Acervo: Arquivo do Departamento de Educação da UFS.

Como a SEC/SE era o órgão de maior absorção dos estudantes e egressos em Pedagogia da UFS, encontros e congressos eram realizados frequentemente, em parceria entre técnicos da Secretaria de Educação e professores da FAGED/UFS. Em um dos encontros realizados no ano de 1976, o corpo docente da Faculdade e a equipe técnico-pedagógica da SEC/SE apresentaram sugestões para a melhoria da formação dos acadêmicos e da prestação de serviços à comunidade.

Na ocasião, a equipe técnica da Secretaria de Educação constituída por diplomados em Pedagogia nas habilitações de Supervisão, Orientação e Administração, também apresentaram fatores que prejudicavam o ensino, nos aspectos qualitativos e quantitativos³³³. A intenção era estabelecer uma parceria com o lócus pedagógico da UFS a fim de estudar e solucionar problemas relacionados aos altos índices de repetência, evasão³³⁴ e professores leigos. De acordo com Sucupira, o sucesso da implantação de políticas educacionais no ensino de 1º e 2º graus dependia da atuação das universidades.

Isto significa que toda Reforma de 1º e 2º graus estará seriamente afetada se a universidade não se dá conta da responsabilidade de sua participação no processo educativo, proporcionando a formação de mestres, planejadores e administradores escolares, inspetores, supervisores, orientadores educacionais, programadores didáticos, bem como desenvolvendo a pesquisa educacional e contribuindo para a elaboração do pensamento pedagógico. Daí a necessidade de um perfeito entrosamento do ensino superior com os demais níveis e de uma adequada articulação entre a reforma universitária e o ensino de 1º e 2º graus. (SUCUPIRA, 1973, p. 12).

Em contrapartida, a FAGED/SE orientou sobre as atribuições peculiares de cada habilitação e a importância desses especialistas assumirem suas atividades, criticando a postura da SEC-SE em enquadrá-los em funções diversas, que não correspondiam às suas formações. Os professores da Faculdade de Educação também ressaltaram a necessidade desses licenciados ocuparem os cargos centrais da Secretaria Estadual de Educação, devido ao conhecimento acadêmico e à experiência profissional.

³³³ A equipe era constituída por: Maria Auxiliadora de Carvalho Menezes – Assessora da equipe de currículo; Maria Eunice de Carvalho Santos – Coordenadora da equipe de currículo; Ana Lúcia Meneses Vieira – Coordenadora da equipe de supervisão; Edjan Soares de Souza – Técnica da Assessoria de Planejamento; e Judite Oliveira Aragão – Técnica da equipe de Orientação. Algumas professoras da FAGED presentes nesse momento eram egressas do curso: Ada Augusta Celestino Bezerra, Nádia Fraga Vilas-Bôas, Maria Consuelo Maia Alcântara, Maria Lúcia Souza Ramos e Maria José de Almeida Soares.

³³⁴ No encontro entre técnicos da SEC/SE e professores da FAGED/UFS, realizado em 1976, foi divulgado que 50% dos estudantes de 1ª série do 1º grau da Rede Estadual de Educação não tinham condições de promoção para a série seguinte. Segundo o chefe da Assessoria de Planejamento (ASPLAN) da Secretaria de Educação, Antônio Dantas de Oliveira, a evasão e a repetência escolar eram os fatores que mais preocupavam os técnicos da SEC (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1976c, p. 3).

Diante da importância do trabalho especializado para a implantação de políticas educacionais em Sergipe, até 1978 foram encontradas solicitações da Secretaria Estadual de Educação e de instituições federais de ensino encaminhadas à Faculdade de Educação, cujo objetivo era impulsionar a formação de administradores, supervisores e orientadores educacionais. A demanda pelos egressos compreendia o preparo para a atuação no magistério e nas áreas das habilitações.

Passando ao segundo assunto da pauta, o prof. Ovídio Valois apresentou o ofício nº. 87/77 do PREMEN-SE, no qual a gerente estadual³³⁵ solicita ao Magnífico Reitor o oferecimento de um curso de complementação de estudos de 1.100 horas de Administração – 18 vagas, de Orientação Educacional – 21 vagas e Supervisão Escolar – 12 vagas, para habilitar e aperfeiçoar o pessoal docente e técnico administrativo que atuará nas escolas que serão constituídas pelo Programa, apresentando o problema aos presentes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, 1968-1978, p. 59).

Os serviços desenvolvidos pelos pedagogos perpassavam diferentes áreas do conhecimento, planejamento escolar e das práticas de ensino, compreendendo todos os níveis, do primário ao superior. Nesse sentido, a expectativa de eficiência de um profissional que lidava com diferentes áreas e níveis, e de um trabalho especializado direcionado a estudantes, professores, funcionários e a comunidade, definiu a grande demanda pelos acadêmicos e egressos do curso de Pedagogia, e o grande prestígio no campo educacional sergipano, durante a década de 70 do século XX.

³³⁵ O cargo de gerente era ocupado pela ex-aluna da primeira turma de Pedagogia/UFS, Maria José de Almeida Soares. Na ocasião, ela também acumulava a função docente como professora desse curso da UFS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros cursos destinados a formação docente em nível superior no Estado de Sergipe, foram implantados somente na década de 50, do século XX, após a criação da Faculdade Católica de Filosofia. Até esse período a formação de professores era realizada especialmente no curso Normal de nível secundário, ministrado no Instituto de Educação Rui Barbosa ou mediante cursos de suficiência, promovidos pela CADES.

Dentre os cursos autorizados para o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia, a partir de 1951, estava o de Pedagogia. No entanto, esse curso só passou a funcionar em 1968, após a criação da Universidade Federal de Sergipe (em 1967) e a certeza da incorporação da FAFI à nova instituição. O processo de integração acarretou numa série de mudanças para adequar a graduação as diretrizes da Reforma Universitária, pois a Universidade já havia sido instalada sob seu amparo legal.

A concretização no funcionamento do curso foi uma determinação do Governo Civil Militar para a criação da UFS, o qual exigia o desmembramento da FAFI e a implantação do Instituto de Letras, de Filosofia e Ciências Humanas e a Faculdade de Educação. Essa imposição justifica o interesse de Dom Luciano Duarte em instalar o curso de Pedagogia no último ano da FAFI, evidenciando as disputas no campo acadêmico e o prestígio do conselheiro federal, Newton Sucupira, na tomada de decisões.

O curioso é que no intervalo entre o período de criação (1951) e implantação (1968), o curso de Pedagogia recebeu reconhecimento definitivo em 1954 pelo Governo Federal, mesmo sem nunca ter funcionado. Isso contrariava a legislação da época, a qual exigia ao menos dois anos de funcionamento para a avaliação do Conselho Nacional de Educação. Tal fato foi justificado pelo acúmulo de capital (religioso, social, cultural e simbólico) que Dom Luciano Duarte detinha, e consequentemente, sua autoridade e prestígio perante o campo político e educacional.

Após sua implantação, o curso permaneceu durante as décadas de 60 e 70 do século XX sendo a graduação mais procurada na área de formação do magistério da Universidade Federal de Sergipe. Um dos motivos para essa demanda estava associada a reformulação nacional do curso, em 1969, a qual ampliou o campo de atuação dos pedagogos mediante a criação das habilitações em Supervisão, Administração, Orientação e Inspeção Escolar.

Tal formação especializada visava contribuir com a adequação do programa educacional do país ao projeto político modernizador-desenvolvimentista do Governo Civil Militar, o qual buscava aprimorar a formação de mão de obra e atender aos interesses de diferentes grupos. No entanto, a criação dessas habilitações na formação acadêmica e a implantação desses serviços especializados nas escolas eram defendidas por intelectuais da educação antes de 1964.

Em Sergipe, a implantação do curso e a formação dos primeiros licenciados proporcionou a formação de professores para atuar no ensino Normal e na Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Essa iniciativa também colaborou com a implantação dos serviços técnicos-pedagógicos de supervisão, administração, planejamento, inspeção e orientação.

Dessa forma, a inserção dos primeiros pedagogos no campo educacional sergipano ocorreu por duas vias: docência e atividades técnicas-pedagógicas. Na docência contribuíram com a realização de cursos de formação e capacitação de professores leigos, titulados e não titulados, especialmente, da rede pública estadual de ensino. Inclusive, a Secretaria Estadual de Educação de Sergipe representava a instituição de maior absorção de alunos e licenciados em Pedagogia da UFS (1971-1977).

Esses diplomados também exerceram atividades profissionais na Universidade Federal de Sergipe, mediante à docência nas disciplinas do curso de Pedagogia³³⁶ e funções técnicas na Assessoria de Planejamento da UFS, no CECAC/UFS, Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE/UFS) e Departamento de Administração Acadêmica (DAA/UFS).

Além disso, contribuíram com a instalação e reorganização de núcleos especializados de supervisão, planejamento, inspeção e orientação da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEC-SE), do Colégio de Aplicação (CODAP/UFS), da Escola Técnica Federal de Sergipe e de escolas privadas. Nesse sentido, participaram na elaboração e implantação de medidas educacionais direcionadas a criação de escolas e matrículas, reorganização do ensino de acordo com as diretrizes vigentes, erradicação do analfabetismo, formação especializada de mão de obra (dirigentes e técnicos), melhoria da qualidade do ensino, integração entre pais e mestres, educação de jovens e adultos, ampliação no acesso ao ensino na rede pública e aumento no período da escolarização.

³³⁶ Os licenciados em Pedagogia também exerceram à docência no curso de Pedagogia da Faculdade Pio Décimo, implantado em 1976.

Durante a pesquisa, apesar de ex-alunos e ex-professores de Pedagogia demonstrarem hostilidade ao período do Regime Civil Militar e a adesão do curso aos interesses da sua política ditatorial, não se tornou evidente as práticas de autoritarismo, nem a cumplicidade das suas ações enquanto colaboradores da vigilância e punições exercidas pelo governo. Quando questionados sobre suas ações nesse processo autoritário e de controle social/ideológico, já que ocupavam funções estratégicas da docência, técnica ou de coordenação nos núcleos de supervisão, orientação, planejamento, inspeção e administração, não souberam exemplificar nas suas atividades práticas e nos serviços prestados ao Governo, sinais de constrangimento, tortura, prisões e vigilância.

Ao serem questionados sobre o papel que o pedagogo exercia na fiscalização aos professores, (a cargo dos supervisores) e aos estudantes (função dos orientadores), além do controle sobre toda a comunidade escolar, inclusive pais de alunos ou responsáveis (atividade do diretor), não demonstraram nenhuma cumplicidade com o Governo nesse sentido, nem sabiam explicar como isso ocorria na prática. A única referência a adesão ao controle e ao autoritarismo do Governo, estava associada as interpretações bibliográficas que haviam se apropriado após a década de 80 do século XX.

Assim, a análise sobre a inserção e as práticas desenvolvidas por acadêmicos e/ou licenciados em Pedagogia da UFS no campo educacional sergipano não evidenciaram com clareza a interpretação de que a formação do pedagogo e o perfil profissional, adotado em 1969, atendiam “apenas” aos anseios de controle social e autoritarismo do Regime Militar.

No âmbito local, verificamos a eficiência e a contribuição desses agentes na implantação de políticas educacionais que visavam, especialmente, a formação de mão de obra qualificada para atender o projeto desenvolvimentista do Governo. No entanto, essa formação não estava dissociada da qualidade do ensino e da ampliação ao acesso a escolarização pública.

A partir desta Tese, espera-se que novas propostas de pesquisa sejam estimuladas com o objetivo de compreender o trabalho dos especialistas em Educação após 1980, e as disputas com os professores em nível de 1º e 2º graus, de diferentes áreas do conhecimento no campo educacional sergipano. Além disso, outras possibilidades de estudo, seria a análise do ingresso e da participação dos pedagogos da UFS nos movimentos de reivindicação docente a partir de 1978, no Estado de Sergipe; a inserção de ex-alunos do curso de Pedagogia da UFS na docência dos diferentes estabelecimentos de ensino superior de Sergipe, e na própria UFS; a presença e a produção de egressos do

curso de Pedagogia nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e *scrito sensu* no Estado; a contribuição de ex-alunos na criação e manutenção de estabelecimentos privados de educação básica, entre outras temáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Letícia Carneiro. **O curso de Pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960**. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: Missão, Vocação e Destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **O Legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 59-108.
- ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar dirigente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. “As origens da Faculdade de Educação da USP”. In: **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo: USP, N°. 1, Vol. 1, p. 25-41, 1975.
- ARAÚJO, Gerri Sherlock. **A Universidade Federal de Sergipe sob o signo da reforma universitária (1968)**. 2008. 11 f. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- ARAÚJO, Acrísio Tôrres. **História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1966.
- BARRETO, Raylane Andreza D. Navarro. **Os padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)**. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.
- BERGER, Miguel André. A formação do professor para o ensino de 1º e 2º graus em Sergipe. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, vol. 74, p. 185-250, jan.-abr. 1993.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2001.
- BLOIS, Marlene Montezi. Rádio Educativo. In: **Amigo Ouvinte**. Disponível em: <http://www.soarmec.com.br/marleneblois2.htm>. Acesso em 20 dez. 2016.
- BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. Brasília/DF: Paralelo 15, 2001.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. 2001. 301 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. A incorporação do Instituto de Educação pela FFCL – USP: hipóteses para entender um campo cindido. In: **Reunião Anual ANPED**, 30ª, 2007, Caxambú. Disponível em: <
<http://www.anped.org.br/app/webroot/reunioes/30ra/trabalhos/GT022872pdf>> Acesso em 10 abr. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOUDIEU, Pierre. **Sociologia**. (Org. Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983a.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007a.

BRITO, Luzia Cristina Pereira. **Ecos da modernidade pedagógica na Escola Normal “Rui Barbosa” (1930-1957)**. 2001. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-38.

BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia**: a escola dos Annales (1929-1989). Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Nascida do coração da Igreja no centro do Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 70 anos de educação superior católica. In: **Revista Paralellus**, Nº 7, p. 79-94, jan.-jun. 2013.

CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino Superior**: legislação e jurisprudência. 2 ed. Rio de Janeiro/GB: Editora Melhoramentos, 1985.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileiro de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso de Castelo Branco – Política educacional do Presidente Castelo Branco. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. nº. 94, p. 189-194, abr.-jun. de 1964.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960**. 2006. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CELESTE FILHO, Macioniro. “A Reforma Universitária e a criação das Faculdades de Educação”. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, Nº. 7, p. 161-188, jan./jun. 2004 .

CHAGAS, Valnir. **Formação do Magistério: novo sistema**. São Paulo/SP: Atlas, 1976.

CLARK. Jorge Uilson. A Administração Escolar no período do Governo Militar (1964-1984). In: **Revista Histedbr On-line**. Edição Especial, p. 124-139, ago/2006.

CHAGAS, Valnir. “A Reforma Universitária e a Faculdade de Filosofia”. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro/RJ: INEP-MEC, Vol. XXXVI, Nº. 83, p. 38-80, jul.-set. 1961.

CHAGAS, Valnir. “Faculdade de Educação e a renovação do ensino superior”. In: **Documenta**. Rio de Janeiro: MEC, Nº. 91, p. 92-93, set. 1968.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

CRUZ, Giseli Barreto da. **Curso de pedagogia no Brasil: História e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: WAK EDITORA, 2011.

CUNHA, Luiz A. **A Universidade Reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et all*. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 150-203.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República (1989-2000)**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A tutela militar em Sergipe 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário**. Rio de Janeiro/RJ: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

DEMARTINI, Z; ANTUNES, F. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do professor: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC/Editora Cidade Futura, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque *et all.* **Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. 2 ed. aumentada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ & MEC/INEP/COMPED, 2002.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil: Guia dos Dispositivos Legais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000 (a).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade do Brasil: Das Origens à Construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000 (b).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder**, 2 ed. Brasília: Plano. 2000 (c).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.

FERNANDES, Florestan. “Formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia”. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, Nº. 85, p. 227-233, jan.-mar, 1962.

FERREIRA, May Guimarães. **Conselho Federal de Educação: o coração da reforma**. 1990. 334 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

FÉTIZON, Beatriz A. de Moura. “Faculdade de Educação: antecedentes e origens”. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo/SP: Editora USP, Nº. 22, Vol. 8, p. 365-73, 1994.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. **Da Escola Normal a Habilitação Específica para o Magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)**. 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

FREITAS, Anamaria G. Bueno de; MARTINS, Maria Cristina; LUDUVICE, Maria de Fátima C. B.; SOARES, Maria José Nascimento; Maria Neide Sobral. In:

ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (ORGs). **UFS: História dos cursos de graduação**. São Cristóvão: UFS, 1999. p. 179-199.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; SOBRAL, Maria Neide (Orgs.). **História e memória: o Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

HORTA, José Silvério Bahia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KATSIOS, Kalliópi Alexandra Aparecida. **Um estudo sobre o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1940 – 1969)**. 1999. 245 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LE GOFF, Jaques. História. In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 158-256.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: **A História Nova**. Trad. E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 25-64.

LIMA, Fernanda Maria Vieira de Andrade. **Contribuições de Dom Luciano José Cabral Duarte ao ensino superior sergipano (1950-1968)**. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. **“Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LIMA, Luís Eduardo Pina. **Ideologias e Utopias na História da Educação** (o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – 1950/51). Monografia (Pós-Graduação lato sensu) - Núcleo de Pós-Graduação em Pesquisa e Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1993.

LUDOVICO, Francisco. “A Faculdade de Medicina de Goiás”. In: **Revista da Faculdade de Medicina**. 2011. Disponível em: <<http://www.medicina.ufg.br/pages/25842-depoimento-francisco-ludovico>> Acesso em: 08 jun. 2014.

MARINHO, Iasmin da Costa. **Administração Escolar no Brasil (1935-1968): um campo em construção**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. **Anísio Teixeira e a Universidade de Educação**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. "A universidade no Brasil". In: **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 14, p. 131-150, mai/ago, 2000.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAIS, Giselda. **Dom Luciano José Cabral Duarte: Relato biográfico**. Aracaju/SE: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. São Paulo: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Jorge C. do. A Historiografia e a Política Educacional da Ditadura Militar. In: **V Semana de Educação & II Encontro Regional de Educação**. São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 2005.

NOVÓIA, António de S. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. & BASTOS, M. H. C. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo/SP: Escrituras, 1997. p. 11-32.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. C. Historiografia da Educação e Fontes. In: **Cadernos ANPED**, nº 5. Porto Alegre, 1993.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NUNES, Marta Susana Cabral. **O ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968)**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

NUNES MENDONÇA, José Antônio. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

OLIVEIRA, José Luiz. **As origens do Mobral**. 1989. 279 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA, Fabiana Cristina Oliveira Silva de. **Uma disciplina, uma história:** cálculo na licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Sergipe (1972-1990). 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **O curso de Geografia e História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1954):** entre alunas, docentes e disciplinas – uma história. 2008. 120 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Disciplinas, docentes e conteúdos:** itinerários da história da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1951-1962). 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011a.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **A Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (1967-1971):** origens e contribuições. 2011. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011b.

OLIVEIRA, Nayara Alves de. **Perfil histórico e antropológico do desenvolvimento urbano de Aracaju (1855-2005):** Do nascimento aos primeiros passos do curso de Pedagogia da UFS. São Cristóvão/SE: Departamento de História / Universidade Federal de Sergipe/CNPq, 2006. (Relatório de Iniciação Científica).

PARO. Vitor H. **Administração escolar:** introdução crítica. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA. Selma G. **O pedagogo na escola pública.** São Paulo/SP: Ed. Loyola, 1995.

POLLAK. Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em movimento** (Fortaleza, 1969 – 1979). 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. **A expansão do ensino superior e o Conselho Federal de Educação.** 1984. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

SALES, Tatiana Silva. **As falanges da Boa Imprensa:** o jornal "A Cruzada" em Sergipe, 1918 a 1969. 2005. 120 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

SALEN, Tânia. Do Centro Dom Vital a Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 1984. p. 189-224.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da Educação).

SANTOS, Fábio Alves. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis: uma vida**. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SCOCUGLIA, A. C. Alfabetização, religião e política: o caso da Cruzada ABC. In: **Reunião Anual da ANPED**, 2002, Caxambú. 25ª Reunião Anual da ANPED, 2002.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da Medicina ao Magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior**. 2008. 345 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SUCUPIRA, Newton. A Universidade e a Reforma do ensino de 1º e 2º graus. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP/ MEC, Nº. 129, p. 11-25. Jan./março. 1973.

SUCUPIRA, Newton. “Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação”. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP/ MEC, Nº. 114, p. 260-275. Abr./jun. 1969.

SUCUPIRA, Newton. “Conteúdo da Faculdade de Educação e organização departamental”. In: **Documenta**. Rio de Janeiro: MEC, Nº. 91, p. 83-84, set. 1968.

SUCUPIRA, Newton. “Institutos universitários e a pesquisa científica”. In: **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Rio de Janeiro: INEP/ MEC, v. 40, nº. 91, p. 03-05, jul./set. 1963.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira da Educação – ANPED**, São Paulo, Autores Associados, n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Coleção Anísio Teixeira, Organização da coleção Clarice Nunes. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, vol. 10, 2005.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. Escolas de educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 51 n. 114, p. 239-259, abr./jun. 1969.

TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p. 84-89.

TEIXEIRA, Anísio. Por que especialistas de educação? In: **Boletim Informativo CAPES**. Rio de Janeiro, n. 62, 1958. p.1-2.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Compromisso com o Direito e a Justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

THOMPSON, Paulo. **A voz do passado** - História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALÉRIO, Telma Faltz. **A Reforma do 2º grau pela Lei 5.692/71 no Paraná**: Representações do processo. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da História. Estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carina Silva. **Extensão Universitária**: concepções presentes na formalização, em propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987). 2014. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

WARDE, Mirian Jorge. “Contribuições para a história da educação”. In: **Em aberto**. Brasília, P. 3-11, 2000.

FONTES

1 - Artigos em jornais:

A CRUZADA. **Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe**. Aracaju/SE, 29 de outubro de 1950. Ano XVI, nº 674.

A CRUZADA. **Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** Aracaju/SE, 19 de novembro de 1950. Ano XVI, nº 677.

A CRUZADA. **Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** Aracaju/SE, 26 de novembro de 1950. Ano XVI, nº 678.

A CRUZADA. **Curso pré-vestibular para a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** Aracaju/SE, 31 de dezembro de 1950. Ano XVI, nº 682.

A CRUZADA. **Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** Aracaju/SE, 31 de dezembro de 1950. Ano XVI, nº 682.

A CRUZADA. **Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** Aracaju/SE, 18 de março 1951. Ano XXII, nº 963.

A CRUZADA. **Rede Católica de Ensino Superior.** Aracaju/SE, 07 de julho de 1956. Ano XXI, nº 957.

A CRUZADA. **10 anos da Faculdade de Filosofia.** Aracaju/SE, 23 de setembro de 1961. Ano XXV, nº. 1.220.

A CRUZADA. **Licenciados em Filosofia vão fundar associação.** Aracaju/SE, 09 de junho de 1963. Ano XXVII, nº. 1.399.

A CRUZADA. **Universidade no Horizonte.** Aracaju/SE, 20 de agosto de 1966. Ano 48, nº. 1.465.

A CRUZADA. **Relator do processo da Universidade em Sergipe.** Aracaju/SE, 24 de setembro de 1966. Ano 48, nº. 1.170.

A CRUZADA. **Governador viaja levando memorial ao presidente.** Aracaju/SE, 04 de fevereiro de 1967. Ano 48, nº. 190.

A CRUZADA. **Governador viaja levando memorial ao presidente.** Aracaju/SE, 04 de março de 1967. Ano 48, nº. 190.

A CRUZADA. **Ensino em Sergipe: os grandes problemas.** Aracaju/SE, 02 de setembro de 1967. Ano 49, nº. 1.210.

A CRUZADA. **As mini faculdades.** Aracaju/SE, 18 de novembro de 1967. Ano 49, nº. 1.519.

A CRUZADA. **Universidade em vias de instalação.** Aracaju/SE, 06 de janeiro de 1968. Ano 49, nº. 1.326.

A CRUZADA. **Concurso de Habilitação.** Aracaju/SE, 06 de fevereiro de 1968. Ano 49, nº 1.446.

A CRUZADA. **Instalada a Universidade.** Aracaju/SE, 18 de maio de 1968. Ano 49, nº 1.545.

A CRUZADA. **Solene instalação da FUFSE, marco cultural na vida intelectual sergipana.** Aracaju/SE, 18 de maio de 1968. Ano 49, nº. 1.545.

A CRUZADA. **O que vai pela Educação e Cultura – supervisão.** Aracaju/SE, 01 de junho de 1968. Ano 49, nº. 1.547.

A CRUZADA. **A realidade do professor em Sergipe.** Aracaju/SE, 26 de agosto de 1968. Ano 49, nº. 1.968.

A CRUZADA. **O desmembramento da Faculdade de Filosofia em três institutos é “Lei da Dialética da Existência”.** Aracaju/SE, 02 de novembro de 1968. Ano 50, nº. 1.566.

A CRUZADA. **Uma mensagem de esperança para o jovem secundário.** Aracaju/SE, 15 de março de 1969. Ano 50, nº. 1.582

A CRUZADA. **Licenciados em Ação.** Aracaju/SE, 19 de abril de 1969. Ano 50, nº. 1.587.

A CRUZADA. **Objetivos da Associação dos professores Licenciados.** Aracaju/SE, 26 de abril de 1969. Ano 50, nº. 1.588.

A CRUZADA. **Grupo de Trabalho concluiu o anteprojeto do Estatuto do Magistério do Ensino Médio de Sergipe.** Aracaju/SE, 12 de julho de 1969. Ano 50, nº. 1.588.

A CRUZADA. **O professor secundário ganha dignidade.** Aracaju/SE, 01 de novembro de 1969. Ano 50, nº. 1.963.

A CRUZADA. **Considerações sobre os exames vestibulares.** Aracaju/SE, 14 de março de 1970. Ano 50, nº. 1.568.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Situação do professor em Sergipe.** Aracaju/SE, 17 de outubro de 1967. Ano II, nº. 475.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Diplomas Universitários** Aracaju/SE, 10 e 11 de dezembro de 1967. Ano II, nº. 525.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Vestibular das faculdades será o mesmo no dia nove pois modificações não vigarão.** Aracaju/SE, 14 de dezembro de 1967. Ano II, nº. 521.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Escolas Municipais atualmente fechadas serão reabertas.** Aracaju/SE, 13 de janeiro de 1968. Ano III, nº 545.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Estudantes do Projeto Rondon chegaram a Aracaju.** Aracaju/SE, 18 de janeiro de 1968. Ano III, nº 549.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Vestibulares de Direito, Filosofia e Economia serão realizados na 1ª quinzena.** Aracaju/SE, 3 de fevereiro de 1968. Ano III, nº. 557.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Problemas do ensino.** Aracaju/SE, 6 de fevereiro de 1968. Ano III, nº. 559.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Filosofia.** Aracaju/SE, 1 de março de 1968. Ano III, nº. 577.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Dom Luciano Cabral Duarte foi designado para o Conselho Federal de Educação.** Aracaju/SE, 6 de março de 1968. Ano III, nº. 576.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Sobre professores.** Aracaju/SE, 15 de março de 1968. Ano III, nº. 584.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Cruzada ABC contratará professores para dinamizar o ensino supletivo no Estado.** Aracaju/SE, 27 de março de 1968. Ano III, nº. 595.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Faculdades foram incorporadas à Universidade.** Aracaju/SE, 1 e 2 de maio de 1968. Ano III, nº. 622.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Projeto Rondon nº. II.** Aracaju/SE, 11 de julho de 1968. Ano III, nº. 560

DIÁRIO DE ARACAJU. **Governo e Cruzada ABC fazem convênio para alfabetizar adultos em Aracaju.** Aracaju/SE, 14 de agosto de 1968. Ano III, nº. 707.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Reforma do sistema educacional.** Aracaju/SE, 15 e 16 de setembro de 1968. Ano III, nº. 752.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Licenciados da FFUFS querem prioridade para lecionar.** Aracaju/SE, 08 de março de 1969. Ano IV, nº. 869.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Universidade tem comissão para estudar inovações no exame vestibular de 1970.** Aracaju/SE, 08 e 09 de junho de 1969. Ano IV, nº. 959.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Exames Vestibulares.** Aracaju/SE, 18 de julho de 1969. Ano IV, nº. 990.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Cursos de férias beneficiam mais de 40 professoras; atrasados do PAMP vão sair.** Aracaju/SE, 19 de julho de 1969. Ano IV, nº. 991.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Ministério da Educação e Cultura.** Aracaju/SE, 24 de agosto de 1969. Ano IV, nº. 1022.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Reestruturação da Secretaria de Educação.** Aracaju/SE, 18 de setembro de 1969. Ano IV, nº. 1046.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Reclassificados 1.871 mestres do Magistério Estadual.** Aracaju/SE, 08 de outubro de 1969. Ano IV, nº. 1063.

DIÁRIO DE ARACAJU. **SEC abre inscrição para concurso de supervisor do ensino primário.** Aracaju/SE, 20 de novembro de 1969. Ano IV, nº. 1098.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Projeto Rondon.** Aracaju/SE, 29 de novembro de 1969. Ano IV, nº. 1006.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Universitários reclamam classificação do Rondon V.** Aracaju/SE, 05 de dezembro de 1969. Ano IV, nº 1111.

DIÁRIO DE ARACAJU. **O resultado do Rondon.** Aracaju/SE. 06 de fevereiro de 1970. Ano V, nº. 1161.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Excedentes da Universidade de Sergipe divulgaram manifesto solicitando matrícula.** Aracaju/SE, 18 de fevereiro de 1970. Ano V, nº. 1150.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Curso quase no fim.** Aracaju/SE. 21 de fevereiro de 1970. Ano V, nº. 1120.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Reitoria deu jantar a estudantes.** Aracaju/SE. 08 e 09 de março de 1970. Ano V, nº. 1172.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Festa do Projeto Rondon foi prestigiada.** 07 de maio de 1970. Ano V, nº. 1221.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Foi sucesso absoluto I Simpósio do Projeto Rondon.** 02 de junho de 1970. Ano V, nº. 1241.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Programa de expansão e melhoria do ensino médio.** 17 de junho de 1971. Ano VI, nº. 1453.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Colégio Castelo Branco:** empossado novo diretor. 29 de julho de 1970. Ano V, nº. 1285.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Programa de alfabetização será elaborado hoje.** 07 de agosto de 1970. Ano V, nº. 1293.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Estudantes vão a Operação Mauá.** 05 de janeiro de 1971. Ano VI, nº. 1308.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Projeto Rondon.** 09 de janeiro de 1971. Ano VI, nº. 1312.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Projeto Rondon encerrou Simpósio e entregou diplomas.** 18 de maio de 1971. Ano VI, nº. 1428.

DIÁRIO DE ARACAJU. **MOBRAL faz alfabetização em massa.** 26 de junho de 1971. Ano VI, nº. 1460.

DIÁRIO DE ARACAJU. **MOBRAL abre dois postos para alfabetizar servidores de empresas.** Aracaju/SE, 15 de julho de 1971. Ano VI, nº. 1473.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Rural do MOBRAL capota no interior e fere passageiros.** 23 de setembro de 1971. Ano VI, nº. 1530.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Curso de Estudos Adicionais.** 06 de abril de 1972. Ano VII, nº. 1679.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Começou o seminário.** 18 de abril de 1972. Ano VII, nº. 1689.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Retornou coordenador estadual do MOBRAL.** 08 de julho de 1972. Ano VII, nº. 2010.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Preparado pessoal que atuará no Ginásio Polivalente em 73.** 02 de agosto de 1972. Ano VII, nº. 2030.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Sigilo rompido anula provas do vestibular.** Aracaju/SE, 21 de dezembro de 1972. Ano VIII, nº. 3.235.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Estudantes do Paraná chegam dia oito para Projeto Rondon.** 04 de janeiro de 1973. Ano VII, nº. 2112.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Universitários sergipanos atuam no bairro América.** 13 de janeiro de 1973. Ano VII, nº. 1220.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Quase 41 mil sergipanos vão aprendendo no MOBRAL.** 10 de julho de 1973. Ano VII, nº. 3216.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Programas do MOBRAL.** 12 de setembro de 1973. Ano VII, nº. 3261.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Universidade.** Aracaju/SE, 12 de março de 1976. Ano XI, nº. 3.725.

DIÁRIO DE ARACAJU. **Estudantes da UFS reclamam do alto custo dos estudos.** Aracaju/SE, 19 e 20 de março de 1978. Ano XIII, nº. 4.352.

GAZETA DE SERGIPE. **Filosofia desmembrada em três Institutos.** Aracaju/SE, 25 e 26 de agosto de 1968. Ano XIII, nº. 3.642.

GAZETA DE SERGIPE. **Ensino primário é meta do Ministro da Educação.** Aracaju/SE, 13 de janeiro de 1970. Ano XV, nº. 4.034.

GAZETA DE SERGIPE. **70 mil vagas nas universidades brasileiras.** Aracaju/SE, 05 de janeiro de 1971. Ano XV, nº. 4.326.

GAZETA DE SERGIPE. **Reforma do ensino é difícil:** falta de pessoal qualificado. Aracaju/SE, 05 de janeiro de 19713. Ano XV, nº. 4.326.

GAZETA DE SERGIPE. **Vestibular.** Aracaju/SE, 12 de janeiro de 1974. Ano XIX, nº. 4.673.

GAZETA DE SERGIPE. **Para vestibulandos, hoje é o dia do relaxar.** Aracaju/SE, 07 de janeiro de 1978. Ano XXII, nº. 5.923.

JORNAL DA CIDADE. **Charge: vestibular 77 – inimigo nº 1: o fiscal.** Aracaju/SE, 12 de janeiro de 1977. Ano V, nº. 1.313.

JORNAL DA CIDADE. **Charge: vestibular 77 – inimigo nº 2: os nervos.** Aracaju/SE, 13 de janeiro de 1977. Ano V, nº. 1.314.

NUNES, Maria Thétis. In: INFORME UFS. **Dom Luciano e a Faculdade Católica de Filosofia.** São Cristóvão/SE, 26 de janeiro de 2007, p. 4-5.

SERGIPE – JORNAL. **O magistério em Sergipe.** Aracaju/SE, 29 de março de 1949. s/n.

SERGIPE – JORNAL. **Professores, professores, mais professores.** Aracaju/SE, 29 de março de 1950. s/n.

2 - Dispositivos normativos

BRASIL. Decreto-Lei n. 19.851, de 11 de abril de 1931a. Estatuto das Universidades Brasileiras. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade do Brasil:** Guia dos Dispositivos Legais. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000. p. 51 a 84.

BRASIL. Decreto-Lei n. 19.852, de 11 de abril de 1931b. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. **A Universidade do Brasil:** Guia dos Dispositivos Legais. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ/INEP, 2000. p. 84 a 102.

BRASIL. Lei 452, de 05 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. In: FÁVERO, M. L. A. **Universidade e Poder:** análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45. Brasília/DF: Editora Plano, 2000. p. 249-260.

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de Julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 5 jul. 1937.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 421, de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 11 maio 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1063, de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1939.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/> Acesso em 30 jul. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1942.

BRASIL, Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 24 de jan. de 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 9.092/46, de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de filosofia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1946.

BRASIL. Decreto-Lei nº 29.311, de 28 de Fevereiro de 1951. Concede autorização para funcionamento de cursos na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 fev. 1951.

BRASIL. Decreto-Lei nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D34638.htm Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 34.961, de 19 de Janeiro de 1954. Fica autorização para funcionamento do curso de didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1954.

BRASIL. Decreto-Lei nº 34.963, de 19 de Janeiro de 1954. Concede reconhecimento aos cursos de filosofia letras anglo-germânicas, letras neo-latina, geografia e história, matemática e pedagogia, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1954.

BRASIL. Decreto nº 39.039, de 18 de Abril de 1956. Concede reconhecimento ao Curso de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 abril 1954.

BRASIL. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/> Acesso em 30 jul. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Educação. Parecer 292/62. **Revista Documenta**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 95-100, dez., 1962.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 251/62. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Revista Documenta**, Rio de Janeiro. (1-11), p.59-65, 1962.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Resolução nº. 01/62. **Revista Documenta**, Rio de Janeiro. nº. 11, p. 59-66, 1962.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 21 nov. 1966.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5379.htm> Acesso em: 20 de nov. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 252, de 28 de fevereiro de 1967 (a). Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 28 fev. 1967.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 269, de 28 de fevereiro de 1967** (b). Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 28 fev. 1967.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967** (d). Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/>> Acesso em 30 jul. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 62.927, de 28 de Junho de 1968. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 01 jul. 1968.

BRASIL. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968a. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 28 nov. 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 405, de 31 de dezembro de 1968b. Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, em 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 31 de dez. 1968.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 464, de 11 fevereiro de 1969a. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 11 de fev. 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 252/69b. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Revista Documenta**, Brasília. (1-100), p.101-117.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº. 02/69c. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia. Rio de Janeiro: **Revista Documenta**, 1969. n. 11, p. 101-112.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 64.918, de 31 de agosto de 1969d. Institui, em caráter permanente, a "Operação Mauá" (OPEMA), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 31 agosto 1969.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 916, de 07 de outubro de 1969e. Cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 08 out. 1969.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 178 de 10 de março de 1970a. Adaptação do estatuto da UFS à legislação universitária. Relator: Alberto Deodato.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 67.505, de 06 de novembro de 1970b. Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 09 nov. 1970.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971a. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 11 de agos. 1971a.

BRASIL. Lei nº. 68.908, de 13 de julho de 1971b. Dispõe sobre Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 13 de jul. 1971b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 45 de 12 de janeiro de 1972. **Revista Documenta**, Brasília. n. 134, janeiro de 1972a, p. 107-125.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Parecer nº. 349 de 12 de abril de 1972. **Revista Documenta**, Brasília. n. 137, janeiro de 1972b, p. 155-173.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 72.846, de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm> Acesso em 30 jul. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº. 20, de 01 de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 01 jul. 1974.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 6.310, de 15 de dezembro de 1975. Autorizo a instituição da Fundação Projeto Rondon, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 16 dez. 1974.

BRASIL. Decreto-Lei nº 79.298, de 24 de fevereiro de 1977. Altera o Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 24 de fev. 1977.

DISTRITO FEDERAL. Decreto-Lei nº. 5.513, de 4 de abril de 1935. Cria a Universidade do Distrito Federal. **Officinas Graphicas do Jornal do Brasil**, Distrito Federal, 4 fev. 1935.

SERGIPE. Decreto-Lei nº. 221, de 15 de junho de 1950. Concede subvenção anual à Faculdade de Filosofia que venha a ser criada e organizada no Estado. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. Aracaju/SE, 15 jun. 1950.

3 - Correspondências:

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Padre Luciano Duarte, destinada ao Procurador da FAFI Armando Barcelos.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 14 de junho de 1953a, s/p.

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Padre Luciano Duarte destinada ao Procurador da FAFI Armando Barcelos.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 06 de agosto de 1953b, s/p.

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Padre Luciano Duarte destinada ao Procurador da FAFI Armando Barcelos.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 11 de fevereiro de 1954, s/p.

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Monsenhor Luciano Duarte destinada ao Deputado Federal Leite Neto.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 30 de março de 1959, s/p.

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Monsenhor Luciano Duarte destinada ao Deputado Federal Lemartine Távora.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 13 de março de 1960, s/p.

DUARTE. Luciano José Cabral. **Carta do Monsenhor Luciano Duarte destinada ao Membro do Conselho Federal de Educação Dom Cândido PadIn:** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 28 de maio de 1965, s/p.

4 - Documentos

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Ata da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1961a, s/p.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Revista da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe**, ANO I, 1961. São Cristóvão: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1961b, 84 pgs.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Ata da reunião do Conselho Diretor da Sociedade Sergipana de Cultura.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1963, s/p.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Ata geral do concurso de habilitação de 1968.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1968a, s/p.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Livro de matrícula dos alunos de Pedagogia de 1968.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1968b, s/p.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Livro de matrícula da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1951-1970, 100 pgs.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Livro de matrícula dos alunos no curso de Didática.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1954-1973, 100 pgs.

FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DE SERGIPE. **Regimento da FAFI.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, s/d, s/p.

GOVERNO DE SERGIPE. **Programação Estadual Referente ao Empréstimo MEC/BIRD.** Aracaju/SE: Secretaria de Educação e Cultura, 1973.

GOVERNO DE SERGIPE. **Portaria interna nº. 03/74.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação da UFS, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estatuto da FUFS.** São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 01 de outubro de 1967, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estatuto da UFS.** São Cristóvão/SE: Universidade Federal de Sergipe, 01 de fevereiro de 1968a, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Escritura de instituição da FUFS.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Conselho Diretor da UFS. 30 de abril de 1968b, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relação das disciplinas do curso de Licenciatura da FAGED/UFS de 1968 a 1969.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação da UFS, 1968c, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relação das disciplinas do curso de Pedagogia da FAGED/UFS de 1968 a 1971.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação da UFS, 1968d, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONSU/UFS nº. 01/68.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 1968e, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata da sessão solene de instalação da Universidade Federal de Sergipe mantida pela Fundação Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Conselho Diretor da UFS, 15 maio 1968f, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Conselho Universitário da UFS, 19 setembro 1968g, p. 100 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata da Congregação da Faculdade de Educação da UFS (1968-1978).** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 30 agosto 1968h, 150 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório das atividades da FAGED/UFS de 1968.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 1969a, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONSU/UFS nº. 01/69.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 1969b, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Regimento da Faculdade de Educação da UFS.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação da UFS, 1969c, 38 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução do Conselho de Ensino e Pesquisa nº. 01/69.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 1969d, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução do Conselho Universitário nº. 29/69.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas da UFS, 1969e, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata do Departamento de Didática da FACHED/UFS.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), 1969-76, 100 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata do Conselho departamental da FACHED/UFS.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), 1969-78, 100 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Comunicado do Secretário de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, Nestor Piva, informando sobre o treinamento de alunos do curso de Pedagogia para atuar no Projeto Minerva.** São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1970.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata do Departamento de Ciências Educacionais da FACHED/UFS.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), 1970-75, 100 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Resolução CONSU/UFS nº. 14/71.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), 18 de maio de 1971a, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Regimento do CECAC/UFS.** Resolução CONSU/UFS nº. 14/71. São Cristóvão/SE: Arquivo do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), 18 de maio de 1971b, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Certificado do curso de Estudos Adicionais – 1972.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação/UFS, 1972a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ofício do diretor do Colégio de Aplicação, destinado ao Magnífico Reitor da UFS – 1972.** São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação/UFS, 1972b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Ata de reunião do Conselho Universitário da UFS (1972-1976)**. São Cristóvão/SE: Arquivo do Conselho Universitário da UFS, 1972-1976, 100 pgs (reunião consultada: 21/09/76).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de atividades do CECAC/UFS de 1973**. São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1973, 40 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de atividades do CECAC/UFS de 1974**. São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1974, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de atividades do CECAC/UFS de 1976**. São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1976a, 49 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório de atividades do CECAC/UFS de 1976**. São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1976b, 50 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Relatório do I encontro entre técnicos da Secretaria de Educação e Cultura e a Faculdade de Educação**. São Cristóvão/SE: Arquivo do Departamento de Educação da UFS, 1976c, 15 pgs.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Folder de exposição: 40 anos da FAFI**. Aracaju/SE: Instituto Dom Luciano, 1991, s/p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Plano de trabalho do CECAC/UFS de 1977**. São Cristóvão/SE: Arquivo Central da UFS, 1977, 48 pgs.

SOCIEDADE SERGIPANA DE CULTURA. **Ata de fundação**. São Cristóvão/SE: Arquivo do CECH, 1950, s/p.

5 - Entrevistas realizadas:

ARAÚJO, Maria José Santos. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 15 de setembro de 2015.

ARAÚJO FILHO, José. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 15 de agosto de 2015.

ANDRADE, Maria Olga de. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 12 de maio de 2010.

ANDRADE, Dilma Maria. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 05 de setembro de 2015.

ANJOS, José dos. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 10 de novembro de 2015.

ARAGÃO, Judite de Oliveira. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 02 de outubro de 2010.

ARAGÃO, Judite de Oliveira. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 02 de outubro de 2015.

BARROS, Cacilda de Oliveira. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 01 de outubro de 2010.

BERGER, Maria Lúcia Souza Ramos. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 29 de janeiro de 2011.

CAETANO, Ednalva Freire. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 25 de outubro de 2015.

CAMPELO, Iara Maria. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 19 de julho de 2015.

CORADO, Maria Veneranda Pereira. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 14 de outubro de 2015.

CRUZ, Marta Vieira. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 17 de julho de 2015.

DANTAS, Rivaldo. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 22 de setembro de 2015.

FONTES, Vera Lúcia de Azevedo. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 25 de outubro de 2015.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 25 de novembro de 2015.

LAGO, Lilian Leal. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 05 de setembro de 2015.

LIMA, Maria de Fátima Monte. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 18 de outubro de 2015.

MEDEIROS, Maria Auxiliadora Campos. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 15 de agosto de 2015.

MELO, Vera Maria Carvalho de. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 20 de setembro de 2015.

PINTO, Zenilde Soares. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 05 de outubro de 2015.

PORTO, Manoel Messias. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 05 de setembro de 2016.

SANT'ANNA, Maria Ivanda Bezerra. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 27 de janeiro de 2011.

SANTOS, Vilder. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 30 de janeiro de 2016.

SILVA, Ada Augusta Celestino Bezerra da. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 29 de novembro de 2015.

TORRES, Liana de Melo. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 29 de agosto de 2015.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. Entrevista concedida a Nayara Alves de Oliveira no dia 19 de agosto de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - DADOS DOS ENTREVISTADOS

Nome de ex-professores e ex-alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, entrevistados durante a pesquisa	Ex-professores: ano de ingresso no curso de Pedagogia/UFS	Ex-alunos: ano de ingresso e conclusão
Maria José Santos Araújo		1969-1972
José Araújo Filho	1968	
Maria Olga de Andrade	1968	
Dilma Maria Andrade	1992	1971-1974
José dos Anjos		1970-1973
Judite de Oliveira Aragão	1979	1968-1971
Cacilda de Oliveira Barros	1968	
Maria Lúcia Souza Ramos Berger	1974	1968-1971
Ednalva Freire Caetano		1972 -1975
Iara Maria Campelo ³³⁷	1992	1973-1976
Maria Veneranda Pereira Corado		1969-1971

³³⁷ Iara Maria Campelo e Yolanda Dantas de Oliveira são professoras, atualmente, do Departamento de Educação da UFS.

Marta Vieira Cruz	1976	
Rivaldo Dantas ³³⁸		1973-1975
Vera Lúcia de Azevedo Fontes		1968-1972
Tereza Cristina Cerqueira da Graça		1976-1979
Lilian Leal Lago		1968-1971
Maria de Fátima Monte Lima	1982	1973-1976
Maria Auxiliadora Campos Medeiros	1968	
Vera Maria Carvalho de Melo		1969-1972
Zenilde Soares Pinto		1970-1973
Manoel Messias Porto		1968-1971
Maria Ivanda Bezerra Sant'anna	1976	1968-1971
Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva	1974	1968-1971
Liana de Melo Torres	1997	1976-1979

³³⁸ O professor Rivaldo Dantas concluiu o curso de Pedagogia Licenciatura curta-habilitação em Administração Escolar 1973-1975.

Ana Lúcia Menezes Vieira		1970-1973
--------------------------	--	-----------

Fonte: Depoimentos, currículo lattes e lista de conclusão da FAGED (1968-1978). Acervo do arquivo do Departamento de Educação da UFS.

APÊNDICE B: APROVADOS NO VESTIBULAR PARA O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFS (1968-1978)

APROVADOS DE 1968
Ada Augusta Celestino Bezerra da Silva
Ana Maria Dantas Soares de Carvalho
Angélica Vieira Donald
Clara Angélica de Oliveira Porto
Ester Alves de Oliveira
Evanda Maria dos Santos
Gerson Vilas-Bôas
Ione Pais
Janice de Oliveira Sales
Judite Oliveira Aragão
Lílian Leal do Lago
Luci Ferreira de Andrade
Luiza Nascimento Costa
Manoel Messias Porto
Maria Ivanda Bezerra de Sant`Anna
Maria José de Almeida Soares
Maria Lúcia Souza Ramos
Nádia Fraga Vilas-Bôas
Vera Lúcia de Azevedo Fontes
Vera Lúcia Sobral

APROVADOS DE 1969
Arlete da Conceição Costa
Bárbara Tereza Adão de Fontes Lima
Edmar Neris dos Santos
Gleide Selma Ferreira de Oliveira
Guiomar Lima Azevedo
José da Silva Queiroz
Lêda Maria Cabral Aguiar
Maria Cândida Aragão
Maria Consuelo Moraes Maia
Maria Izabel Siqueira Santos
Maria José Santos Araújo
Marta Suzana Costa Ferreira
Nicária Matos do Nascimento
Rosa Cristina Valente Leite
Ubiraci de Souza Santos
Vera Maria Carvalho de Melo

APROVADOS DE 1970
Maria Auxiliadora de Carvalho Menezes
Iracema Carvalho Silveira
Maria Eunice de Carvalho
Maria Nildete Lobão Costa
Eliude Siqueira
Silvia Franco Prado
Ana Lúcia de Menezes Vieira
Célia Hugenberg
Elizabeth Leite Melo
Miralda Monteiro de Campos
Marlene Alves
Juliane Bastos Pereira
Gildete de Oliveira
Zenilde Soares Pinto
Telma Maria Vieira Leite
Maria Pereira Santos
Maria Elze dos Santos
Célia Maria Mascarenhas Martins
Maria Luci Barreto
Humbelina Aciole do Bomfim
Belizana Vieira Bomfim
Inês Caldas Leandro
Maria Auxiliadora Ferreira de Carvalho
Ana Maria Machado da Silva
Léa das Chagas Fortes
José dos Anjos
Maria Antônia de Menezes Silva
Vera Maria Trindade Freitas
Manoel Messias Vasconcelos
Maria Valdecir Dantas

APROVADOS DE 1971
Antônia de Oliveira Soares
Antônio Milton Dória Almeida
Daria Batalha Andrade
Dilma Maria Andrade
Edilde Gonçalves da Conceição
Edjan Soares de Souza
Edla Ribeiro Maynard Barreto
Elianne Costa Carvalho
Ivalci Silveira Costa
José Américo Silva de Souza
José Oliveira
Lea Mirian Fonseca Mota
Maria de Lourdes da C. Costa
Maria do Carmo Souza
Maria Edeilza Santos
Maria José de Jesus
Maria Marcília dos Santos
Sérvula Maria Soares Silva
Terezinha de Jesus Marques
Vera Lucia Silva de Jesus

APROVADOS DE 1972
Ednalva Freire Caetano
Meires de Lourdes dos Santos
Maria da Conceição Couto Rezende
Telma Maria Vieira do Sacramento
Silvia Maria Machado
Maria Celeste de Figueiredo Oliveira
Ana Maria de Araújo Meneses
Humbelina Aciole do Bomfim
Maria Lúcia Vieira de Melo
Maria Ida Silveira Amorim
Aurélia Prado Ribeiro
Maria Prado Andrade
Fátima Maria Monteiro Nascimento
Antônia Lúcia dos Santos
Iunar Gomes dos Santos
Maria Joelina Dias Lima
Maria José Napomuceno Figuerôa
Yacaia Lopes de Oliveira
Maria Clemildes Oliveira
Maria Alice Leite Cruz
Lindete Silva dos Santos
Lygia Meneses Prudente
Lígia Angélica Dias Lemos
Maria Cleudes Dantas
Gresse Meyre Costa de Santana
Terezinha Santos Oliveira

Roberto Mendonça Maia
Rosa Mary Lima
Yara Winne de Almeida
Alinete de Andrade Moraes
Maria Evanilde Alves de Oliveira
Maria Lúcia de Andrade Góis
Maria Lúcia Fraga Moraes
Bernadete Souza Gouveia
Neuza Maria de Jesus Santos
Neuza Maria de Jesus Santos
Josenita Regina Meneses
Terezinha Souza Gouveia
Joarina Xavier Galvão
Juçara Bomfim Sampaio

APROVADOS DE 1973
Walter Oliveira Ribeiro
Rosa Maria Machado de Farias
Maria Josefina Fontes Leite
Sylvia Tereza da Fonseca Prudente
Ana Luiza Barreto Mesquita
Leila Zilene de Farias Lemos
Heloisa Ribeiro dos Santos
Vanice Sá
Aurea Therezinha C. Borges de Oliveira
Iara Maria Campelo Lima
Laura Cecília de Almeida Fontes
Etelvina Lins Baptista
Antônia Gonçalves Maynard Dias
Lauro Rocha de Lima
Leda Sonia Oliveira Linhares
Rosa Maria Barros Telles
Rosália dos Santos
Antônio Fernando Vasconcelos de Paula
Maria Terezinha Silva
Maria Neide Machado de Oliveira
Maria do Carmo Deda Chagas
Josefa Mesquita de Santana
Ruth Prado Barreto
Hildete dos Santos
Ana Maria de Souza
Tereza Josefina de Carvalho Dantas
Eliana Melo Santos
Marleide dos Santos Leite
Maria de Fátima da Costa Monte

Margareth Barreto Nunes
Maria Nelma Santos Déda
Valda Souza Schmith
Maria Ilka Dantas Vieira
Marilda Araújo dos Santos
Eloíza Maria de Oliveira Costa
Marta Pinto Sampaio
Gleide Ferreira Cruz
Maria Adélia Cruz
Vanda Góis Cardoso
Carlos Henrique de Oliveira Porto
Ângela Maria Amaral Santos
Aldeci Andrade dos Santos
Josefa Olga dos Santos
Zilná Santana
Eunice Vieira de Melo
Ivanete dos Santos
Maria José Andrade
Marieta Ferreira Lima
Vilma Vasconcelos Freire
Maria Gilsa de Oliveira
Normélia Souza Almeida
Maria de Lourdes Andrade
Maria do Carmo Brito
Tânia Maria Lima Maynard
Maria Auxiliadora Silveira
Yeda Marisa Melo de Carvalho
Marivalda Menezes
Maria de Fátima Fontes de F. Fernandes
Isaura Meneses de Andrade

APROVADOS DE 1974
Alda Maria Duarte Araújo Castro
Maria das Neves Cabral de Resende
Marilza Willmersdorf Franco
Maia de Fátima Nabuco de Menezes
Aldemir Santos Campos
Terezinha dos Santos
Denise Costa Lima da Rocha
Mario dos Santos
Iva Margarida Montes Vieira
Adélia Ribeiro de Oliveira
Aglaé Ferreira de Araújo Ramos
Maria Antônia Santos
Rosa Helena Rocha
Laurinda Maia de Brito
Avelina Leila Santana de Lima
Lícia Maria Morais de Azevêdo
Vânia Mitidieri
Ângela Acácia Ribeiro de Menezes
Adeilde Figueiredo Santos
Tereza Cristina Ramos Prudente
Ângela Maria Feitosa
Marlene de Moura Carvalho Mendes
Rosa Maria Nascimento Freire
Natalina Ganhardella Nascimento
Antônio Moraes Nunes
Mirabel Araújo

Carmem da Silva Albuquerque
Maria Ivone Ramos
Maria Risoleta Sampaio Vasconcelos
Sônia Maria de Azevedo Viana
Francisca Cândida Peixoto Barbosa
José Paulo de Menezes
Maria de Fátima dos Anjos
Loíde Freire da Silva
Claudia Maria Lima da Silva
Enivalda Almira Santos
Maria Terezinha Cardoso
Angélica Nunes Barreto
Selma Maria Amorim Mota Santos
Rosângela Monte Santo Corbal
Maria de Lourdes Fraga
Clara Marta Costa da Silva
Maria Olga de Souza Santana
Maria Emília Teixeira de Moraes
Ivanilde Moura
Cremilda Rodrigues de Lima Espinola
Thereza Christina Montalvão
Marcelina Ana Melo dos Santos
Hilda Alves da Silva
Claelber de Souza Dantas
Irene de Lourdes Pereira
Adeilde Teles dos Santos
Ana Maria Rosa Santos
Maria Nize Carvalho Matos

Maria Hênia de Oliveira
Sônia Maria de Santana
Suely Maria Prado Melo
Mércia de Moraes Nunes
Maria Luiza Araújo Cardoso
Maria do Carmo Oliveira Souza

APROVADOS DE 1975
Alaíde de Meneses Tavares
Aleide Porto de Santana
Alice Moreira dos Santos
Anailde Melo Costa
Ariadne Nascimento de Souza
Cacilda Maria de Jesus
Cândida Raquel Lopes Cardoso
Célia Alves de Carvalho
Denise Maria Lima Ferreira
Edna Maria Gomes
Genildes Santos Oliveira
Grasiela Santos Mendonça
Helene Ribeiro Rezende
Ilza Santos Donald
Ivonete Bastos de Oliveira
José Alberto Gomes Varjão
Lindinalva Lopes Cruz
Lizete Figueiredo
Maria Carmem Alves de Andrade
Maria da Conceição Santos Cruz
Maria das Graças Santos D. Mendonça
Maria de Fátima Aragão Meneses
Maria de Fátima Mendonça de Jesus
Maria de Ampare Boaventura
Maria Iracy Dantas Pacheco
Maria Selma Franco Villar
Maria Vandete Machado
Marlene Cardoso Chagas
Rosa Maria de Oliveira Cardoso
Rosita Mascarenhas de Andrade Santos
Sandra Fernandes

Sílvia Maria Duarte Moreira
Tamar Álvares Bezerra
Thereza Cristina Santos Bastos
Yolanda Dantas de Oliveira
Adelice Gomes Fontes
Alice Batista dos Santos
Ana Maria Lourenço de Azevedo
Deise Cortez dos Santos
Dalva Maria Ramos Souza
Elsa Souza Nunes
Fátima Cristina de Almeida Rocha
Gilene Santos
Ione Melo Borges
Jaime Costa Azevedo Filho
Jane Andrete Menezes
Lourdes Nery Damacena
Luzinete de Santana Lima
Magaly Lima Franco
Maria Balbina Batista dos Santos
Maria Conceição Carvalho Moura
Maria Cristina Franco Silva
Maria de Lourdes Santos
Maria Delci Oliveira de Góis
Maria José Santos Moura
Maria Stela Gonçalves
Maria Virgínia Vieira Santos
Marlúcia Maria Falcão Viana
Mirian do Carmo Barreto
Nazaré Santana dos Santos
Nirailde Souza Oliveira
Noélia Moraes Caldas de Melo

Pedro Luiz Matos Moura
Rita Barbosa Souza
Rivanda Silva Carvalho
Sônia Maria Alves dos Anjos
Stelamaris Torres Melo
Terezinha de Jesus Gusmão
Thereza Santos Lemos
Yara Maria da Silva Rosa

APROVADOS DE 1976
Marco Antônio Galvão Leite de Almeida
Silvana Maynard Garcez
Maria Nicelia Cunha
Rosaura Rocha de Melo
Lucila Menezes Reis
Inês dos Santos
Tereza Cristina Pinheiro Souza
Lívia Maria Vieira Fortes
Lilian Andrade Gomes
Dione de Oliveira Diedam
Tereza Franco Cabral
Clécia Rosa Nascimento
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Maria Socorro de Almeida Gonçalves
Francisca de Andrade
Maria do Socorro Rocha Santos
Daria Maria de Melo Santos
Avilete Cruz de Almeida
Icleda Maria Santos
Estela Maria Teles do Santos
Gilda Maria dos Santos Lelis
Diomedes Santos da Silva
Maria Clara Andrade Clara
Lucila Maurícia de Carvalho Lobão
Eulália Maria Pinto Lopes
Maria do Carmo de Jesus Menezes
Ana Alice de Jesus Brandão
Fátima Maria Paiva dos Santos
Maria Elba da Silva
Ana Maria Santos
Margarida Farias dos Santos

Maria Célia Santos Santana
Lígia da Silva Ribeiro
Maria Angélica Menezes Freire
Iaci Mendes de Souza
Maria José Gois de Santana
Cacilda Maria Carreiro Viana
Lucivanda Maria de Lima Mendonça
Silvia Dantas do Espírito Santos
Maria Lúcia Silveira Martins
Maria Luiza Santos
Cleide de Albuquerque Ferro
Tereza de Jesus Hora
Maria Conceição Soares de Jesus
Maria Ligia Muricy Cajazeira
Lenilda Lucia Santos Torres
Lianna de Melo Torres
Ana Zélia da Rocha
Mirian Rocha
Marisete da Silva
Aurita Vieira Donald
Maria Nanci Ribeiro
Julieta Oliveira Campos
Evalda Barreto
Leonarda Eremita de Oliveira Andrade
Lucia Maria Lima Macedo
Rivandete Meneses Melo
Sandra Maria Resende
Maria Amélia Santos Vasconcelos
Silvana Jandira Alves
Vera Maria Dias Feitoza
Maria Julia dos Santos Cruz
Ilná Andrade Lobo
Maria Luciene dos Santos

Verbena Maria Passos Nascimento
Vania Maria Dias Oliveira
Vanda Maria dos Santos
Neuza Lobão Aritiquiba Bezerra
Luci Macedo de Souza
Mauricea Moraes de Carvalho

APROVADOS DE 1977
Ana Emília Nunes Vieira
Ariovaldo Alves da Silva
Aubiésio Felix de Azevedo
Durval José da Silva
Hosfelita dos Santos
Iara Madureira Rabelo
Ivanete Maria Santos
Jacira Maria de Souza
Jeanne Nunes de Jesus
José Esmeraldo de Oliveira
José Laércio Souza Matos
Josefa Givalda Passos
Jucia de Jesus
Laurinete Santos
Maria Alice Vilanova Rodrigues
Maria Angélica P. de A. Ramos
Maria Auxiliadora B. do Nascimento
Maria Carmem de Melo Macedo
Maria da Glória dos Santos
Maria da Glória V. de Andrade
Maria das Mercês V. Viana
Maria Gilzete V. Nascimento
Maria Inês Melo Soares
Maria Lucimar Pereira da Silva
Maria Vandete Santos de Jesus
Maria Virgínia dos Santos
Maria Yara Vieira Dórea
Marluce Paes de Menezes
Neli de Almeida Tavares

Ninfa Maria Machado Lobo
Selma de Góis Feitosa
Sônia Mendonça de Oliveira
Tereza Augusta V. F. de Carvalho
Valdison Alberto Silveira Pinto
Zoraide Nascimento de Oliveira
Adeilde Batista Santos
Antônio César Santos
Aurea Maria Matos de Carvalho
Benjamin Rodrigues Franklin
Carlos Nascimento da Silva
Celuta dos Santos
Damare Dias dos Santos
Delucia Rodrigues Sobral
Elineuda Nascimento Silva
Erleides Maria Santos
Iolanda Santana Santos
Isabel Cristina Cruz dos Anjos
José Washington C. de Rezende
Maria Bernadete Mendonça Teles
Maria Cristina Moreira Cruz
Maria de Fátima Veiga
Maria de Lourdes de O. Silva
Maria do Carmo Machado
Maria Floraci de O. Moraes
Maria José da Silva
Maria José de A. Fernandes
Maria Lúcia de Araújo Carvalho
Maria Raquel dos Reis Moraes
Maria Salete Cardoso de Souza
Maria Yolanda Barros dos Santos

Maria Zuleide Moura
Marlene dos Santos
Reinaldo Menezes Valadão
Rosa Maria Lobo Santos
Rosângela Santana Santos
Sandra Regina Miranda Santos
Shirley Neuza Silva dos Santos
Sueli Batista do Carmo
Tereza Edvan Soares Bezerra
Unaldo Caetano Iglessias

APROVADOS DE 1978
Annita Fátima de Aguiar
Bernadete Dias de Matos
Cordelia Santos
Damires Cortes Cardoso
Dilma Maria Tenório Silva
Eliane Barreto Silva
Eloídes dos Santos
Eloízia Alves de Melo
Jacirema Matos Vieira
Jovelina Vieira Santos
Leulira Silva Santana
Lindinalva de Oliveira Santos
Maria Auxiliadora dos Santos
Maria Auxiliadora Gomes
Maria Claudina dos Santos
Maria de Fátima Prata Barbosa
Maria de Lourdes Souza
Maria Inês Santos
Maria Ivânia Santos
Maria José Cruz dos Santos
Maria Judite Santos
Maria Luiza Santos de Aragão
Maria Zuleica Rollemberg Silva
Martha Maria Rodrigues Silva
Neide Aparecida Correia
Neide Valença Pereira
Nidia Maria Barreto Sampaio
Paulo Agripino dos Santos
Rosângela Santos Barbosa

Tereza Cristina Silva Santos
Terezinha Maria C. de Oliveira
Valdelice Vieira Filha
Vasti da Cunha Lima Sales
Zélia Dantas de Barros
Zélia Guimarães de Franca
Ângela M. M. Garcia Moreno
Ângela Maria de Santana
Dagmar da Silva Costa
Dalva Maria da Mota
Dameres Socorro Fontes
Divacy de Andrade Santos
Edna Oliveira dos Santos
Eliana Conceição e Silva
Elza Josefa de Carvalho
Geni de Marco
Gilberto José da Silva
Isabel Cristina Barros de Jesus
Ivanil Alves da Silva
Jorge Alberto Moura
Josefa Hilma Boaventura
Maria Conceição C. R. de Brito
Maria de Fátima F. de Rezende
Maria Dilma de Lima
Maria dos Prazeres A. Santos
Maria Gorete da Rocha Santos
Maria Ivonilde Santos
Maria Lúcia Nunes Souza Martins
Maria Neuza Nascimento
Maria Tereza de Araújo Concli
Marise Correia Menezes

Marluce dos Santos Leite
Marluci Conceição e Silva
Miraldina Menezes Silveira
Nilza Correia dos Santos
Rose Mary Alves Santos
Rosiane Ferreira Chagas
Tereza Cristina M. Nascimento
Vanda Alves Vieira
Viceca Ramos Oliveira
Zuleica Cota

APÊNDICE C – NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS NO VESTIBULAR PARA O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFS E O NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS (1968-1978)³³⁹

VESTIBULAR (1968-1978)	NÚMERO DE CANDIDATOS	NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS	NÚMERO DE CANDIDATOS APROVADOS ³⁴⁰
Vestibular de 1968	34 candidatos	30 vagas	21 candidatos
Vestibular de 1969	21 candidatos	30 vagas	12 candidatos
Vestibular de 1970	42 candidatos	30 vagas	30 candidatos
Vestibular de 1971	70 candidatos	30 vagas	20 candidatos
Vestibular de 1972	196 candidatos	40 vagas	40 candidatos
Vestibular de 1973	319 candidatos	60 vagas	60 candidatos
Vestibular de 1974	405 candidatos	60 vagas	60 candidatos
Vestibular de 1975	444 candidatos	70 vagas	70 candidatos
Vestibular de 1976	497 candidatos	70 vagas	70 candidatos
Vestibular de 1977	393 candidatos	70 vagas	70 candidatos
Vestibular de 1978	295 candidatos	70 vagas	70 candidatos

Fonte: jornais Diário de Aracaju (1968-1978) e Gazeta de Sergipe (1968-1978). Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

³³⁹ Vale ressaltar que no ano de 1968 o vestibular para o curso de Pedagogia foi realizado pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Somente a partir de 1969, passou a ser realizado pela Universidade Federal de Sergipe.

³⁴⁰ A partir de 1970 foi adotado o sistema de classificação no vestibular da UFS.